



Placide Okalema Pashi

**Poderes patrimonialistas e Tecnologias da
Informação e da Comunicação na República
Democrática do Congo (2018-2020): uma
perspectiva ecológica.**

Tese de doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
graduação em Comunicação do Departamento de
Comunicação Social da PUC-Rio

Orientadora: Profa Adriana Andrade Braga

Rio de Janeiro,
Outubro de 2023



Placide Okalema Pashi

**Poderes patrimonialistas e Tecnologias da
Informação e da Comunicação na República
Democrática do Congo (2018-2020): uma
perspectiva ecológica.**

Tese de doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
graduação em Comunicação do Departamento de
Comunicação Social da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo :

Prof ^a. Adriana Andrade Braga

Orientadora

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof ^a. Alessandra Maia Terra de Faria

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof. Fabio Carvalho Leite

Departamento de Comunicação Social – PUC-Rio

Prof ^a. Adriana Barsotti Vieira

Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof. Afonso de Albuquerque

Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Placide Okalema Pashi

Graduou-se em Filosofia pelo Grande Seminário de Filosofia Santo André Kaggwa da República Democrática do Congo (2005); Teologia pelo Grande Seminário de Teologia Santo JEAN XXIII da República Democrática do Congo (2009). Diplomado em Comunicações Sociais, opção : Comunicação das organizações e das empresas pela Université Catholique du Congo (2015). Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2019). Foi Professor de Filosofia e Diretor de estudos no Instituto BOMPIKILIKI de MPASA II da República Democrática do Congo (2009-2010). Foi conselheiro de Sua Eminência Cardeal Laurent Monsengwo Pasinya. Pesquisa sobre temas vinculados ao campo dos estudos em jornalismo, em Economia política da comunicação, em interações digitais e em ética.

Ficha Catalográfica

Pashi, Placide Okalema

Poderes patrimonialistas e tecnologias da informação e da comunicação na República Democrática do Congo (2018-2020) : uma perspectiva ecológica / Placide Okalema Pashi ; orientadora: Adriana Andrade Braga. – 2023.

299 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2023.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. República Democrática do Congo. 3. Imprensa. 4. Tecnologias de informação e comunicação. 5. Ecologia das mídias. I. Braga, Adriana Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD: 302.23

A minha mãe, Dembo Onadjamba Louise, modelo de coragem e determinação;
A Sua Eminência Cardeal Laurent Monsengwo Pasinya, inteligência rara e pastor
incansável;
Às vítimas do genocídio congolês,
massacradas com a cumplicidade da classe política congoleza e do silêncio das
mídias e da Comunidade Internacional

Agradecimentos

A Deus, nosso Pai, por seu amor paterno e por seus dons, dos quais nossa humilde pessoa é beneficiada.

A Nossa prezada Mãe, a Virgem Maria, por sua proteção materna e sua intercessão generosa em nosso favor.

Ao nosso pai, Sua Eminência Laurent, Cardeal Monsengwo Pasinya, Arcebispo Metropolitano emérito de Kinshasa, por seu bom coração e por ter acreditado em mim.

A Sua Eminência Orani João, Cardeal Tempesta, Arcebispo Metropolitano de São Sebastião do Rio de Janeiro, por seu bom coração e por me receber e me dar a oportunidade de estudar na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A Missio archaen, especialmente ao senhor Moerschbacher Marco e ao povo brasileiro, pelo apoio a nossos estudos.

Este estudo não poderia ser realizado sem a contribuição intelectual e material de nossa orientadora, Professora Adriana Braga. Foi graças ao seu impulso, seu rigor, sua solicitude, seu dinamismo e seu apoio permanente que realizamos esta Tese. Que a Professora Dra Adriana Braga também reconheça neste trabalho o fruto da sua orientação, seu rigor científico e a expressão de nossa profunda gratidão.

Naturalmente, expressamos nosso reconhecimento e gratidão aos membros da Comissão Examinadora: Profa. Dra. Adriana Braga, Profa. Dra. Alessandra Maia, Profa. Dra. Adriana Basorti, Prof. Dr Afonso Albuquerque e Prof. Dr. Fábio Leite, Prof. Dr. Pe. Arnaldo Rodrigues, Prof. Dr. Wagner Bezerra por terem aceitado guiar nossos passos neste universo da ciência. Prezadas Professoras Dras, Prezados Professores, sua inteligência, seu amor pela ciência por um mundo livre e uma sociedade, realmente, plural nos inspira.

Expressamos, igualmente, nosso agradecimento aos professores e Professoras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Université Catholique du Congo, especialmente os professores: Dra Patricia Mauricio, Dra Angelucia Habert, Dr. Leonel Azevedo de Aguiar, Dr Arthur, A. Santedi, AW LIBAMBU, A. Ghislain KAPIA (yaya wanga wa bolingo), P. Roger Wawa, P. Leon De Saint Moulin, A. Nzinga, J. Onaotshio, A. Kayembe (in memoriam), D. Mwenze, François-Xavier Budim'bani, Djungu Simba, Jean-Chrétien Ekambo. Através da profundidade de sua reflexão e de sua paixão pela excelência, eles sempre nos levaram a aprofundar nosso próprio pensamento e a especificar com maior rigor nossas intuições sociais. Que todos encontrem neste trabalho o resultado de seu apoio ao nosso compromisso para a excelência e a libertação da República Democrática do Congo.

Aos meus pais, Pashi Kolomekoy (in memoriam) e Dembo Ngema Onadjamba Louise, por terem nos ensinado a conhecer, amar e servir a Deus.

Aos meus irmãos e irmãs, Emile Losambe, Madeleine Mambimbi, Henriette Anankoy Pashi, Mbele Matone Nancy, Kissimba Colette, Johana, Palmira, Carole, Gloria Folo Ngoyi, Dan Losambe, Sarah Meli, Carine Wineza, Leonard Pashi, Deasy Bibi Kama, Anne Gertrude Fataki, Gilbert Pashi, Florent Onadjamba Pashi, Déborah Otowaengel (entretien zéro), Osako Marie Pashi, Nicholas Kwete, Helen Okunema Pashi, Atshimbo, mamn Dembo Kwete, Luísa Franco, minhas sobrinhas e sobrinhos, por sua presença afetiva.

Aos meus amigos, especialmente Pe. Abílio (homem do coração), Pe. Márcio Queiroz, Pe. Frank, Pe. Henrique, Pe. Brito, A. Kwazifuanga, A. Bruno Kakesa, A. Luc Zola, Marise Lira da PUC (pessoa incrível), Juliana, Nathalia, Maria José Gomes da SB Marques, João, Fátima, Eurídce Rosa, A. Ngara, Kinduelo Pascal, A. Djama, Mimbayi Bernard, A. Ngwashi, A. Hugues Ndongisila, A. Benito, A. Josée Musubao, Laurette (Ya Laurette), Maman Koko, Irmã Thérèse Mpemba, Família Nemoyato Jean-Paul, Papa Dr e Mãe Marie Jeanne, Chantal Lwamba, Patience Lwamba, Atocha Masumbuku, Sandra, Mateus, Paolo, Jean Robert Isuafi, Kanyole e Raymond, Gremaud, por seu testemunho de vida que nos edifica constantemente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Placide Okalema Pashi; Braga, Adriana Andrade. **Poderes patrimonialistas e Tecnologias da Informação e da Comunicação na República Democrática do Congo (2018-2020): uma perspectiva ecológica.** Rio de Janeiro 2023. Tese de Doutorado - Departamento da Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo deste estudo é compreender o status da imprensa congolese na era das Tecnologias da Informação e da Comunicação, em uma República Democrática do Congo ocupada pelos poderes patrimonialistas por meio de seus proxs, notadamente o Ruanda, o Uganda, alguns congolese. Com base em uma análise de conteúdo, abrangendo o período de 2018 a 2020, e numa perspectiva das teorias de agenda setting e ecologia das mídias, é necessário sublinhar que, do ponto de vista da análise qualitativa usando o software Nvivo 14, a imprensa congolese é ao mesmo tempo *papagaiótica*, híbrida e crítica. A análise quantitativa de conteúdo, pelo contrário, permite estabelecer um fio condutor que estrutura o conjunto da imprensa congolese: desde a colonização até o hoje, a imprensa congolese é fundamentalmente *thuri-papagaiótica* (retransmitindo fielmente o discurso do ator sociopolítico, elogiando-o). Com exceção de uma parte da imprensa pré-independência que anunciava o início da *biocomunicação*, ou seja, uma abordagem jornalística que coloca a vida, os seres vivos, o ambiente no qual e com o qual eles vivem, o interesse geral, a busca pela verdade e o bem-estar ético do jornalista no centro de toda a atividade comunicacional, a imprensa congolese, no seu conjunto, retransmite e repete quase fielmente o discurso de qualquer ator sociopolítico que deseja divulgar sua ação. É quase impossível libertar o Congo com as mídias *thuri-papagaióticas* desejadas pelas potencias patrimonialistas a fim de adormecer, emburrecer o povo e perpetuar a ocupação do Congo e, conseqüentemente, o sofrimento do povo. Mas não é possível ficar indiferente perante o drama do povo congolês. É por isso que pomos a libertação do Congo pelas mídias como uma obrigação, uma urgência e uma necessidade existencial a partir da prática do que denominamos *biocomunicação*. Nesse sentido, em uma perspectiva de liberação de si, compromisso e apropriação das TICs, as mídias do *Pequeno resto do Congo*

deveriam ser dialógicas, verdadeiras, independentes, críticas, performativas, capazes de imaginação e criatividade. A tragédia da República Democrática do Congo não parece ser fatalidade. Mas é difícil ter uma RD Congo libertada sem jornalistas heroicos. Daí a importância do heroísmo jornalístico e da *biocomunicação*.

Palavras-chave:

República Democrática do Congo, imprensa, Mídias, Tecnologias da Informação e da Comunicação, Ecologia das Mídias, Jornalismo.

Abstract

Placide Okalema Pashi; Braga, Adriana Andrade (Advisor). **Patrimonialist powers and ICT (Information and Communication Technologies) in the Democratic Republic of Congo (2018-2020): an ecological approach.** Rio de Janeiro 2023. Tese de Doutorado - Departamento da Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The aim of this study is to understand the status of the Congolese press in the age of Information and Communication Technologies, in a Democratic Republic of Congo occupied by patrimonialist powers through their proxies, notably Rwanda, Uganda, some Congolese. On the basis of content analysis, covering the period from 2018 to 2020, and from the perspective of agenda setting and media ecology theories, it is necessary to note that, from the point of view of qualitative analysis using Nvivo 14 software, the Congolese press is at once perroquetic, hybrid and critical. Quantitative content analysis, on the other hand, enables us to establish a common thread running through the Congolese press as a whole: from colonization to the time of this study, the Congolese press is fundamentally thuri-perroquetic (faithfully transmitting the discourse of the socio-political actor by praising him). With the exception of a part of the pre-independence press that heralded the beginning of biocommunication, i.e. a journalistic approach that puts life, living beings, the environment in which and with which they live, the general interest, the search for truth and the ethical well-being of the journalist at the heart of all communicative activity, the Congolese press, as a whole, relays, repeats almost faithfully the discourse of the most high-profile socio-political actors. It is virtually impossible to liberate the Congo with the thuri-perroquetic media designed by the patrimonialist powers to numb and dumb down the people and perpetuate the occupation of the Congo and, consequently, the suffering of the Congolese people. But it is impossible to remain indifferent to the tragedy and misery of the Congolese people. That's why we see the liberation of the DR Congo through the media as an obligation, an emergency and an existential necessity, based on the practice of what we call biocommunication. In this sense, to liberate the DR Congo, in a perspective of self-

liberation, commitment and appropriation of ICTs, the media of the Petit reste du Congo should be dialogical, truthful, independent, critical, performative, heroic, capable of imagination and creativity. The tragedy of DR Congo is not inevitable. But it is difficult to have a liberated DR Congo without heroic journalists. Hence the importance of journalistic heroism and *biocommunication*.

Keywords

Democratic Republic of Congo, Press, Media, Information and Communication Technologies, Media Ecology, Journalism.

Sumário

INTRODUÇÃO GERAL	17
 CAPÍTULO 1: STATUS DA IMPRENSA CONGOLESA EM CONTEXTO.	 38
1.0. INTRODUÇÃO	38
1.1. STATUS DA IMPRENSA: LEITURAS E INTERPRETAÇÕES.....	38
1.2. PATRIMONIALISMO E/OU NEOPATRIMONIALISMO	45
CONCLUSÃO PARCIAL	56
 CAPÍTULO 2: QUADRO TEÓRICO E CONCEITUAL DE REFERÊNCIA	58
2.0. INTRODUÇÃO	58
2.1. ABORDAGENS E TEORIAS DE REFERÊNCIA	58
2.1.1. TEORIAS DE AGENDA-SETTING	58
2.1.1.1. DEFINIÇÃO DA AGENDA: ELEMENTOS REFERENCIAIS BÁSICOS	60
2.1.1.2. GATEKEEPING E A ORDEM DO DISCURSO	61
2.1.2. A ABORDAGEM DA ECOLOGIA DAS MÍDIAS.....	63
2.1.2.1. INTRODUÇÃO	63
2.1.2.2. ECOLOGIA DAS MÍDIAS: ELEMENTOS DE DEFINIÇÃO, FUNDAMENTOS E QUESTÕES.....	64
2.1.2.3. APARENTES LIMITES EPISTEMOLÓGICOS DA VISÃO NORTE-AMERICANA DE UMA ECOLOGIA MÍDIÁTICA.....	67
2.1.3. A PERSPECTIVA GEOPOLÍTICA.....	69
2.1.3.1. INTRODUÇÃO	69
2.1.3.2. GEOPOLÍTICA: REFERÊNCIAS DE DEFINIÇÃO	69
2.1.3.3. GEOECONOMIA, AVATAR DA GEOPOLÍTICA	71
2.1.4. O ESPAÇO PÚBLICO E A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA	72
2.1.4.1. INTRODUÇÃO	72
2.1.4.2. ESPAÇO PÚBLICO HABERMASIANO: DISCUSSÃO CRÍTICA E EXTENSÕES.	72
2.1.4.3. NOVOS ATORES NO ESPAÇO PÚBLICO	75
CONCLUSÃO PARCIAL	76
 CAPÍTULO 3 : A IMPRENSA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO : CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	 79
3.0. INTRODUÇÃO	79

3.1. DA DIVISÃO BERLINENSE DO BOLO AFRICANO A CONSTITUIÇÃO DO PATRIMONIALISMO BUROCRÁTICO OCIDENTAL	82
3.2. DA CRIAÇÃO DO ESTADO LIVRE DO CONGO (1885-1908) AO PATRIMONIALISMO TOTALITÁRIO-ADMINISTRATIVO DE LEOPOLDO II	85
3.3. O CONGO BELGA (1908-1960) E O PATRIMONIALISMO DE ESTILO COLONIAL BELGA.....	86
3.4. DA CONQUISTA DA LIBERDADE A INDEPENDÊNCIA NOMINAL (1956-1960)	88
3.5. A DIFÍCIL GESTÃO DA INDEPENDÊNCIA E A INTERFERÊNCIA DOS PODERES PATRIMONIALISTAS OCIDENTAIS (1960-1965).....	90
3.6. O REGIME DITATORIAL DE MOBUTU (1965-1997) E A INSTITUIÇÃO DO PATRIMONIALISMO MONARQUICO-ADMINISTRATIVO	92
3.7. DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA CONGOLESA NUM CONTEXTO DE MUDANÇA E TURBULÊNCIA SOCIO-POLÍTICA.....	94
3.8. AMBIENTE SOCIOECONÔMICO E JURÍDICO DE EMERGÊNCIA E EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DE IMPRENSA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	98
3.9. A QUESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	104
CONCLUSÃO PARCIAL	108

CAPÍTULO 4: SISTEMATIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO BALCANIZAÇÃO DO CONGO PELOS PODERES PATRIMONIALISTAS..... 78

4.0. INTRODUÇÃO	78
4.1. OBJETIVOS ECONÔMICOS E EXPANSIONISTAS NO CENTRO DA TRAGÉDIA CONGOLESA	78
4.2. AS GUERRAS DA AFDL: GUERRAS DE AGRESSÃO E OCUPAÇÃO PROPRIAMENTE DITAS DO CONGO	118
4.3. O PATRIMONIALISMO ICEBERG DE JOSEPH KABILA, RECONFIGURAÇÃO DE ALIANÇAS NUM CENÁRIO DE PARTILHA DE PODER E PERENIZAÇÃO DO SISTEMA DE OCUPAÇÃO DO CONGO	131
CONCLUSÃO PARCIAL	143

CAPÍTULO 5: QUADRO METODOLÓGICO DE REFERÊNCIA 146

5.0 INTRODUÇÃO	146
5.1 TEORIZAÇÃO METODOLÓGICA.....	146
5.1.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO: ELEMENTOS DE COMPREENSÃO	146
5.1.1.1. 2. PRÉ-ANÁLISE.....	150
5.1.1.2. 2. A EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	152
5.1.1.3 PROCESSAMENTO, INTERPRETAÇÃO E INFERÊNCIA.....	152
5.1.2. ANÁLISE QUALITATIVA USANDO O SOFTWARE NVIVO 14.....	153
5.1.2.1. TÉCNICA DE ENTREVISTA COMO FERRAMENTA OPERACIONAL PARA ANÁLISE QUALITATIVA USANDO O SOFTWARE NVIVO 14.....	156

5.2 COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	158
5. 2.1. COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS QUANTITATIVOS.....	158
5. 2. 1. 2. JORNAIS DIÁRIOS A SEREM ANALISADOS (2018-2020).....	163
5.2.2. COLETA E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS DA ANÁLISE QUALITATIVA USANDO O NVIVO 14	164
5.2.2. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	166
5.2.2.1. ANÁLISE QUANTITATIVA E GRADE DE LEITURA COMO TÉCNICA DE ANÁLISE E FERRAMENTA METODOLÓGICA	166
5.2.2.1.1. TÉCNICA UTILIZADA: ANÁLISE QUANTITATIVA DE CONTEÚDO.....	166
5.2.2.1.2. SOFTWARE NVIVO 14 COMO FERRAMENTA OPERACIONAL PARA ANÁLISE QUALITATIVA INFORMATIZADA	170
CONCLUSÃO PARCIAL	171

CAPÍTULO 6: O PROCESSO DE MUDANÇA POLÍTICA NA IMPRENSA CONGOLESA: ANÁLISE, APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA PRODUÇÃO (2018-2020)

6.0. INTRODUÇÃO	173
6. 1. ANÁLISE, APRESENTAÇÃO DOS DADOS DE 2018-2019 E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	175
6. 1.1 VIÉS DE CONTEÚDO NA PRODUÇÃO MEDIÁTICA CONGOLESA	175
6. 1.3 Viés temáticas nos jornais congolese em 2018-2019 e 2020.	177
6. 3. ANALISE, APRESENTAÇÃO DOS DADOS QUALITATIVOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	190
6.4. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS.	196
6. 4.1 TRÊS TENDÊNCIAS EDITORIAIS, TRÊS STATUS DE IMPRENSA	196
6.4.1.1. UMA IMPRENSA <i>PAPAGAIÓTICA</i>	196
6.4.1.2. UMA IMPRENSA CRÍTICA	199
6.4.1.3. UMA IMPRENSA HÍBRIDA	202
6.4.2. DA FENOMENOLOGIA DO THURI-PERROQUETIQUE MÍDIÁTICO AO APELO À <i>BIOCOMUNICAÇÃO</i>	206
CONCLUSÃO PARCIAL	211

CAPÍTULO 7: O PARADIGMA INFORMAÇÃO NA ERA DAS TIC E A LIBERTAÇÃO DO CONGO.....

7. 0 INTRODUÇÃO	173
7.1. A IMPRENSA OCIDENTAL E CONGOLESA: UMA LOGICA COMUNICACIONAL DOMINADA PELA MIRAGEM INFORMACIONAL, A MANIPULAÇÃO E O PERROQUETISMO MÍDIÁTICO.....	213
7.2. PETIT RESTE DU CONGO, AS MÍDIAS E A LOGICA DA COMUNICAÇÃO PERFORMATIVA	221
7.3. O HEROÍSMO JORNALÍSTICO: ESSÊNCIA E NECESSIDADE	231
7.4. PROBLEMA DA LINGUA	239

7.4.1. AUTONOMIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E TRATAMENTO INDEPENDENTE DA INFORMAÇÃO.	241
CONCLUSÃO PARCIAL	244
 CONCLUSÃO GERAL.....	 213
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 247
 ANEXOS	 283

Lista de figuras

Figura 1: África é o futuro da França	77
Figura 2: “Bomba de dinheiro africana” – África não é pobre, é saqueada”	78
Figura 3: O mapa da África	81
Figura 4: O mapa da República Democrática do Congo	82
Figura 5: Massacre des civils à Kishishe par le M23: Le bilan passe de 50 à 272 morts dont 17 enfants.....	109
Figura 6: les massacres se poursuivent dans l'Est.....	109
Figura 7: pintura chamada "Inakale", que significa "a sorte foi lançada", "as cenouras estão cozidas"	213

Introdução Geral

A trágica situação que a República Democrática do Congo conhece há mais de meio século tem como causa fundamental o patrimonialismo ocidental. De fato, na mentalidade das potências ocidentais¹ que dividiram a África entre si na Conferência de Berlim em 1885, a República Democrática do Congo é, particularmente, seu patrimônio comum. Em 26 de fevereiro de 1885, representantes dessas grandes potências ocidentais assinaram o Ato Geral de Berlim² que reconhece a Leopoldo II, rei dos belgas, a posse do título privado de um vasto território no coração da África negra, que será batizado de Estado Independente do Congo (atual República Democrática do Congo). Mas o Ato Geral de Berlim vem com uma condição especial: o Estado Independente do Congo deve ser considerado por todos como uma "terra nullius", ou seja, uma terra sem mestre, aberta ao comércio internacional (cf. artigos 4, 5 e 25 da Lei Geral de Berlim de 26 de fevereiro de 1885). Trata-se, em outras palavras, da livre exploração dos recursos naturais congolese pelas potências signatárias do Ato Geral de Berlim, «e isto mesmo que o Rei dos Belgas tratasse todas as terras, devolutas ou não, como sua propriedade pessoal, e reivindicava destas terras o direito sobre todos os produtos» (MBEKI & NGDANDA, 2014, p. 574).

Desde então, a tese patrimonialista não mudou. Prevaleceu após a independência do Congo-Kinshasa em 1960 até hoje. As intervenções da Bélgica e dos Estados Unidos, em julho de 1960, após a independência do país, que levaram à eliminação de Patrice Emery Lumumba³, bem como todas as guerras de agressão

¹ Trata-se de Inglaterra, Portugal, França, Alemanha, aos quais devem ser adicionados a Bélgica, os Países Baixos, os Estados Unidos, a Espanha e um segundo círculo de países destinados a "confirmar o consentimento geral": Áustria-Hungria, Suécia-Noruega, Dinamarca, Itália, Turquia e Rússia (ELIKIA M'BOKOLO: *Afrique noire, histoire et Civilizations*, Tome II, Paris, Hatier-AUPELF, 1992, p. 278)

² Um vasto Tratado em sete capítulos e trinta e oito artigos, acompanhado de dez protocolos e cinco relatórios comentando sobre ele (NDAYWEL, p. 128), sancionando o trabalho da Conferência de Berlim sobre a partição do continente africano, sem os Africanos, por todos os representantes das potências ocidentais, mais os Estados Unidos da América e a Rússia. Essas reuniões ocorreram de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885 (EKAMBO, p. 31) sob a autoridade de Otto von Bismarck (1815-1898), Chanceler Alemão de 1871 a 1890.

³ O Congo tornou-se independente em 30 de junho de 1960. Patrice Lumumba foi o primeiro Primeiro-ministro do Congo. Um verdadeiro panafricanista, habitado pela paixão pela liberdade,

sofridas pelo povo congolês até hoje têm em jogo o controle das matérias-primas do país pelas potências ocidentais. Johan Hari afirma que «a guerra que ocorre no Congo está sendo travada pelos países ocidentais para se apropriar dos metais que fazem da sociedade ocidental do século 21 um mundo bling-bling» (Johan Hari apud MBEKO, 2014, p. 157), ou seja uma sociedade que possui um estilo de vida ostentando várias joias, diamantes, etc. Por sua vez, Cyntia Mckinney, prefaciando o livro de Charles Onana (2009), considera que «são os imensos recursos que sempre atraíram europeus e americanos no Congo e que excitam tanto sua luxúria que se esquecem os seres humanos que habitam este país» (p.7). Para terminar, em 5 de novembro de 1997, Bill Richardson (1997), então embaixador americano na ONU, resumiu perante o Comitê das Relações Internacionais da Câmara dos Representantes os motivos do interesse, particularmente americano, de sua presença na África e principalmente no Congo:

o Congo é um elemento essencial dos interesses americanos na África. Este país possui enormes oportunidades econômicas. Treze por cento do potencial hidrelétrico mundial, 28 por cento das reservas mundiais de cobalto, 18 por cento dos diamantes industriais, 6 por cento das reservas de cobre, terras ricas para a agricultura, uma força de trabalho talentosa e industriosa, metade da floresta tropical da África. O motor do crescimento na África Central é o Congo. É uma ponte entre as economias em desenvolvimento da África Austral e Oriental e os países pobres

dignidade e justiça, Parice Lumumba é justamente considerado o pai e herói da independência da República Democrática do Congo. Também considerado como um verdadeiro mártir e herói da África, da humanidade, em suma do mundo livre, Lumumba foi assassinado em Elisabethville, atual Província de Katanga, com seus colaboradores Maurice Mpolo e Joseph Okito, em 17 de janeiro de 1961, pelas potências ocidentais, os Estados Unidos da América (com o Project Wizard implementado pela CIA com a bênção do presidente dos EUA Eisenhower), a Bélgica (com o Plano Barracuda) e a Grã-Bretanha na liderança. Lumumba foi assassinado porque defendeu a independência e a soberania do Congo. Ele morreu por recusar a balcanização do Congo e o controle dos recursos naturais congolezes pelos americanos e outras potências ocidentais. Em um livro de 900 páginas intitulado Congo, 1960–1968 (HOWARD, 2013), o Departamento de Estado dos EUA reconhece seu envolvimento na derrubada e assassinato de Patrice Emery Lumumba. Além disso, em uma carta de 11 de abril à revista London Review of Books (Vol. 35 No. 9 · 9 de maio de 2013), David Lea relata a afirmação de Daphne Park, uma ex-executiva do serviço de inteligência britânico conhecido como MI6, segundo a qual ela "organizou e participou do assassinato de Patrice Emery Lumumba em 1961. «Nós fizemos, eu organizei» («Nós organizamos, eu organizei»), escreve Daphne Park. Uma comissão de inquérito parlamentar belga em 2001 sobre a morte de Patrice Emery Lumumba concluiu que a Bélgica tinha “responsabilidade moral”. Antes de morrer, em uma carta a Pauline, sua esposa, Lumumba expressou sua fé no belo futuro do Congo e da África:

da África Central. Estabilidade no Congo significa estabilidade para a maior parte da África⁴ (BILL RICHARDSON, 1997, p. 7).

Sinceramente, não há guerra sem motivo econômico.

Nesse sentido, para os patrimonialistas, todos os meios são bons para pilhar, explorar, espoliar e despojar o patrimônio congolês. A exploração sistemática do Congo por Léopold II, por exemplo, foi exercida com rara crueldade. Durante o período de 1885-1908, muitos crimes contra a humanidade foram cometidos e a população diminuiu. Os historiadores calculam em cerca de cinco milhões o número de pessoas que perderam a vida sob o sistema colonial (HOCHSCHILD, 1998). Durante o período Léopold II e em anos que se seguiram, a população do Congo diminuiu à metade. Adam Hochschild (1998) fala mesmo de cinco a oito milhões de mortos, talvez mesmo dez milhões entre os anos 1880 e a Primeira Guerra Mundial. O Congo é mais que um holocausto esquecido. Mutilações, decapitações, humilhações, açoitamentos em público, etc., foram o pesado tributo pago por milhões de congoleses para que a Bélgica saísse da pobreza, prosperasse e acesse como se estivesse de cabeça erguida no conserto das nações ditas civilizadas (UBOLE & YUMBI, 2017). Além disso, mais de 6 milhões de congoleses morreram desde as guerras de agressão impostas à República Democrática do Congo de 1998 até hoje. Perante os lucros gigantescos que as multinacionais podem obter com a exploração abusiva da riqueza congolesa, o ser humano parece não ter valor.

Para perpetuar o seu sistema na República Democrática do Congo, os patrimonialistas instauraram um vasto regime de ocupação do país por Ruanda, Burundi e Uganda interpostos com a cumplicidade de Joseph Kabila, considerado como um «cavalo de Tróia» (MBEKO & NGBANDA, 2014, pp. 453-473), devido à sua falsa identidade congolesa que o torna um agente secreto sem precedente. Este conjunto Ruanda-Burundi-Uganda-Kabila é apenas a cabeça do iceberg do

⁴ Tradução pessoal. No texto original: «The Congo is an essential element of American interests in Africa. The Congo is an essential element of American interests in Africa. There are tremendous economic opportunities in that country. Thirteen percent of global hydroelectric potential, 28 percent of the world's reserve of cobalt, 18 percent of industrial diamonds, 6 percent of copper reserves, rich lands for agriculture, a talented and industrious work force, one half the rain forest in Africa. The engine of growth for central Africa is the Congo. It's a bridge between developing economies in southern and eastern Africa, and poor central African nations. Stability in Congo means stability for much of Africa » (BILL RICHARDSON. Déclaration devant le comité des Relations internationales de la Chambre des représentants, New York, 1997, p. 7).

patrimonialismo ocidental. Financeiramente fracos, Ruanda, Burundi e Uganda são incapazes de ocupar a República Democrática do Congo por conta própria. Para os serviços militares americanos, Ruanda e Uganda são uma «fechadura no acesso aos imensos recursos estratégicos da África Central, como uma forma de penetração para o Zaire (atual República Democrática do Congo) e o sul do continente» (AMBROSETTI, 2009, p. 98). Paul Kagame de Ruanda, Yoweri Museveni de Uganda, por meio de seus respectivos exércitos, têm a tarefa de tomar o controle do Congo, balcanizá-lo, enfraquecê-lo permanentemente ou mantê-lo numa situação permanente de não-estado em proveito dos poderes patrimonialistas (MBEKO & NGBANDA, 2014).

Assim, em outubro de 1996, apoiados pelas potências ocidentais, os Estados Unidos da América na cabeça, com o apoio do Canadá, Bélgica e Grã-Bretanha, Ruanda e Uganda atacaram o Zaire «sob o pretexto de uma rebelião liderada pelos zairianos e tutsis ruandeses que vivem no Zaire chamados de Banyamulenge» (MBEKO, 2014, p.129). Esta guerra levará ao extermínio de centenas de milhares de refugiados ruandeses no Zaire, numerosos massacres dos congoleses e a derrubada do presidente Mobutu, em 17 de maio de 1997. Ruanda, Uganda e os Estados Unidos colocam Laurent Désiré Kabila no poder. Mas por se recusar a ceder grande parte do leste do Congo ao Ruanda, Burundi e Uganda, o regime de L.D. Kabila será vítima de várias guerras de agressão pelos grupos criados, apoiados e armados, principalmente, pelo Ruanda, Uganda em cumplicidade com as potências ocidentais. Em 16 de janeiro de 2001, L. D. Kabila foi assassinado em seu palácio por aqueles que se consideram os legítimos mestres do Congo.

Laurent Désiré Kabila foi rapidamente substituído por um sujeito ruandês Joseph Kabila cujo nome real seria Hyppolite Kanambe (MBEKO & NGBANDA, 2014). Em 8 de agosto de 2008, Sassou Nguesso declarou a Pierre Péan (2010) o seguinte: «Joseph Kabila é comparável ao Cavalo de Tróia. No dia, é oficialmente contra Kigali, mas à noite, ele caminha com Kagame. Porém, é à noite que coisas importantes acontecem na África» (PÉAN, 2010, p. 418). Segundo Helmut Strizek (2010), Kagame obteve de seus aliados americanos e europeus que o Congo fosse governado por um jovem ruandês inocente, na pessoa de Joseph Kabila. Isso permitiria ao Ruanda apoderar-se das riquezas do Congo, mas também perpetuar o sistema de ocupação do Congo.

Entre as missões atribuídas a Joseph Kabila estão, entre outras, a perpetuação do sistema de ocupação do país, a destruição e/ou desorganização das instituições civis e militares congoleesas a favor do processo de balcanização. Por meio de uma estratégia de infiltração institucionalizada, Joseph Kabila e seus patrocinadores conseguiram infiltrar mais de 35.000 soldados ruandeses em vários cargos importantes do exército, polícia e administração congoleesas (MBEKO & NGBANDA, 2014). Doravante, qualquer avanço militar congolês contra os agressores deve ser abrandado, refreado ou mesmo sufocado. É o caso, por exemplo, do General Prosper Nabyolwa, comandante da 10ª região militar do Sul-Kivu, em seguida de seu sucessor, «General Félix Mbuja Mabe, que defendeu a República Democrática do Congo contra os combatentes do CNDP apoiados e armados pelo Ruanda, que foram transferidos por Joseph Kabila para longe do teatro de operações». (MBEKO & NGBANDA, 2014, pp. 486-487).

Segundo Braeckman (2007), Joseph Kabila escolhe oficiais das Forças Armadas da República Democrática do Congo (FRDC) de origem ruandesa ou congoleesas aliados com ruandeses para liderar as tropas congoleesas no combate contra as tropas ruandesas. Esses oficiais ruandeses da FRDC «comunicam sua posição com antecedência aos oficiais ruandeses que, dessa forma, organizam emboscadas nas quais as tropas congoleesas caem. (BRAECKMAN, 2007). Em dezembro de 2007, na localidade de Mushake, perto de Goma, «mais de 2.500 soldados do exército congolês envolvidos na operação para libertar a província de Kivu foram mortos em uma emboscada pelos combatentes ruandeses liderados pelo general tutsi Laurent Nkunda, membro dos serviços de inteligência ruandeses» (MBEKO & NGBANDA, 2014, pp. 373), e 600 ficaram feridos. Impressionante equipamento militar foi apreendido pelo inimigo, incluindo 6 toneladas de munição, 15.000 caixas de granadas, 15 mísseis terra-ar (BRAECKMAN, 2007).

Para manter o sistema de ocupação no Congo e permitir o controle do patrimônio congolês pelas potências ocidentais, Joseph Kabila estabelece uma ditadura incontestável. Ele silencia a oposição. Assassínatos políticos se tornam o modo operacional do regime de Kabila e todas as manifestações são brutalmente reprimidas no sangue. Não passa um dia sem as notícias de «massacre de congoleesas, mulheres e crianças enterradas vivas, aldeias inteiras queimadas, populações inteiras deslocadas de seus territórios originais, violência sexual» (UBOLE & YUMBI, 2017, p. 174). Em 31 de janeiro de 2017 e 1 de fevereiro, a

polícia, depois o exército, reprimiu no sangue 104 congoleses durante uma manifestação organizada pela seita Bundu dia Kongo (BDK) em protesto contra a derrota de seu líder Né Muana Nsemi na eleição para o governador da província de Bas-Congo. Né Muana Nsemi suspeita a coalizão de Kabila de «subornar os deputados provinciais para ganhar injustamente esta eleição» (MALU-MALU, 2014, p. 256). Por seu lado, o ativista dos direitos humanos, Floribert Chebeya, presidente da organização não-governamental *Voz dos Sem Voz* (VSV), que estava investigando a tragédia de Bundu dia Kongo e estava se preparando para abrir um processo perante ao CPI pelas atrocidades cometidas contra os seguidores de BDK, foi assassinado com seu motorista, Fidèle Bazana, pelo regime de Koseph Kabila (MALU-MALU, 2014).

Além disso, Joseph Kabila confisca as liberdades fundamentais. Por causa de seu trabalho, jornalistas são presos, detidos, torturados, assassinados. Em 13 de junho de 2007, o jornalista «Serge Maheshe foi assassinado em Bukavu (capital da província do Sul-Kivu) quando estava saindo da casa de um amigo. Didace Namujimbo, 34 anos de idade, jornalista da Rádio Okapi, também foi assassinado, sexta-feira, em 21 de novembro de 2008» (JOURNALISTS EN DANGER, 2008, p. 11). Frequentemente, o regime em vigor atua para cortar a internet e os sinais de rádios e televisões que não compartilham seu pensamento único. Joseph Kabila, portanto, mostra seu desejo de controlar a informação.

Enquanto isso, há um silêncio das mídias nacionais em torno da questão da ocupação da República Democrática do Congo, dos massacres e atrocidades indescritíveis, no centro dos quais estão os poderes patrimonialistas de Ruanda e Uganda. A imprensa congoleza dificilmente trata do problema das potências ocidentais que ocupam o Congo, massacram e exploram suas riquezas pelo Ruanda e Uganda interpostos. É, portanto, relevante analisar os principais órgãos da imprensa congoleza, por um lado, e por outro, questionar os profissionais dos meios de comunicação para compreender as causas profundas do comportamento da imprensa congoleza, bem como o seu verdadeiro status. Obviamente, como mostraremos a seguir, na era das TIC é difícil para o regime de ocupação de Joseph Kabila ter controle absoluto sobre a informação. Há, portanto, razões para acreditar na possibilidade do surgimento de outro tipo de discurso das mídias, capaz de libertar o país da ocupação estrangeira e induzir mudanças sociopolíticas na República Democrática do Congo.

Os dois tipos de comportamento que se chocam no cenário político congolês desafiaram-me e despertaram meu interesse em compreender o status e a situação da imprensa congoleza na era das TIC em face da ocupação da República Democrática do Congo e da situação dramática do povo congolês. De facto, por um lado, existe o regime de ocupação dominante que procura controlar a informação com vista à balcanização da RD do Congo e à perpetuação do sistema patrimonialista; do outro lado, surge um *Pequeno resto do Congo* ou *Petit reste du Congo*⁵, que graças às Tecnologias da Informação e Comunicação, é determinado a libertar a República Democrática do Congo de seus ocupantes, a descolonizar o regime ditatorial e da ocupação de Joseph Kabila. Os congolezes escrevem, usam as mídias para lutar contra a ocupação da República Democrática do Congo⁶.

Esse Pequeno resto do Congo vem constituindo um espaço de desdobramento de um discurso alternativo em relação a hegemonia da classe política dominante. Ele procura destacar a relatividade de qualquer discurso político. Segundo esse Pequeno resto do Congo, as afirmações e ideias apresentadas no passado pelo regime de Kabila como verdades intangíveis, fundadoras e únicas necessárias poderiam ser questionadas (FRÈRE, 2016). Esse quadro sociopolítico híbrido⁷ em que a imprensa opera motiva e inspira estudos relevantes sobre o que realmente tem sido o status da imprensa, bem como as possíveis diferentes lógicas de comunicação a ele relacionadas.

Como pudemos ver, nossa pesquisa de doutorado é fruto do cruzamento de nossa problemática do Mestrado e da nova situação que doravante caracteriza o cenário político congolês. Trata-se da vontade de apropriação da imprensa na era das Tecnologias da informação e da comunicação, por boa parte dos atores da paisagem sociopolítica congoleza, além dos do regime dominante, para produzir

⁵ Trata-se de um grupo de congolezes formado por públicos comuns excluídos das mídias hegemônicas e de paisagem política, ou seja, pessoas pobres, associações e até mesmo parte da imprensa *papagaiótica* cansada de uma vida dissoluta, de um sistema político minado pela corrupção e pela má governança, um poder autocrático que não é mais capaz de atender aos requisitos mínimos dos cidadãos congolezes, em particular o pagamento de salários, bolsas e pensões, o respeito à liberdade de pensar, bem como acesso ao emprego e serviços públicos.

⁶ É neste quadro que Patrick Mbeko et Honoré Ngbanda, por exemplo, escreveram juntos um livro intitulado: *Stratégie du chaos et du mensonge. Poker menteur en Afrique des Grands Lacs*, publicado pelas edições l'Érable em 2014.

⁷ Constitucionalmente estabelecido como democrático, o regime de Joseph Kabila, em prática, impôs a imagem de um regime ditatorial, mergulhando o país em uma situação política híbrida, impactando, de alguma maneira, o conteúdo das empresas mediáticas.

outros paradigmas de comunicação descolonizadores do sistema político de ocupação em vigor.

Com efeito, no mestrado, foi possível mostrar que num contexto sociopolítico, marcado, em particular, pelos constrangimentos sociológicos, financeiros e políticos, uma imprensa que, ao mesmo tempo, não dispõe de meios adequados para o seu funcionamento, nem de uma ética coerente que enquadra sua prática, pode facilmente se tornar *papagaiótica*⁸ da ação da elite detentora de um duplo capital político e financeiro e, ao mesmo tempo, gerar uma classe política medíocre. Foi o que aconteceu com a imprensa da República Democrática do Congo durante o reinado sem partilha do regime de ocupação de Joseph Kabila de 2006 a 2011, período que marcou nossa pesquisa do Mestrado. Nesse período das investigações, as modalidades discursivas mobilizadas pela imprensa não apenas sofreram, direta ou indiretamente, a interferência do regime dominante na orientação de sua linha editorial, mas também revelaram o hibridismo político imposto pelo regime de Joseph Kabila.

O quadro político ditatorial congolês dominante interfere diretamente na orientação da política editorial da imprensa, concedendo subsídios e financiamento às empresas de imprensa e indiretamente, ao comprar espaço nos jornais para publicar suas notícias. Essa interferência coloca a evolução da imprensa congoleza em uma perspectiva de dependência política, econômica e financeira. É, portanto, uma postura tática de alinhamento editorial com a ideologia política dominante, em detrimento do ideal de interesse público, objetividade, verdade e democracia, sob o qual se fundamentariam a legitimidade e a credibilidade da função própria da imprensa. Essa imprensa congoleza era vista como a mediatização quase exclusiva do sistema de ocupação, das opiniões dos atores políticos dominantes, excluindo do circuito das mídias as opiniões de outros atores sócio-políticos e questionando sua própria função de garantidora e guardiã da liberdade, da diversidade de pontos de vista e, finalmente, do incontestável recurso dos cidadãos.

O que parece ser debatido nesse modelo de imprensa *papagaiótica* é o difícil surgimento de um bom jornalismo, ou seja, «nem dirigido por interesses pessoais,

⁸ Trata-se de uma imprensa equivocada e extraviada, desprovida de normas clássicas de objetividade, ou seja, dessa distância crítica da realidade que permitiu que a prática «parecesse legítima no movimento de constituição de um espaço público para debate» (PICHETTE, 2007, p. 18). Essa imprensa é caixa de ressonância de modalidades discursivas de partidos políticos ou da ação de qualquer elite que detenha poder político e financeiro.

nem vendido a interesses de outros, nem estrategista astuto, nem estúpido nem manipulado» (CORNU, 2009, p. 384); é também a omissão de levar em consideração o poder, o que as mídias podem sustentar porque são capazes de condicionar o comportamento de outros poderes e evitar os «males» (TOCQUEVILLE, 1981, p. 198). As relações entre políticos e jornalistas levantam a questão da liberdade de expressão. Na República Democrática do Congo, essa liberdade, se não é amordaçada pela repressão, pode ser pelo financiamento da imprensa por parte de personalidades e partidos políticos. A conspiração entre proprietários de jornais e políticos, com a lealdade resultante, dá origem a uma forma de poder que pode facilmente contornar a democracia clássica, estabelecendo uma ditadura de opinião.

Sublinhamos, a esse respeito, que também é colocado em debate no modelo de imprensa *papagaiótica* a dependência do tratamento de informações em relação à ação dos governantes, bem como as questões sobre a possibilidade ou não da existência de outros modelos de imprensa mediando outros tipos de discursos relacionados aos demais campos sociopolíticos diferentes da classe política dominante. É importante ressaltar que a dependência da imprensa distorceria certos desafios sociais da informação que poderiam ser traduzidas como «a ocupação pela imprensa do terreno da formação das populações com uma nova cidadania, populações capazes de entender os desafios de seu futuro, de assumir a responsabilidade de reivindicar e proteger seus direitos em relação à gestão dos assuntos públicos» (BAYI SANIBAGUY-MOLLET, 2003, p.74).

Como podemos ver, a interferência do regime de Joseph Kabila na orientação da imprensa resulta do desejo dele de exercer o controle absoluto sobre a imprensa congoleza e de excluir do campo político congolês qualquer ator sócio-político que se afaste de sua ideologia. Em outras palavras, o regime de Kabila é movido pelo desejo de impor ao povo congolês o modelo da imprensa *papagaiotica* e de excluir da paisagem midiática congoleza qualquer possibilidade da existência de outros modelos de imprensa além da imprensa *papagaiótica*, com o objetivo de perpetuar o sistema de ocupação e materializar o processo de balcanização da RD do Congo. Como dito acima, por meio de serviços interpostos, políticos, legislativos e financeiros, o regime de Joseph Kabila impõe indiretamente uma linha editorial às empresas de imprensa. Para conseguir isso, o regime de Kabila compra espaço nos jornais para publicar artigos ou comunicados de imprensa em sua glória.

Estamos aqui na lógica do pronto-a-vestir. As publicações de jornais como *L'Avenir* e *La Colombe* dão conta dos nossos comentários.

Mas sublinhemos, a este respeito, que o desejo do regime de Kabila de controlar a informação para melhor dominar o povo congolês era sem levar em conta a teoria do Pequeno resto, bem como a irrupção das Tecnologias da informação e comunicação no cenário político congolês. De fato, ainda existe um Pequeno resto do Congo que, diante do poder autoritário que o condena ao silêncio absoluto e consciente de sua responsabilidade de libertar o seu país da ocupação estrangeira, recusando-se a ser submisso, ousa falar de maneira diferente do regime em vigor. Em seu livro *Journalisme d'Afrique*, Marie-Soleil Frère (2016) afirma que «mesmo onde o governo garantiu seu domínio sobre o espaço das mídias, os contra-discursos sempre subsistiram, combatendo diretamente ou minando sutilmente os fundamentos do poder em vigor» (p. 103). Além disso, na era das Tecnologias da informação e comunicação, é absurdo e utópico o desejo de exercer controle absoluto sobre as mídias e a informação. Com o advento das TICs, cada cidadão pode divulgar ou transmitir informações de onde que esteja. Para comunicar atualmente, ninguém precisa da permissão de ninguém. A política de ver tudo, controlar tudo e saber tudo não pôde antecipar ou impedir os eventos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América (LACHAUD, 2011), menos ainda o ataque do Hamas contra Israel, em 7 de outubro de 2023⁹, enquanto os serviços de inteligência israelenses são considerados entre os mais eficazes do mundo e cujos agentes são reconhecidos entre os mais eficientes do mundo, em termos de vigilância eletrônica por exemplo¹⁰. Julian Assange afirma que «a capacidade oferecida pela internet, pela primeira vez na história, de permitir que um homem divulgue informações a milhares de outros é o antídoto face à tentação de poderes de todos os tipos de exercer vigilância maciça sobre a população»

⁹ [www.francetvinfo.fr. Attaque du Hamas contre Israël : les failles des services de renseignement.](https://www.francetvinfo.fr/monde/proche-orient/israel-palestine/attaque-du-hamas-contre-israel-les-failles-des-services-de-securite_6109605.html#:~:text=Attaque%20du-,Hamas%20contre,-Isra%C3%AB1%C2%A0%3A%20les%20failles) Disponible dans : https://www.francetvinfo.fr/monde/proche-orient/israel-palestine/attaque-du-hamas-contre-israel-les-failles-des-services-de-securite_6109605.html#:~:text=Attaque%20du-,Hamas%20contre,-Isra%C3%AB1%C2%A0%3A%20les%20failles. Acesso em 15 de outubro de 2023.

¹⁰ [www.francetvinfo.fr. Attaque du Hamas contre Israël : les failles des services de renseignement.](https://www.francetvinfo.fr/monde/proche-orient/israel-palestine/attaque-du-hamas-contre-israel-les-failles-des-services-de-securite_6109605.html#:~:text=Attaque%20du-,Hamas%20contre,-Isra%C3%AB1%C2%A0%3A%20les%20failles) Disponible em : https://www.francetvinfo.fr/monde/proche-orient/israel-palestine/attaque-du-hamas-contre-israel-les-failles-des-services-de-securite_6109605.html#:~:text=Attaque%20du-,Hamas%20contre,-Isra%C3%AB1%C2%A0%3A%20les%20failles. Acesso em 15 de outubro de 2023.

(ASSANGE apud ENGLEBERT (cord), 2017, p. 8). Michael Leslie (2002), por sua vez, destaca que a internet «conscientiza os cidadãos sobre o que está acontecendo na arena política, ajudando-os a aumentar seu poder» (p. 124). Outra contribuição potencial da internet, de acordo com Michael Leslie (2002), é sua capacidade de ampliar «o horizonte comunicacional dos cidadãos, dando-lhes a possibilidade de buscar informações de fontes que não estão disponíveis em outro lugar» (p. 124). Em outro registro de linguagem, o público pode recorrer a múltiplas fontes de informação e entretenimento (FRÈRE, 2016).

Portanto, é lógico afirmar que as novas Tecnologias da informação e da comunicação tornam a informação incontrollável e alteram as condições sobre as quais a opinião pública é gerada e compartilhada pela dinâmica interna e externa. No mesmo livro, *Journalisme d'Afrique*, Marie-Soleil Frère (2016) mostra como no país onde a situação política interna é estritamente controlada, a oposição política, graças à internet, pôde «animar sites da internet no exterior, circulando informações alternativas: se elas trazem uma perspectiva diferente das notícias nacionais» (p. 149). Mattelart (2009) apontou, por sua vez, que um dos primeiros impactos da chegada da internet nas mídias e no público da África francófona, sem dúvida, houve o aumento da participação da diáspora nos debates locais. Os primeiros fóruns on-line testemunharam a participação ativa de cidadãos expatriados no exterior, reconectados à política local graças ao imediatismo e ao poder da interação da internet (MATTELART, 2009).

Na República Democrática do Congo, embora fracamente integradas à sociedade, mas amplamente utilizadas graças à telefonia móvel e à internet, as Tecnologias da informação e da comunicação ofereceram «novas capacidades de difusão. Uma presença on-line torna possível alcançar um público mais geograficamente distante» (FRERE, 2016, p. 153). Essas tecnologias aumentaram o fluxo de informações em circulação. Elas permitiram que qualquer congolês com um dispositivo digital transmitisse determinadas informações sem precisar buscar permissão do regime de ocupação de Joseph Kabila (PORTA, 2018).

Como podemos perceber, a incontrollabilidade da informação permite a existência de outro tipo de imprensa e outra lógica de comunicação fornecida pelo Pequeno resto do Congo. Este está indignado com o holocausto que está ocorrendo no Congo. Ele também é movido pelo desejo de libertar a República Democrática do Congo dos poderes patrimonialistas e do sistema de ocupação, pondo fim à

economia do caos que permite às multinacionais anglo-americanas, gravitando em torno de Joseph Kabila, colher lucros às custas do povo congolês. Além disso, a voz do Pequeno resto do Congo, até então, praticamente não tinha lugar no espaço nas mídias tradicionais controladas pelo regime de ocupação de Kinshasa. A partir de agora o Pequeno resto do Congo pode legitimamente disputar com o regime de Kabila o espaço de configuração da opinião pública, dando origem a interpretações alternativas do político, do social, dos direitos humanos, do econômico, do meio ambiente, etc.

Assim, graças à internet, as vozes de muitos congoleses, simbolizados no que chamamos de Pequeno resto do Congo, há muito reprimidas pelo regime de ocupação de Kabila, podem desempenhar um papel libertador e de contra-poder. Além disso, podem adicionar o imprevisível ao plano do regime Kabila, revertendo o tempo político do regime de Kinshasa, ao revelar os fatos e descobrir para o público o que o poder de Kabila pretendia ocultar. Nesse sentido, o *Pequeno resto do Congo* pode gerar outros paradigmas de comunicação descolonizando o sistema político de ocupação, pode trazer mudanças sócio-políticas no país, impor às mídias tradicionais (especialmente internacionais) uma agenda incomum, a de denunciar as disfunções e os não-ditos do regime de Kabila, notadamente «a balcanização do país, a espoliação sistemática da riqueza do país, o enfraquecimento do exército congolês, a concessão da nacionalidade congolesa a tutsis ruandeses não pertencentes a nenhuma das tribos congolesas» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 321), as graves violações dos direitos humanos, manipulação política, corrupção, desvio de dinheiro público. Este Pequeno resto do Congo pode, portanto, pressionar os dignitários do regime e os poderes patrimonialistas a comparecerem perante o tribunal da opinião pública nacional e internacional. Dessa forma, sendo relativos o controle e o domínio da informação pelo regime de ocupação Kabila, o campo dominante da ação política deixa de ser a única instância legítima da construção social do sentido. Como apontado acima, outros modelos de pensamento, até mesmo da imprensa, agora são possíveis. Portanto, é do interesse dos atores sociopolíticos não pertencentes ao regime dominante de Kinshasa se libertarem dos órgãos das mídias do governo, tendo uma orientação específica para se formar por outros canais, ouvir outros discursos que provavelmente desmerecerão o discurso patrimonialista e ditatorial imposto aos congoleses por várias décadas.

Além disso, o quadro de produção da informação, cansada da interferência do regime na orientação de sua política editorial, também pode se libertar da tutela do governo, ou seja, dos interesses políticos, para se forjar uma linha editorial constante e independente. A responsabilidade jornalística, definida primeiro por padrões éticos, é determinada pela independência e autonomia profissional. Essas são as condições necessárias para a prática jornalística. Daí a urgência e relevância das seguintes questões: Num contexto de ocupação do país e de apropriação das Tecnologias de informação e comunicação, qual era realmente o status da imprensa congoleza durante o período de nossas investigações? Que lógica de comunicação traduz o conteúdo das mídias congolezas? Quais leis regulam a atividade jornalística no Congo? Como entender o silêncio das mídias congolezas diante da tragédia congoleza e da ocupação do Congo? Como o jornalista realiza sua atividade profissional nesse contexto de ocupação e diante de tais constrangimentos? Diante do desafio de libertar o país do sistema de ocupação, quais paradigmas colocar em evidência para combater os poderes patrimonialistas de ocupação do Congo, a infeodação de uma certa imprensa? É a toda essa série de perguntas que esta pesquisa responde.

O objetivo do nosso trabalho é compreender o status da imprensa congoleza na era das Tecnologias de informação e comunicação numa República Democrática do Congo ocupada pelos poderes patrimonialistas. Estes últimos mostram o seu desejo de controlar a informação a fim de impor um modelo de imprensa único ao povo congolês e de continuar a explorar a riqueza congoleza. Contudo, na medida em que, na era das tecnologias de informação e comunicação, o controlo absoluto da informação é difícil em qualquer contexto social e político, a existência de vários modelos de imprensa, com diferentes paradigmas de comunicação, é possível. Na era das Tecnologias da informação e comunicação, é impossível, se não um absurdo, conceber o quadro político dominante como a única instância social legítima de construção social de sentido e de interferência na orientação editorial das mídias. Com as Tecnologias de informação e comunicação, especialmente a internet, surgem construções paralelas de informações, afetadas por outros constrangimentos e quadros de interferência, diferentes do quadro político dominante, susceptíveis de falar de maneira diferente e provocar mudança política. De fato, são esses constrangimentos, suas repercussões no processamento da informação, bem como no produto mediático em si, que colocamos em perspectiva

neste trabalho, afim de identificar os diferentes modelos de imprensa, bem como os paradigmas de comunicação que resultam deles. O vocabulário e a estrutura dos textos utilizados na imprensa nunca são neutros. Assim, é necessário examiná-los «em relação a vários tipos de constrangimentos, desde os constrangimentos técnicos da produção da Revista [...] até os constrangimentos mais importantes, dados pela atmosfera ideológica da imprensa» (MIEGE, et al., 1986, p. 24).

No que diz respeito ao nosso trabalho, as modalidades discursivas mobilizadas na imprensa congolese, podem sugerir três status de imprensa, denotando uma dependência do tratamento de informações em relação ao regime de ocupação de Kabila, ou um então desejo de apropriação da imprensa pelo Pequeno resto do Congo, excluído das mídias oficiais, a fim falar diferentemente e de produzir paradigmas de comunicação, susceptíveis de libertar o país da ocupação de poderes patrimonialistas. Esses modelos de imprensa são os seguintes: a imprensa *papagaiótica*, cuja estrutura político-financeira dominante influencia substancialmente a orientação editorial, a imprensa híbrida traduzindo uma lógica híbrida de comunicação e a imprensa crítica ou performativa, ou seja, uma imprensa que performa o público e que, numa perspectiva persuasiva e pela força dos argumentos, suscita o debate de princípios e ideias, estrutura as preocupações e o conhecimento do público, ilumina e direciona o julgamento do público sobre a ocupação e a espoliação da riqueza do país, bem como sobre outros assuntos da sociedade, molda a percepção pública e permite que se aproprie de questões sócio-políticas do país e do mundo.

Do ponto de vista da análise de conteúdo qualitativa, nossa hipótese de trabalho foi confirmada. A imprensa escrita congolese tem três modelos de imprensa: a imprensa *papagaiótica*, a imprensa híbrida e a imprensa crítica. A imprensa *papagaiótica* é essencialmente um instrumento, um simples auxiliar dos detentores do duplo poder político e econômico, mas acima de tudo da ação do Chefe de Estado. O discurso mediático é então aquilo que Yves de La Haye chama de «informação pura ou cozinhar em fogo baixo », ou seja, "fatos em bruto, notícias em bruto, informação neutra..." (ESQUENAZI, 2002, p. 125). Vários entrevistados referiram a capacidade da imprensa congolese para transmitir e repetir fielmente o discurso do ator sociopolítico congolês com maior perfil político e econômico.

No que diz respeito à imprensa crítica, de acordo com os jornalistas entrevistados, alguns jornais da imprensa congolese se destacam da imprensa estatal

por sua determinação e vontade de despertar a consciência crítica da população e de publicar fatos considerados indignos pela imprensa oficial. Aqui, as informações são processadas, explicadas, analisadas, criticadas e comentadas. A imprensa escrita congoleza também é híbrida. É um modelo de imprensa que se considera neutro em seus métodos discursivos e na apresentação dos fatos para evitar tanto a ira da estrutura sociopolítica dominante quanto a deslegitimação do jornal pelos leitores congolezes. Nesse modelo de imprensa, os jornalistas têm o dever de se submeter ao ditame do equilíbrio das mídias no interesse da paz social, mas também ao ditame da imparcialidade e da neutralidade na apresentação de informações fatuais, sejam elas da oposição ou do poder dominante. Deve-se ressaltar, nesse sentido, que a descrição dos três status da imprensa mencionados acima só é possível com base na análise de dados qualitativos usando o software Nvivo 14¹¹. Em outras palavras, só é possível distinguir a imprensa congoleza em várias categorias analisando as entrevistas que realizamos com os jornalistas. Mas a análise quantitativa de conteúdo não nos diz o suficiente sobre os três status da imprensa. No entanto, permite-nos, estabelecer um fio condutor que atravessa e estrutura a imprensa escrita congoleza no seu conjunto: desde a colonização até ao momento em que escrevemos, a imprensa congoleza é fundamentalmente *thuri-perroquette* (o ato de retransmitir e repetir fielmente o discurso de quem paga mais, elogiando o ator sociopolítico). Em outras palavras, com exceção, em certa medida, de uma parte da imprensa pré-independência, que marcou o início da chamada *biocomunicação* e de alguns elementos de distinção da imprensa crítica, existe um *thuriferisme* (uma forma de elogiar alguém ou um sistema

¹¹ O Nvivo é um software de análise de dados qualitativos assistido por computador (CAQDAS). Ele foi projetado para dar suporte aos pesquisadores em sua organização, descoberta e colaboração, e para fornecer informações de primeira classe em tempo recorde. Mais do que um simples software de organização e gerenciamento de dados, o Nvivo é uma ferramenta essencial para o planejamento, a coordenação de equipes, a revisão de artigos, a elaboração de pesquisas, a análise de dados e a elaboração de relatórios. O objetivo do software é, portanto, apoiar a pesquisa qualitativa e de métodos mistos, facilitando a coleta, a organização e a análise de conteúdo de uma ampla gama de dados: entrevistas, discussões em grupo, documentos de áudio e vídeo, redes sociais e páginas da Web etc. Como parte de nosso trabalho, usamos a versão 14 do Nvivo. Essa versão mais recente nos permitiu estruturar o corpus de nosso estudo, facilitando o uso, a análise e a produção de resultados de pesquisa. Além disso, com o Nvivo 14, os pesquisadores agora podem abrir e sincronizar seus projetos no Windows ou no Mac. [www.ritme.com. Nvivo](https://ritme.com/software/nvivo/#:~:text=R%C3%A9f%C3%A9rence%20for-,l%E2%80%99analysis%20of%20data%C3%A9s,-non%20structur%C3%A9s%20and). Disponível em: <https://ritme.com/software/nvivo/#:~:text=R%C3%A9f%C3%A9rence%20for-,l%E2%80%99analysis%20of%20data%C3%A9s,-non%20structur%C3%A9s%20and>. Acesso em: 4 de julho de 2023.

excessivamente) tingido de *perroquetismo* em toda a paisagem mediática congoleza. No seu conjunto, as empresas de imprensa revelam-se como a voz, a correia de transmissão, a mediação do quadro sociopolítico dominante, mas também de qualquer outro ator congolês ou não congolês com um duplo capital político e econômico. A imprensa congoleza transmite fielmente o discurso do político congolês mais bem cotado, quer se trate de um opositor ao quadro político dominante ou de um ator social que deseja publicitar suas ações.

É, pois, evidente que a grande parte dos jornalistas congolezes entrevistados quis conformar-se com o que se diz na opinião congoleza sobre as mídias em geral e a imprensa escrita congoleza em particular. De fato, com o fim do sistema de partido único e a partir da Conferência Nacional Soberana de 1991-1992, as mídias alinharam-se com as duas tendências políticas da época, defendendo frequentemente as suas opiniões e interesses com grande paixão. Os cerca de doze títulos publicados regularmente eram rotulados. Atualmente, fala-se de jornais "verdes" ou "vermelhos", consoante estejam politicamente próximos do governo no poder ou da oposição. Os jornalistas próximos da oposição (*Le Potentiel*, *Le Phare*, etc.), querendo gozar de total liberdade, como que numa espécie de libertação coletiva, disparavam tiros certos contra o Governo, enquanto a imprensa próxima do Governo não hesitava em arrastar para a lama os apoiantes da oposição. Isto levou a explosões furiosas de ambos os lados. Esta categorização da imprensa ficou gravada no espírito de muitos jornalistas, que acreditam certamente na sua existência real nos dias de hoje. Assim, para esses jornalistas, afirmar essa categorização da imprensa é como optar por não contrariar a opinião geral. Preferem conformar-se com a maioria, em vez de criticar o que se tornou a verdade original e nacional. E, no entanto, como demonstrámos neste texto, do ponto de vista da análise quantitativa, a imprensa escrita congoleza é fundamentalmente *papagaiótica*.

Além disso, a formação dos jornalistas não pode ser excluída. Será que os conceitos de verdade, veracidade, crítica, objetividade, imparcialidade, etc. são realmente compreendidos por alguns jornalistas? Será que alguns jornalistas seguiram com destreza e acuidade a formação ministrada nas diferentes escolas de jornalismo da RD Congo? A esse assunto, no que diz respeito à formação dos jornalistas na RD Congo, podem ser assinalados problemas importantes, que refletem os do setor do ensino superior no seu conjunto: «falta de recursos

pedagógicos face a uma inscrição maciça, desmotivação dos professores mal pagos, falta de formadores competentes, discrepância entre a teoria ensinada e a prática» (FRERE, 2016, p. 240). Além disso, num contexto em que «os professores locais têm dificuldade em encontrar tempo e meios para manterem seus conhecimentos atualizados, para participarem em conferências ou colóquios onde os conhecimentos são partilhados entre investigadores, os seus cursos permanecem muitas vezes teóricos, ou mesmo ultrapassados» (FRERE, 2016, p. 240-241). Acreditamos que um treinamento deficiente ou uma má formação pode influenciar a resposta a ser dada.

Por fim, alguns dos jornalistas entrevistados podem estar vivendo em um mundo idéel ou ideal, um mundo como deveria ser, um mundo como as coisas deveriam ser, ou seja: um mundo onde as contradições e os opostos coexistem pacificamente. Nesse mundo, a crítica tem uma apreensão mais refinada do que alguns dos jornalistas entrevistados podem pensar.

O problema aqui não é criticar o redime ou os opositores. O nosso problema é ver como a função crítica é utilizada. É inegável que a crítica não é utilizada aqui para avaliar a verdade e a validade das declarações dos políticos que têm de prestar contas da sua gestão da cidade. Por meio da função crítica, o jornalismo deve oferecer uma visão independente da ação governamental, desconstruindo "explicações oficiais e proporcionando um fórum de debate sobre questões de interesse público" (SCHULTE & DUFRESNE, 2015, p. 4). A crítica é condição *sine qua non* para pensar e agir por si mesmo, sem a tutela de outra pessoa ou autoridade ou mesmo a influência de um discurso midiático, mas guiado pela própria razão.

Além disso, diante da tragédia do destino da vida social, econômica e política na República Democrática do Congo, este trabalho também é uma oportunidade de colocar os lares das mídias, *infocultura* ou intercultura¹², autonomização das mídias como paradigmas alternativos diante do regime da

¹²A expressão intercultura (um novo termo que estamos propondo) constitui uma relação dinâmica e circular entre diferentes campos. Portanto, uma informação intercultural ou *infocultura* é uma informação multipolar, co-construída a partir de vários campos sociopolíticos (usuários da Internet, Igreja, organizações da sociedade civil, instituições etc.) que é inclusiva e integradora, rompe com as barreiras estanques entre os campos sociais federados em torno de um grande interesse e induz um processo real de interações entre diferentes campos que podem descolonizar o pensamento político hegemônico institucional e as mídias enfeudadas.

ocupação e do quadro político ditatorial, tendo em suas botas uma certa imprensa enfeodada.

Para entender melhor o objeto de nossa pesquisa, usando uma abordagem baseada nas teorias de agenda setting e ecologia das mídias associadas aos conceitos de geopolítica e espaço público, optamos por uma análise de conteúdo dupla. Na primeira etapa, utilizamos uma análise de conteúdo comparativa e qualitativa de artigos em jornais congolese, *Le Phare*, *L'Avenir* e *Forum des As*, produzidos em 2018-2019 e 2020¹³, com base em uma grade de leitura temática e utilizando uma metodologia quantitativa como ferramenta analítica, pois permite determinar a presença, a ausência e a frequência dos temas, palavras ou símbolos procurados nos artigos analisados. Em uma segunda etapa, utilizamos a análise qualitativa de conteúdo com base em entrevistas usando o software Nvivo 14.

Com efeito, a abordagem da ecologia das mídias, por exemplo, permite questionar a relação entre o sistema mediático congolês e o seu contexto, mas também permite evidenciar os poderes patrimonialistas, o sistema de ocupação da RD Congo, bem como os vários regimes políticos nos quais operam os órgãos midiáticos congolese. Esta perspectiva obriga-nos a revisitar o quadro sociopolítico do surgimento e implantação da imprensa congolese. Além disso, a

¹³ 2018-2020 é o período que escolhemos para nosso estudo. As razões para essa escolha serão apresentadas mais adiante no texto. Entretanto, do ponto de vista da tragédia em que o Congo é vítima, todos os leitores poderão observar uma linearidade temporal idêntica. Em outras palavras, com base na situação dramática do Congo, é difícil fazer uma distinção profunda entre os diferentes períodos que caracterizam a história congolese; mais laborioso é colocar a história congolese em uma perspectiva diacrônica que vê o futuro concretizando os projetos implementados no presente, graças aos recursos reunidos no passado. A trágica história do Congo é, portanto, a mesma em todos os lugares e em todos os tempos. Nossa premissa é que o período trágico congolês é composto de realidades independentes do povo congolês. É uma construção social que reflete a ligação entre o indivíduo congolês e um ambiente sociopolítico e econômico imposto a ele pelos poderes patrimonialistas. De 1885 até hoje, a situação congolese não mudou profundamente: miséria, massacres, genocídio, pilhagem do patrimônio congolês etc. são as realidades diárias do povo congolês. Essas realidades apenas determinam que os congolese tenham pontos de referência temporais físicos que mudam, mas a realidade incorporada nesses pontos de referência temporais é a mesma em todos os sentidos. Nesse sentido, o passado coexiste com o presente. Estamos na presença de um "regime de historicidade" (HARTOG, 2003), ou seja, há uma articulação do passado e do futuro no presente, formando um único regime temporal contínuo e quase homogêneo. Entretanto, esse regime temporal imposto aos congolese não é uma ideia fechada de história. Tendo se libertado do regime temporal imposto a eles pelos poderes patrimonialistas, os congolese podem retornar a ele, em uma perspectiva dialética, crítica e performativa, para entender o presente e buscar novos horizontes para o futuro, reconfigurando suas relações com o mundo, construindo enredos, estabelecendo novas relações, criando conceitos e novos tipos de narrativa - em suma, tornando-se pintores e criadores da sociedade. Dessa forma, o regime linear de historicidade imposto aos congolese torna-se um texto, uma plenitude e uma totalidade dotada de significado que deve ser descoberto.

ecologia das mídias, nos permite estudar a imprensa como ambiente. Em outras palavras, foi uma questão de ver se a imprensa congolese tem sido capaz de afetar a percepção, a compreensão, os sentimentos e os valores humanos congolese ao longo da história deste país, mas também desde que a República Democrática do Congo se encontra sob a ocupação ocidental por Ruanda, Burundi e Uganda interpostos. Neste sentido, a ecologia das mídias permite compreender a relação entre a imprensa e as várias mudanças políticas, bem como a relação entre a imprensa e a vontade de alguns congolese decididos a libertar o seu país do jugo imperialista. Além disso, possibilita analisar os fenômenos de informação e comunicação em seu contexto de emergência, desde a concepção dos produtos até o seu consumo e apropriação, incluindo a sua produção (STRATE, ADRIANA, LEVINSON, 2019)

A análise de conteúdo, por outro lado, permite-nos nos interessar, objetivamente, sistematicamente, qualitativamente e quantitativamente, «pelo conteúdo manifesto da comunicação, ou seja, dados brutos dos quais devemos dissecar ou descobrir o sentido» (BERELSON, 1952, p. 155). Colocando «o contexto no ponto de partida da produção de sentido»; e postulando que «é o contexto que regula essa produção» (ODIM, 2011, p. 9), a análise de conteúdo nos permite considerar o contexto como construção que antecede a comunicação para fixar as condições.

A análise qualitativa usando o software Nvivo 14 também é uma busca de significado. Seu princípio é baseado na abordagem de descontextualização-recontextualização definida por Tesch (1990). Com base no software Nvivo, a descontextualização envolve a retirada de um trecho de um texto de seu contexto para torná-lo semanticamente independente, com o objetivo de criar categorias ou temas que agrupem todos os trechos que tratam de um determinado assunto. A recontextualização, por outro lado, é obtida pela fusão de códigos ou categorias previamente descontextualizados em um todo inteligível e significativo (DESCHENAUX & RIMOUSKI, 2005). A técnica da entrevista, por fim, nos permite coletar, principalmente, de profissionais das mídias, criteriosamente selecionados, informações relativas ao objeto de nosso estudo. Sublinhamos que toda a abordagem metodológica é desenvolvida em detalhes no capítulo cinco de nosso trabalho.

Nesse sentido, para conduzir melhor nossas investigações, achamos necessário construir um corpus bem definido. Assim, escolhemos uma amostra representativa da produção das mídias congolese de 2018 a 2020. Os anos de 2018-2019 simbolizam o desejo de Joseph Kabila de não deixar o poder ao final de seus dois mandatos presidenciais consecutivos, a organização das eleições presidenciais e legislativas em 30 de dezembro de 2019 e a ascensão ao poder de Félix Tshisekedi após uma eleição presidencial repleta de fraudes e irregularidades. Várias personalidades e pesquisadores consideram Félix Tshisekedi uma extensão do poder de Joseph Kabila, a fim de manter a República Democrática do Congo sob a ocupação de poderes patrimonialistas e seus representantes. O ano de 2020, por sua vez, anuncia o período de emancipação política de Felix Tshisekedi em relação a Joseph Kabila. Em 6 de dezembro de 2020, em um discurso transmitido pela *Télévision Nationale*, Felix Tshisekedi decidiu encerrar sua coalizão com o *Front Commun pour le Congo* (FCC) de Joseph Kabila¹⁴.

Para dar conta de tudo isso, optamos pelas seguintes publicações: *L'Avenir*, *Le Phare* e *Forum des As*. A escolha desses meios de comunicação é justificada por dois motivos. Por um lado, baseamo-nos em certos critérios simbólicos (peso político, tamanho da circulação) desses órgãos de comunicação, bem como em sua política editorial. Esses meios de comunicação selecionados reportam ao governo e à imprensa privada. Além do discurso oficial, outras lógicas comunicacionais que, supostamente, gozam de autonomia em relação ao campo de ação política dominante são possíveis. Por outro lado, há uma mistura de mídias antigas e novas do país. Como tal, as antigas mídias podem ser consideradas testemunhas dos desenvolvimentos sócio-políticos que o país está passando. As novas mídias também podem testemunhar outro tipo de paradigma de comunicação que pode trazer mudanças sociopolíticas.

Nossa dissertação se estrutura em duas partes principais. Na primeira parte, falamos do quadro teórico e conceptual de referência, da metodologia, dos elementos sociopolíticos congolese nos quais a imprensa congolese opera, mas também das origens da tragédia da República Democrática do Congo. O estudo do

¹⁴ <https://afrikarabia.com/wordpress/rdc-tshisekedi-acte-sa-rupture-avec-kabila/#:~:text=membres%20au%20sein-,de,-l%E2%80%99Assembl%C3%A9e%20Nationale%C2%A0%C2%BB.%20Une>). Acesso em 4 de março de 2023.

quadro sócio-político congolês pode nos informar sobre o status e o funcionamento da imprensa. A história política do Congo anda de mãos dadas com a história da imprensa congoleza. Há uma forte articulação entre os enunciados das mídias e a realidade sociopolítica congoleza. Cada período político congolês corresponde a um ou mais status específicos da imprensa. Além disso, «[...] o campo da política e o das mídias não devem ser vistos como campos fechados, separados um do outro e independentes. Parte da política passa pelas mídias e, em troca, elas se alimentam disso» (CHARAUDEAU et al., 2005, p. 9.). Segundo Marie-Soleil Frère (2016), «um sistema midiático faz parte de uma história construída por desenvolvimentos políticos, porque os meios de comunicação sempre foram vetores de informações entre as autoridades e seus sujeitos, ou entre comunidades próximas ou distantes» (p. 27). Além disso, falamos da evolução da imprensa congoleza no contexto da ocupação da República Democrática do Congo e as de mudanças sociopolíticas ocorridas nela. Foi uma oportunidade de compreender o surgimento e o desenvolvimento da imprensa congoleza em um quádruplo movimentos ideológicos de colonização, de independência nominal do jugo colonial, diferentes períodos de ditadura conhecidos pelo país e também o sistema de ocupação da R.D. Congo pelas potências patrimonialistas graças a Ruanda, Burundi e Uganda interpostos.

A segunda parte do nosso trabalho é dedicada à nossa principal preocupação: compreender o status da imprensa congoleza às voltas com as mudanças políticas na era das TIC, as diferentes lógicas de comunicação subjacentes aos modelos de imprensa analisados. Tal análise pode nos informar sobre o processo de desenvolvimento político na RD Congo a partir da imprensa congoleza. É nesta parte de nossa tese que também colocamos em perspectiva o problema das TIC e os diferentes paradigmas discursivos que podem causar a libertação da RD Congo da ocupação patrimonialista e descolonizar o espaço sócio-político dominante com seus órgãos midiáticos enfeudados

«[...] O conhecimento começa com a tensão entre o saber e o não saber: não há problema sem saber - não há problema sem não saber» (POPPER, 1979, p. 76; DUMEZ, 2010, p. 9).

Capítulo 1: status da imprensa congolese em contexto

1.0. Introdução

Nas linhas seguintes, vamos examinar o status da imprensa congolese na era das TIC. De facto, vários investigadores que nos precederam analisaram o status da imprensa em geral, e da imprensa congolese em particular. É, portanto, necessário voltar atrás no tempo para colocar em perspectiva os diferentes estudos anteriores sobre o status da imprensa a fim de mostrar, numa abordagem comparativa, a particularidade e especificidade do nosso próprio trabalho. Contudo, na medida em que estamos a analisar o status da imprensa na época em que a República Democrática do Congo é ocupada pelos poderes patrimonialistas, torna-se necessário elucidar os conceitos de patrimonialismo e/ou neo-patrimonialismo, a fim de evitar qualquer ambiguidade no discurso. Essa introdução será dividida em duas grandes seções, a saber: O status da imprensa: leituras e interpretações, Patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo: sentido e relevância dos conceitos.

1.1. Status da imprensa: leituras e interpretações

O nosso trabalho centra-se em « Poderes patrimonialistas e Tecnologias de Informação e Comunicação na República Democrática do Congo (2018-2020): uma perspectiva ecológica». Porém, estamos convencidos que outros trabalhos se concentrarão nesse mesmo assunto nos próximos anos, em prol da continuação, como Max Weber (1965) o conceitualiza melhor, porque, segundo ele, todo trabalho de pesquisa faz parte de um continuum. Essa orientação é ainda mais oportuna no estudo sociológico das mídias no Congo-Kinshasa, já que a imprensa

congolesa é objeto de extensa pesquisa (BESHELEMU, 1997). Mas nenhuma pesquisa do tipo de doutorado abordou, até onde sabemos, a questão sobre o status da imprensa na República Democrática do Congo na era das Tecnologias da Informação e Comunicação no contexto de uma República Democrática do Congo ocupada pelos poderes patrimonialistas. A maioria das pesquisas congolesas se concentra na imprensa colonial (LUBOYA, 1971). O livro de Jean-Chrétien Ekambo intitulado : *Histoire du Congo RDC dans la presse. Des origines à l'indépendance*, publicado em Paris em 2013 pelas edições L'Harmattan, apresentando a imprensa como «a produção da história» (EKAMBO, 2013, p. 9), é uma ilustração perfeita.

Além disso, pesquisadores anteriores a nós fizeram pouca menção à mídia digital na organização da imprensa. A maioria dos trabalhos neste campo distingue particularmente a imprensa tradicional, quase, «como uma mônada isolada na paisagem midiática» (MINKALA-NTADI, 2016, p. 8). Na era digital, o real informacional e comunicacional é melhor compreendido quando a imprensa tradicional é estendida às mídias digitais. Isso também permite testemunhar o emaranhado dos jogos de atores, para além dos únicos dominantes do cenário político congolês e para além dos únicos interlocutores da imprensa clássica e institucional da ocupação do país. Portanto, será levada em consideração neste trabalho a multiplicação de atores que produzem informações em relação às formas de expressão ou falas liberadas através da imprensa escrita em papel e digital na RD do Congo (MIERE, 2016), mas também ao nível da diáspora que qualificamos como continente-mundo ou continente-universal, a partir da sua composição global e da sua complexidade geopolítica e geoestratégica. Será apropriada a integração das questões das mídias transnacionais ou o papel dos parceiros bilaterais e multilaterais (FRÈRE, 2008), a fim de obter mais acesso às dinâmicas cruzadas de dentro e de fora, quer dizer as dinâmicas dos congoleses, geograficamente localizados no Congo, e os congoleses fora do território do país. É desse ângulo que queremos realizar nossa pesquisa de doutorado.

Tendo em consideração o que precede, podemos perceber que o trabalho sobre o status da imprensa na África ou mesmo no mundo não começa conosco. De fato, foi objeto de muita pesquisa. Para não se perder no universo científico relacionado aos estudos das mídias, particularmente africanos, citaremos os trabalhos mais recentes. Em seu livro *Le journalisme d'Afrique*, publicado pelas

Éditions De Boect Supérieur s.a, em 2016, Marie-Soleil Frère apresenta as mídias de língua francesa como «os produtos de uma história e das interações entre um certo número de atores [...]: jornalistas, poderes públicos, operadores econômicos, sociedade civil, público em geral, doadores e parceiros estrangeiros para o desenvolvimento» (p. 339). Segundo a autora (2016), «essas interações ocorrem fora e dentro da profissão jornalística, em diferentes pontos do processo de produção e difusão de informações» (p. 339). Para apreender essas interações, Marie-Soleil Frère (2016) destaca a necessidade de localizá-las «em um ambiente particular, marcado pelo caráter relativamente recente da liberdade de imprensa, [...] pela natureza semi-autoritária de muitos regimes políticos na região, através da preponderância da economia informal, bem como através da dinâmica de propriedade e participação do cidadão» (p. 339).

Marie Soleil Frère (1997), porém, estudou a evolução política e das mídias de dois países africanos (Níger e Benin). Neste estudo, ela examina a renovação do discurso político após o surgimento da nova imprensa privada. A autora chama a atenção para o que poderia ser o perigo ou mesmo a contribuição benéfica da imprensa em relação ao ideal da democracia em uma sociedade em que a taxa de analfabetismo é alta. Esse é o caso da maioria dos países africanos. A autora mostra, além disso, que o idioma (francês ou inglês) usado na imprensa livre na África não permite que toda a população (com seu idioma nativo) acesse livremente às informações e participe construtivamente de debates políticos, econômicos e sociais sobre a escolha política do futuro.

O jornalista Thierry Perret (2005) considera, por sua parte, que a imprensa africana de língua francesa em geral apresenta «uma forte homogeneidade» (p.11). Essa imprensa geralmente é apresentada como uma imprensa de propaganda política. Trata-se de «órgãos de combate que apoiam as necessidades da política emergente» (THIERRY PERRET, 2005, p.11). Renaud de la Brosse (1999) vai, praticamente, na mesma direção quando afirma que esse modelo de imprensa, mesmo em uma democracia, tomando emprestado uma «forte crença no poder mobilizador das mídias [...], estará a serviço de objetivos prioritários que serão a construção nacional e o desenvolvimento econômico» (p. 24), antes de se transformar, na prática, em «jornalismo servil que alguns chamam de jornalismo feiteiro» (de la BROSSE, 1999, p. 24).

Para Mbanza (2009), na democracia, o papel da imprensa é o de ser o cão de guarda dos valores democráticos e republicanos, dos direitos e liberdades dos cidadãos, diante da onipotência do aparato estatal. A imprensa é a correia de transmissão entre a base e a cimeira e vice-versa, no sentido de «trazer para a cimeira os problemas experimentados na base e dar conta à base das soluções trazidas pela cimeira» (p. 2). O autor estabelece aqui duas concepções opostas do papel da imprensa: se a primeira deseja atribuir à imprensa um papel de apoio à ação do governo, para torná-la mais visível aos cidadãos, o segundo se inclina mais para o estabelecimento de um relacionamento entre o governo e os cidadãos, bem como na defesa de seus direitos e liberdades. Se a primeira posição implementa uma concepção de comunicação linear de cima para baixo, a segunda é reveladora de uma concepção circular de comunicação. Daí a relevância da informação midiática equilibrada, com expressão dupla: a dos cidadãos e a dos governantes, porque se tratar no ato de comunicação realizado pelos profissionais da imprensa, de colocar em relação «a base e a cimeira da cidade, através do compartilhamento das preocupações de alguns e das propostas e ações de outros» (CAPUL, 2005, p.130). Os jornalistas deveriam favorecer esse modelo de sociedade, «isto é, a democracia» (MATHIEN, 2007, p. 61.).

Jacques Gerstle, por sua vez, acredita que, em uma sociedade democrática, a imprensa participa do processo de «divulgação, politização e polarização dos problemas dos cidadãos» (GERSTLE, 2004, p.16.). Trata-se para a imprensa da retransmissão dos problemas de uma determinada comunidade, a fim de «tornar pública sua insatisfação, devido à falta de resolução de seus problemas» (GERSTLE, 2004, p.16.). Segundo Ludivine Thouverez e Élodie Gallet (2017), as mídias são essenciais para o desenvolvimento da democracia. Ajudariam a garantir os direitos dos cidadãos, divulgando informações de interesse público e apresentando uma pluralidade de pontos de vista que poderiam desafiar a ideologia dominante. André-Jean Tudesq (1999), por seu lado, por meio de sua pesquisa, oferece um relato quantitativo, essencialmente descritivo, do papel da imprensa no contexto da democratização. O autor lembra que a importância das mídias é desigual de um país para outro, e que essas testemunhas e as reflexões da evolução das sociedades africanas estão se tornando cada vez mais atores reais na vida política.

Em sua tese, *O papel da imprensa na qualidade democrática: uma análise de possibilidades nos principais jornais nacionais*, defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2011, Rodrigues Malena Rehbein acredita que a imprensa desempenha um papel importante em uma sociedade democrática. A imprensa está entre as esferas externas responsáveis por viabilizar as condições das democracias constitucionais formadas por cinco regimes parciais: direitos civis; Liberdade Política; accountability horizontal; poder efetivo de governar; e sistema eleitoral democrático. Nesse sentido, a imprensa teria determinadas funções, a saber: ser um fórum de discussão; dar voz à opinião pública; agir como olhos e ouvidos para os cidadãos; inspecionar e mostrar irregularidades que podem ser danificadas pela mercantilização das mídias, etc.

Além disso, em seu artigo *Movimento pela democracia: a luta política do PCdoB na imprensa alternativa durante o processo de redemocratização brasileira (1979)*, Macedo Michelle Reis de (2017), por sua vez, apresenta a imprensa como instrumento de luta. A partir da segunda metade da década de 1970, durante o processo de abertura política no Brasil, a imprensa alternativa assumiu um papel fundamental na formação de uma opinião pública antiditadura e na propagação de uma cultura de esquerda, ligada aos valores democráticos. Criado em 1975, o *Jornal Movimento* tem atraído, para mais de jornalistas sem espaços na grande imprensa, ativistas de diversas correntes políticas, notadamente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Abandonaram a estratégia da luta armada e se comprometeram a lutar legalmente na política pelas liberdades democráticas através das páginas do jornal alternativo *Movimento* (p. 204-217).

Em seu livro, intitulado *Crítica da mídia & hegemonia cultural*, publicado no Rio de Janeiro pelas edições MauadX em 2016, Dénes Moraes estima que as mídias têm potencial de ação política transformadora. De fato, «a disseminação de ideias críticas e revolucionárias através das mídias pode servir de combustível para mudanças estruturais na sociedade» (p. 33). A desestruturação do sistema capitalista torna-se efetiva quando as mídias, juntamente com outras estruturas sociais adquiridas à mudança, trabalham nomeadamente «contra as razões do poder opressor e a favor dos que têm direitos vilipendiados» (DÊNIS DE MORAES, 2016, p. 44). É dever da imprensa tomar a palavra em favor dos oprimidos ao seu redor.

Vale frisar, a esse respeito, que também há trabalhos de pesquisa sobre o status da imprensa na República Democrática do Congo. De fato, em sua tese sobre *Discours de la presse et culture. Étude de la médiatisation de la journée internationale de la femme dans la presse de Kinshasa*, defendida em 2017 na Université Catholique du Congo, Arlette Masamuna demonstra como, no pleno do processo de democratização, a imprensa congolese oscila entre valorização (progresso) e desvalorização (minimização) em relação à cobertura das mídias sobre os direitos das mulheres, durante as comemorações anuais do Dia Internacional da Mulher. A narrativa das mídias relacionadas é fundamentada em um imaginário retrospectivo e reflete um discurso misto parcialmente progressivo, conservador. É também sobre esse papel parcial e misto da imprensa que tratou a tese de Marie-Eve Saint Georges sobre *Le traitement journalistique des crises politiques et des catastrophes naturelles : (les cas de la RD Congo et du Rwanda ; d’Haïti et du Japon)*, defendida em janeiro de 2017 em Paris 2 em relação a Escola de Doutorado em Economia e Gestão, Ciências da Informação e Comunicação. A autora demonstra no seu estudo que eventos como guerras, crimes de genocídio, terremotos não recebem o mesmo tratamento jornalístico, tendo dado as diferentes abordagens sob as quais esses eventos devem ser estudados.

Jerry M’Pereng Djeri (2004), por seu lado, considera que a organização e gestão dos meios de comunicação social dependem, na maioria das vezes, do contexto político em que os meios de comunicação de massa evoluem. Para nosso autor, essas condições gerais são muitas vezes impostas à imprensa pelo ambiente ideológico do quadro político dominante.

Em comparação com trabalhos anteriores sobre o comportamento, o papel da imprensa na República Democrática do Congo, a especificidade do nosso estudo é dupla. Por um lado, trata-se de analisar o comportamento da imprensa congolese na era das TICs num momento em que a República Democrática do Congo está sob ocupação estrangeira. As TIC colocam a prova os poderes patrimoniais que ocupam a República Democrática do Congo. Por outro lado, vários pesquisadores, em suas análises sobre o papel e o status da imprensa, ou consideram apenas os constrangimentos sociopolíticos que influenciam a orientação editorial da imprensa, ou suas análises partem apenas do produto midiático. Nesse contexto, a imprensa escrita assemelha-se a uma mônada isolada no universo midiático congolês.

Nossa análise se concentra tanto no contexto sociopolítico do surgimento da imprensa, nos «constrangimentos contextuais que governam a estrutura do texto» midiático (ODIM, 2011, p. 11) quanto nos produtos das mídias para melhor entender a paisagem midiática congoleza. Isso nos permite destacar os diferentes modelos de status da imprensa, bem como os paradigmas de comunicação subjacentes a eles. Como último recurso, colocamos em prática paradigmas para lutar contra os poderes patrimonialistas que ocupam a República Democrática do Congo. O conceito de patrimonialismo tem uma consistência substantiva complexa. Às vezes depende de seu autor e de seu contexto de surgimento. Para isso, é necessária uma elucidação conceitual.

1.2. Patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo¹⁵

Vários pesquisadores mobilizam os conceitos de patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo para analisar, sob diferentes ângulos e dependendo do contexto, o governo de estados africanos recém-independentes, regimes políticos não africanos, realidades políticas, organizações supranacionais, etc. A maioria das práticas governamentais e outros novos fenômenos sociopolíticos são melhor esclarecidos à luz das noções de patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo (ROTH, 1968). Já, é relevante remover três equívocos quanto ao uso que fazemos dos conceitos de patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo. Primeiro, diante da mudança na definição de certos conceitos, às vezes é necessário retornar à origem do conceito para descobrir seu significado original e tirar qualquer ambiguidade conceitual. Nosso objetivo não é fazer a historicidade do conceito de patrimonialismo e neopatrimonialismo. Em outras palavras, nossa abordagem não é retornar ao significado original do conceito de patrimonialismo em jurista suíço do século XIX, Karl Ludwig von Haller, ou em M. Weber¹⁶. Rastrear a forma como

¹⁵ Ler também BATSIKAMA, Patrícia. Estado-nação em África- Congo-Brazzaville e Congo-Kinshasa. *Revista África*, Alagoinhas, v.1, n.2, p. 1-267, jul/dez.2014; GONÇALVES, Adilson Oliveira. A Resistência Patrimonialista na Administração Pública Brasileira por Meio dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Edição 02, Ano 02, Vol. 01. pp 565-586, Maio de 2017. ISSN:2448-0959.

¹⁶ O parágrafo a seguir é baseado no livro de Daniel C. BACH, Mamoudou GAZIDO (dir). O Estado Neopatrimonial: Gênese e Trajetórias Contemporâneas. Ottawa, Les Presses de l'Université d'Ottawa, 2011. De fato, é importante saber que Max Wéber não inventou o conceito de patrimonialismo (Patrimonialismus), nem o de dominação patrimonial (Patrimonialherrschaft). São termos que, nos estados alemães do século XIX, fazem parte do vocabulário da reação política, dos

Karl Ludwig von Haller¹⁷, no século XIX, aplicou o conceito de patrimonialismo ao estudo da política no início do século XIX, ou rastrear a maneira como M. Weber introduziu e utilizou o conceito de patrimonialismo em seus escritos sobre sociologia sistemática e histórica é improdutivo para nosso estudo. No quadro de nossas investigações, utilizamos o conceito de patrimonialismo para torná-lo autônomo e dar-lhe um significado particular, preciso e uma verdadeira função instrumental, visto que os conceitos de patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo são cada vez mais apresentados como conceitos «attrape-tout» (THEOBALD, 1982, p. 548-559).

O segundo equívoco a ser removido diz respeito ao falso entendimento de considerar que os conceitos de patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo são utilizados para caracterizar apenas os sistemas políticos africanos. O patrimonialismo e/ou o neopatrimonialismo, ou pelo menos o que abrange em termos de dinâmica de interpenetração, não são prerrogativas dos países africanos, muito menos das sociedades em desenvolvimento. Podem referir-se a qualquer sistema político ou organizacional que apresente as características descritas pelos dois paradigmas, notadamente clientelismo, corrupção ou privatização do Estado, enredamento público-privado. A maioria das práticas referidas pelos dois paradigmas está presente em muitos países do mundo. A operação Manipulite na Itália e os grandes escândalos de corrupção que se multiplicaram na França nas décadas de 1980 e 1990 nos lembram que mesmo as democracias ocidentais não estão imunes às questões levantadas pelo patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo (BACH & GAZIDO (ed), 2011). J.-F. Médard (2006) já expressava a necessidade de revisitar os conceitos de patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo e de «tirá-los

conservadores. Encontram-se na teoria política e nos textos políticos alemães ao longo do século XIX, e o autor lembra que «o próprio conceito deriva (na sua consequente formulação) da restauração da ciência política (Staatswissenschaft) devido a HALLER»¹³. O uso que M. Wéber faz do termo patrimonialismo e seus derivados reflete, inicialmente, a ideia dos teóricos políticos e historiadores do direito do século XIX que instituíram 6591. Trata-se de apreender a diferença entre do contexto tradicional e o moderno, e o impacto dessa diferença na natureza do sistema patrimonial? As constantes lembranças da origem weberiana desses termos podem levar à observação de que o conceito de patrimonialismo (ou o mais recente de neopatrimonialismo) entrou no vocabulário geral das ciências sociais e ali provou sua utilidade. A referência a Wéber parece ter, na maioria das vezes, apenas uma função legitimadora [...] O conceito de patrimonialismo de certa forma se autonomizou em relação ao lugar e à função que Wéber lhe deu em sua sociologia. (BACH, GAZIDO (ed), 2011, p. 18)

¹⁷www.larepublica.cd/analyses. *Qu'est-ce que le patrimonialisme?*

Disponível em: <https://larepublica.cd/analyses/10204/#:~:text=du%20leader.%20Le-patrimonialisme,-traditionnel%20qui%20combine>. Acesso em 4 de setembro de 2022.

de seu confinamento em terras africanas. Seu interesse pela grande corrupção nas grandes empresas e no complexo militar-industrial francês ou pelo trabalho na França-frique» (p. 711-715), testemunham essa abertura para outros campos além da África.

O terceiro equívoco diz respeito à diferença que poderia existir entre patrimonialismo e neopatrimonialismo. Com efeito, sugerido inicialmente por Shmuel N. Eisenstadt (1973), o conceito de neopatrimonialismo é, na realidade, uma derivação ou uma reinterpretação, mesmo uma variante particular do patrimonialismo, um modelo padrão híbrido destinado a dar conta dos novos sistemas de poder nas sociedades tradicionais pós-guerra. Em outras palavras, Shmuel N. Eisenstadt mobiliza a noção de neopatrimonialismo para analisar regimes políticos onde as «formas de organização da vida política associadas aos aparatos burocráticos, partidos e movimentos populares são muito mais desenvolvidas do que os sistemas políticos tradicionais e relativamente indiferenciados» (1973, p. 11). Nesse sentido, a diferença que poderia existir entre patrimonialismo e neopatrimonialismo estaria «na relação privado/público». No patrimonialismo, todas as relações (políticas e administrativas) entre governantes e governados são relações privadas: não há diferenciação entre o domínio público e o privado. O modo de governo é baseado em uma forma de dominação pessoal, emprestando tanto da tradição quanto, acima de tudo, da arbitrariedade. O líder nesta situação trata todos os negócios como se fossem propriedade privada. Além disso, segundo a análise de Médard (1991) dos escritos de Weber, o patrimonialismo inclui práticas como o «clanismo», o nepotismo, o tribalismo, a corrupção etc. Por outro lado, «no neopatrimonialismo, a distinção público/privado existe, mas é simplesmente formal» (BACH & GAZIDO (ed), 2011, p. 16). Daniel C. BACH e Mamoudou GAZIDO (ed) (2011) afirmam ainda, sobre o assunto, que

além de seu caráter polissêmico, há no coração do neopatrimonialismo um interesse fundamental na análise do Estado, em particular a questão de sua diferenciação em relação aos interesses privados. Em outras palavras, o neopatrimonialismo refere-se a situações caracterizadas pela existência de um Estado que se quer moderno, mas que, ao contrário do Estado burocrático weberiano regido por regras impessoais, associa normas completamente públicas e privadas. Estes também são “parcialmente internalizados” pelos atores que se encontram, assim, em um entre (BACH & GAZIDO (dir), 2011, p. 1.)

O neopatrimonialismo, portanto, não reflete a ausência de normas jurídicas ou o reinado da tradição, mas sim um conflito de normas (MÉDARD, 1979, p. 35-84).

Tiradas todas essas armadilhas, ressaltemos que, na América Latina, a noção de patrimonialismo é mobilizada para «ilustrar o restabelecimento dos regimes totalitários no Brasil, Argentina e Peru a partir dos anos 1970» (BACH & GAZIDO (ed), 2011, p. 54) O uso do conceito, portanto, anda de mãos dadas com a ênfase colocada nas seguintes quatro características principais:

a filiação a formas tradicionais de dominação próprias do Estado colonial espanhol ou português; a ênfase colocada na transição de lógicas de poder pessoal para lógicas corporativistas; a ausência de redução das instituições burocráticas ao status de meras fachadas; enfim e sobretudo abordagens que não postulam a existência de uma antinomia entre lógicas patrimoniais e o desenvolvimento de um Estado burocrático e capitalista” (BACH & GAZIDO (ed), 2011, p. 52).

Mas, mais especificamente no Brasil da década de 1990, o patrimonialismo passou a perpetuar uma tradição, a saber: «a apropriação de cargos públicos por indivíduos e a não concretização da separação entre esfera pública e privada». (BOTELHO, 1992, p. 437). Nesse estado brasileiro altamente centralizado, as elites políticas e burocráticas nunca fizeram distinção entre a função e seu ocupante, recursos públicos e interesses privados. «Os subordinados têm o dever de ser leais aos Chefes e não ao cargo que ocupam» (OSIEL, 1986, p. 39; BACH & GAZIDO (dir), 2011, p. 51-52). É dessa forma que vai seguir um «movimento de privatização da coisa pública e uma lógica dominante [marcada pelas] tentativas de informalização do aparato judiciário existente» (BOLETHO, 1992, p. 437 e 439).

Além disso, em sua descrição do funcionamento do sistema de partido único no México desde a década de 1940 até as eleições de 1988, Lorenzo Meyer (1989) usa a noção de patrimonialismo para designar uma concentração de poder em benefício do líder dentro do executivo (MEYER, 1989). O uso do conceito neopatrimonialismo por Oscar Oszlak, por outro lado, refere-se simplesmente a «casos contemporâneos em que o governo personalizado transforma o Estado em propriedade privada daqueles que detêm o poder ou dominam esse Estadox¹⁸

¹⁸ Tradução pessoal. No texto original: «contemporary cases in which personalist government turns states into the private government of those possessing the necessary power for the exercise of political domination» (OSZLAK, 1986, p. 229)

(OSZLAK, 1986, p. 229). Segundo Oscar Oszlak, a personalização do poder, nesse contexto, não é sinônimo de desinstitucionalização. A perspectiva de um regime neopatrimonial que aproveite seu controle sobre o Estado para garantir sua modernização não está excluída quando o dualismo inerente ao patrimonialismo anda de mãos dadas com o estabelecimento de «um verdadeiro 'Tribunal' de 'homens de confiança', composto por secretários de Estado [...] responsabilidade de administrar certos programas importantes (ou seja, obras públicas, promoção industrial)»¹⁹ (OSZLAK, 1986, p. 232). Em tal regime burocrático-autoritário, «a apropriação e alocação de recursos estão sujeitas aos caprichos discricionários do líder: como principal ator político, ele decide quem recebe o quê, quando e como»²⁰ (OSZLAK, 1986, p. 233), mas curiosamente ignora o impacto da marginalização dos procedimentos de controle no desenvolvimento da corrupção e do nepotismo.

Por sua vez, Yoram Gorlizki (2002) utiliza o conceito de neopatrimonialismo para designar a situação dualista resultante da coexistência no próprio Estado soviético de dinâmicas tanto patrimoniais quanto modernas (p. 701 - 702). Segundo nosso autor, o uso discricionário do poder por Stalin «decorre tanto da ausência de esferas de competência claramente definidas quanto da porosidade das fronteiras entre funções e titulares de funções, mas também da confusão entre as esferas pública e privada» (GORLIZKI, 2002, p. 718). O regime de Stalin é, portanto, do tipo neopatrimonial, no que diz respeito ao seu sistema de «processo de tomada de decisão bastante racional e previsível até o mais baixo na hierarquia»²¹, bem como a atenção que o próprio Stalin presta a certas formas de administração racional e legal» (GORLIZKI, 2002, p. 720-721) Em sua análise do regime Pinochet, Remmer usa o prefixo “neo” para enfatizar «a coexistência da autoridade patrimonial com um exército profissional, um pessoal tecnocrático e administrativo

¹⁹ Tradução pessoal. No texto original: «a true "Court" of "men of trust," formed by secretaries of state without portfolio, the Secretary of the Presidency, some ad hoc or para- state units, some middle-level officials who act as pseudopodes at key institutions and a small staff of professionals in charge of administering certain large programs (i.e., public works, industrial promotion» (OSZLAK, 1986, p. 232)

²⁰ Tradução pessoal. No texto original: «Resource appropriation and allocation are subject to the discretionary whims of the ruler: as the main political actor, he decides who gets what, when, and how» (OSZLAK, 1986, p. 233)

²¹ Tradução pessoal. No texto original: «quite rational and predictable form of decision-making lower down the hierarchy» (GORLIZKI, Y. (2002) Ordinary stalinism: the council of ministers and the soviet neopatrimonialism state, 1946-1953, Journal of Modern History, 74 (4), pp. 699-736)

e todos os outros elementos de uma sociedade industrializada e pouco moderna»²² comparativamente a outros (REMMER, 1989, p. 165).

As noções de patrimonialismo e/ou neopatrimonialismo também têm sido mobilizadas em relação à África para dar conta da estabilidade dos regimes autoritários e patrimoniais africanos quando não são confrontados com fortes pressões e interferências externas. R. Jackson e C. Rosberg (1982), por exemplo, utilizam o conceito de patrimonialismo para conceituar sistemas de poder pessoal na África subsaariana por um lado, e por outro lado, mostram que a maioria dos novos estados africanos são «formas de poder pessoal baseado nas relações com os clientes [...] e não em uma tradição politicamente relevante» (p. 74) como sugere a concepção weberiana de patrimonialismo.

J.-F. Médard (1979) utiliza pela primeira vez a noção de Estado neopatrimonial em África em referência ao regime de Ahidjo no Camarões para mostrar a falta de institucionalização do Estado, o seu subdesenvolvimento. Segundo nosso autor, Camarões é um estado ao mesmo tempo «forte, autoritário, absoluto e [...] impotente onde a autoridade político-administrativa é convertida em patrimônio privado por uma burocracia e um partido que o presidente Ahidjo controla de perto» (p. 19). Neste país, sublinha J.-F. Médard, existe uma personalização do poder, uma confusão entre o domínio público e o domínio privado, mas também a ausência de distinção entre a função e o seu titular (BACH & GAZIDO (ed), 2011). Oficialmente enfatizada por meio de normas e instituições burocráticas, a distinção entre espaço público e interesses privados é na prática negada e esvaziada de seu conteúdo.

Perante todo o exposto, recordemos que, no quadro deste estudo, mobilizamos a noção de patrimonialismo à qual damos um sentido ao mesmo tempo particular e abrangente. Se até agora o regime patrimonializado consistiu em transformar o Estado em propriedade privada de quem o domina, agora caberá a um potentado ou a um poder político ou econômico-militar transformar em propriedade pessoal não apenas o Estado, mas também todo o patrimônio do país da organização

²² Tradução pessoal. No texto original: «coexists with a professional military, technocratic administrative staff, and all the other elements of a comparatively modernized and industrialized society». (K.L. Remmer, «Neopatrimonialism: The Politics of Military Rule in Chile, 19973-1987», *Comparative Politics*, 21 (2), January 1989, p. 165)

que controla, incluindo os homens que nele vivem. No que diz respeito à expansão ou evolução do sentido, é interessante ouvir Weber:

A história das ciências da vida é e, portanto, continua sendo uma alternância contínua entre as tentativas, - [1] de ordenar, no pensamento, os fatos pela construção de conceitos, - [2] de dissolver as representações assim construídas ampliando e deslocando o horizonte científico, -[3] para construir novos conceitos sobre a base assim modificada. Não é de algum modo o caráter defeituoso da tentativa de construir sistemas conceituais que se expressa então: - toda ciência, inclusive a história descritiva simples, trabalha com os conceitos disponíveis em seu tempo -, o que então se manifesta, é o fato de que nas ciências da cultura humana, a construção de conceitos depende da posição dos problemas, e que este último é suscetível de ser modificado com o conteúdo da cultura (M. WEBER, "L'objectivité of knowledge in the sciences and social policy [1904]", em Weber, *Ensaio sobre a teoria da ciência*. Paris, Presses Pocher, col. "Agora, 116", 1992, 192; leia também BACH & GAZIDO (ed), 2011, p. 29)

No que nos diz respeito, utilizamos o conceito de patrimonialismo para analisar a dramática situação da República Democrática do Congo. Tal uso poderia ser produtivo na medida em que o paradigma do patrimonialismo é utilizado para qualificar «uma forma particular de abordar uma questão essencial da vida política, um problema suscetível de atravessar os diferentes níveis de desenvolvimento ou complexidade estrutural» (BACH & GAZIDO (ed), 2011, pág. 13). A dramática situação trans-histórica da República Democrática do Congo é um fenômeno particular cuja compreensão requer uma análise específica e uma consideração de sua complexidade estrutural e original.

Nesse sentido, no quadro desse trabalho, concebemos o patrimonialismo como a atitude e a vontade de qualquer sistema de governo ou de qualquer potentado que considera o patrimônio do país que controla, incluindo as pessoas que nele vivem, como propriedade pessoal. Assim, por exemplo, na mentalidade de certas potências ocidentais, a África, ou mesmo o mundo, é sua herança comum. As declarações do ex-subsecretário de Estado americano, Georges Moose, perante o Senado americano, em 1993, sobre a África confirmam nossas convicções: «Devemos garantir nosso acesso aos imensos recursos naturais da Áfricax (PHILIPOT, 2003, p. 196). Durante o caso franco-africana em Dakar, em maio de 1995, Ron Brown, secretário de Estado americano para o Comércio, declarou: «Os americanos vão resistir aos parceiros tradicionais da África, começando pela

França. Não deixaremos mais a África para os europeus». (PHILIPOT, 2003, p. 196). Nossa concepção de patrimonialismo é uma extensão do significado atribuído a esse paradigma pelo jurista suíço Karl Ludwig von Haller no século XIX. Segundo ele, "o Estado pode e deve ser considerado como o patrimônio (posse patrimonial) do soberano. Além disso, um governante patrimonial pode agir sozinho ou como parte de um poderoso grupo de elite ou oligarquia. Ele pode exercer o poder direta ou indiretamente"²³. O patrimonialismo é um pouco diferente da colonização, mesmo que os métodos e mecanismos de predação às vezes apresentem semelhanças sem precedentes. Colonização é uma política de ocupação física e exploração econômica, política ou social de um território por um Estado estrangeiro. Na Conferência de Berlim de 1884-85, "o colonizador é a única autoridade política reconhecida internacionalmente. As populações do continente foram excluídas do processo de negociação, negando efetivamente ao colonizado qualquer personalidade política. O Estado colonial, portanto, implica o desenvolvimento de uma ordem política caracterizada por uma alta concentração de poder nas mãos das elites coloniais, regulamentos políticos violentos, sistemas políticos e econômicos dominados pela informalidade e uma grave falta de legitimidade política"²⁴. Como podemos ver, o paradigma do patrimonialismo é mais aplicável ao nosso estudo, na medida em que os poderes patrimonialistas exercem seu poder indiretamente no Congo. Além disso, elas não ocupam fisicamente os territórios congolese, explicitamente, como novos proprietários, mas o fazem por meio de seus *proxy*, principalmente Ruanda, Uganda e Burundi. Por fim, os poderes patrimonialistas ou o governante patrimonial não são oficialmente a única autoridade política reconhecida internacionalmente, como era o colonizador.

Deve-se observar, que o paradigma imperialismo raramente é usado neste trabalho. Isto é por dois motivos. O primeiro é a conveniência científica e estratégica. Na África em geral, e na República Democrática do Congo em

²³ [www.larepublica.cd/analyses](https://larepublica.cd/analyses). Qu'est-ce que le patrimonialisme? Disponível em: <https://larepublica.cd/analyses/10204/#:~:text=du%20leader.%20The-,patrimonialism,-traditional%20which%20combines>, Acesso em 4 de setembro de 2022.

²⁴ www.erudit.org. *Regards croisés sur le colonialisme et le post colonialisme en Afrique subsaharienne Perspectives on colonialism and postcolonialism in sub-Saharan Africa. Aspekte von Kolonialismus und Postkolonialismus in Schwarzafrika*. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/euro/2007-v3-n2-euro1995/017840ar/#:~:text=en%20Afrique.%20La-,France,-%2C%20pays%20symbole%20du>, Acesso em 4 de setembro de 2022.

particular, muitos pesquisadores e cidadãos evocam os paradigmas do capitalismo e do imperialismo para justificar os relatórios de dominação exercidos pelo Ocidente sobre a África ou o Congo. O imperialismo é o mal fundador de toda a tragédia africana e congoleza. Portanto, o imperialismo poderia ser evocado em circunstâncias específicas para silenciar nossa abordagem científica. Se eu usasse o conceito de imperialismo, alguém poderia dizer, só de ler o título do meu trabalho, «eu já sei do que se trata», e deixaria por isso mesmo. Por outro lado, o patrimonialismo, por ser particularmente, quase, novo na linguagem e no vocabulário congolezes, despertaria a curiosidade do leitor e lhe daria uma sede de aprofundar nas coisas e entender seu significado e essência. O segundo motivo é epistemológico. Não há dúvida de que o imperialismo tem características quase idênticas às do patrimonialismo. Assim como o patrimonialismo, o imperialismo é a divisão territorial do globo entre as maiores potências capitalistas, político-militares e financeiras. Portanto, não é errado dizer que «o imperialismo é o capitalismo que atingiu um estágio de desenvolvimento em que o domínio dos monopólios e do capital financeiro se afirmou, em que a exportação de capital adquiriu importância primordial, em que a divisão do mundo começou entre os trustes internacionais e em que a divisão de todo o território do globo entre os maiores países capitalistas foi concluída» (LÉNINE, 1917, p. 48-50). Assim como o patrimonialismo, a principal base econômica do imperialismo é o monopólio capitalista nas mãos de um potentado ou de um pequeno grupo dominante. Esse monopólio revela a essência do imperialismo, ou seja, «a rivalidade de várias grandes potências que tendem à hegemonia, ou seja, à conquista de territórios - não tanto para si mesmas, mas para enfraquecer o adversário e minar sua hegemonia» (LÉNINE, 1917, p. 50).

A esse respeito, é preciso ressaltar que, para os patrimonialistas ocidentais, todos os meios são permitidos para desperdiçar, roubar, espoliar e saquear a riqueza de outros países. Assim, guerras, colonização, escravidão e outros mecanismos estruturais e burocráticos de predação são colocados em prática para atingir esses fins. As guerras de matéria prima do sangue na República Democrática do Congo e a guerra do petróleo na Síria, Líbia e Iraque em 2003 pela coalizão liderada pelos Estados Unidos da América são um exemplo perfeito. Em seu artigo Guerra do Iraque: como tudo começou há dez anos, publicado no *Le Figaro* em 20 de março de 2013, Arielle Thédrel acredita que os Estados Unidos da América não atacaram

o Iraque para caçar um tirano e estabelecer nele valores democráticos, como alegaram os defensores do governo Bush. Além do desejo de influenciar os desenvolvimentos políticos na região²⁵, a intervenção militar americana de 2003 permitiu aos Estados Unidos recuperar uma posição em um país estratégico do ponto de vista energético e expulsar a China e a Rússia, que ali haviam desenvolvido seus interesses.

Em vista de sua economia intensiva em energia, os americanos, naquele momento, não tiveram escolha a não ser projetar seu poder onde estavam localizadas as reservas de petróleo essenciais ao exercício de suas atividades econômicas. Os estrategistas do governo Bush tinham laços estreitos com a comunidade empresarial. Presidente em 1995 da Halliburton, Dick Cheney assegurara assim o gigante da equipa petrolífera de contratos maravilhosos. Em seu livro *The Time of Turbulence* publicado em 2007, Alan Greenspan, que chefiou o Federal Reserve de 1987 a 2006, não hesitou em dizer em voz alta o que todos sabem: uma das grandes apostas da guerra do Iraque era o petróleo. A guerra de alta intensidade que eclodiu no Zaire²⁶ em outubro de 1996 e continua hoje como uma guerra de baixa intensidade, mas sempre com as vítimas congoleesas, não é uma guerra civil entre tribos congoleesas ou entre grupos políticos congoleeses em conflito para estabelecer qualquer democracia no país. Trata-se essencialmente de uma guerra de interesses econômicos cujo objetivo é permitir que as potências patrimoniais, lideradas pelos Estados Unidos da América, tenham acesso direto aos imensos e preciosos recursos que abundam na República Democrática do Congo. Para Théophile Ubole Khoshi e Yumbi (2017), «a República Democrática do Congo, [...] permanece mais do que nunca uma terra de cobiça e pilhagem. Os imperialistas ocidentais [...] fomentam e apoiam rebeliões para melhor roubar os recursos naturais do Congo» (p. 11).

Vários relatórios da ONU e outros escritos denunciam o saque de vários recursos naturais na República Democrática do Congo. É particularmente o caso do

²⁵ Em seu artigo de 24 de abril de 2008, publicado no Stop on Info, intitulado «The real reason for the Iraq war in 2003» ou «What the Iraq War is About», Paul Craig Roberts afirma, ainda, que a guerra no Iraque foi uma guerra projetada para Israel (por Paul Craig Roberts, «The real reason for the Iraq war in 2003» ou «What the Iraq War is About» URL: <https://arretsurinfo.ch/la-veritable-raison-de-la-guerre-dirak-pt-2003/>, acessado em 6 de agosto de 2019) A guerra deve permitir que Israel alcance sua expansão territorial assinando um tratado de paz com Bagdá (controlado pelos Estados Unidos da América) e outros países da região para isolar ainda mais a Palestina.

²⁶ Atual República Democrática do Congo

Relatório Final ao Conselho de Segurança das Nações Unidas do grupo de peritos da Comissão de Inquérito sobre Pilhagem e Exploração Ilegal dos Recursos Naturais da RD Congo, comissão instituída pela carta de 15/10/2002 do Secretário-Geral da ONU ao Presidente do Conselho de Segurança; o Aditivo ao relatório do grupo de peritos sobre a exploração ilegal dos recursos naturais e outras riquezas da República Democrática do Congo (distribuição geral em 13 de novembro de 2001); O memorando ao Secretário-Geral da ONU do Comitê Permanente da Conferência Episcopal Nacional do Congo, reunido de 9 a 14/10/2004. Além de pilhagem e da exploração ilegal dos recursos naturais da República Democrática do Congo, todos esses documentos denunciam também os crimes cometidos contra as populações civis localizadas nas zonas de combate. O quadro que surge é impressionante, perturbador e deve indignar as consciências retas. «Tudo de valor é roubado ou saqueado, quando não é enviado ao exterior como espólio de guerra» (MBEKO & NGBANDA, 2004, 238).

Como se vê, povos cuja herança é cobiçada por potências ocidentais ou patrimoniais tornam-se vítimas de sua própria riqueza. Apesar da abundante riqueza natural de que são dotados, esses países mantêm o status de países subdesenvolvidos. Sofrem de subdesenvolvimento, justamente pela cobiça de quantidades variáveis de seus recursos naturais. Chamamos de *patrimonialgia*²⁷ esta maldição da riqueza. O patrimonialismo faz do patrimônio um mecanismo gerador de guerras com sua procissão de massacres, genocídios e toda sorte de misérias contra os verdadeiros donos do patrimônio cobiçado: o povo ou qualquer outro indivíduo. Na República Democrática do Congo, desde 1996, as guerras de ocupação e minerais por 7 exércitos regulares de países africanos, principalmente os exércitos de Ruanda, Uganda, Burundi e Angola, com o apoio logístico e técnico dos Estados Unidos da América, já causaram mais de 10 milhões de mortos, centenas de milhares de mulheres, crianças e bebês violados e massacrados, milhões

²⁷ O neologismo *patrimonialgia* é o eufemismo que inventamos para designar e mostrar como os poderosos (poderes patrimonialistas) deste mundo podem transformar um patrimônio dos demais em fonte de dor, sofrimento e miséria. E, no entanto, originalmente, a herança é um processo de geração de felicidade. *Patrimonialgia* é apenas a consequência lógica e estrutural do patrimonialismo. *Patrimonialgia* é composta pelo substantivo “patrimônio” e o sufixo de origem grega “algie” que significa dor. É, pois, a dor devida ao patrimonialismo ocidental e a qualquer outro potencializado africano, congolês, multinacional, etc. que considera a riqueza dos outros como sua propriedade pessoal. Passamos então do patrimonialismo à *patrimonialgia* via *patrimogène*, ou seja, um patrimônio que gera outra coisa que não a felicidade ou o desenvolvimento. E no caso da República Democrática do Congo e outros países, o patrimônio é desviado de sua natureza originel.

de congoleses espoliados e expulsos das suas terras ancestrais, mas também o saque sistemático dos recursos do país pelos exércitos dos países agressores, principalmente os de Ruanda e Uganda, em benefício de mais de 80 multinacionais (NGBANDA & MBEKO, 2014). Com um sistema de corrupção estrutural e generalizada, a população não tem acesso a água potável ou eletricidade, e ainda assim a República Democrática do Congo tem um potencial de 106.000 MW (em energia hidroelétrica) dos quais 42% está no site do Inga. Um verdadeiro escândalo para a *Transparency international*, que acredita que “as necessidades básicas dos cidadãos não são atendidas”. Para o presidente da ONG anticorrupção, José Ugaz, a população vai dormir com fome todas as noites por causa da corrupção, enquanto os poderosos e os corruptos desfrutam de um estilo de vida pródigo com total impunidade. A República Democrática do Congo é um *no man's land* (uma terra de ninguém) onde o povo congolês vive como estrangeiro em sua terra natal. Como podemos ver, o patrimonialismo aparece claramente como o fio trans-histórico que explica com absoluta clareza a trágica história dos povos no mundo.

Conclusão parcial

A relevância da revisão de literatura também consiste em examinar os resultados de pesquisas anteriores no mesmo campo que a si mesmo, a fim de situar e determinar a contribuição e a especificidade intrínseca do próprio trabalho em relação ao trabalho anterior. As investigações em um determinado campo são muitas vezes precedidas pelos outros trabalhos nos quais podem se basear ou contra os quais se destacam. No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, observe que vários pesquisadores antes de nós analisaram o status da imprensa em geral e da congolesa em particular. No entanto, a maioria das pesquisas sobre a imprensa congolesa concentra-se na imprensa colonial. Além disso, várias análises sobre o status da imprensa congolesa ou consideram apenas os constrangimentos sociopolíticos que influenciam a orientação editorial da imprensa, ou partem apenas do produto midiático. Nesse contexto, a imprensa escrita se assemelha a uma mônada isolada no cenário midiático congolês. A nossa análise centra-se tanto no contexto sociopolítico da ocupação da República Democrática do Congo pelos poderes patrimonialistas, à irrupção das TIC na paisagem midiática congolesa, nos

constrangimentos contextuais que regem a estrutura do texto midiático, bem como nos produtos mediáticos congolese. Tal perspectiva permite destacar o status da imprensa congolese, mas também testemunhar o emaranhamento dos jogos de atores, para além dos únicos interlocutores da imprensa clássica e institucional do regime de ocupação de Joseph Kabila.

Além disso, o paradigma patrimonialista, explicando com precisão e clareza a dramática situação da República Democrática do Congo, merece uma elucidação para evitar qualquer ambiguidade conceitual. Com efeito, no quadro deste estudo, concebemos o patrimonialismo como a atitude e a vontade de qualquer sistema de governo ou de qualquer potentado que considera o patrimônio do país que controla, incluindo os homens que nele vivem, como sua propriedade pessoal. Assim, por exemplo, na mentalidade de algumas potências ocidentais, a África é sua herança comum. Como podemos ver, abordar a questão do status da imprensa congolese na era das TIC requer construir um quadro teórico específico de referência para a compreensão do nosso estudo. É este último que será o epicentro do nosso primeiro capítulo.

Qualquer problema de pesquisa deve primeiro ser integrado numa perspectiva teórica geral. A perspectiva teórica garante que a pesquisa seja integrada à comunidade científica. A partir dessa perspectiva teórica geral, o pesquisador deve então elaborar uma estrutura teórica específica para o problema (LARAMEE, A. e VALLE, B., 1991, p.170)

CAPÍTULO 2: quadro teórico e conceitual de referência

2.0. Introdução

O objetivo deste capítulo é estabelecer as precisões necessárias para compreender diferentes concepções teóricas associadas à problemática do nosso estudo. De fato, através de uma análise comparativa do conteúdo da cobertura midiática do regime de ocupação de Joseph Kabila no período de 2018 a 2020, buscamos entender o status da imprensa congoleza na era das TICs. Trata-se de ver como, na era das TICs, os atores políticos do regime dominante em Kinshasa, o *Pequeno resto do Congo* e particularmente os jornalistas se apropriaram e usaram as mídias. Interesses individuais, políticos, econômicos, sociais e ideológicos também são construídos e transmitidos pelas mídias. Essa apresentação de referência teórica é motivada por um trabalho de segmentação da nossa hipótese. Contém os elementos que nos remetem na RD do Congo — como questões geopolíticas, geoeconômicas e geoestratégicas globais—, para os diferentes modelos da imprensa, bem como alguns conceitos operacionais para a libertação da RD Congo. Um único eixo fundamental com uma conclusão constituem o quadro do nosso argumento: abordagens e teorias de referência.

2.1. Abordagens e teorias de referência

2.1.1. Teorias de agenda-setting

Este parágrafo discute a teoria de agenda-setting ou agendamento. Em relação à questão do nosso estudo, a teoria do agendamento nos ajudou a entender, por um lado, como as mídias tem sido usadas para controlar informações, orientar e determinar a agenda do público congolês em particular e internacional em geral; por outro lado, essa teoria nos permitiu compreender como, com a interrupção da Internet, o *Pequeno resto do Congo* questionou o poder de seleção e visibilidade das mídias de massa, influenciando a agenda das mídias e tornando visíveis temas atuais, incluindo a ocupação da RD Congo, considerados indignos de ser publicados pelas grandes mídias.

2.1.1.1. Definição da agenda: elementos referenciais básicos

Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), que parecem ser os pais fundadores da teoria da agenda setting, desenvolvem esta última na hipótese de que as mídias não ditam os pensamentos das pessoas, mas indicam os tópicos sobre os quais os cidadãos precisam pensar. Nesse sentido, as mídias influenciam a agenda de assuntos públicos na medida em que o público ajusta sua percepção da importância relativa dos temas à importância que as mídias atribuem a eles (ARSENAULT, 2015). Dessa forma, estabelece-se uma relação de causalidade entre a importância que as mídias dão a determinados assuntos e a percepção que o público tem da importância desses assuntos. Em outras palavras, há uma relação de causalidade entre a agenda midiática (os temas abordados pelas mídias e a importância que atribuem a eles) com a agenda do público, ou seja, «todos os problemas que estão sendo tratados, de qualquer forma, pelo poder público. e, portanto, passível de ser objeto de uma ou mais decisões» (GARRAUD, 1990, p. 27). Esta hipótese da existência de uma relação causal entre a agenda midiática e a agenda pública já havia sido apontada nos anos 20, no livro *Public Opinion*, por Walter Lippmann, que escreveu sobre o que hoje chamamos de processo de agenda-setting da agenda pública.

Neste sentido, a influência da preponderância das notícias na agenda midiática faz-se sentir a dois níveis: «por um lado, na seleção e visibilidade das notícias; e, por outro lado, pelo ângulo de tratamento dado a eles» (MCCOMBS,

2004, p. 70). O primeiro nível indica «o que pensar, enquanto o segundo nível indica um pouco mais como pensar a atualidade» (MCCOMBS, 2004, p.71). Segundo McCombs (2004), o segundo nível é caracterizado por atributos (attributes), ou seja, elementos relacionados a um determinado assunto sobre os quais as mídias insistirão no tratamento da informação. Assim como no primeiro nível, a escolha de atributos em detrimento de outros ajuda a enquadrar o debate: «specifie aspects of media content about public affairs are explicitly linked to the shape of public opinion» (MCCOMBS, 2004, p. 85).

A este assunto, a teoria do agendamento tem sido criticada por seu «modelo binário e mecanicista envolvendo a relação mídia-público» (GINGRAS, 2003, p. 20). Isso levará Kurt e Gladys Lang a desenvolver a teoria da construção da agenda-building em 1983. Este último «constitui um modelo triangular e dinâmico; há uma influência mútua entre as mídias, os tomadores de decisão e a população». (GINGRAS, 2003, p. 20). Segundo eles, estudos baseados no modelo de agenda-setting não levam em conta o conhecimento do público sobre determinado assunto, o que leva a uma compreensão menos completa do quadro midiático: «quanto mais um assunto parece familiar ao público, quanto menos a cobertura midiática precisa ser importante para que o assunto se imponha como prioritário, menor será a influência na formação de opiniões» (GINGRAS, 2003, p. 20-21).

Além da construção da agenda-building, outros conceitos, incluindo o gatekeeping, serão desenvolvidos para ampliar a compreensão da teoria do agendamento e estudar melhor sua dinâmica.

2.1.1.2. Gatekeeping e a ordem do discurso

O gatekeeping coloca no centro a questão da circulação e controle da informação, cuja relevância já foi demonstrada pelo agendamento. Gatekeeping focaliza o papel tradicionalmente assumido pelas mídias de «tornar visível o que considerava público» (CARDON, 2010, p. 36), o que também envolve «deixar de lado informações julgadas indignas de serem publicadas» (SINGER, 2013, p. 2). Em última análise, o público muitas vezes só tem acesso a informações transformadas: «Most of what people know comes to them ‘second’ or ‘third’ hand from the mass media or from other people» (MCCOMBS & SHAW, 1972, p. 176).

Como podemos ver, o papel dos gatekeepers é, portanto, dar o poder de tornar os discursos públicos e visíveis para, em última análise, influenciar as decisões do Estado. Enquanto McCombs vê o gatekeeping como uma questão de poder (MCCOMBS, 2004, p. 82), Olivier Voirol, por sua vez, vê o gatekeeping como uma questão de luta pela visibilidade:

Os meios de comunicação em grande parte canalizam o acesso à cena de visibilidade e procedem a uma seleção do que é digno de cobertura midiática. Mas também contribuem para delimitar o espectro da visibilidade mediada ao excluir o que não é digno de atenção pública para eles. Seu crescente papel na definição do perímetro do universo das aparências mediadas trouxe, como sabemos, à tona novas formas de poder, mas ao mesmo tempo abriu caminho para práticas de luta voltadas para a visibilidade. (VOIROL, 2005, p. 105)

No entanto, com a irrupção da internet, o gatekeeping das mídias de massa passou por profundas mudanças: «opening the door to further exploration of the agenda-setting process, [...] experimenters also argued that contemporary incarnations of Internet news are subtly, but consequentially, altering the way that the news media set the public agenda» (MCCOMBS, 2004, p. 18). Nesse sentido, «ao levantar o véu dos gatekeepers, a internet abre um espaço de visibilidade para publicações que não foram submetidas a verificação prévia» (CARDON, 2010, p. 40). Com a Internet, as escolhas das mídias são questionadas: «Once passive, users now filter news and discuss what media publish» (AN et al., 2011, p. 1).

Acostumados à comunicação unidirecional, as mídias de massa devem agora lidar com um público mais engajado: «the features of the 'new media' age are reflected in the way journalists and audience engage in new communication patterns, communicating with each other directly, and tapping into breaking News» (AN et al., 2011, p. 1.)

Assim sendo, o controle da informação passa a iludir cada vez mais as mídias de massa, tornando-se mais um papel de vigilância do que de controle. Isso abre caminho para o “metajornalismo”, no qual amadores podem intervir na esfera midiática para comentar, influenciar ou mesmo criar conteúdo (ARSENAULT, 2015). É neste contexto que assistimos à emergência dos jornalistas cidadãos. O jornalismo cidadão permite que as audiências mudem a estrutura do agendamento ao serem capazes de criar seu próprio conteúdo original [...], mas também ao tornar

os processos de agendamento das mídias profissionais radicalmente provisórios, maleáveis e suscetíveis à intervenção crítica. (GOODE, 2009, p. 1293)²⁸

Como podemos ver, está ocorrendo uma mudança no gatekeeping porque o poder de seleção e visibilidade é transferido para novas pessoas que podem influenciar a definição da agenda e tornar visíveis novos assuntos da atualidade para colocar na agenda pública. Segundo Singer (2013), isso permite, por um lado, uma maior acessibilidade a temas atuais negligenciados pelas mídias de massa e, por outro, uma nova influência nas escolhas editoriais. Na mesma perspectiva analítica, a teoria da ecologia das mídias também se apresenta como um quadro de referência e leitura do problema de nosso estudo.

2.1.2. A abordagem da ecologia das mídias

2.1.2.1. Introdução

Neste tópico, trata-se da abordagem da ecologia das mídias. Esta ajuda-nos a compreender o papel desempenhado pelas mídias, mas sobretudo o impacto dos efeitos midiáticos durante o regime de Joseph Kabila. A ecologia das mídias nos permite questionar os mecanismos de produção e difusão da informação, a qualidade da informação, mas também «a relação entre o sistema das mídias e seu contexto, a maneira como as mídias afetam nossa compreensão do mundo, as interações que temos com eles...» (BADILLO, 2008, p. 49). Nossa reflexão será pontuada em duas etapas: Ecologia das mídias: Elementos de definição, fundamentos e desafios e Limites epistemológicos da visão norte-americana de uma ecologia das mídias.

²⁸ Tradução pessoal. No texto original: Citizen journalism allows members of the public to engage in agenda-setting not merely by producing original content[. . .] but also by rendering the agenda-setting processes of established professional media outlets radically provisional, malleable and susceptible to critical intervention. (GOODE, 2009, p. 1293)

2.1.2.2. Ecologia das mídias: elementos de definição, fundamentos e questões

O termo ecologia das mídias é relativamente novo, mas a realidade e a prática da ecologia das mídias são algo que existe há muito tempo. Strate, Braga e Levinson (2019) citam alguns documentos que podem nos falar sobre a prática da ecologia das mídias, entre eles «o livro bíblico do Êxodo, com sua proibição geral de imagens gravadas contidas no Decálogo, [...] geralmente considerado a primeira forma de ecologia das mídias aplicada» (p. 67). Mas, em sua versão mais recente, o termo «ecologia das mídias encontra sua origem em duas tradições culturais muito diferentes» (BADILLO, 2008, p. 11). Por um lado, a partir de 1971, Abraham Moles (1971) fez uma análise ao mesmo tempo original e representativa de uma tradição humanista francesa ao desenvolver «o conceito de ecologia da comunicação» (BADILLO, 2008, p. 11). Para Moles (1971), a ecologia da comunicação é a «ciência das relações e interações que existem entre as diferentes espécies de atividades de comunicação dentro de um conjunto social disperso em um território; empresa, cidade, estado, globo, etc.» (MOLES, 1971, pp. 246-265). Esta aproximação de Moles à ecologia da comunicação mostra que esta não é apenas a ciência das redes, no sentido do transporte de mensagens materiais, mas «é também a do seu desenvolvimento, das suas interações, dos seus vários impactos na vida pessoal dos seres humanos, como em seus agrupamentos, em particular na organização da vida social em suas diversas formas» (BADILLO, 2008, p. 33).

Por outro lado, a expressão ecologia das mídias surgiu durante a década de 1970 na Costa Leste dos Estados Unidos. Sob o nome de ecologia das mídias, pesquisadores da comunicação sob a influência de Neil Postman (1931-2003), em particular, se empenharam em remapear um certo número de trabalhos acadêmicos sobre a relação entre tecnologia, cultura e sociedade, de modo a introduzir uma nova coerência teórica orientado para o estudo das influências das técnicas e modos de comunicação nas estruturas sociais e formas culturais. Neil Postman usou pela primeira vez a expressão ecologia das mídias —o que McLuhan chamou em 1951, de «gramática das mídias»— em novembro de 1968 na reunião anual do *National Council of Teachers of English* em Milwaukee, Wisconsin, mas não inventou a prática. Ao trabalho de Postman, obviamente soma-se toda a influência da pesquisa na própria ecologia, em particular com McLuhan que «colocou definitivamente o

estudo das mídias no mapa acadêmico e popular, e foi a inspiração por trás do termo introduzido por Postman» (STRATE, BRAGA e LEVINSON, 2019, p. 67), com o desenvolvimento da abordagem sistêmica e o trabalho sobre complexidade de Edgar Morin.

No entanto, a originalidade e genialidade de Postman residem no próprio nome que atribui a este campo de investigação e na aproximação que dele tem. Na página inicial do site da Media Ecology Association, criada após o trabalho fundador de Neil Postman, aparece a seguinte definição postmaniana de ecologia das mídias: «A ecologia das mídias examina a maneira pela qual as mídias afetam a percepção, compreensão, sentimentos e valores humanos; e como nossa interação com as mídias ajuda ou atrapalha nossas chances de sobrevivência»²⁹. A abordagem de Neil Postman à ecologia das mídias consiste, portanto, em defini-la como «o estudo sistemático dos ambientes tecnológicos ou midiáticos —isto é, universos sociais e simbólicos onde circulam e se trocam signos, imagens e mensagens— que destaca o papel privilegiado desempenhado pelas mídias na formação de formas culturais» (BADILLO, 2008, p. 75). Em outras palavras, a ecologia das mídias busca mostrar «que papel as mídias nos obrigam a desempenhar, como as mídias estruturam o que vemos e por que as mídias nos faz sentir e agir da maneira que fazemos» (BADILLO, 2008, p. 15).

Sobre esse assunto, por meio de sua fórmula de choque *The Medium is the Message*, McLuhan (1970) sustenta que as mídias desempenham um papel de catalisadoras culturais independentemente do conteúdo que veiculam. O advento do meio modificaria as condições de percepção sensorial específicas de uma dada cultura. As mídias são, portanto, extensões de nossas funções mentais e físicas que afetam a consciência de nossas experiências diárias da realidade (McLUHAN, 1964). Um meio impõe sua própria ordem no uso de nossos sentidos (visão, audição, tato). Assim, a imprensa teria submetido nossas percepções ao sentido da visão e teria atrofiado a audição e o tato, etc. Nesse sentido, «as mídias atuam no nível da totalidade da cultura. A eletricidade causaria uma implosão unificando o sistema nervoso da humanidade em um todo simultâneo: uma aldeia global, tribal,

²⁹ Tradução pessoal. No texto original: «Media ecology looks into the matter of how media of communication affect human perception, understanding, feeling, and value; and how our interaction with media facilitates or impedes our chances of survival». Disponível em :<http://www.media-ecology.org>. Acesso em 4 de março de 2022.

planetária» (BADILLO, 2008, p. 76). Essas inovações causam as verdadeiras mudanças socioculturais.

Os modos de comunicação, portanto, moldam a vida humana. Strate Lance afirma, por sua vez, que «[...] as técnicas e tecnologias, os processos de informação e os códigos de comunicação desempenham um papel preponderante nos assuntos humanos»³⁰.

Além disso, o fato de Neil Postman «ter escolhido o termo ecologia das mídias é uma indicação de que o que estava descrevendo era uma forma particular de estudar as mídias que pode ser distinguida de outras formas de estudar o assunto» (STRATE, BRAGA e LEVINSON, 2019, p. 68): a ecologia das mídias não será um discurso sobre as mídias, muito menos em termos mais gerais, como simplesmente o estudo das mídias, mas sim «o estudo das mídias como ambientes» (STRATE, BRAGA e LEVINSON, 2019, p. 68). A ecologia das mídias é um «campo em si, cujo interesse em tópicos como tecnologia e cultura extrapola as fronteiras dos estudos de comunicação» (STRATE, BRAGA e LEVINSON, 2019, p. 68). Seria, portanto, incorreto, segundo Strate Lance (2019), «reduzir a ecologia das mídias a um subconjunto da disciplina acadêmica da filosofia, mas ela pode ser entendida como uma busca filosófica». A ecologia das mídias é tanto uma ciência quanto «uma metaciência ou metadisciplina» (NYSTROM, 1973, p. 3), na medida em que é «capaz de explicar a introdução e o desenvolvimento de outras disciplinas» (STRATE, BRAGA, LEVINSON, 2019, p. 69), mas também como uma disciplina capaz de explicar «seu próprio desenvolvimento» (STRATE, BRAGA e LEVINSON, 2019, p. 69).

Como podemos ver, as perspectivas ecológicas não apenas nos levam a adotar uma perspectiva ética e humanista em relação aos desequilíbrios observados no ambiente informacional, mas também nos ajudam a desenvolver um novo olhar sobre as consequências que um modo de comunicação dominante, em determinado período histórico, pode envolver nas configurações da psicologia individual, na ordem das percepções sensoriais e das sensibilidades culturais, e na organização social. Nesse contexto, Neil Postman, em seu livro *The Disappearance of*

³⁰ Tradução pessoal. No texto original: «technology and techniques, modes of information and codes of communication play a leading role in human affairs» (Lance Strate, “An Overview of Media Ecology”, site Web de la Media Ecology Association, <http://www.media-ecology.org/about-us/>. Acesso em 8 de março de 2022.

Childhood, publicado nas edições Vintage em 1994, sustenta que o surgimento da televisão transformaria radicalmente as formas de ensino e as condições de vida da infância.

Neil Postman e seus/as sucessores têm sido acusados de apresentar vários limites na sua visão da ecologia das mídias. Mas na realidade, como veremos, esses limites são uma escolha epistemológica.

2.1.2.3. Aparentes limites epistemológicos da visão norte-americana de uma ecologia midiática

Para alguns/as pesquisadores/as, a concepção de Neil Postman da ecologia das mídias seria limitada. Segundo ele/as, a ecologia das mídias de Neil Postman seria marcada por uma visão de mudança insuficientemente complexa. Patrick-Yves Badillo (2008), por exemplo, afirma que «as mudanças sociais e culturais não podem ser explicadas exclusivamente com referência às mudanças técnicas» (p. 78). Patrick-Yves Badillo (2008) acrescenta que as mudanças sociais e técnicas são «explicadas por sua íntima articulação (coconstrução), e por sua ancoragem em um contexto sócio-histórico em transformação [...] e em ressonância com a evolução do sistema de relações sociais, culturais e políticas nas sociedades observadas» (BADILLO, 2008, p. 78). A tecnologia também é estruturada pela sociedade. Por isso, a ecologia das mídias quer conscientizar as pessoas. As descobertas tecnológicas são construções sociais, no sentido de que «são fruto de orientações estratégicas, de escolhas deliberadas, num dado momento da história e em contextos particulares». (JOSIANE BOUTET e al, 1998, p. 27).

Além disso, alguns críticos estimam que a análise da mudança sóciotécnica americana não leva suficientemente em conta os usos, os públicos e suas redes de pertencimento. O usuário é sujeito de pensamento, ação e poder (FOUCAULT, 1984) e, portanto, de resistência ao ambiente tecnológico. É necessário, portanto, analisar os fenômenos de recepção midiática e uso dessas tecnologias pelas populações envolvidas. Esse tipo de análise ajuda a mostrar a «força inovadora potencialmente contida nos gestos dos usuários que, por meio do processo de apropriação social de objetos técnicos, contribuem para transformar não apenas seus usos, mas também as configurações técnicas dos próprios dispositivos» (BADILLO, 2008, p. 78). É improdutivo pensar que as mídias e as lógicas técnicas

provêm exclusivamente da oferta industrial de objetos e ferramentas de comunicação técnica. Parte da inovação sociotécnica vem dos próprios usuários. Em seus estudos recentes sobre o desenvolvimento da rede e os usos da internet, Dominique Cardon (2005) e Eric Von Hippel (2005) mostraram que muitas das rupturas mais significativas nas práticas de comunicação causadas pela internet, em particular o software livre, p2p, blog, Wi-Fi, não vieram de uma oferta industrial de serviços imaginada inicialmente por grandes empresas e grandes laboratórios industriais. Ao contrário, é horizontalmente que essas inovações foram imaginadas por meio de práticas de troca, doação e cooperação em redes de usuários movidas por uma ética de compartilhamento. Doravante, é relevante abordar também a mudança social e técnica de baixo para cima.

A este assunto, longe de nós considerar as críticas contra a visão da ecologia das mídias de Neil Postman como infundadas. Longe disso. No entanto, essas críticas parecem mal direcionadas. A ecologia das mídias, como qualquer abordagem científica, não tem a ambição de abranger tudo. Caso contrário, seria uma ciência *attrape-tout* ou *fourre-tout*. Seria então impossível para ela definir e analisar seu objeto de estudo. É por isso que a ecologia das mídias fez uma escolha: estudar universos informacionais. Em outras palavras, a ecologia das mídias optou para analisar as mídias e os ambientes criados por ela. Nesse sentido, a ecologia das mídias oferece uma abordagem inovadora para as mídias e todos os mecanismos de produção e difusão de informação. Como dito acima, a ecologia das mídias escolheu nos questionar sobre a ação da própria tecnologia como agente social e também sobre a ação silenciosa e constante da própria tecnologia, sobre a relação entre o sistema midiático e seu contexto. Com a globalização e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, há uma estreita interdependência entre as mídias e seus ambientes. Dessa forma, adotando uma lógica interdisciplinar, a ecologia das mídias norte americana permite pesquisar sobre os mecanismos de produção e difusão da informação, sobre a avaliação da qualidade da informação, sobre o combate à poluição informacional em respeito à liberdade de imprensa. Com as TICs, torrentes de informações estão jorrando todos os dias em velocidade acelerada e invadindo nossos pensamentos e nosso ambiente (BADILLO, 2008). Essas informações podem ser verdadeiras ou falsas, manipuladas ou não. Torna-se então necessário levar em conta a informação e contextualizá-la para uma análise aprofundada e enriquecedora. Torna-se também

importante compreender o funcionamento das TICs para utilizá-las em benefício humano.

Para além das teorias anteriores expostas acima, é necessário prestar especial atenção a certos paradigmas, susceptíveis de dar uma compreensão mais ou menos holística da nossa problemática, notadamente a geopolítica, o espaço público.

2.1.3. A perspectiva geopolítica

2.1.3.1. Introdução

Desde os primeiros tempos, a República Democrática do Congo está no centro das rivalidades de poder por causa de seus imensos recursos naturais. A República Democrática do Congo é um reservatório de minerais raros e estratégicos em que todo o mundo precisa. Coltan ou colombo-tantalita congolês é usado na fabricação de tecnologias estratégicas, como telecomunicações, nuclear, etc. A República Democrática do Congo representa, portanto, uma questão geoeconômica, geoestratégica e geopolítica global. Potências ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos, e potências asiáticas, particularmente a China, estão lutando pelo controle da riqueza natural congoleza. A guerra que está ceifando milhões de vidas no Congo não é étnica nem política. É essencialmente econômica. «São os minerais estratégicos que estão na origem do banho de sangue que as potências mundiais impõem aos congolezes a coberto de rebeliões» (ONANA, 2020, p. 125). A compreensão das noções de geopolítica permite, assim, lançar luz sobre a predação e ocupação de que a RD Congo é vítima. A abordagem geopolítica permite compreender o mundo atual em toda a sua complexidade. Esta seção está dividida em dois eixos, a saber: geopolítica: referenciais de definição e Geoeconomia, avatar da geopolítica.

2.1.3.2. Geopolítica: referências de definição

A geopolítica, cujo termo, no sentido atual, foi cunhado pelo sueco Rudolf Kjellen (1846-1922), nasceu no século XIX no triplo contexto do cientificismo, do

darwinismo e da crença na superioridade da civilização ocidental. Não surpreende, portanto, que depois que a palavra surgiu da pena de Leibniz (1646-1716), seus principais pensadores fossem os alemães Friedrich Ratzel (1844-1904), Karl Haushofer (1869-1946) e os anglo-saxões Alfred T. Mahan (1840-1914), Halford Mackinder (1851-1947), Nicholas J. Spykman (1893-1943). Os primeiros questionam o lugar a qual a Alemanha tem direito na Europa e no mundo, os segundos as razões que permitiram que o Reino Unido se tornasse uma grande potência e as que permitiram que assim permanecesse. Quanto aos americanos, eles se perguntam sobre os motivos que poderiam permitir que os Estados Unidos se tornassem uma grande potência [BESHARA (cordão), 2021].

Nesse sentido, o general PM Gallois (1990) considera a geopolítica como «o estudo das relações que existem entre a condução de uma política de poder realizada no plano internacional e o quadro geográfico em que ela é exercida» (GALLOIS, 1990, p. 37.). Yves Lacoste (1993) apreende a geopolítica como o estudo das «rivalidades de poder em um território» (p. 587). Em outras palavras, para Yves Lacoste, a geopolítica está mais geralmente interessada em «estudar as rivalidades de poder que afetam um determinado território; e a capacidade de um poder de se projetar fora desse território». (ROSIERE STEPHANE, 2001. pp. 33-42). Michel Foucher completa o pensamento de Yves Lacoste ao considerar a geopolítica como «um método global de análise geográfica das situações sócio-políticas concretas consideradas como localizadas, e das representações usuais que as descrevem» (FOUCHER, 1991, p. 35). Mas, de forma mais simples, a geopolítica consiste em compreender os mapas geográficos e como as pessoas percebem o território e procuram usá-lo em seu benefício.

Como se vê, o objeto da geopolítica é o estudo das interações entre o espaço geográfico e as rivalidades de poder que dele decorrem. Como diz Pascal Lorot em sua obra *Histoire de la géopolitique*, publicada em 1995, a geopolítica identifica e analisa fenômenos conflitantes (de todos os tipos), estratégias ofensivas ou defensivas centradas na posse de um território, sob o triplo olhar das influências do ambiente geográfico, tomado no sentido físico e humano, os argumentos políticos (e econômicos) dos protagonistas do conflito e as fortes tendências da história. Para isso, ela utiliza, conforme necessário, mapas, dados estatísticos, suporte documental de todo tipo para identificar as influências do meio geográfico, físico e humano, as continuidades ou rupturas da história, os objetivos e argumentos ideológicos e

políticos, economia dos atores ou protagonistas. Dessa forma, é lógico considerar que a luta pela hegemonia econômico-espacial continua sendo a razão exata que torna relevante o uso do termo geopolítico.

Deve-se notar, a esse respeito, que a geopolítica tem seus avatares, em particular a geoeconomia, cuja quintessência deve ser apreendida para melhor compreender a situação complexa e dramática da República Democrática do Congo.

2.1.3.3. Geoeconomia, avatar da geopolítica

Desenvolvida nos Estados Unidos por Edward Luttwak, em seu artigo *From Geopolitics to Geo-economics* (1990) publicado em *The National Interest*, a geoeconomia nada mais é do que a geopolítica das forças econômicas. Ela analisa as estratégias económicas decididas pelos Estados no quadro de políticas que visam proteger a sua economia nacional, adquirir o controlo de tecnologias-chave e/ou conquistar determinados segmentos do mercado mundial relativos à produção ou comercialização de um produto ou uma gama de produtos sensíveis, na medida em que a sua posse ou controlo confere ao seu titular – Estado ou outro – um elemento de poder e influência internacional e contribui para o reforço do seu potencial económico e social, e isso por vezes por outros meios que não os militares. Segundo Edwaer Luttwak (1999), o poder de um Estado passa a ser baseado no comércio e na economia, e não mais na guerra. Assim, à geopolítica clássica pela qual as rivalidades dos Estados são relativas aos territórios, sucede assim uma geoeconomia cujas principais armas seriam o capital, subsídios estatais, restrições e proibições à exportação, etc. No final da Guerra Fria, o principal fator de poder não é mais constituído pelas capacidades militares dos estados desenvolvidos, mas o poder é agora exercido por sua economia. A partir de agora, as prioridades econômicas vêm à tona.

Em vista do exposto, é lógico, portanto, manter que o objeto da geoeconomia continua sendo a interação da política e da economia no nível planetário. Os objetivos da geoeconomia seriam agora conquistar uma posição invejada na economia mundial (como a posição da República Democrática do Congo). Podemos, portanto, considerar, com Nicolas Bardos-Féltoronyi (1991),

que a geoeconomia também se alimenta do estudo das relações econômicas alternadamente conflitantes e cooperativas, e do desenvolvimento desigual, tanto espacial quanto temporário e setorial). (Leia também Le GUELTE GEORGES, 2002/3, p. 67-74)

Além da geopolítica e seus avatares, é útil prestar atenção especial à questão do espaço público. A República Democrática do Congo pode ser considerada como um espaço público, ou seja, um lugar onde se cruzam ideologias políticas de todos os tipos, um espaço de debate, participação e lutas.

2.1.4. O espaço público e a teoria da ação comunicativa

2.1.4.1. Introdução

O objetivo deste parágrafo é destacar o conceito de espaço público como um fórum legítimo de debate. De fato, o estudo do espaço público pode dar conta dos mais diversos fenômenos sociais e questões teóricas e práticas, em particular questões sociopolíticas e midiáticas. Ressaltemos que adotamos a perspectiva habermasiana de espaço público, especialmente porque J. Habermas é, sem risco de equívoco, aquele que sistematizou e teorizou com interesse a noção de espaço público.

2.1.4.2. Espaço público habermasiano: discussão crítica e extensões.

Alain Létourneau (2001) dá o que pode ser retido do espaço público habermasiano mesmo que o próprio Jürgen Habermas não dê uma definição inequívoca do conceito: Espaço público é um conjunto de pessoas privadas reunidas para discutir questões de interesse comum. Embora o modelo de referência consista no espaço público grego, ou seja, a ágora, o lugar físico da vida pública onde os cidadãos se reúnem – «livres isentos de trabalho produtivo sozinhos autorizados a participar da consulta pública e decidir sobre a ação conjunta que será empreendida» (MIÈGE, 2010, p. 16)--, onde se exerce a dinâmica do poder em todas as suas formas, é útil ressaltar que a ideia de espaço público de Habermas tem origem na Europa moderna, na constituição de espaços públicos burgueses que

funcionam como contrapeso aos poderes absolutistas (J. HABERMAS, 2003, 38). Nessas esferas públicas, «entre os cidadãos, a troca linguística é um elemento-chave no confronto de ideias e opiniões e, claro, o meio pelo qual a decisão comum é elaborada» (MIÈGE, 2010, p. 16). O uso da fala como meio de troca é capital e central aqui. Igualmente importante é a questão da divulgação de ideias e opiniões, discussões, trocas de argumentos e debates. Todos aqueles que se interessam pela questão do Espaço Público dão como certo tudo relacionado a discussões e debates públicos. Assim, H. Arendt (1958/2005) insiste no caráter indissoluvelmente ligado da ação humana e da fala: «A ação silenciosa não seria mais ação porque não haveria mais ator, e o ator, o executor de atos, só é possível se for ao mesmo tempo um falante de palavras». (ARENDT, 1958/2005, p. 235).

Para J. Habermas (2003), todos aqueles que participam de debates no espaço público «podem participar, livres e iguais, de uma busca cooperativa da verdade, na qual só tem o direito de se expressar a força do melhor argumento» (p. 140). Além disso, é nesse argumento de fato pragmático universal que repousa o princípio da ética da discussão.

Para mais, os espaços públicos burgueses habermasianos visam mediar a sociedade e o Estado, responsabilizando o Estado perante a sociedade por meio da publicidade, a *Öffentlichkeit* de que Kant falava. A noção de publicidade torna-se, assim, um dos conceitos fundamentais do espaço público, pois pensar por si mesmo significa, na verdade, pensar em voz alta. Além disso, a troca de opiniões livre e pública produz uma cena pública, uma cena onde os olhares se cruzam, e onde as razões, em contato umas com as outras, surgem concomitantemente. Nesse sentido, Habermas «se une aos autores franceses do Iluminismo, particularmente na medida em que insiste na liberdade de expressão necessária ao progresso humano» (MIÈGE, 2010, p. 17). Para J. Habermas (1978), «essa forma de ver deve ser estendida à vida pública e às relações entre os cidadãos (portanto, não é mais assunto apenas dos estudiosos) [...] a razão deve levar a uma relativa unificação das consciências, mediada pela Publicidade» (p. 126).

No entanto, a concepção de espaço público de J. Habermas será amplamente discutida, entre outras coisas porque alguns pesquisadores o acusam de uma forma de idealismo baseado apenas na razão. De fato, segundo Habermas, o espaço público não se basearia na síntese de posições contraditórias de grupos em tensão ou no agrupamento de interesses particulares, mas seria a expressão de um interesse

geral compartilhado por todos ao final de uma deliberação baseada em trocas devidamente fundamentadas. T.-S. Mill e A. de Tocqueville denunciam a tirania da opinião pública porque, segundo eles, ela «é fruto ou do conformismo, ou da dominação em massa dos medíocres, ou dos interesses mais poderosos» (MIÈGE, 2010, p. 18). Nesse sentido, T.-S. Mill e A. de Tocqueville afirmam que, pela irredutibilidade dos interesses particulares, a esfera pública «não pode conduzir a uma racionalidade superior, nem ser pensada como instrumento de emancipação; no máximo, é concebido como um lugar possível para controlar os excessos dos poderes públicos» (MILL e de TOCQUEVILLE apud MIÈGE, 2010, p. 18). A concepção de J. Habermas também é criticada por Oskar Negt que, em *Espace public et expérience*, publicado em 1972, denuncia a manipulação teórica realizada por Habermas, que tenta fazer o espaço público passar pela «síntese ilusória da totalidade social» (p. 96). Para Negt (2007), o deslocamento de Habermas da ciência para a moral tem uma função precisa: trata-se de ocultar «a verdadeira estrutura produtiva da sociedade» (p. 55), ou seja, ocultar os relatórios de classe para melhor naturalizar a dominação burguesa.

A concepção habermasiana de espaço público também está em contradição com a teoria do campo popularizada por Pierre Bourdieu (1984), que destaca a violência simbólica presente em todos os níveis da hierarquia social. Ou com pesquisadores inscritos em uma dialética oriunda do marxismo – Bernard Miège, por exemplo (2010), para quem a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas continua sendo um elemento determinante da organização social. Arlette Farge (1992) também demonstrou que o espaço público francês do século XVIII não se limitava à elite burguesa instruída, mas que também era constituído pelas massas populares. Entre um Estado que seria um instrumento de dominação a serviço das classes dominantes na visão marxista e um Estado que defende os interesses coletivos definidos após um debate democrático, há pontos de vista inconciliáveis.

Nesse sentido, outros pesquisadores criticam a singularidade do espaço público de J. Habermas e clamam pela pluralidade do espaço público. Nesse contexto, Bernard Miège (1995) aponta para a necessidade de se considerar o espaço público como perpetuado, ampliado (não se limitando a questões políticas) e fragmentado (atravessado por diversas lógicas de comunicação). Mais explicitamente, A. Kluge, em obra intitulada *L'espace public oppositionnel*,

publicada pelas edições Negt em 2007, opõe o espaço público habermassiano a outro tipo de espaço público, a saber: o espaço público proletário. Este deve ser entendido como um contra-espaço público ou espaço público de oposição com suas próprias categorias, seus próprios métodos de operação e seus próprios meios de intervenção. O espaço público proletário não diz respeito apenas a experiência dos trabalhadores, mas designa todas as potencialidades humanas rebeldes, em busca de seu próprio modo de expressão. «O objetivo desses espaços públicos opositivos ou mesmo parciais não é necessariamente ter acesso ao espaço público político, mas exercer influência direta na cena política para criar uma nova forma de sociedade» (MIÈGE, 2010, pp. 201-202). Como podemos ver, todas essas críticas e releituras compartilham a observação de que ainda falta algo no espaço público para dar-lhe um poder heurístico real.

2.1.4.3. Novos atores no espaço público

J. Habermas faz uma autocrítica de seu modelo de espaço público ao reconhecer, sobretudo, a importância do papel dos meios de comunicação de massa na sociedade pós-moderna e a abolição das fronteiras que eles impuseram entre a cultura comum e a alta cultura. Nessa perspectiva, Miège (2010), por exemplo, considera que as mídias e as Tecnologias da informação e da comunicação criam uma esfera intermediária entre o espaço público e o espaço privado. Há, portanto, a emergência de um novo espaço de expressão, de uma nova esfera midiática: a internet, por exemplo, seria o lugar onde se formam as opiniões públicas, circulam esses novos discursos, o lugar da constituição de um mundo comum onde coexistiriam os discursos sociais legítimos produzidos pela sociedade civil, pelos poderes instituídos e pelos ilegítimos, que não teriam acesso às mídias tradicionais e que seriam excluídos de qualquer discurso público.

A partir de agora, as mídias contemporâneas são consideradas não como meras transmissoras de conteúdo, mas como «intermediários simbólicos coletivos» (WOLF, 1993), p. 213-226). Ao fazer uso dos meios de comunicação, os indivíduos são capazes de criar novas formas de interação e ação. Recordemos que, inicialmente, Habermas havia centrado inteiramente seu conceito de espaço público na razão, onde o argumento tinha precedência sobre a persuasão ou a sedução. Mas

hoje, «o privado e o público interferem cada vez mais, assim como a persuasão e a argumentação, o racional e o não-racional, a cultura de elite e a cultura popular» (LITS, 2014). Esse espaço simbólico mais fragmentado coloca em tensão o discurso de atores sociais muitas vezes contraditórios, dos mundos político, religioso, cultural, associativo, movimentos feministas, mídias alternativas, movimentos cidadãos com todas as consequências possíveis, em particular desinformação ou *fake news*.

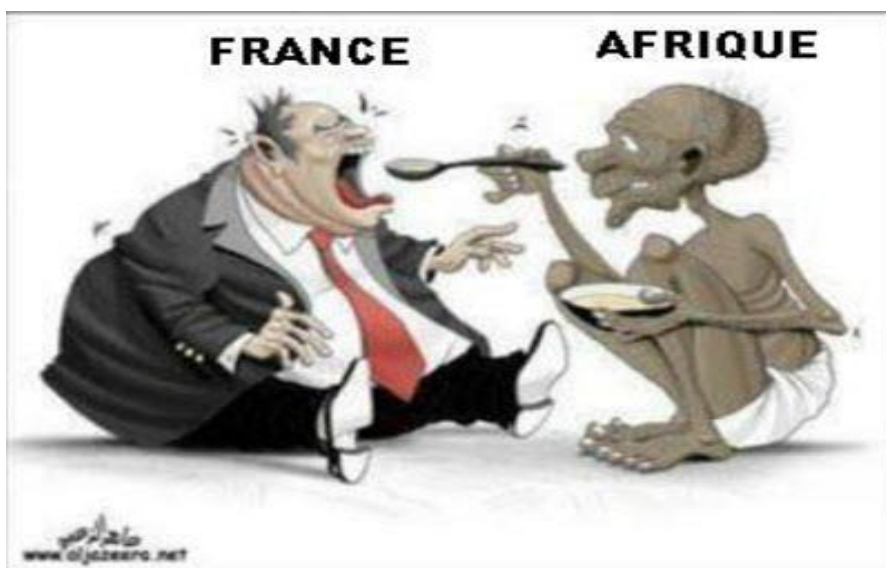
Conclusão parcial

O objetivo deste segundo capítulo foi construir um quadro teórico específico de referência necessário para a compreensão do nosso estudo, mas também como garantia da integração das nossas investigações na comunidade científica. Assim, para apreender o papel e o status da imprensa na era das TIC, optamos por uma abordagem interdisciplinar da ecologia das mídias em interação com a teoria do agendamento e com os conceitos operacionais de geopolítica e espaço público. De fato, a ecologia das mídias nos permite esquadrihar sistematicamente os ambientes informacionais durante o regime de ocupação de Joseph Kabila. O agendamento, por outro lado, nos ajuda a entender como as mídias podem ser usadas para controlar a informação, orientar e determinar a agenda do público, mas também como, com a irrupção da internet, o público pode questionar o poder de seleção e visibilidade das mídias de massa, influenciando a agenda das mídias e tornando visíveis os tópicos atuais considerados indignos de serem publicados pelas grandes mídias.

Além disso, a geopolítica permite-nos compreender o mundo atual em toda a sua complexidade. Neste sentido, ajuda-nos a entender a predação, as guerras de agressão e ocupação de que a República Democrática do Congo é vítima. Sublinhamos que a República Democrática do Congo é um reservatório de minerais raros e estratégicos que o mundo inteiro necessita em maior ou menor grau. Finalmente, a noção de espaço público ajuda-nos a analisar o cenário midiático congolês em considerar a República Democrática do Congo como um espaço público, ou seja, um lugar de debate, de participação e de luta. O estudo do espaço público pode dar conta de vários fenômenos sócio-políticos e questões tanto

teóricas quanto práticas. Para além do quadro teórico de referência, é necessário é necessário circunscrever os elementos sociopolíticos congolese da evolução da imprensa congolese. Como já foi salientado, a história política congolese anda de mãos dadas com a história da sua imprensa. Cada época política congolese corresponde um ou dos status particulares da imprensa. Como se pode ver, o quadro sócio-político congolês será o epicentro do próximo capítulo.

FIGURA 1: ÁFRICA É O FUTURO DA FRANÇA



Fonte : Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Ftambour.agoraafricaine.info%2F2017%2F05%2F03%2Fafrique-est-lavenir-de-la-france%2F&psig=AOvVaw1ez-8s032kHuXaBPidytR6&ust=1696926688730000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBMQjh-xqFwoTCJDzxNXG6IEDFQAAAAAdAAAAABAB>. Acesso em 9 de outubro de 2023

Figura 2: “Bomba de dinheiro africana” – África não é pobre, é saqueada”



Fonte : Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Ffigure%2FCaricature-Pompe-a-argent-africaine-LAFrique-nest-pas-pauvre-elle-est-pillee_fig1_362373427&psig=AOvVaw1ez-8s032kHuXaBPidytR6&ust=1696926688730000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBMQjhxqFwoTCJDzxNXG6IEDFQAAAAAdAAAAABAU. Acesso em 9 de outubro de 2023.

« A África deve, em questões controversas, ser capaz de acessar a verdade por meio de sua própria investigação intelectual e manter essa verdade até que a humanidade saiba que a África não será mais frustrada, que as ideologias perderão seu tempo porque terão encontrado inteligências iguais capazes de enfrentá-las na busca pela verdade» (Cheikh Anta Dio).

CAPITULO 3 : A imprensa na República Democrática do Congo : contexto sócio-histórico

3.0. Introdução

Uma única preocupação preside à articulação deste segundo capítulo do nosso trabalho: apresentar e analisar brevemente os elementos sociopolíticos, económicos e jurídicos congolese nos quais se desenrolam as modalidades discursivas da imprensa congolese. Tal abordagem tem uma dupla vantagem. Por um lado, permite-nos destacar a forma de organização política suscetível de nos informar sobre o(s) status e o funcionamento da imprensa congolese. A história política do Congo anda de mãos dadas com a história da imprensa congolese. Cada época política congolese corresponde a um ou mais status de imprensa particulares. Por outro lado, esta perspectiva permite-nos voltar às origens da dramática situação da República Democrática do Congo para colocar o patrimonialismo ocidental, africano ou pessoal como causa-mãe da tragédia congolese. Na mentalidade de alguns países ocidentais, por exemplo, a República Democrática do Congo é seu patrimônio que devem explorar por todos os meios. Assim, A verdadeira preocupação de alguns países ocidentais em relação às múltiplas guerras que ainda assolam a República Democrática do Congo, é garantir seu acesso à riqueza deste país. E para conseguir, as empresas multinacionais ocidentais «financiam rebeliões artificiais e, assim, provocam instabilidade no Congo» (ONANA, 2009, p. 126). nove eixos estruturam este capítulo: Da divisão berlinense do bolo africano à constituição do patrimonialismo burocrático ocidental, Da criação do Estado Livre do Congo (1885-1908) ao patrimonialismo totalitário-administrativo de Leopoldo II, O Congo belga (1908-1960) e o patrimonialismo de estilo colonial belga, da

conquista da liberdade à independência nominal (1956-1960), A difícil gestão da independência e a interferência dos poderes patrimonialistas ocidentais (1960-1965), O regime ditatorial de Mobutu (1965-1997) e a instituição do patrimonialismo monárquico-administrativo, Desenvolvimento da imprensa congoleza num contexto de mudança e turbulência sócio-política, Ambiente socioeconômico e jurídico de emergência e evolução das empresas de imprensa na República Democrática do Congo, A questão das tecnologias de informação e comunicação na República.

Figura 3: O mapa da África



Fonte: disponível em: <https://fr.mapsofworld.com/carte/carte-afrique.gif>.

Acesso em 10 de setembro de 2023.

Figura 4: O mapa da República Democrática do Congo



Fonte: Disponível em <https://lh3.googleusercontent.com/-G2xv5tRA4qE/ViSjTCzEx5I/AAAAAAB04k/DMY3xfNceqQ/decoupage-nouvelles-provinces.jpg?imgmax=400>.

Acesso em 10 de setembro de outubro de 2023.

3.1. Da divisão berlinense do bolo africano à constituição do patrimonialismo burocrático ocidental

Situada no coração de África, a República Democrática do Congo é um vasto território com as dimensões de um país-continente. Com uma superfície de 2.345.410 km², o Congo Democrático fica atrás apenas da Argélia (2.384.000 km²). O Congo Kinshasa tem sido habitado desde, pelo menos, 200.000 a.C. Havia grandes estados centralizados neste território como o Kongo, Songye, Kuba, Lunda. Os europeus só reconheceram a região em 1482-1483 com a descoberta da embocadura do rio Congo pelo marinheiro português Diogo Cão. A partir de 1879, «o explorador Henry Morton Stanley explorou o interior do país para o rei belga Leopoldo II» (EKAMBO, 2013, pp. 21-23). No entanto, a questão do Congo foi

levantada com interesse na Conferência de Berlim de 1885 sobre a divisão da África pelas potências ocidentais, sob o comando de Otto von Bismarck (1815-1898), chanceler alemão de 1871 a 1890. Durante a conferência de Berlim, foram levantados três litígios fundamentais relativos quase exclusivamente ao Congo Kinshasa. Estas eram questões sobre a liberdade de comércio na bacia do Congo, a liberdade de navegação nos rios Congo e Níger, e a definição de regras a serem observadas para futuras ocupações na costa africana.

Estas questões eram colocadas sob o princípio que engloba uma finalidade humanista que Bismarck, ele mesmo, sublinha a partir da abertura da Conferência no seu curto discurso inaugural em 15 de novembro de 1884: «trata-se [...] de abrir a África à civilização e os benefícios da economia e do comércio num mundo em marcha para o progresso». As conclusões da conferência foram apresentadas «numa Ata geral de Berlim» (NDAYWEL è NZIEM, 2015, p. 128). Nesta Ata geral, a luta contra a escravidão ocupa apenas dez linhas (artigo 9), em um texto que se estende na sua totalidade por mais de quinze páginas. O principal objetivo desta carta era garantir a maior liberdade de comércio possível para que todos os países interessados possam beneficiar da exploração dos recursos da nova região congoleza. Assim, as regras comerciais estabelecidas proíbem qualquer protecionismo económico. Nos termos do artigo 4º da Ata geral de Berlim, «As mercadorias importadas nestes territórios permanecerão isentos de direitos de entrada e de trânsito». O artigo 14º da mesma Ata geral proíbe qualquer imposto sobre mercadorias exportadas. De acordo com o artigo 25 da Ata geral, o tráfego deve permanecer «livre, não obstante o estado de guerra, nas estradas, caminhos-de-ferro, lagos e canais mencionados». A liberdade do comércio prevalece assim sobre questões de conflito, sendo o mais importante os benefícios materiais do comércio. As guerras são secundárias (embora a limitação das rivalidades militares tenha sido a primeira razão dada para a abertura desta conferência).

Oficialmente, as grandes potências patrimonialistas ocidentais fizeram do Congo um consórcio internacional, ou seja, um patrimônio pessoal das potências militares-políticas ocidentais daquela época. Mas na realidade, a Conferência de Berlim é a constituição e a oficialização de um patrimonialismo burocrático ocidental com objetivos colonialistas e predatórios. Este patrimonialismo, baseado no equilíbrio de poder dos poderes político-militares presentes, funciona através de uma densa matriz de leis e regulamentos, notadamente os definidos na Ata geral de

Berlim» (NDAYWEL, p. 128). Berlim serviu para definir as regras do bom entendimento, as leis a respeitar para monopolizar o património dos outros (africanos em geral e congoleses em particular). É, portanto, uma espécie de carta de colonização predatória. Neste modelo patrimonial, não há concentração de poder nas mãos de uma só pessoa. O foco é o grupo poderoso, neste caso, os poderes patrimonialistas. Estes últimos constituem uma espécie de sistema colegial de poder baseado em relações de respeito mútuo e vigilância, contribuindo assim para a estabilidade da região controlada.

Esta colegialização ou personalização de poder deste pequeno grupo vai de mãos dadas com um incentivo ao compromisso entre os líderes, à resolução amigável das diferenças e o reforço da cooperação entre os poderes político-militares em vez da confrontação e coerção político-militar que pode minar todo o sistema. Em caso de conflito entre patrimonialistas ocidentais signatários da Ata geral de Berlim, os artigos 8º e 12º da mesma Ata geral instam-nos a favorecer uma solução amigável. O resultado é um aumento da capacidade dos patrimonialistas ocidentais de penetrarem e cobiçarem o património congolês e se imporem em todo o território. Tendo-se apropriado do património do Congo cobiçado e então ocupado, a teleologia deste grupo de interesse não é apenas o comércio livre, mas também a predação e exploração sistemática do património do território ocupado. As potências patrimonialistas da época, unidas no século XX por Israel e depois pela China, saquearam sistematicamente o património congolês. Estas potências utilizaram o Congo como um imenso reservatório de matérias-primas e de mão-de-obra «para manter ou desenvolver a sua grandeza nacional ou imperial» (PÉAN, 2010, pp. 127-128).

Vale a pena notar que durante a mesma conferência de Berlim, as potências patrimonialistas europeias atribuíram a enorme área do Congo ao rei belga, Leopoldo II, numa base individual. Foi encarregado de organizar a abertura da Bacia do Congo à civilização e ao comércio, alegadamente apoiando-se numa «cadeia de Estados indígenas" ou numa "confederação de tribos indígenas» (ELIKIA M' BOKOLO, 1992, p. 284). Para o dizer claramente: os poderes patrimonialistas utilizaram Leopoldo II para abrir o Congo e torná-lo acessível a todos. O Artigo 5 da Ata geral de Berlim estipula, a este efeito, que o país que herda esta colónia não pode conceder qualquer monopólio ou privilégio de qualquer tipo em matéria comercial. Leopold II apareceu assim como a ponta do iceberg

ocidental. O sector controlado foi denominado Estado Independente do Congo. Mas na realidade, foi o estabelecimento de um regime totalitário patrimonialista por Leopoldo II com o apoio dos seus amigos. O Congo será entregue a uma predação sangrenta sem precedentes, como veremos nas linhas seguintes.

3.2. Da criação do Estado Livre do Congo (1885-1908) ao patrimonialismo totalitário-administrativo de Leopoldo II

Em 28 e 30 de abril de 1885, a Câmara dos Deputados e o Senado belgas, pelas suas respectivas resoluções, autorizaram o Rei dos Belgas a tornar-se o chefe do Estado Independente do Congo. Leopoldo II criou uma administração para assegurar a manutenção, sobrevivência e exploração sistemática do património congolês, que ele agora considerava seu. Esta administração é o que Nday Wele (2015) chama de «governo metropolitano congolês». (2015, p. 139). Este governo é composto por «três administradores-gerais: um para o Departamento de Negócios Estrangeiros, outro para o Departamento de Finanças e o terceiro para o Interior» (NDAY WELE, 2015, p. 139). Esta é, de facto, a patrimonialização da administração que está a ter lugar, tendo uma orientação colonial e um carácter altamente cínico, autoritário e totalitário (CALLAGHY, 1984), pois «foram cometidas muitas exações (assassinatos, mutilações, torturas...)» (UBOLE & YUMBI, 2017, p. 118) por Leopoldo II e pelo seu governo, como veremos mais adiante. É, portanto, através desta administração que Leopoldo II opera, massacra e rouba o património congolês. O Congo foi entregue à predação do rei belga, deixando intactos os interesses das potências patrimonialistas ocidentais. «O solo e subsolo congolezes, a fauna e a flora do Congo foram sistematicamente saqueados» (UBOLE & YUMBI, 2017, p.126-127) por Leopold e seus amigos.

Leopoldo II fará do património congolês uma *patrimonialgia*. De facto, este despojamento sistemático do Congo foi realizado com cinismo e uma rara barbaridade (UBOLE & YUMBI, 2017, p. 118). O Congo foi transformado num vasto campo de trabalhos forçados. A população congoleza foi forçada a colher borracha para o Domínio Real ou para empresas privadas. Nessa época, o mercado para este material estava em expansão devido à procura mundial de pneus. O povo do Congo era obrigado a entregar uma tonelada de borracha por dia, a uma taxa de

10 kg por pessoa por dia, e o infrator devia ser punido. «Muitos aldeões congolese sofreram o castigo de terem as mãos direitas cortadas, mulheres e crianças estripadas e outras foram mortas friamente por não cumprirem a quota» (UBOLE & YUMBI, 2017, p. 119). O tesouro «roubado pelo monarca [...] permitiu erguer muitas infraestruturas, notadamente: o arco das mãos cortadas, o museu em Tervuren, os monumentos do cinquentenário em Bruxelas pagos pelos colecionadores de borracha» (UBOLE & YUMBI, 2017, p. 122).

Além disso, durante o período 1885-1908, a população congolese teve de experimentar uma profunda negação da dignidade humana e sofrer desta exploração desumanizante, direta ou indiretamente. Mutilações, decapitações, humilhações, flagelações públicas, negação da civilização deste povo, etc. foram os mecanismos utilizados pelo patrimonialista Leopoldo II para atingir seus fins e «o pesado preço pago por milhões de congolese para a Bélgica e seu rei saírem da barbárie, da pobreza e prosperarem» (UBOLE & YUMBI, 2017, p. 122). Foram cometidos muitos crimes contra a humanidade e a população do Congo diminuiu. Adam Hochschild (1998) fala de cinco a oito milhões de mortes, talvez até dez entre a década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial. O Congo é verdadeiramente um holocausto esquecido. No entanto, após as denúncias do escritor Mark Twain, do diplomata britânico Roger Casement, cujo relatório de 1904 condenou as práticas desumanas no Congo, e especialmente as severas críticas do jornalista inglês do *West African*, Edmond Morel, contra a brutalidade e selvageria de Leopoldo II, este último foi obrigado a deixar a sua colônia para o Estado belga em 1908. Infelizmente, legado do Estado Independente do Congo à Bélgica anunciou o início de um outro tipo de patrimonialismo: o patrimonialismo de estilo colonial.

3.3. O Congo belga (1908-1960) e o patrimonialismo de estilo colonial belga

Em 15 de novembro de 1908, o Parlamento belga retoma a tutela sobre o território congolês. O Congo passa, portanto, do estatuto do Estado Independente do Congo ao do Congo Belga, assim «uma propriedade da Bélgica» (MALU-MALU, 2014, p. 98). Nada pertence aos congolese, nem mesmo a sua própria vida. O patrimonialismo colonial está assim em marcha. Os novos mestres do Congo

constroem o seu sistema sobre um triunvirato: o Estado, a igreja e a capital. O Estado era responsável pela administração, a manutenção da ordem e dos serviços públicos. Para além da sua função evangelizadora, «a Igreja é um foco de "civilização" no sentido mais lato da palavra, concebido para proporcionar saúde e aprendizagem de certas atividades econômicas às populações locais» (MALU-MALU, 2014, 98).

Para educar a juventude, a administração colonial tinha também confiado a educação aos missionários católicos que recebiam subsídios. Mas na realidade, os patrimonialistas belgas negaram o conhecimento aos congoleses para os manter no seu estado de colonizado. A ignorância é o inimigo da liberdade. O nível de educação no Congo belga não foi além das escolas primárias, artesanais e médias. Além dos Pequenos Seminários e os Grandes Seminários destinados à formação de sacerdotes, antes de 1954 não existiam escolas secundárias que dessem acesso a estudos universitários. Nos colégios e liceus reais o programa metropolitano (belga) era unicamente para os brancos. Não há dúvida de que os patrimonialistas belgas estabelecem o sistema de classes: os dominantes ou patrimonialistas e os proletários ou a classe dominada. A classe patrimonialista é culturalmente, politicamente e sadicamente dominante. Impede a classe dominada de ter acesso ao conhecimento e de constituir uma força de resistência. Os congoleses colonizados não podem desafiar eficazmente a ordem estabelecida e imposta. São confrontados com a vontade patrimonialista belga de perpetuar este sistema ao longo do tempo. Tudo está orientado para forçar os congoleses a viverem com a sua situação como inevitável, ou seja, natural.

E foi apenas em 1954 que a Universidade Católica de Lovanium, a primeira universidade do país, foi criada no Congo belga, mais precisamente em Leopoldville (hoje Kinshasa). A universidade oficial em Elisabethville (atualmente Lubumbashi) foi criada em 1955. Na sequência destas universidades, foram também criadas escolas secundárias com um currículo metropolitano, mas nenhum estudante branco as frequentou. Assim, o Congo tornou-se independente sem quadros universitários. O cinismo dos novos patrimonialistas atingiu o seu auge quando se recusaram a permitir que os erros e políticas totalitárias do Rei Leopoldo II fossem ensinados nas escolas do Congo do seu tempo. Em todas escolas primárias, artesanais e médias que foram organizadas pelos missionários para nativos do Congo, ensinavam aos jovens apenas os elogios da política “de

civilização” de Léopold II no Congo. Durante este período doloroso, a anexação do Congo à Bélgica não assinalou o fim da predação belga. O parlamento belga assumiu e continuou o trabalho de pilhagem do Congo que o Rei Leopoldo II tinha iniciado. No sector mineiro, por exemplo, as concessões foram concedidas na esperança de que as empresas fizessem o país valer a pena, mas o exploraram, espremendo como uma laranja da qual vai-se cedo rejeitar a casca vazia.

Os congoleses «sujeitos a trabalhos forçados em minas e plantações sofreram atrozmente, acompanhados pela chicana colonial sem fim» (UBOLE & YUMBI, 2017, p.126). Durante a Segunda Guerra Mundial, o Congo belga forneceu o minério de urânio extraído da mina de Shinkolobwe e utilizado para as bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki. Antes da independência, o país era o terceiro maior produtor mundial de diamantes, mas com uma população autóctone socialmente pobre que expressava cada vez mais a sua sede na liberdade e independência (VAN REYBROUCK, 2010).

3.4. Da conquista da liberdade à independência nominal (1956-1960)

Após a Segunda Guerra Mundial, os congoleses expressam claramente a sua sede de liberdade e independência. O Congo belga é sacudido pela cólera popular. Fortemente constrangidas, pressionadas ao trabalho forçado, mal pagas, oprimidas e exploradas pelas potências patrimonialistas ocidentais em geral, e belgas em particular, «as populações colonizadas manifestam, doravante, publicamente a sua hostilidade para com os seus opressores» (MALU-MALU, 2014, p. 116). Na colónia, desenvolvem-se exigências de seitas religiosas, tribos e intelectuais. Por volta de 1920, Simon Kimbangu prega uma forma original de cristianismo (kimbanguismo), coloca o tema da independência no centro das canções religiosas e chega ao ponto de apelar ao colonizador belga para deixar o solo congolês. Kimbangu pede aos congoleses que deixem de pagar impostos. Esta foi a gota de água que fez o copo transbordar. Os poderes patrimonialistas belgas, «julgando o seu ensino subversivo, condenaram-no à morte e depois à detenção perpétua» (MALU-MALU, 2014, pp. 116-117).

No entanto, a consciência política dos congoleses manifesta-se tardiamente. Em 1956, são publicados três manifestos: *Conscience Africaine*, a Declaração do

Episcopado do Congo belga e o *Contre-Manifeste*. No primeiro texto, os signatários, nomeadamente Joseph Malula (futuro Cardeal de Kinshasa), Joseph Iléo e outros alunos dos Padres Scheut, reivindicam «a emancipação política completa num prazo de trinta anos» (NDAYWEL è NZIEM, 1998, p. 515). Embora a palavra independência não esteja pronunciada no texto do manifesto da *Conscience Africaine*, «a ideia atravessa este documento de ponta a ponta» (EKAMBO, 2013, p. 207). No segundo texto, a Igreja distancia-se do estado colonial. Insiste que os congoleses «têm o direito de colaborar ativamente na promoção do bem comum e de participar na condução dos assuntos públicos» (NDAYWEL è NZIEM, 1998, p. 518). A declaração dos prelados católicos foi verdadeiramente um «descompromisso da Igreja Católica com o colonialismo» (EKAMBO, 2013, p. 199).

O *Contre Manifeste* escrito pela Aliança de Bakongo (ABAKO) de Joseph Kasavubu, em contrapartida, é ainda mais radical. ABAKO exige a «independência imediata» (EKAMBO, 2013, p. 2019). A anulação de uma reunião da ABAKO provoca, em 4 de janeiro de 1959, motins em Léopoldville. A repressão militar afoga em sangue «centenas de mortos, todos congoleses». (NDAYWEL è NZIEM, 1998, p. 537). Sob a pressão da classe política, o governo patrimonialista belga concorda em realizar uma «mesa redonda» (UBOLE & YUMBI, 2017, p. 124). Assim, durante a referida mesa redonda, que reuniu os combatentes da independência congoleza e delegados do parlamento e do governo belga em Bruxelas, a independência do Congo foi fixada para 30 de junho de 1960.

A Bélgica organiza eleições legislativas para eleger os membros do Parlamento com quem ela assinaria e entregaria os documentos significando a independência da República Democrática do Congo. Patrice Lumumba desempenha um papel crucial, pondo em relevo uma visão nacional do Congo e não federal, como o queriam os belgas e alguns congoleses, notadamente Joseph Kasavubu. O Movimento Nacional Congolês (MNC) de Lumumba e seus aliados ganham as eleições nacionais com 65 %. O Estado independente será sob regime parlamentar, o Primeiro Ministro sendo o chefe do governo, e o presidente tendo apenas um papel simbólico. Por ocasião da nomeação do presidente, Lumumba convenceu seus amigos e aliados a oferecer este posto ao seu adversário Joseph Kasavubu porque, na sua opinião, a vitória contra os colonizadores é em primeiro lugar a de todos congoleses. Far-se-á então uma transferência pacífica dos poderes

entre patrimonialistas belgas e os congoleses, agora livres. Mas isto sem ter em conta a interferência das potências patrimonialistas ocidentais.

3.5. A difícil gestão da independência e a interferência dos poderes patrimonialistas ocidentais (1960-1965)

Após quase 80 anos sob o jugo colonial belga, o Congo torna-se independente numa quinta-feira, em 30 de junho de 1960. Joseph Kasavubu assume a presidência da República do Congo enquanto Patrice Lumumba ocupa os postos de Primeiro Ministro e de ministro da Defesa. Contudo, é necessário sublinhar, que a independência do Congo está na cabeça dos congoleses. Todas as grandes potências patrimonialistas ocidentais, com os Estados Unidos e a Bélgica à frente, continuam considerando o Congo como seu patrimônio comum. Para todas as potências político-militares-financeiras patrimonialistas, o Congo permaneceria sempre o berço de aquisição gratuita e/ou a vil preço das matérias primas estratégicas. É assim que estas grandes potências patrimonialistas fizeram tudo para impedir a realização do plano de Lumumba e eliminá-lo fisicamente. Com efeito, na qualidade de Chefe de Governo, Patrice Emery Lumumba, no seu discurso do 30 de junho de 1960, declara oficialmente: vamos mostrar ao mundo o que o homem negro pode fazer quando trabalha em liberdade, e vamos fazer do Congo o centro de influência de toda a África [...] vamos fazer com que as terras da nossa pátria beneficiem verdadeiramente os seus filhos. Para Lumumba, doravante, todas as riquezas naturais abundantes do Congo devem beneficiar, primeiramente, às populações congolesas, a fim de aumentar seu nível de vida e desenvolver rapidamente o Congo.

Mas apenas 11 dias após a proclamação da independência do Congo, as potências patrimonialistas ocidentais criam e apoiam as secessões. Assim, em 11 de julho, Moise Tshombe 1960, de origem Lunda, declara a independência da rica província mineira do Katanga como o estado do Katanga. Em 14 de Julho, Kasavubu e Lumumba rompem as relações diplomáticas com a Bélgica, acusando-a de ter intervindo militarmente sem a autorização expressa do governo congolês. Por sua vez, a província do Kasai do Sul secciona sob a liderança de Albert Kalonji, em 8 de agosto de 1960. Estas secessões foram planeadas, orquestradas e apoiadas

pelas potências patrimonialistas ocidentais com a colaboração de certos congolese oportunistas com a intenção de privar o governo de Lumumba das receitas da riqueza mineiras destas duas províncias. Diante dessa situação difícil, o congolês não desanima. Lumumba pede ajuda à ONU para retomar o controle do Katanga. O secretário-geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, aceita o pedido de Patrice Emery Lumumba. Envia capacetes azuis, mas Dag Hammarskjöld não dá aos soldados ordem de atacar os secessionistas do Katanga. Lumumba pede então ajuda da União Soviética (URSS), que responde favoravelmente enviando-lhe principalmente técnicos, aviões e veículos militares (VILLAFANA, 2012). Para o presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, é evidente que Lumumba é um comunista. Estava errado. Lumumba é um nacionalista. Mas o presidente americano dará mesmo assim a ordem à CIA de eliminar fisicamente Lumumba (ONANA, 2020). Ao mesmo tempo, em 4 de setembro de 1960, às 20:15, o presidente Kasavubu anuncia a destituição do Primeiro Ministro, Patrice Lumumba e seu governo. Joseph Kasavubu acusa Lumumba de semear desordem no país. Mas, apoiado pelo Parlamento e o Conselho de Ministros, Lumumba, por sua vez, demite o presidente das suas funções sob a acusação de «alta traição do Presidente Kasavubu» (LABA NZUZI, 2007, p. 43-45).

Tudo leva a crer que estes conflitos fratricidas (entre Lumumba e Kasavubu) ilustram efetivamente a política de dividir para melhor reinar, enraizada na classe política congolese da época, usada pelas grandes potências patrimonialistas ocidentais. Os dois homens vão finalmente dirigir-se à ONU para pedir um voto de confiança. Dividida entre Lumumba e Kasavubu, a ONU põe finalmente a confiança em Kasavubu. Este nomeia Joseph Mobutu primeiro-ministro e, em 10 de outubro de 1960, Lumumba é forçado a viver em residência supervisionada em Kinshasa. Patrice Lumumba e seus companheiros, Maurice M'Pollo e Joseph Okito, «são selvaticamente torturados e finalmente cobardemente assassinados, em 17 de Janeiro de 1961 em Elisabethville (Katanga) pela polícia patrimonialista belga e pela CIA americana» (LUDO DE WITTE, 2000, pp. 253-258). O corpo da Lumumba é cortado em pedaços e dissolvido em ácido sulfúrico numa banheira e jogado nos esgotos. A nova República afunda-se então num caos político e econômico indescritível! Em 14 de Janeiro de 1963, com a ajuda dos capacetes azuis da ONUC (Organização das Nações Unidas no Congo), o governo do primeiro-ministro Cyrille Adoula pôs fim à secessão do Katanga. A secessão do

Kasai tinha sido extinta antes pelo Exército Nacional Congolês. Mas em 24 de novembro de 1965, chefe do Estado-Maior do exército congolês, o coronel Joseph Désiré Mobutu, dá um golpe militar. Ele derruba o presidente Kasavubu e toma o poder. Este será a instauração de uma outra forma de patrimonialismo.

3.6. O regime ditatorial de Mobutu (1965-1997) e a instituição do patrimonialismo monárquico-administrativo

A aspiração democrática e a ilusão do povo congolês, cuja independência em 30 de junho de 1960, estão cortadas pela raiz pelo golpe de Estado militar de Mobutu. Este «golpe militar fez a felicidade das grandes potências patrimonialistas ocidentais» (MALU-MALU, 2014, p. 155). Aos seus olhos, Mobutu constitui uma forma de muralha anticomunista em África. Mobutu impede que o Congo caia na esfera da União Soviética. Para garantir seu poder, seus interesses pessoais, de seu clã e de seus patrocinadores ocidentais, Mobutu estabelece um tipo particular de patrimonialismo do qual a ditadura é um meio e uma infraestrutura: um patrimonialismo monárquico absoluto e burocrático de natureza altamente autoritária, cujo objetivo é fortalecer, estender e endurecer a autoridade e o poder do Estado à forma do reino antes de tornar-se um «cesarismo burocrático» (WILLAME, 1972, p.162).

Em 30 de novembro de 1965, assina uma ordem concedendo a ele mesmo poderes especiais. Seis meses depois, «em 22 de maio de 1966, atribui-se plenos poderes, que se traduziram, nomeadamente na transferência do poder legislativo para o executivo» (MALU-MALU, 2014, p. 159). Mobutu combina as funções do Primeiro-Ministro, Chefe do Exército e legislador. Para estabelecer a sua autoridade, a polícia política de Mobutu procura, intimida, mata e tortura certos congolezes que reivindicam o direito de supervisionar a gestão do seu patrimônio comum. Em 2 de junho de 1966, «o primeiro-ministro Évariste Kimba, o senador Emmanuel Bamba, o ministro da Terra Alexandre Mahamba e o ministro da Defesa Jérôme Anany, acusados de conspirar contra instituições estatais, são enforcados em público» (LANGELLIER, 2017, p. 143- 152). O reinado de Mobutu será marcado por execuções semelhantes, incluindo a de Pierre Mulele em 1973.

Note-se que nesse modelo patrimonial à Mobutu, «a autoridade político-administrativa é convertida em patrimônio pessoal por uma burocracia e um partido

único que o monarca Mobutu controla rigidamente» (ZOLBERG, 1971, p. 13-14). Mobutu cria o MPR (Movimento Popular da Revolução), o partido do Estado ao qual toda a população deve aderir. Nesse patrimonialismo, encontra-se também a personalização, a concentração e a centralização do poder, a confusão entre domínio público e domínio privado e falta de distinção entre a função e seu titular (BACH & GAZIDO, 2011), o culto da personalidade do chefe-guia (THIERRY MICHEL, 1999), etc. O retrato de Mobutu aparece na televisão antes do jornal da noite. Sinais nas ruas elogiam sua política; canções celebram suas virtudes (THIERRY MICHEL, 1999). «Os subordinados devem ser leais ao guia Mobutu e não à função que ocupam» (OSIEL, 1986, p. 39). Nesse sentido, desenvolve-se no Reino de Mobutu relações «baseadas em laços de lealdade primordial e pessoal» (WILLAME, 1972, p. 128), que asseguram a tranquilidade do chefe e seu regime. Essa amálgama, enfatiza Médard (1972), é mascarada por discursos, normas legais e instituições que mantêm a ilusão da lógica jurídico-burocrática. Formalmente apresentada, através de normas e instituições burocráticas, «a distinção entre espaço público e interesses pessoais é na prática negada e esvaziada de seu conteúdo» (MÉDARD, 1979, p. 68).

Além disso, para consolidar seu poder, Mobutu nacionaliza as indústrias de mineração do Kasai e Katanga em 1966. Em 27 de outubro de 1971, com o estabelecimento da política de «recurso à autenticidade, ou seja, a africanização dos costumes» (UBOLE & YUMBI, 2017, 170), Mobutu toma série de medidas para se desligar de tudo o que pode lembrar o Ocidente. O país é rebaptizado como "República do Zaire". Os zairenses devem adotar nomes africanos à imagem de Mobutu, que se autodenomina Mobutu Sese Seko Kuku Ngbendu wa Zabanga. Vestido de abacostes é imposto aos homens. «Uma nova moeda - o Zaire [...] substitui o franco congolês [...]. Muitas cidades são renomeadas: Stanleyville torna-se Kisangani, Elisabethville Lubumbashi» (GAUTHIER DE VILLERS, 1995, p. 33).

Durante 32 anos do reinado ditatorial de Mobutu, o povo sofreu impotente. Como visto acima, qualquer protesto foi asfixiado em sangue. Em 16 de fevereiro de 1992, vários cristãos, que manifestam contra o fechamento da Conferência Nacional Soberana do Congo, são covardemente massacrados, presos e torturados. Considerando o patrimônio congolês (agora zairense) como propriedade pessoal, Mobutu pilha sistematicamente as riquezas do país e «coloca o dinheiro do país em

suas contas particulares e as de sua família política nos bancos em países estrangeiros» (UBOLE & YUMBI, 2017, p. 132). Em 1974, outro mecanismo de predação pessoal e burocrático do regime é instaurado em detrimento do povo congolês: a zairianização. Esta é nacionalização progressiva dos bens comerciais e das propriedades fundiárias que pertenciam a estrangeiros ou grupos financeiros. Inicialmente apresentada como um esforço de reapropriação da economia e de redistribuição da riqueza adquirida durante a colonização, a Zairianização torna-se uma infraestrutura ideológica e técnica de pilhagem pública. Ao nacionalizar as empresas e a economia do país, Mobutu e seu regime fizeram dessas empresas seu patrimônio pessoal (YOUNG & TURNER, 1985). Como qualquer ditador, ele negligencia a educação. Perante esta situação, é obtida uma lei-quadro do regime que autoriza criação e organização do ensino primário, secundário e universitário privado acreditado.

Com o fim da Guerra Fria, o regime de Mobutu perde a maior parte de seus apoiantes ocidentais. Manifestações, greves, marchas de protesto sacodem Kinshasa e outros centros urbanos. Mobutu tenta apanhar o touro pelos chifres. Em 24 de abril de 1990, no Discurso sobre a democratização, Mobutu anuncia uma série de reformas políticas para o Zaire, notadamente: «abandono da presidência do MPR, estabelecimento de um sistema multipartidário» (NGIMBI KALUMVUEZIKO, 2013, p. 179). Mas na sequência de uma guerra de agressão contra o Zaire pelos regimes de Ruanda, Uganda, Burundi, Angola apoiados e armados pelos Estados Unidos da América, os britânicos, canadenses e outras multinacionais unidas na AFDL (Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo), Mobutu é deposto do poder, em 17 de maio de 1997. Este contexto de predação e ditadura viu surgir uma imprensa congoleza cujo status é revelador.

3.7. Desenvolvimento da imprensa congoleza num contexto de mudança e turbulência sócio-política

Da Associação Internacional Africana (AIC) à criação do Estado Independente do Congo (EIC), que se tornará mais tarde colônia belga, não se fez nada desta história sem a imprensa. A imprensa é consubstancial à história do Congo. Como afirma Ekambo, a imprensa é «a matriz do Estado» (EKAMBO,

2013, p. 11). Ao longo de toda esta parte da história da RD do Congo, a imprensa, através das suas ações sucessivas, exerceu um papel determinante que, além disso, revela uma imprensa de características complexas. De facto, durante o período de ocupação e exploração colonial, a imprensa era essencialmente propagandista. Os patrimonialistas belgas atribuíam uma importância capital à sua imagem e à da Bélgica no estrangeiro. O Serviço da Informação e das Relações Públicas para o Congo e o Ruanda-Urundi organizava as despesas da colônia, das viagens e estadas para jornalistas recomendados pelas embaixadas e consulados belgas no estrangeiro. Em troca, reportagens favoráveis à obra da Bélgica eram escritas em grandes jornais e agências de notícias estrangeiros. Esta política valia também para os jornalistas belgas. Foi o caso, notadamente do Movimento Geográfico criado em 1884, de *La Tribune Congolaise*, criado em março de 1902. Sublinhamos, além disso, que nesta imprensa missionária, a publicação *The Kasai Herald* do pastor William Sheppard é uma exceção. Com efeito, publicada em Luedo desde 1901 pela Igreja presbiteriana americana, «milita para a promoção dos habitantes do continente africano e pretende mostrar a verdadeira face da sociedade congoleza» (EKAMBO, 2013, p. 66). Mas toda esta imprensa não disse absolutamente nada sobre a brutalidade, crimes contra a humanidade e atrocidades cometidos pelo regime patrimonialista de Leopoldo II contra a população congoleza.

Além disso, a imprensa deste período colonial funcionava também como ópio do povo ou como «produto de higiene mental, ou como meio de condicionamento psicológico e político ou como lavagem ao cérebro» (EKAMBO, 2013, p. 61). O jornal protestante *Misamu mia Yenge*, criado em 1893, por exemplo, pôs os congolezes a dormir, convidando-os à paz, uma paz que esquece e perdoa as atrocidades cometidas por Leopoldo II. De certa forma, a autoridade do Estado colonial precisava desta imprensa de fé para manter o autóctone ou nativos afastados dos temas quentes da grande política e assim inoculá-los contra a «febre social e o espírito de exigência que reinavam na imprensa belga» (EKAMBO, 2013, p. 57).

É relevante salientar que no início da independência e durante a primeira República (1960-1965), a imprensa escrita era independente, livre, mas sobretudo nacionalista, um porta-voz dos partidos políticos e militante. De facto, a colonização com o seu rasto de atrocidades e miséria tornou-se um fardo insuportável para os congolezes. As vozes se elevam para reclamar seja a autonomia

da colônia, seja a emancipação total do Congo, ou mesmo a independência do Congo. Durante este período, os jornais publicados pelos congoleses tornaram-se cada vez mais militantes e uma verdadeira arma política. Além disso, os jornais contribuem com a fecundação de uma verdadeira consciência nacional, retransmitindo «as reivindicações do congolês, principalmente de ordem econômica e social, política e psicológica» (EKAMBO, 2013, p. 173). Assim, por exemplo, em agosto de 1958, Roger Bolamba, diretor da *La Voix du Congolais*, periódico para o congolês e pelo congolês, publica um editorial cujo título era claramente reivindicativo: “Descolonização”.

O MNC (Movimento Nacional Congolês) de Patrice Lumumba, criado em 10 de outubro de 1958, publica no número de 14 de outubro de 1958 do *Courier d’Afrique* o objetivo claro do seu movimento: «fazer todo o possível para libertar o Congo da influência do colonialismo imperialista, com vista a obter a independência do país num período de tempo razoável e através de negociações pacíficas» (EKAMBO, 2013, p. 240). Quatro dias mais tarde, num despacho da agência oficial Belga (18 de outubro de 1958), a ABAKO de Joseph Kasavubu exige a independência do Congo: «A independência total do território congolês é a única solução pacífica capaz de harmonizar e estabilizar as relações entre o Congo e a Bélgica» (EKAMBO, 2013, pp. 240-241). Consequentemente, a ABAKO quer e exige o reconhecimento e a proclamação da independência do Congo.

Além disso, durante os primeiros cinco anos da independência do Congo (1960-1965), a imprensa tornou-se essencialmente uma imprensa de propaganda governamental ou institucional. A imprensa estatal é constituída de boletins emitidos pelo governo com fins de propaganda. Quase toda a imprensa será posta a serviço dos objetivos prioritários do Estado, nomeadamente o desenvolvimento econômico e a construção da unidade nacional (de la BROSSE, 1999). Neste modelo, a função da imprensa é ser auxiliar da ação governamental. Assim, jornais como *Les Actualités Congolaises* e *Les Nouvelles Congolaises* atuam como um meio de persuasão para conseguir que a opinião nacional apoie as políticas dos governos em vigor. Na prática, isto transformou-se frequentemente num «jornalismo servil, a que alguns chamam jornalismo griot» (De La BROSSE, 1999, 16.), que consiste na promoção da ação governamental.

Durante o período ditatorial de Joseph Mobutu, a imprensa congolesa foi um instrumento de glorificação do "Guia da Nação" e do partido único, uma

imprensa estatal, de propaganda política (De La BROSSE, 1999) e tinha uma forte homogeneidade. Em 1972, Zaire tinha apenas quatro jornais diários: *Salongo* e *Élima* em Kinshasa, *Taifa* em Lubumbashi e *Mambenga* em Kisangani. Ao longo deste período de monopartismo, de 1965 a 1990, o Ministério da Informação perde este nome e torna-se o Ministério da Orientação Nacional. De fato, segundo Dominique Sakombi Inongo, que chefiava este departamento, o povo não precisa de ser informado, mas de ser orientado. Além disso, como a imprensa é amordaçada, é proibido caricaturar Mobutu. O Artigo 53 do Código Penal previa que as declarações do Presidente não poderiam dar lugar a qualquer debate.

Durante a *Conférence Nationale Souveraine*, cuja substância e princípios veremos mais tarde, a imprensa recupera uma relativa liberdade e um tom que lembra os primeiros anos eufóricos de independência (Temps Nouveaux, 1992, p. 1). Este importante período da história da República Democrática do Congo também corresponde ao que o jornalista Thierry Perret (2005) chama de «Primavera da imprensa na África francófona» (p. 71), que acompanha o vasto movimento de liberalização de opiniões que leva ao fim dos regimes de partido único. Tal como na área dos partidos políticos, tem havido uma explosão de novos órgãos de imprensa privados. Mais de 200 títulos foram registados junto das autoridades competentes no espaço de poucos meses. Os jornais estão classificados em dois blocos: a imprensa conhecida como o movimento, próxima de Mobutu (*Elima*, *Le Soft*) e a imprensa conhecida como a oposição radical (*Le Potentiel*, *Le Phare*, *Le Palmarès*, *La Tempête des tropiques*, etc.). Ambos adoptam um tom polémico, prova do seu desejo de independência e acima de tudo um sinal de diferença em relação à imprensa da Segunda República. Mas mesmo que a imprensa jovem fosse também um canal de transmissão de ideologias políticas ou grupos de parceiros sociais que a financiaram, deveria reconhecer-se que a abertura ao pluralismo político tinha dado origem a um regime de imprensa plural e livre. Neste período de liberdade eufórica, «os leitores preferiram os novos jornais, que eram mais picantes e atacavam o governo e os políticos sem piedade» (JOACHIM MBANZA, 2009, p. 68).

Nesta perspectiva, como escreveu Isidore Ndaywel (1998), mais do que os títulos, o discurso brilha com um brilho novo, crítico e até pedante. Poucos deles estão explicitamente ligados a partidos políticos, alguns mal escondem a sua lealdade governamental (*Salongo*, *Nzadi*, *Mambenga*), mas a maioria deles são

críticos (*Le Phare, Le potentiel*) e por vezes hipócritas (*Umoja, le Grognon*). No entanto, a liberdade de expressão e a diversidade de opiniões, que tinham sido adquiridas através do pluralismo político, serão reprimidas e vão sofrer um verdadeiro revés sob o novo regime de Laurent Désiré Kabila. Com efeito, com a tomada do poder por Laurent Désiré Kabila, em 17 de maio de 1997, um novo vento sopra sobre a República Democrática do Congo. O novo presidente da República, hostil ou prudência, suspende as atividades dos partidos políticos. Esta suspensão privará os vários títulos das suas habituais matérias-primas e fontes de financiamento. O regime de L. D. Kabila caracterizar-se-á também por uma repressão sistemática da imprensa e dos profissionais das mídias. As detenções, prisões e intimidações de jornalistas aumentaram durante este período. A maioria dos jornalistas da época orientaram o seu pensamento de forma diferente (BANGA, 2006).

Salientamos. A esse assunto, que a imprensa congoleza evoluiu num contexto socioeconômico e jurídico particular. O conhecimento deste ambiente também ajuda a determinar a natureza da paisagem mediática congoleza.

3.8. Ambiente socioeconômico e jurídico de emergência e evolução das empresas de imprensa na República Democrática do Congo

A Constituição da República Democrática do Congo, alterada pela Lei n.º 11/002 de 20 de Janeiro de 2011 que revê certos artigos da Constituição da República Democrática do Congo de 18 de Fevereiro de 2006, Lei n.º 23/009, de 13 de março de 2023, que estabelece as condições de exercício da liberdade de imprensa, da liberdade de informação e da liberdade de radiodifusão sonora e televisiva, da imprensa escrita e de qualquer outro meio de comunicação na República Democrática do Congo, a Portaria-Lei n.º 81/012 de 2 de Abril de 1981 sobre o estatuto dos jornalistas constituem o quadro jurídico e regulamentar da paisagem mediática congoleza. Com efeito, a Constituição da República Democrática do Congo, em seus artigos 23 e 24, fundamenta e garante a liberdade de expressão, o direito à informação, liberdade de imprensa, etc. Mas o legislador congolês não se limita apenas a garantir todas essas liberdades. Ele regula seu uso (Confira parágrafo 2 do Artigo 24).

Além disso, a fim de garantir e regular o exercício pleno dessa liberdade, no seu artigo 212, a Constituição da República Democrática do Congo prevê o Conselho Superior do Audiovisual e da Comunicação (CSAC) como o órgão técnico de regulamentação dos meios de comunicação social na República Democrática do Congo. Assim, a Lei Orgânica n.º 11/001, de 10 de janeiro de 2011, sobre a composição, atribuição e funcionamento do CSAC, no seu artigo 8º, atribui expressamente ao CSAC a competência de autoridade reguladora das mídias. O CSAC tem igualmente como missão de «garantir o respeito da deontologia no que diz respeito à informação e o acesso equitativo dos partidos políticos...» (Art. 8 e 10). A existência do CSAC é, de fato, a negação de qualquer ingerência política no setor midiático. Mas aos olhos muitos, o CSAC parece ser um braço armado do executivo, que o utiliza para seus fins políticos. Cabe ao CSAC dar o seu consentimento antes de qualquer atribuição de frequências e antes de qualquer entrega de recibo da imprensa audiovisual, escrita e eletrônica aos detentores de projetos das mídias. Mas, na prática, é o Ministério da Comunicação que administra e concede as frequências.

A Lei n.º 23/009, de 13 de março de 2023 caracteriza-se pela sua visão pluralista e define de forma mais ou menos satisfatória o conceito de liberdade de imprensa. A título de empréstimo das disposições constitucionais, o seu artigo 12º define a liberdade de imprensa como: «o direito de informar, de ser informado, de ter as suas opiniões, sentimentos e de comunicá-las sem qualquer impedimento, seja qual for o meio utilizado, sob reserva do respeito da lei, da ordem pública, dos direitos dos outros e dos bons costumes». Esta lei tem, portanto, a vantagem de consagrar o fim do monopólio do Estado sobre a criação e gestão de estruturas de informação e generaliza a sua aplicação a todas as mídias, que sejam elas audiovisuais, escritas e online, sejam do setor público ou do setor privado. O papel e a importância das mídias são reconhecidos como garantidores da comunicação de massa, da transmissão de informações e da cobertura mediática dos valores culturais do país.

Além disso, a Lei de 13 de março de 2023 também consagra, entre outras coisas, a liberdade como base da comunicação audiovisual (art. 12, 13 e 82); o livre exercício da imprensa online (art. 82); a obrigatoriedade da nacionalidade congoleza e a posse de um diploma de jornalismo e / ou em comunicação como

principais condições para ser diretor de uma publicação ou mídia (art. 24); o direito das empresas públicas e privadas de informação e comunicação de beneficiarem de assistência direta ou indireta do Estado (art.17); a liberdade de qualquer pessoa criar uma empresa de imprensa (art. 14 e 42.), a definição inequívoca de jornalistas profissionais (artigo 11.º); a obrigação e a responsabilidade do Estado de garantir e aplicar o direito à informação (art. 95 e 96), tornando punível por lei «qualquer retenção injustificada de informação de interesse público» (art. 96). A lei de 13 de março de 2023 também garante a obrigação de operar as mídias estatais com independência, neutralidade e respeito ao princípio da igualdade de todos perante a lei e o Estado (art. 20, 36, 39 e 40). Ao contrário do antigo texto de 1970 que submetia a publicação de jornal ou periódico à autorização prévia de um órgão executivo, o legislador estabelece regime de declaração (art. 46, 55, 56, 72, 73, 83, 84).

Como podemos ver, é verdade que em termos de criação das mídias, a Lei em análise tem o mérito de instaurar um regime de declaração ao invés do regime de autorização prévia estabelecido em 1970. No entanto, no que diz respeito à imprensa audiovisual, o artigo 58 da mesma Lei estipula que «após verificação satisfatória da conformidade da declaração, efetuada em colaboração com as Instituições da República interessadas no setor, o ministério responsável pela comunicação social e pelos meios de comunicação social concede ao requerente a licença de exploração». Num país onde as liberdades de expressão e de imprensa são meramente nominais, a introdução de uma tal disposição legal é, de fato, o estabelecimento de um regime de autorização disfarçado e implicitamente legal. É inegável que o Estado é o único a determinar e a decidir as condições para satisfazer o controlo do processo do requerente. Em caso de conflito entre os representantes do Estado e o requerente, a licença de exploração será simplesmente recusada a este último. Além disso, o artigo 60 desta lei de 13 de março de 2023 prevê a possibilidade do requerente ser sancionado pelo Estado e de lhe ser retirada a licença. Na RD Congo, a instrumentalização do sistema judicial para fins políticos é um modo de gestão³¹. Nesse sentido, esta medida não é nem mais nem menos que

³¹ Desde 23 de maio de 2023, o deputado provincial da oposição, ex-jornalista Mike Mukebayi, definha na prisão central de Makala. Sem provas, o Ministério Público acusa-o, injustamente, de ter incitado a população ao ódio tribal. tribale (www.radiookapi.net. *Kinshasa : poursuivi pour incitation à la haine tribale, Mike Mukebayi transféré à la Prison centrale de Makala*. Disponível

uma sutil restrição legal orquestrada com o objetivo de orientar indiretamente o requerente desejando de obter a todo o custo uma licença de exploração. Este último pode ser obrigado a solicitar favores ao ministério. Em troca, sacrifica sua liberdade de pensar. A gente não contradiz seu pai alimentador. Nesse sentido, o requerente torna-se uma simples caixa de ressonância do regime dominante no poder.

Ademais, é importante ressaltar que a Lei n° 23/009, de 13 de maio de 2023, em análise, garante teoricamente a independência editorial das mídias públicas como meios de comunicação ao serviço do interesse público (art. 64, 65 e 66), mas de fato essas mídias comportam-se como mídias partidárias com pessoal nomeado para defender os interesses do regime no poder. Os apresentadores de programas de entrevistas nas mídias públicas geralmente são membros ou parentes do partido no poder, e os debates são voltados para servir ao partido. Totalmente financiadas pelo Estado (art. 19), sua gestão não é autônoma. As informações veiculadas pelas mídias públicas não são equilibradas, mas sim partidárias. As atividades do Chefe de Estado e dos membros do Governo ocupam a esmagadora maioria dos programas e noticiários falados e televisivos. As informações veiculadas pelas mídias públicas não são equilibradas, mas sim partidárias. As atividades do Chefe de Estado e dos membros do Governo ocupam a esmagadora maioria dos programas e noticiários falados e televisivos.

Além disso, o artigo 113 da Lei n.º 23/009, de 13 de março de 2023, prevê a penalização do crime da imprensa definido como «qualquer comportamento ou ato de um profissional das mídias cometido no exercício da sua profissão que tenha atentado contra a ordem pública, os direitos de outrem ou a moral pública e que tenha causado prejuízo» (artigo 113). Trata-se de um recurso sistemático ao direito penal para processar e punir o jornalista por ofensa cometida pela imprensa em caso de comportamento, mesmo aparente, ter levado ou poder resultar, na prática, de um crime sob a lei criminal. Por exemplo, «um jornalista que publica informações verdadeiras sobre a situação precária dos militares pode ser processado por incitar

em: <https://www.radiookapi.net/2023/05/24/actualite/justice/kinshasa-poursuivi-pour-incitation-la-haine-tribale-mike-mukebayi#:~:text=Okapi%2C%20renseignent%20que%C2%A0le%20d%C3%A9put%C3%A9%20national%2C%20Daniel%20Safu%2C%20accus%C3%A9%20de%20m%C3%A9mes%20faits%20que%20le%20d%C3%A9put%C3%A9%20provincial%20Mukebayi%20%2C%20est.> Acesso em 4 de setembro de 2023. O que o regime não pode obter legalmente, pode obter por meio da instrumentalização da justiça e de outras estruturas estatais.

membros das forças armadas e da polícia a desviá-los de suas funções» (PROGRAMME DE DÉVELOPPEMENT DU SECTEUR MÉDIATIQUE (PDSM), 2012, p. 5) Para Pierre Akele (2004), o legislador congolês tem uma visão vaga do crime de imprensa, na medida em que o crime de imprensa aparece aqui mais como um modo particular de perpetração de um crime do que como um crime específico. Acreditamos que o crime de imprensa introduzido pelo legislador congolês também é um constrangimento ao livre exercício da imprensa. O uso sistemático do direito penal para punir a imprensa aparece como um meio de censurar a imprensa e reprimir vozes discordantes do quadro político dominante. Com tal criminalização da imprensa, o regime dominante pode adotar atitudes e decisões políticas, em vez de «o livre exercício de um dos direitos mais fundamentais, o da liberdade de expressão, muito dependente de independência das mídias» (PDSM 2012, p. 5)

Para uma imprensa livre e independente, é necessário revogar o crime de imprensa do registro criminal em favor de um regime civil de compensação. «O direito da imprensa não deve ser explorado contra a liberdade de imprensa e a independência das mídias» (PDSM, 2012, p.7). Em vez disso, o papel dos órgãos reguladores e auto-reguladores das organizações de notícias deve ser fortalecido de modo que «o jornalista só possa responder por suas ações em tribunais de pares, exceto por ofensas comuns» (PDSM, 2012, p. 7). «Em todas as democracias modernas, a liberdade de imprensa é um dos principais indicadores usados para avaliar o nível de governança do estado» (PDSM, 2012, p.5). Seja como for, a honestidade científica obriga-nos a reconhecer nesta lei certas alternativas não penais ao crime de imprensa. Em particular, o texto insiste na publicação do direito de resposta ou de retificação quando uma pessoa singular ou coletiva se sente lesada por um artigo (art. 104-112). Mas, como se pode constatar, apesar destas disposições relativas ao direito de resposta e de retificação, o crime ou delito de imprensa continuam a ser de atualidade na RD Congo.

No que diz respeito a Portaria-Lei lei n ° 81/012, é relevante sublinhar que, promulgada em 2 de abril de 1981, esta lei define o status de jornalistas que trabalham na República Democrática do Congo. Trata-se de todos os profissionais das mídias que trabalham nas empresas das mídias estabelecidas na República Democrática do Congo. Esta lei estabelece um quadro organizacional e define as

regras e condições de acesso, incluindo o exercício dos profissionais das mídias, tanto para jornalistas independentes quanto para a imprensa. Ela define claramente os direitos e obrigações em cada etapa da carreira jornalística. As disposições do Código do Trabalho congolês complementam outros aspectos relativos ao emprego ou carreira dos jornalistas em geral (Confira Lei n.º 015/2002 de 16 de outubro de 2002 sobre o Código do Trabalho).

Ressalte-se, a esse respeito, que a profissão de jornalista não está sujeita a restrições. O artigo 5º desta lei condiciona o acesso ao status de jornalista profissional à obtenção de uma carteira de imprensa da *Union de la presse du Zaire* (União da Imprensa do Zaire) (UPZ), que se tornou a *Union Nationale de la Presse du Congo* (União Nacional de Imprensa do Congo) (UNPC), esta após o beneficiário concluir um estágio cuja duração varia de acordo com a área de origem: um ano para os oriundos das escolas de jornalismo e dois anos para os candidatos das demais disciplinas. Esta disposição é suscetível de entrar em conflito com uma parte do artigo 11 da lei de 13 de março de 2023, que prevê um período de estágio de três anos para os titulares de um diploma de licença ou equivalente que não seja um diploma obtido numa escola de jornalismo reconhecida pelo Estado congolês. As disposições do artigo 5 da Lei n.º 81/012 de 02/04/1981, incluindo o artigo 11 da Lei de 13 de março de 2023, surgem como um escudo contra o uso indevido da qualidade do jornalista. Aliás o artigo 4º da Lei n.º 81/012 de 02/04/1981 estipula que «quem se tiver falsamente atribuído a si mesmo a qualidade de jornalista ou tiver ostentado publicamente qualquer emblema que pretenda fazer crer no exercício dessa qualidade, será punido de acordo com as disposições do Código Penal, Livro II». O artigo 121 da Lei de 13 de março de 2023 prevê praticamente a mesma coisa. É fundamental não estender e ampliar a noção de jornalismo em nome da liberdade de expressão garantida pela constituição e pelos tratados internacionais.

Claro, devemos reconhecer, ao lado da imprensa, a importância de se manifestar das associações civis e outros na discussão de questões de interesse geral, mas devemos ir tão longe a ponto de reivindicar a qualidade de jornalista sem cumprir os requisitos desta profissão? O que então acontece com as escolas de jornalismo, as obrigações deontológicas abertas à ética universal, a responsabilidade editorial que balizam as atividades da imprensa e constituem

garantias da qualidade da informação e do debate público, se «amanhã cada um se considerar jornalista e transformar sua opinião às vezes crua e impensada, até mesmo suas Notícias Falsas, em trabalho jornalístico?» (POULLET, 2020, p. 114) Em um mundo em que o indivíduo se depara, a priori, com um imenso fluxo de informações, circulando em mídias tradicionais ou eletrônicas e envolvendo um número cada vez maior de autores, «o monitoramento do cumprimento da deontológica jornalística assume importância crescente». (POULET, 2020, p. 114) Em suma, não se trata de negar a importância da liberdade de expressão, principalmente em um momento em que a Internet permite que todos participem do mercado de ideias e do debate sobre as questões da sociedade, apenas, é necessário estabelecer com clareza a diferença entre a liberdade de expressão e a liberdade jornalística para evitar qualquer confusão possível e para realmente fazer avançar a democracia com base em informações cuja verdade continua sendo o fundamento.

Como podemos ver, a escala das inovações tanto neste campo das mídias, como em outros setores multidimensionais, exige, portanto, a revogação desta lei e sua substituição por uma nova lei que atenda, não apenas as exigências do atual contexto sociopolítico da República Democrática do Congo e do resto do mundo, leva em conta todas as profissões das empresas audiovisuais, mas também descriminaliza o crime de imprensa com vista a uma imprensa verdadeiramente livre.

3.9. A questão das tecnologias de informação e comunicação na República Democrática do Congo

A circulação de informação em África em geral e na República Democrática do Congo em particular tem sido perturbada, nos anos 2000, pela chegada das Tecnologias de informação e comunicação (TICs), especialmente a telefonia e a Internet. «Estas tecnologias deram origem a novas esperanças e utopias relativamente às transformações sociais e políticas que elas poderiam provocar» (FRÈRE, 2016, p. 145). São vistas como um motor de crescimento e desenvolvimento, tanto econômico como social. De acordo com Dahmani (2003), as Tecnologias de Informação e Comunicação são um meio de alcançar «um salto tecnológico, levando a um rápido progresso no campo do desenvolvimento ao saltar

um certo número de etapas» (p. 7). Mas, infelizmente, a República Democrática do Congo tem uma das mais baixas taxas de penetração das Tecnologias de informação e comunicação do mundo.

Mais de 75% da população da RDC não tem acesso a serviços de Internet móvel. De acordo com o observatório de mercado da *Autorité de Régulation de la Poste et des Télécommunications du Congo* (ARPTC) para o terceiro trimestre de 2022, o país tem 48,4 milhões de assinantes de telefonia móvel, o que representa uma taxa de penetração de 50,89%. O número de usuários de Internet móvel é de 23,76%, para uma taxa de penetração de 23,76%. A exclusão digital continua grande na RD Congo, apesar do rápido crescimento da demanda por conectividade de banda larga desde 2020³². Para além do muito baixo poder de compra do povo congolês, a falta de eletricidade e de infraestruturas, a falta de acesso a equipamento informático e o analfabetismo digital continuam a dificultar o acesso a internet.

Salientemos que depois de faltar a integração no cabo SAT3, que foi colocado em serviço em 2001, foi sob pressão do sector privado e da sociedade civil que o governo da RDC conseguiu assegurar a sua integração no projeto WACS no último minuto. O cabo está operacional desde 2012. Isto permitiu aos operadores de telefonia móvel internacionais DE instalarem-se na República Democrática do Congo. Segundo a Agência Reguladora Congoleza (ARPTC) (2019), existem quatro operadores móveis na RDC: Vodacom RDC, Airtel Congo, Orange RDC e Africell RDC. No mercado da Internet móvel, a Vodacom detém 37,44%, a Airtel 31,25%, a Orange 28,14% e a Africell 3,17% do mercado (Relatório ARPTC Q2, Abril, Maio, Junho de 2019). A maioria destas empresas não tem uma presença nacional. As telefonias móveis são utilizadas para desempenhar «muitas funções, incluindo transações financeiras electrónicas, onde a população não tem cartões de crédito nem contas bancárias» (FRÈRE, 2016, p. 151).

³²[www.agenceecofin.com. RD Congo : BCS connectera 2,5 millions de personnes à Internet avec le soutien de la Banque européenne d'investissement](https://www.agenceecofin.com/investissement/0603-106153-rd-congo-bcs-connectera-2-5-millions-de-personnes-a-internet-avec-le-soutien-de-la-banque-europeenne-d-investissement). Disponível em: <https://www.agenceecofin.com/investissement/0603-106153-rd-congo-bcs-connectera-2-5-millions-de-personnes-a-internet-avec-le-soutien-de-la-banque-europeenne-d-investissement#:~:text=De%20plus%2C%20le%20gouvernement%20congolais%20a%20fait%20du%20num%C3%A9rique%20un%20pilier%20central%20de%20son%20d%C3%A9veloppement>. Acesso em 3 de setembro de 2023.

No que diz respeito à apropriação e utilização profissional das TIC na paisagem mediática congoleza, é necessário recordar que as TICs geraram mudanças a vários níveis na atividade diária dos jornalistas congolezes, em particular «técnicas de recolha, produção e difusão de dados, capacidades de arquivo» (FRÈRE, 2009c, leia também FRÈRE, 2016, p. 152). No que tange à recolha de informações, por exemplo, o telefone torna possível entrar em contato com pessoas de recurso, expertos, testemunhas, autoridades. Para os meios de comunicação privados que não têm orçamentos adequados para subscrever às agências noticiosas internacionais, «a Internet é a principal fonte para preencher as secções dedicadas às notícias regionais ou internacionais» (FRÈRE, 2016, p. 152). Num vasto país como a RD Congo, é graças à Internet que a imprensa diária publicada em Kinshasa se torna acessível nas cidades provinciais. É também através deste meio que «a Rádio Okapi, uma estação de rádio da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo, pode chegar às localidades onde não é transmitida em FM» (FRÈRE, 2016, p. 153). Além disso, num país sob ocupação como a República Democrática do Congo, a Internet permitiu «à oposição política no exílio gerir sites a partir do estrangeiro, circulando informação alternativa: trazem uma perspectiva diferente às notícias nacionais» (FRÈRE, 2016, p. 149).

Aliás, para além dos jornais que estão principalmente online, tais como Actualite.cd, bloggers ou outros jornalistas cidadãos tentam oferecer uma informação de qualidade através dos novos meios de comunicação social. Este é o fim do monopólio das mídias tradicionais na recolha, processamento e transmissão de informação na República Democrática do Congo e no mundo. A imprensa profissional é agora apenas uma voz entre muitas outras. As redes sociais, em particular o Facebook e o Twitter, estabeleceram-se como atores na circulação de informação, e têm tido um sucesso considerável entre indivíduos com uma ligação. Durante a ocupação da cidade de Goma (na parte oriental da RDC) pelos ruandeses do movimento de 23 de Março (M23) em novembro de 2012, foi através de «redes sociais que certas imagens dos homens armados presentes na cidade foram divulgadas» (FRÈRE, 2016, p. 150). O desenvolvimento de software livre, Web 2.0 com as suas numerosas aplicações e a ausência de procedimentos administrativos na RD Congo para colocar este tipo de site Web online são todos elementos que podem explicar esta vontade empreendedora dos proprietários destes jornais e blogs online.

Falando da imprensa profissional, sublinhemos que para esta categoria de imprensa, a internet continua a ser um suporte de difusão e não um modo de escritura das notícias. De facto, ao nível da imprensa congolese, o uso da internet na produção e divulgação de informação ainda resulta num tratamento não multimodal da informação. É certo que existem alguns jornais que têm atualmente uma dupla difusão em papel e online, mas o tratamento da informação distribuída em ambos suportes continua a ser idêntico, ou seja, informação centrada unicamente em texto e imagens fixas. O jornal *Le Phare*, por exemplo, continua a fornecer apenas informação baseada em texto e imagens fixa. O conteúdo da edição em papel deste jornal é, na realidade, uma seleção de artigos diferentes, previamente colocados online na véspera no website do mesmo jornal em formato PDF, como afirma um responsável da equipa editorial: «Quando o editor envia artigos ao webmaster, este último não os modifica, os coloca diretamente online sem alterar nada. E estes são os mesmos artigos que aparecerão na edição impressa de amanhã» (entrevista realizada em 23 de janeiro de 2021, em Kinshasa).

Em *L'Avenir*, outro diário congolês, a mesma coisa está a acontecer. O conteúdo publicado no seu website não difere do da edição em papel. O conteúdo do jornal *L'Avenir* está também centrado em texto e imagens fixas, como disse um dos responsáveis do jornal, entrevistado sobre este assunto: «Por enquanto, devido à falta de dinheiro, estamos a colocar os mesmos artigos no website do jornal sem alterar nada» (Entrevista realizada em 14 de Janeiro de 2021, em Kinshasa). A maioria dos jornais que entrevistamos e que atualmente difusa online funcionam de forma muito semelhante, pelo menos no que tange a escritura da atualidade online e o modo de aceder às mesmas.

Como podemos ver, a integração das TIC nas redações congoleesas não tem apenas efeitos positivos. «O custo de instalação e atualização dos sites não é negligenciável» (FRÈRE, 2016, p. 153-154). A ausência de meios obriga assim a uma apropriação contextualizada da internet, que aqui serve como um simples suporte de difusão, excluindo assim as funcionalidades ligadas ao modo de escrever a notícia. Consequentemente, a internet parece ser uma tecnologia financeiramente discriminatória para a imprensa congolese.

Conclusão parcial

Uma das vantagens deste capítulo foi revelar-nos a origem e a raiz da dramática situação da República Democrática do Congo: o patrimonialismo ocidental que se formou e se estruturou na Conferência de Berlim de 1885. Sob reserva das pesquisas posteriores e além de outras causas principais como o tráfico de escravos, acreditamos que é já na altura da divisão berlinense do continente africano pelas potências patrimonialistas ocidentais que devemos situar a origem da tragédia da República Democrática do Congo. As potências patrimonialistas ocidentais sempre pretenderam trazer democracia e civilização para o Congo, mas na realidade são os recursos naturais da RD Congo que sempre os atraíram para o Congo e que excitam tanto sua cobiça que se esquecem dos seres humanos que ali vivem. Perante os lucros gigantescos que os poderes patrimonialistas podem tirar da exploração abusiva das riquezas congoleesas, «os seres humanos não contam, pelo menos não o suficiente. E nas áreas mais ricas, a destruição do meio ambiente, como a de homens, mulheres, crianças e seus direitos, é uma triste realidade» (ONANA, 2020, p. 7). Do patrimônio ocidental, a República Democrática do Congo tornou-se uma selva econômica e patrimônio comum. Isso explica em parte as guerras das agreções, o desenvolvimento do subdesenvolvimento no Congo e «as aventuras macabras das multinacionais no território congolês» (MBEKO, 2014, p. 161). Essa predação ocidental é nada mais do que a transformação do patrimônio congolês em *patrimonialgia*. Os congolesees sofrem principalmente porque possuem um rico patrimônio que os poderes patrimonialistas consideram como seu. Atualmente, para explorar e pilhar a gigantesca riqueza mineral do Congo, as potências patrimonialistas estabeleceram novos mecanismos: a ocupação do Congo através de seus representantes Ruanda, Uganda, Burundi e alguns traidores congolesees. Como se estrutura esta ocupação do Congo-Kinshasa? Este será o sujeito principal do nosso terceiro capítulo. Mas antes disso, apresentemos o capítulo sobre a metodologia para ver como este estudo será realmente feito.

«O mundo não será destruído por aqueles que fazem o mal, mas por aqueles que olham e não fazem nada» (Albert Einstein)

«A fome dos outros condena a civilização dos que não têm fome» (Dom Hélder Câmara)

FIGURA 5: MASSACRE DES CIVILS A KISHISHE PAR LE M23: LE BILAN PASSE DE 50 A 272 MORTS DONT 17 ENFANTS.



Disponível em: <https://vraies-infos.net/2022/12/05/massacre-des-civils-a-kishishe-par-le-m23-le-bilan-passe-de-50-a-272-morts-dont-17-enfants/>
Acesso em 9 de outubro de 2023.

FIGURA 6: LES MASSACRES SE POURSUIVENT DANS L'EST.



Disponível em: <https://www.dw.com/fr/rdc-poursuites-des-massacres-malgre-etat-de-siege/a-61152672>
Acesso em 9 de outubro de 2023.

CAPÍTULO 4: sistematização da ocupação balcanização do Congo pelos poderes patrimonialistas

4.0. Introdução

Este capítulo trata da sistematização da ocupação e balcanização da República Democrática do Congo pelas potências patrimonialistas. Com efeito, estas potências, depois de terem feito do Congo-Kinshasa o seu património, pelo menos no seu imaginário coletivo, multiplicam as estratégias para efetivamente lhes pôr as mãos. Para além da estratégia de caos e mentiras posta em prática por estas potências, invadir, infiltrar e ocupar a RD Congo com vista à sua balcanização continua a ser a sua principal opção. Um Congo ocupado, balcanizado e indefeso permite, por um lado, realizar o trabalho de minar as instituições congoleesas por dentro e, por outro lado, abre caminho para o saque sistemático de seu património. Nestas condições, é imperioso sistematizar esta ocupação e esta balcanização do Congo para perpetuar as apostas, apurar os motivos, as motivações, os mecanismos, os métodos e as estratégias empregues por aqueles que se consideram mestres do Congo com vista a remediá-lo. Este capítulo será dividido em três eixos fundamentais, a saber: Os objetivos económicos e expansionistas no cerne da tragédia congoleesa; as guerras da AFDL, RCD, CNDP e M23: guerras de agressão e ocupação do Congo propriamente dito; o Patrimonialismo *icebertico* de Joseph Kabila e a reconfiguração de alianças em um cenário de compartilhamento de poder e perpetuação do sistema de ocupação do Congo.

4.1. Objetivos económicos e expansionistas no centro da tragédia congoleesa

Todas as guerras de agressão e sucessão impostas à RD Congo que causaram milhões de mortes no Congo-Kinshasa durante os 62 anos de sua independência nominal não são étnicas. O imperativo do controlo exclusivo dos recursos congoleeses e da sua exploração pelas potências patrimonialistas ocidentais e/ou

africanas continua, sem dúvida, a chave da leitura e compreensão do banho de sangue que as potências patrimonialistas «impõem ao povo congolês a coberto de “rebeliões” ou da suposta luta contra “genocidas hutus” que estariam em solo congolês» (ONANA, 2020, p. 125). Para o geopolítico francês Gilles Lhuiler (2013), aliás, a guerra da RD Congo, muitas vezes descrita como étnica, faz parte de um conflito muito maior que tem implicações econômicas e estratégicas que vão muito além do Congo e da própria África. Em primeiro lugar, diferentes movimentos de guerrilha e exércitos estão ativos nas duas províncias congolesas, disputando o controle dos depósitos de minerais. Então, vários estados africanos usam os guerrilheiros para exportar minerais ilegalmente da RD Congo, minerais que devem necessariamente atravessar seu território. Por fim, várias multinacionais mineradoras e diversas potências, que dependem do coltan e outros minerais estratégicos na região, compram esses minerais sabendo de sua procedência e assim alimentam o ciclo da violência.

Para nosso autor, falar em guerra étnica ou tribal é, portanto, mais do que um erro. Está se tornando cúmplice daqueles que querem esconder a importância do papel do comércio mundial nessa violência (GILLES LHUILER, 2013). Nesta perspectiva, é desde 1980 que Gérard Chaliand (1980) já chamava a atenção para a importância das matérias-primas africanas, depois das economias dos países ocidentais bem como do lugar preponderante que irão ocupar nas próximas décadas:

A África fornece uma proporção significativa das seguintes matérias-primas em relação à produção mundial: diamante (73%), ouro (70%), vanádio (50%). Platina (146%), cromo (36%), manganês (30%), cobre (20%), urânio (20%), etc. Essas riquezas estão concentradas principalmente na África Austral: a África do Sul, Namíbia, Angola, Zâmbia, Zaire... A importância destas matérias-primas é fundamental para as economias dos países industrializados, nomeadamente europeus. O acesso e controle dessas jazidas é um dos motivos determinantes da presença dos países ocidentais no continente africano. Para além das considerações estratégico-militares [...], preocupa-se, neste momento, e nas próximas duas décadas, o controle em África das matérias-primas essenciais ao Ocidente. Este é o desafio africano. Um desafio para potências fora do continente. Seria errado considerar separadamente o interesse estratégico-militar da África e a importância do continente do ponto de vista das riquezas minerais (p. 17).

Como podemos ver, a questão mineira é indissociável da questão geopolítica, geoestratégica e geoeconômica em África em geral e o Congo em particular. E é fundamental sublinhar que nunca foi negado o interesse desproporcional das potências patrimonialistas ocidentais pelos recursos mineiros congolese. Em dezembro de 1986, William Pascoe, analista político da *The Heritage Foundation*, citado por Samuel Solvit (2009), já afirmava que “de todos os países africanos, poucos são tão importantes para os Estados Unidos quanto o Zaire. Sua localização no coração da África, suas fronteiras com outros nove países, seus recursos em cobre, cobalto e outros minerais o tornam um aliado estratégico. É essencial que um governo pró-Occidente estável controle Kinshasa. (pág. 48). É neste sentido que os Estados Unidos definiram, em 1990, uma nova estratégia centrada na progressão das posições econômicas americanas em África. Durante a sua visita em Uganda, Ron Brown, secretário do Comércio dos EUA, explicou o desejo americano de apoderar-se e controlar os recursos africanos nos seguintes termos: “Durante vários anos, os assuntos africanos foram dominados pelos europeus, enquanto a América detém apenas 17% deste mercado. Agora estamos determinados a reverter isso e ficar com a maior parte”. (CONQUISTA NORTE-AMERICANA, 2008, p. 116). Isso já explica as guerras e conflitos provocados por Washington no Congo e em todo o continente africano.

Vários relatórios das Nações Unidas estabelecem claramente a estreita ligação entre a exploração de matérias-primas e os conflitos armados. É o caso particular dos "três relatórios do Grupo de peritos sobre a exploração ilegal dos recursos naturais e outras riquezas da República Democrática do Congo" publicados entre julho de 2001 e outubro de 2002. Estes relatórios demonstram claramente não só a existência de uma ligação entre a exploração de recursos e a guerra no Congo, mas também confirma "sem qualquer dúvida razoável a existência de um empreendimento predatório em grande escala no leste do país". Esses relatórios do Grupo de especialistas das Nações Unidas “dissecam nos mínimos detalhes as redes de elite tecidas entre milícias, traficantes, mafiosos e políticos locais, estados vizinhos e multinacionais para saquear diamantes, ouro, cobalto, coltan, madeira e outras riquezas da RDC” (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 599). Segundo esses especialistas das Nações Unidas, cerca de 85 empresas e multinacionais de todo o mundo (Estados Unidos, Canadá, África do Sul, China,

Emirados Árabes Unidos, Finlândia, França, Israel, Cazaquistão, Malásia, Holanda, Suíça, etc.) são implicadas neste vasto empreendimento criminoso que causou milhões de mortes no silêncio das mídias mais cínicas e ultrajantes da história moderna.

Em vista de tudo o que foi dito acima, fica claro que os conflitos africanos em geral, e congolese em particular, não são étnicos, como frequentemente afirmam as mídias e alguma literatura ocidentais. Estes últimos, muitas vezes, voluntariamente e conscientemente, obscurecem a realidade dos fatos para impedi-los de compreender verdadeiramente as apostas econômicas e geoestratégicas envolvidas. É verdade que o conflito ruandês apresentou todas as aparências de um confronto étnico, mas na realidade o colorido étnico do conflito ruandês esconde uma realidade econômico-política com desafios mais complexos: a guerra, ocorrida em Ruanda em outubro de 1990 para julho de 1994, não é étnica. É essencialmente uma guerra pela conquista do poder. Houve uma “etnicização das questões de poder por lideranças político-militares locais, elas mesmas apoiadas por potências estrangeiras” (MURHULA, 2012, p. 359) com objetivos econômicos não reconhecidos e preocupados em estabelecer uma nova ordem geopolítica na região dos Grandes Lagos.

Mas o Ruanda (um pequeno país) foi apenas um ponto de paragem temporário antes de chegar ao grande Zaire, como defendem Patrick Mbeko e Honoré Ngbanda (2014). Em outras palavras, a eclosão da guerra em Ruanda, em outubro de 1990, pelas potências patrimonialistas, é o ponto de partida de uma «guerra econômica de larga escala cujo principal alvo era o Zaire» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 592) e o controle de imensas riquezas naturais. Além disso, o coronel Michel Robardey tinha razão quando declarou que: «as razões econômicas da guerra em Ruanda não estavam em Ruanda, estavam no Congo, e os ruandeses pagaram caro pela riqueza de seu vizinho». (TEIL & BLANRUE, 2014; ler também MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 592). As palavras do Robardey foram confirmadas com a eclosão da guerra no Congo-Zaire em outubro de 1996 pelas potências patrimoniais, Estados Unidos, Canadá, Israel, Grã-Bretanha na liderança através de seus representantes ou proxy Ruanda, Uganda, Burundi e tantos outros. Deve-se notar que empresas de mineração e lobbies, particularmente anglo-

americanos, incluindo American Mineral Fields Inc. (AMF³³) e canadenses, têm desempenhado um papel particularmente importante (MBEKO & NGBANDA, 2014). Estas últimas financiaram a guerra contra a República Democrática do Congo. Por outro lado, ao longo de seu avanço rumo à capital, os agressores da AFDL firmaram contratos com diversas multinacionais inclusive americanas e canadenses. Esses contratos fornecem a essas multinacionais formidáveis monopólios de mineração (MBEKO & NGBANDA, 2014).

Para manter o Congo como caixa eletrônico de matérias-primas estratégicas, todos os meios se justificam, inclusive a política do caos. Esse último

visa enfraquecer ainda mais o Estado congolês falido, torná-lo um não-Estado ou um "Estado falido" e, finalmente, colocá-lo sob tutela, mantendo-o no papel de cofre onde os grupos financeiros e as elites ocidentais tiram permanentemente de imensos recursos naturais sem ser importunado. O que está em jogo aqui, "é a colocação em prática da teoria há muito amadurecida do "caos construtivo" cara aos estrategistas americanos iniciantes. Com efeito, numa região rica e cobiçada, os conflitos são provocados e mantidos, as guerras de alta e baixa intensidade são encorajadas, as violações são cometidas, as populações humilhadas são deslocadas, a fome e as doenças são geradas, em suma, cria-se um clima de desolação, e deste caos absoluto deve emergir uma nova ordem (geopolítica e/ou geoeconômica) baseada na aniquilação dos povos e ao mesmo tempo permitindo que a minoria dos privilegiados constituindo o 1% mantenha seu modo de vida principesco" (MBEKO & NGBANDA, 2014, 601).

Sublinhamos que para promover este "caos construtivo", os Estados Unidos da América passam sempre por um [ou mais] braços seculares na sub-região, uma espécie de "estado pivô". No caso dos Grandes Lagos, esse papel foi transferido para Uganda e Ruanda. Esses dois países têm a tarefa de garantir que a República Democrática do Congo continue sendo um "estado falido" nas mãos do grande capital internacional. Uganda e particularmente Ruanda servirão, portanto, como braços armados dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e multinacionais que desejam obter minerais congolese de forma fraudulenta e a baixo custo. Estabelece-se uma

³³Criada em 1995, a AMFI foi criada como um instrumento para implementar em África o desejo de dominação econômica dos financeiros ocidentais e, em particular, para realizar na RDC os planos de empresas americanas cujos diretores estão envolvidos nas principais questões estratégicas globais relacionadas com a ciência, a tecnologia, as finanças, a indústria e a política (UBOLE, 2011, p. 142).

nova fase nas relações entre o Ocidente e o Continente africano: trata-se de massacrar, aniquilar as populações nativas, roubar, saquear sistemática e massivamente os recursos africanos por africanos e outros mandatários interpostos.

É por isso que todas as guerras econômicas que as potências patrimonialistas travam contra o Congo quase nunca são denunciadas com vigor pela famosa “comunidade [ocidental] internacional”. Além disso, o Conselho de Segurança nunca tomou medidas concretas sobre os múltiplos relatórios de seus próprios especialistas que, por um lado, destacam a estreita ligação entre as atividades de empresas multinacionais e os grupos armados [apoiados por Ruanda e Uganda] culpados de massacres e outras atrocidades, e por outro lado nota-se «o envolvimento cada vez maior do Ruanda no saque do coltan na RD Congo para os seus próprios interesses, mas sobretudo para os interesses das potências patrimonialistas, sendo os Estados Unidos na cabeça» (RELATÓRIO DE PERITOS DA ONU, 2002, p.17; ONANA, 2020, p. 128).

Nesta luta pelo controle dos minerais, nenhum líder patrimonialista, seja ocidental ou africano, tem o menor interesse em tomar medidas sérias para acabar com os inúmeros massacres e o sofrimento do povo congolês sancionando, por exemplo, os responsáveis por estes crimes contra a humanidade. «A comunidade internacional mostra-se indulgente porque há interesses econômicos colossais a defender, principalmente em torno dos minerais» (Cf. Le Monde de 24 de setembro de 2013). Além disso, «quanto mais é longa a guerra imposta aos congoleses, e mais os interesses distantes nela envolvidos, mais colhem enormes lucros» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 602). E até hoje, o Congo ainda é a máquina de caixa automática por excelência para matérias-primas essenciais para o desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia no Ocidente, mas os próprios congoleses não se beneficiaram disso. É inútil e ingênuo esperar qualquer compromisso dos poderes patrimoniais para pôr fim à tragédia congoleza. A estabilidade financeira das potências patrimonialistas depende da instabilidade da RD Congo. O desenvolvimento industrial e econômico das potências patrimonialistas depende do subdesenvolvimento da África em geral e do Congo em particular. Em suma, seria impossível ao mesmo tempo preocupar-se com as «máquinas a matar e estuprar» do leste do Congo e garantir a prosperidade das economias ocidentais e o conforto dos consumidores, em particular dos usuários de celulares e outros aparelhos

eletrônicos (BONIFACE MUSAVULI, 2013³⁴). Cabe, pois, a congoleses competentes e patriotas, como Patrice Lumumba, Laurent Désiré Kabila, lutar por uma RD Congo forte e democrática, capaz de controlar a sua própria riqueza e influenciar os preços do mercado. Somente tal grau de patriotismo pode tirar a RD Congo de sua configuração atual: um vasto entreposto comercial para poderes patrimonialistas.

Refira-se ainda, a propósito, que a guerra de agressão contra o Congo/Zaire em 1996 pelas potências patrimonialistas ocidentais e a sua retomada em 1998 são também o desenvolvimento e o culminar de um antigo projeto que alguns dirigentes ruandeses mantêm desde o século XVI: conquistar os territórios além das fronteiras ruandesas. Com efeito, a vontade de invadir o Congo remonta ao século XVI com Kigeri 1 Nyamureshera, 3º rei do Reino de Gasabo, atual República do Ruanda. Este rei plantou uma árvore sagrada no meio da aldeia de Larunda. Esta árvore fundadora do Reino de Ruanda chamava-se Umagana Zasiaro, ou seja, triunfante sobre os países estrangeiros. A partir desse momento, uma missão foi atribuída a este novo reino nascente: conquistar os territórios vizinhos. Assim, no século XIX (1890), outro rei do reino de Ruanda, Kigeri 3 Rwabugiri, atacou e invadiu a ilha de Idji, incluindo todo o território de Bashi, no leste do Congo, com violência sem precedente (MEMOIRE DIDIER MUMENGI, 2023). Estas tendências expansionistas serão consolidadas ao longo dos séculos. Assim, com as guerras de 1996 e 1998, certos líderes tutsis e seus primos ugandenses Hima retomaram o projeto de seus antepassados de forma diferente. Ambicionam agora a balcanização da RD Congo, a anexação do Kivu (uma das províncias da RD Congo) ao Ruanda e a criação de um império Hima-Tutsi ou a grande República dos Vulcões, uma espécie de Tutsiland. Segundo esse grupo tutsi, «o império reuniria um grupo étnico homogêneo e o protegeria dentro de um território que abrangesse a parte congolesa do Grande Kivu, Ruanda, Burundi e a parte fronteira de Uganda com Ruanda» (NGBANDA, 2004, p. 43; ler também ONANA, 2023). Alguns pesquisadores acreditam que esta Tutsiland poderia ter ramificações em certos países onde existem populações nilóticas com as quais os tutsis estão relacionados (Quênia, Tanzânia,

³⁴[www.agoravox.fr. RD Congo : Le massacre d'un peuple pour le « bonheur » du monde](https://www.agoravox.fr/actualites/international/article/rd-congo-le-massacre-d-un-peuple-139469#:~:text=de%20millions%20de-,Congolais,-et%20autant%20de). Disponível em : <https://www.agoravox.fr/actualites/international/article/rd-congo-le-massacre-d-un-peuple-139469#:~:text=de%20millions%20de-,Congolais,-et%20autant%20de>. Acesso em 12 dezembro de 2022.

Etiópia, Eritreia). A anexação do Kivu resolveria o problema da exiguidade do território ruandês e sua tensão demográfica (NGBANDA, 2004). Em outras palavras, trata-se de desafogar o território ruandês despejando parte de sua população em Kivu para depois anexá-lo a Ruanda. Para todos os regimes políticos, sem exceção, que se sucederam no poder em Kigali (capital de Ruanda), a parte oriental da RD Congo, que possui grandes terras ricas em pastagens e minerais preciosos, continua sendo a única alternativa ao seu problema.

Na mesma perspectiva, o ex-assistente especial do representante especial do secretário-geral da ONU em Ruanda em 1994, M Gilbert Ngjlo (1998), confirma o projeto tutsi nestes termos:

a ocupação de vilas e localidades nas províncias zairenses de Haut-Zaire, Sul do Kivu e todo o Zaire pelos "Banyamulenge" não foi coincidência. Foi o resultado de uma ação concertada, a continuação lógica de um processo que visava inicialmente alargar o espaço habitacional do Uganda e sobretudo do Ruanda e do Burundi, com vista talvez a uma possível criação deste estado tutsi na região vulcânica... (p. 140).

Segundo o G. Ngijol (1998), “neste caso, tratar-se-ia apenas da realização do antigo sonho de 1950 do chefe tutsi Bisengimana, o da criação de um Estado tutsi. Portanto, de acordo com o G. Ngijol sempre:

a sucessão de acontecimentos nos países da região dos Grandes Lagos mostra hoje que esse projeto antes utópico e improvável pode se tornar realidade porque, de fato, sua realização começou efetivamente com a tomada do poder em Uganda por um Hima na pessoa do presidente Museveni. Continuou em Ruanda com a tomada do poder pelo RPF, o partido político armado tutsi. Quanto ao Burundi, seu exército, instrumento privilegiado de poder, sempre foi dominado pela minoria tutsi desde a descolonização. (p. 140.)

Por sua vez, Colette Braeckman afirma que:

após a queda de Mobutu em maio de 1997, um dos primeiros projetos do presidente de Uganda, Yoweri Museveni, foi construir uma estrada ligando a cidade congoleza de Kisangani a Kampala. Para os ugandenses, Kisangani é a chave para a floresta equatorial e seus imensos recursos madeireiros. [...] O Ruanda, por sua vez, sonhava assegurar em solo congolês “um vasto hinterland onde pudesse instalar a sua população transbordante vivendo em condições exíguas (...). Acima de tudo, Kigali queria transformar Kivu em uma zona de

exploração econômica (Colle Braeckman apud TIDIANE DIOH, 2003, p. 112).

O próprio Kagame nunca escondeu suas intenções para a realização desse sonho tutsi e suas ambições hegemônicas. Ao iniciar a fase final da conquista do poder em 1994, ele confidenciou ao comandante da missão da ONU em Ruanda, general Dallaire, que «o RPF iria impor uma hegemonia tutsi na região dos Grandes Lagos da África (DALLAIRE, 2003, p. 218). Além disso, em 20 de junho de 1981, alguns membros da rede tutsi estabelecida no Zaire enviaram correspondência ao secretário-geral da ONU «para informá-lo de que consideravam o Zaire sua "pátria de fato e de direito" e se opunham formalmente à decisão de revogação a lei de 1972 » (PÉAN, 2010, p. 332). Nessa mesma carta, esses tutsi que vivem no Zaire há anos, porém, se identificam como representantes ou delegados das populações originárias de Ruanda; exigem que «de acordo com as populações das zonas, se organize a autodeterminação nas zonas de Goma, Rutshuru, Walikale, Masisi, Kalemie e Idjwi que, após o referendo sob a égide das Nações Unidas e da Organização das Nações Unidas Unidade, constituirá um estado à parte que deverá buscar reconhecimento internacional» (NGBANDA, 2004, p. 55).

Contrariando a Carta da Organização da Unidade Africana cujo artigo 3º estipula a inviolabilidade das fronteiras herdadas da colonização, a tese defendida pelos signatários da carta de 20 de junho de 1981 levou o ex-presidente ruandês Pasteur Bizimungu a exigir «a revisão das linhas da fronteira entre Ruanda e RDC, ao insinuar que a RDC deveria devolver parte do território ruandês» (NGBANDA, 2004, p. 52). No entanto, esta tese é falsa. Dois detalhes para restaurar a verdade dos fatos e ser convencido. Do ponto de vista histórico, hoje não há dúvida de que «todos os livros de história e todos os arquivos coloniais provam que as áreas de Rutshuru, Masisi, Kalehe e Walikale sempre foram ocupadas [...], notadamente o Havu, o Nande, o Nyanga. Essas populações constituíram reinos que nunca dependeram de Ruanda» (NGBANDA, 2004, p. 53; ver também MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 526).

No que diz respeito às linhas fronteiriças entre a RDC e o Ruanda, contrariamente às falsas alegações dos ruandeses que afirmam que o Ruanda perdeu parte do seu território a favor da RDC, um mapa de 1885 retirado da *Encyclopédie*

du Congo Belge Volume I, Edição Bieleveld Bruxelas 1959, mostra claramente que os dois lagos (Albert e Edouard), que mais tarde tomarão os nomes de Idi Amin e Mobutu, estavam ambos inteiramente em território congolês. «Boa parte da atual Ruanda estava em território congolês até 1910, quando novas negociações reduziram o território do Congo Belga do grau 30 aos dois lagos acima mencionados» (NGBANDA, 2004, p. 53). Além disso, em 1959, um delegado do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados dirigiu-se aos refugiados ruandeses de Lemera, Mulenge e Katobo nestes termos: «Pedimos que permaneçam estritamente neutros. Você recebeu asilo no Congo, com a condição de não se preocupar com política de forma alguma. Se alguém vier buscar seu apoio, você deve responder que como estrangeiros, refugiados e hóspedes da República Democrática do Congo, [...] vocês não devem participar de qualquer movimento político» (NGBANDA, 2004, p.55). Mas, vinte anos depois, os mesmos ruandeses, qualificados, com razão, pela ONU como estrangeiros e hóspedes da RDC, «reivindicam autodeterminação para constituir um Estado à parte!» (NGBANDA, 2004, p.55).

Mais recentemente, a conclusão de uma investigação de especialistas da ONU é inequívoca sobre o assunto:

O envolvimento de Ruanda na orquestração da rebelião do M23 torna-se mais compreensível quando entendido como um vetor determinado e calculado para levar à criação de um estado federal autônomo no leste do Congo. Tem havido especulações sobre se o envolvimento de Ruanda foi ditado por interesses de segurança, seus interesses econômicos ou laços étnicos e culturais, a motivação para criar um estado federal no leste do Congo parece incorporar todas essas outras preocupações. (HEGE, Steve, 2012).

Este inquérito de especialistas da ONU confirma nossa convicção intrínseca de que as inclinações expressas pela rede tutsi no Congo-Zaire desde os anos 1970 e 1980 são inseparáveis das sucessivas guerras de agressão travadas por Kagame e Museveni contra a RD Congo desde 1996. «Porque eles perseguem um e o mesmo objetivo: a ocupação da parte oriental da RDC para sua anexação e exploração» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 396).

Refira-se que, para concretizar suas ambições expansionistas, o 23 de outubro de 1996, num hotel de Lemera, não muito longe da fronteira ruandesa, o Ruanda, o Burundi e o Uganda assinaram acordos com o movimento de agressão

do Zaire/Congo, em conhecimento da Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo (AFDL) de que são patrocinadores. O Artigo. 4 dos referidos acordos prevê que «a Aliança se compromete a ceder 300 quilômetros às fronteiras congoleesas, dentro do país, para proteger seus vizinhos de Uganda, Ruanda e Burundi contra a insurgência rebelde». O Artigo 7, por outro lado, estipula que «a nacionalidade congoleesa será concedida coletivamente aos camaradas “Banyamulenge” e às demais populações de origem ruandesa estabelecidas no país antes da data da independência do Congo-Kinshasa (30 de junho de 1960)» Ou seja, o eixo Ruanda-Burundi-Uganda apoia Laurent-Désiré Kabila e, em contrapartida, a AFDL, representada por Laurent-Désiré Kabila, mas controlada e dirigida na realidade pelos ruandeses, concede a nacionalidade congoleesa aos ruandeses, burundeses e ugandenses Tutsis que vivem no Congo e cederam parte do território congolês em benefício de Ruanda, Burundi e Uganda.

Ao mesmo tempo, enquanto a tensão aumentava perigosamente na fronteira ruandesa-zairense, durante uma coletiva de imprensa, Bizimungu, então presidente de Ruanda, explicou em mapas que «a região habitada pelo “Banyamulenge” já foi ruandesa» (AFP, 1996). O presidente gabonês, o falecido Omar Bongo, criticou esta pretensão arrogante dos tutsis de dominar a parte oriental do Congo-Zaire. A um jornal parisiense *Le Monde* do (BUSCAR A DATA), ele declara que «os tutsis controlam o poder em Ruanda e Burundi e agora dão a impressão de querer criar outro país tutsi na província de Kivu». Poucos dias depois, os Banyarwanda (Banyamulenge) e seus primos do APR (Exército Patriótico Ruandês), dispersos sob o manto das AFDL, atacaram a RD Congo, na sua parte oriental. Muito rapidamente, auxiliado pelos serviços de inteligência americanos, a CIA e o Pentágono, a AFDL ocupou a cidade de Goma. Assim que a cidade de Goma caiu nas mãos dos agressores tutsis, uma grande campanha nas mídias começou. Toda a imprensa ocidental veicula a propaganda ruandesa para dar crédito à tese de uma rebelião contra o Zaire que seria liderada por “Banyamulenge”, portanto zairenses. Em outras palavras, a propaganda ruandesa e ocidental, numa cumplicidade comum e criminosa, procura fazer crer à opinião internacional que a guerra no Congo é um assunto congolo-congolês. E neste caso, o Capítulo 7 da Carta das Nações Unidas que prevê ações «em caso de ameaça à paz, violação da paz e ato de agressão» não se aplicaria, porque seria um assunto para os congolese entre eles mesmos.

O que fica por dizer no discurso desta campanha mediática é muito claro: só devem ser aplicados mecanismos internos adequados à resolução de crises entre cidadãos. Qualquer intervenção da ONU, por exemplo, seria vista como interferência em um conflito interno. E, no entanto, os banyamulenge não existem. O termo «“Banyamulenge” não é utilizado no Kivu do Norte para designar os zairenses de origem ruandesa, mas sim o de “Banyarwanda”» (MBEKO, 2012, p. 447). Para ser muito mais preciso e claro, não existem tutsis congolese. Os chamados banyamulenge são na verdade os Banyarwanda, ou seja, populações de origem ruandesa. O atual Ministro da Defesa de Ruanda, General James Kabarebe, afirma durante uma conferência na Université Libre de Kigali que «os famosos “Banyamulenge não existem. Os chamados Banyamulenge são, na verdade, ruandeses “porque falam kinyarwanda e têm cultura ruandesa» (KIBEL BEL OKA, 2005, p. 260). O General Kabarebe acrescenta a isso deplorando, em suas próprias palavras, «o oportunismo e o complexo de nacionalidade» (KIBEL BEL OKA, 2005, 260-261) dos chamados Banyamulenge. Recorde-se que quando proferiu este discurso, «estava acompanhado de Azarias Ruberwa, outro “Banyamulenge” do RCD, antes de ocupar o cargo de vice-presidente da República Democrática do Congo em 2003» (MBEKO, 2012, p. 460).

É exatamente neste momento da história recente da República Democrática do Congo que a tragédia do povo congolês assume uma nova forma. De fato, através do movimento de agressão, AFDL, duas grandes convulsões ocorreram na região dos Grandes Lagos da África, particularmente no Congo-Zaire. Por um lado, as potências patrimoniais, lideradas pelos Estados Unidos e seus aliados anglo-saxões, contam com suas marionetes ruandeses e ugandenses para colocar as mãos no patrimônio congolês, como mostramos acima. Por outro lado, os regimes do Ruanda e do Uganda aproveitam esta guerra de agressão contra a RD Congo para concretizar seus objetivos expansionistas, cometendo de passagem um genocídio congolês, até agora esquecido pelo mundo, como recordou o Papa Francisco durante seu discurso no jardim do Palais de la Nation em Kinshasa, em 31 de janeiro de 2023. Várias fontes concordantes estimam que mais de 10.000 milhões de congolese tenham sido massacrados pelas potências patrimonialistas, os Estados Unidos na liderança, com seus proxy ruandeses, ugandenses e do Burundi (MBEKO & NGBANDA, 2014; JUDI REVER, 2020).

Para concretizar seu plano macabro, Kagame e seus aliados dedicaram-se a consolidar poderosas redes tutsis a todos os níveis das estruturas política, económica, financeira e social do estado zaireense, hoje conhecido como RD Congo. O seu objetivo era primeiro controlar as estruturas do estado zaireense, depois desestabilizar as instituições em todo o país. Em outras palavras, como refere Honoré Ngbanda (2004), «desmantelar todo o sistema de funcionamento do Estado para enfraquece-lo, com a intenção de controlá-lo e explorá-lo excessivamente, tal é a estratégia implementada em Kigali» (p. 43). Longe disso. Todas essas guerras de agressão se tornarão cada vez mais guerras de ocupação. Para melhor controlar a riqueza congoleza, a ocupação dos territórios congolezes torna-se uma estratégia e uma necessidade.

4. 2. As guerras da AFDL: guerras de agressão e ocupação propriamente ditas do Congo

A guerra de agressão de 1996 e o sua retomada em 1998 contra o Congo/Zaire pelas potências patrimonialistas ocidentais, sob a coberto de “rebeliões”, são também uma guerra de ocupação da RD Congo com vista à sua balcanização. De fato, a partir de outubro de 1996, antes do início das hostilidades contra o Congo/Zaire, a conselho de especialistas americanos, os presidentes ugandense Museveni e Ruanda Kagame criaram «uma estrutura político-militar que deveria cobrir a expedição das potências patrimonialistas no Congo-Zaire» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 332), a saber: Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo (AFDL). A AFDL é composta principalmente por «soldados ruandeses, ugandenses e burundianos, mas também por jovens “banyamulenge” recrutados pela RPA e treinados pela DIA (*Defense Intelligence Agency*)» (BAROUSKI, 2007; MBEKO, 2012, p. 448); é dirigida por Laurent-D Kabila, um congolês de origem. A presença de Laurent-D Kabila à frente da AFDL foi uma forma dos invasores do Congo darem a esta guerra de agressão toda a aparência de uma rebelião e assim evitarem qualquer condenação da agressão de um país soberano (Zaire) por exércitos regulares de países membros da ONU e da União Africana. Trata-se também, por esta congolização da agressão do Congo, de permitir que os americanos e os extremistas ruandeses e ugandenses não sejam

automaticamente identificados como responsáveis de ações de desestabilização ou pilhagem da RD Congo, de um lado, e por outro lado, culpar os oportunistas congoleseos pelos crimes dos americanos e seus mandatários, usados contra os interesses vitais de seu próprio país, o Congo. Nesta expedição militar contra o Congo, Laurent-Désiré Kabila é considerado pelos agressores do Congo como «uma pessoa maleável, uma espécie de marionete que podiam manipular à vontade e que devia trabalhar servilmente no respeito dos objetivos secretos dos Estados Unidos, mas também Ruanda e Uganda (MBEKO & NGBANDA, 2014).

Nessas condições, Laurent-Désiré Kabila era «uma simples tela para a propaganda das mídias e dos poderes patrimonialistas cuja missão era camuflar a agressão sob o termo “rebelião”» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 341-343), ou seja, fazer com que a guerra de agressão contra o Zaire pareça uma «rebelião zairense liderada por opositores zairenses da ditadura de Mobutu» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 335), conforme apontamos acima. Porque, de facto, «na cadeia de comando da guerra, as ordens vinham diretamente de Kigali e passavam pelos oficiais ruandeses, tudo sob a supervisão do Pentágono americano» (Cf. O documentário *L'Afrique en morceau*, 2000; MBEKO & NGBANDA, 2014, pp. 341-343).

Mas a escolha de Laurent-D Kabila não significa que os Estados Unidos tenham total confiança nele. O embaixador dos Estados Unidos em Kinshasa na época da guerra de 1996, Dan Simpson, confirmará isso a Honoré Ngbanda, conselheiro especial de segurança de Mobutu na mesma época, que repreendeu os americanos por terem jogado seus devolutos em LD Kabila para liderar o Zaire: «Quem te disse que Kabila se tornou nosso amigo? Agora precisamos dele. Mas vamos acertar a conta dele quando acabarmos com ele. No momento, ele é o homem de que precisamos! Sabemos que ele não tem perfil para governar este país» (NGBANDA, 2004, p. 2012). Isso é o que eles farão de fato em 16 de janeiro de 2001. Voltaremos a isso. Mas uma vez aceito pelos americanos, Laurent-Désiré Kabila se beneficia dos conselhos dos americanos e se envolve com um grupo de congoleseos que vivem nos Estados Unidos, em particular Victor Mpoyo, um rico empresário congolês e amigo de Bill Clinton. Laurent-Désiré Kabila e todo o seu grupo eram liderados por «Ruanda e Uganda, todos sob a supervisão direta, mas discreta, dos Estados Unidos» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 341-342).

Como se pode ver, a guerra de 1996 contra a República Democrática do Congo não foi, portanto, uma rebelião iniciada e organizada pelos opositores congolese de Mobutu, unidos por seu líder Laurent-Désiré Kabila, para libertar o povo congolês da ditadura e estabelecer um regime democrático. Trata-se de uma expedição militar de uma coalizão de vários exércitos africanos liderados por potências patrimonialistas ocidentais, Estados Unidos na cabeça. Em 17 de maio de 1997, os exércitos invasores entraram na capital Kinshasa, o último reduto do regime ditatorial de Mobutu, e tomaram o poder. Neste Congo conquistado, vários tutsis ruandeses são impulsionados para posições estratégicas dentro do aparato estatal congolês e dos serviços de inteligência civis e militares. Com exceção de Laurent-Désiré Kabila, o recém-proclamado Presidente da República que é um autêntico congolês, todos os outros são ruandeses que têm grande prazer em se autodenominarem banyamulenge. Entre eles estão a segunda personalidade do país Deo Gratias Bugera, o chefe de gabinete do presidente Moise Nyarugabo, o ministro das Relações Exteriores Bizima Karaha, o assessor do presidente em assuntos econômicos Michel Rudatenguhe. O caso mais flagrante continua sendo o do comando do estado-maior do exército congolês. Este último é fornecido pelo ajudante de campo do general Kagame, coronel James Kabarebe. Esses indivíduos mantiveram uma ligação constante com o poder de Kigali. Além disso, todos esses ruandeses «juraram de coração ser autênticos congolese. Mas, na verdade, servem como instrumentos políticos para o controle a distancia do novo poder congolês por Ruanda» (MBEKO, 2012, p. 449). E, no entanto, os vermes mais perigosos estão na fruta, diz um provérbio congolês.

Na capital como no resto do país, os soldados ruandeses instauraram uma política de terror: «comportam-se com arrogância, matam à toa, monopolizam os bens dos cidadãos pacíficos. Eles confiscam vilas. Eles estão enviando centenas de carros de luxo roubados de seus donos para Ruanda. Os congolese têm a impressão de serem colonizados em casa» (MBEKO, 2012, p. 450). Situação que levou Etienne Tshisekedi, o grande opositor de Mobutu, a afirmar que seu «irmão Kabila é refém dos tutsis ruandeses» (MBEKO, 2012, p. 450).

Todos os meios são absolutamente necessários para subjugar os congolese. Além disso, para as potências patrimonialistas, a República Democrática do Congo deve se abrir ao liberalismo econômico preconizado por Washington. O

administrador da agência americana de desenvolvimento (USAID) afirmou em 16 de julho de 1997, perante os membros do comitê de relações internacionais do Congresso americano: «Se este governo rejeita as noções de livre comércio e democracia aberta, fá-lo-á sem assistência dos Estados Unidos» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 344-345). Em linguagem decodificada, Laurent-Désiré Kabila deve concordar em abrir o mercado de recursos do solo e do subsolo congolês ao capital americano, de acordo com seus compromissos quando foi recrutado. Mas, defensor do nacionalismo real, Laurent-Désiré Kabila não pretende se deixar ditar pelo que deve fazer; recusa-se a adotar a terapia econômica das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), do Banco Mundial e do FMI. Ele renuncia aos compromissos assumidos em outubro de 1996 no Lamera de ceder grande parte do leste do país.

Além disso, Kabila e seu governo de segurança pública estão iniciando um processo de questionamento de um certo número de acordos concluídos com mineradoras estrangeiras e descritos como "desequilibrados". A maioria dos contratos leoninos concluídos às pressas foram, de fato, escrutinados. Por toda a parte no Congo, assistimos à submissão das empresas mineiras que apoiaram a aventura bélica da AFDL. Os protestos enérgicos de todas as mineradoras afetadas por esta medida e das chancelarias ocidentais não vão mudar nada. Por outro lado, Laurent-D Kabila confia a exploração do cobalto congolês à empresa chinesa de metais não ferrosos convidada a instalar-se no sítio de Kolwezi ao lado da multinacional anglo-americana; estabelece relações privilegiadas com a Coreia do Norte (MBEKO & NGBANDA, 2014).

Diante do descontentamento dos congoleses contra os invasores ruandeses, ele ordenou, em 11 de julho de 1998, a saída imediata de Kinshasa de todos os conselheiros militares ruandeses e estrangeiros que se tornaram incômodos e até intrusivos no Congo. «Vários oficiais ruandeses presentes em Kinshasa desde a chegada da AFDL foram substituídos por soldados congoleses de Katanga» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 349). Kabila recusa, assim, estar à frente de um Estado «sob tutela e, muito simplesmente, deseja restaurar o Zaire, que se tornou a RDC, na sua soberania, começando por reabilitar as infraestruturas básicas e o aparelho de Estado» (PÉAN, 2010, p. 391).

Nessas condições, os extremistas tutsis ruandeses e seus protetores americanos julgam Laurent-Désiré Kabila intratável e pouco maleável. Os poderes patrimonialistas percebem que apostaram em um cavalo mau. Edward Marek, um ex-oficial militar dos EUA bem relacionado nos círculos de poder em Washington, confirma nossa análise nestes termos:

Laurent-Désiré Kabila adota uma atitude de independência em relação ao Ocidente. Esta atitude tem enormes consequências a longo prazo para toda a África Central e para as relações ocidentais com esta região. Temos que admitir que estamos extremamente desapontados com este desenvolvimento no Congo. Certamente não era isso que prevíamos quando tentamos eliminar Mobutu do cenário político do Zaire. Se soubéssemos na época que esse seria o rumo que o Congo tomaria, teríamos abordado as coisas de maneira diferente durante esse processo de marginalização. (Cf. News Congo Net, 3-4 de fevereiro de 1998).

Como podemos ver, americanos, ruandeses, ugandenses e grupos de mineração estão desapontados. E foi dessa decepção que nasceu a segunda guerra ocidental contra a República Democrática do Congo, em 2 de agosto de 1998. A supervisão das operações militares dessa guerra foi assegurada por «conselheiros militares negros americanos que eram membros das Forças Especiais, que havia instalado, a leste, na ilha de Idiwi, no lago Kivu, um grande centro de comando e coordenação de operações» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 356). Os Estados Unidos foram, portanto, o esteio da operação militar lançada pela coalizão ruandesa-ugandense. Ruanda e Uganda não poderiam atacar a República Democrática do Congo por conta própria. Eles não tinham nem a habilidade nem os meios. O objetivo não reconhecido desta segunda expedição americano-ruanda, com o mesmo *modus operandi* da primeira, é «reconquistar a RDC, dirigi-la à distância e compensar os suculentos contratos de mineração perdidos após a reviravolta de Laurent Désiré Kabila que teve que ser punido por sua imprudência e sua “traição”!» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 363). Um oficial de inteligência ruandês confidenciou a Colette Braeckman: «Os americanos nos pediram para remover Kabila, que não combina com eles» (BRAECKMAN, 2010, p. 392). E o jornalista belga sublinha:

A eclosão da guerra em 2 de agosto de 1998 não surpreendeu ninguém, nem nos Estados Unidos nem na Europa. Até os africanos sabiam disso. Mas todos fingiam acreditar que se tratava de uma rebelião contra o poder autoritário de Kabila, quando na verdade era uma guerra por procuração que se iniciava, procurada por potências fora da África e

levada a cabo por combatentes locais (BRAECKMAN, 2010, p. 392-393).

Este conflito será muito mais mortal do que o anterior. Envolve quase oito países africanos, daí a qualificação de "Primeira Guerra Mundial Africana": «Angola, Namíbia, Zimbábue [...] empresas estrangeiras, em primeiro lugar AMFI» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 351-352). Poucos dias depois, o ruandês James Kabarebe, o novo chefe do estado-maior das forças ruandesas, lançou uma ofensiva em Kivu e culpou um movimento supostamente rebelde, chamado RCD-Goma (*Rassemblement congolais pour la démocratie, com sede em Goma*) encabeçado por Ernest Wamba dia Wamba, um congolês de origem. Este último será substituído mais tarde por um tutsi ruandês, Azarias Ruberwa. Como podemos ver, os americanos e seus representantes Kagame e Museveni decidiram consolidar a agressão do Congo contando com a insatisfação de alguns congoleses em relação a Kabila, entre os quais os líderes Ernest Wamba dia Wamba, Émile Ilunga Kalambo, Adolphe Onusumba Yemba, para não aparecer como instigadores da desestabilização e ocupação da RD Congo. Mas, na verdade, «o RCD-Goma é pura criação de Paul Kagame, em conluio com os americanos. Soldados do RCD-Goma se abastecem em Ruanda» (PÉAN, 2010, p. 393).

Além disso, todas as decisões do movimento são tomadas em Ruanda. Melhor ainda, «todos os serviços de inteligência civil e militar do RCD estavam sob o controle absoluto dos extremistas tutsis em Ruanda» (ONANA, 2020, p. 157). O EIB, de origem congolesa, citado por Onana (2020), que integrou a segurança do RCD-Goma, afirma que «o RCD-Goma não podia fazer nada sem a aprovação de Kigali. Foi o Ruanda que nos deu as ordens» (p. 158).

Na entrevista que concedeu a Honoré Ngbanda em 23 de dezembro de 2013, o coronel Patrick Karegeya, ex-chefe da inteligência estrangeira de Ruanda, declarou que:

Invadir o Congo uma segunda vez, em tão pouco tempo, quando Ruanda era suspeito de ter massacrado os refugiados, certamente suscitaria reprovção internacional. Foi assim que se decidiu adicionar congoleses à frente de um movimento armado que na verdade era apenas um ramo das Forças de Defesa de Ruanda, para pilotar as novas operações de Kagame no Congo (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 353).

Na mesma entrevista, o coronel Patrick Karegeya também confirma o envolvimento «amplamente documentado» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 354) das potências patrimonialistas ocidentais, particularmente americanas, no conflito. E segundo as declarações do antigo procurador-geral ruandês, membro do núcleo fundador do RPF, Gérard Gahima, rompendo com Kigali, «Kagame [...] queria governar o Congo à distância, o que Kabila recusou» (Le carnet de Colette Braeckman, 29 de dezembro de 2010; MBEKO, 2012, p. 453). Durante uma longa conversa casual em Libreville, o próprio Laurent-Désiré Kabila confirmou as inclinações e audácia de Kagame para dominar a República Democrática do Congo e governá-la a partir de Kigali: "Esta gente é insuportável, são criminosos... dizendo [...] que podiam colocar quem quisessem na cabeça do estado, designar um gabinete ministerial» (MBEKO, 2012, p. 453).

Robert Gribbin (2005), o embaixador dos EUA em Kigali, acrescenta ainda: «Reconhecemos que o RCD é um intermediário dirigido, em muitos aspectos, de Kigali» (GRIBBIN, 2005, p. 283). Além disso, uma fonte ruandesa anunciou ao embaixador americano que «Ruanda se retirará assim que um regime responsável for estabelecido em (Kinshasa)» (GRIBBIN, 2005, p. 279). Alguns dias depois, o próprio Kagame anunciou ao embaixador americano que «Ruanda sente o dever de apoiar (a “rebelião de Banyamulenge”) com base na solidariedade étnica, mas também de retificar o erro cometido ao colocar Laurent-Désiré Kabila no poder» (Robert Gribbin, E., 2005, p. 280). Durante a guerra de 1998, Ruanda se beneficiou diretamente da exploração de minerais no leste da RDC. «Diversas fontes estimam que entre o final de 1999 e o final de 2000, o Exército Patriótico Ruandês sozinho obteve receitas de pelo menos \$ 20 milhões por mês no Congo» (ONANA, 2020, p. 157). Nos relatórios da ONU de 2001, 2002, 2003 e 2008, Ruanda é identificado como invasor e saqueador dos recursos do Congo. E entre esses recursos, encontram-se, entre outros, ouro, madeira, diamantes e coltan. Enormes cargas cheias de coltan são transportadas, dia e noite, do leste do Congo para Ruanda. Uma vez em Kigali, onde as potências patrimonialistas e suas multinacionais se abastecem, «essas cargas são então encaminhadas de barco para a Bélgica, em particular para o porto de Antuérpia ou de Ostende. O destino final é a cidade de Hamburgo, na Alemanha, ou a de Ulba, no Cazaquistão, onde o coltan roubado das

minas do Congo é confiado para processamento a fábricas especializadas» (ONANA, 2020, p. 158-159-160).

Além disso, para derrubar rapidamente Laurent-Désiré Kabila e substituí-lo por outro congolês que estaria submetido aos americanos, ruandeses e ugandenses, graças ao apoio americano, os invasores lançaram uma ousada operação aérea, uma ponte aérea entre o Oriente (Goma) e o Atlântico – onde estão dois navios americanos, com 3.500 homens a bordo – para ali despejar, em poucos dias, milhares de soldados ruandeses e ugandenses que deveriam voltar para tomar a capital, Kinshasa. Em pouco tempo, as tropas ruandesas ocuparam as bases militares de Kitona e Mbanza-Ngungu e conquistaram as cidades de Matadi, Boma e arredores. Em 13 de agosto, o complexo hidrelétrico de Inga foi ocupado, a eletricidade foi cortada, a rota de abastecimento para Kinshasa foi bloqueada e toda a capital caiu sob o cerco das tropas ruandesas. «Hospitais são privados de eletricidade, dezenas de bebês morrem em incubadoras e centenas de pacientes morrem em salas de cirurgia ou em salas de emergência de hospitais privados de eletricidade» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 356). L.-D. Kabila só recuperará o controlo da situação graças à mobilização do povo congolês e à ajuda militar da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), à qual a República Democrática do Congo se juntou. Assim, no dia 19 de agosto, conforme recomendado pelo órgão de segurança e defesa da organização em caso de agressão externa contra um dos países membros, «a SADC autoriza o destacamento de uma força militar para apoiar um exército congolês em declínio» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 357).

A intervenção das tropas da SADEC com Angola e Zimbabwe na liderança, infligiu aos negros de serviço americanos, não uma simples derrota, mas uma derrota humilhante. «O coronel Kabarebe, que comandava as tropas ruandesas é feito prisioneiro» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 358). Paul Kagame instruirá seu embaixador em Washington, major Théogène Rudasingwa, a pedir aos americanos que pressionem os angolanos para que soltem as tropas ruandesas apanhadas em flagrante pelas tropas de Luanda (RUDASINGWA, 2013, p. 218.). A secretária de Estado Madeleine Albright instruirá o embaixador americano em Harare, Thomas McDonald, a buscar uma saída “honrosa” para as unidades ruandesas e ugandenses presas no Bas-Congo (MBEKO & NGBANDA, 2014).

Como se vê, a intervenção de altos funcionários da administração norte-americana engajados em negociações tão delicadas para a libertação dos soldados ruandeses e ugandenses é prova eloquente e suficiente de que os agressores ruandeses e ugandenses estão agindo sob instruções dos Estados Unidos. «Que o número três da superpotência americana fique “molhado” para salvar criminosos de guerra, prova indiscutivelmente que esse caso é de origem americana», afirma o autor belga Ludo Martens (MARTENS LUDO, 2002, p. 382). Além disso, os dois aliados no saque de recursos da República Democrática do Congo, Ruanda e Uganda, estão brigando sobre o compartilhamento do patrimônio congolês. O Uganda acusa o Ruanda de controlar sozinho, através de RCD, os recursos mineiros e florestais que explorou nas regiões sob ocupação. Em maio de 1999, uma grave alteração entre o coordenador executivo do RCD, o ex-mobutista Lunda Bululu, e Ernest Wamba dia Wamba obrigou este último a deixar Goma para se instalar em Kisangani. Museveni aproveitou essa sorte inesperada para colocá-lo sob sua proteção e criar um novo ramo do RCD chamado RCD-Kisangani (RCD-K). «Uganda e Ruanda se enfrentarão violentamente em Kisangani, através dos dois RCDs interpostos. Vários milhares de civis congoleses foram mortos durante essa carnificina» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 364).

Entretanto, os Estados Unidos da América obrigam Laurent-D Kabila a assinar os acordos de Lusaka que ratificam os dois movimentos de agressão apoiados por Kigali e Kampala e reconhecem aos agressores ruandeses o estatuto de forças democráticas. Um diálogo nacional para uma transição democrática, com o objetivo final de derrubar Kabila, está em andamento. No entanto, os Estados Unidos da América, Museveni e Kagame vão usar contra Laurent-D Kabila a estratégia de *talk and fight* (falar e lutar): negociar um acordo de paz não impede continuar a falar com armas. Após a assinatura do acordo de Lusaka, eles não desistiram de tentar derrubá-lo pela força. Em 16 de fevereiro de 2001, Laurent D Kabila foi assassinado em seu Palácio pelos mesmos poderes patrimonialistas. L-D Kabila é imediatamente substituído por um ruandês Tutsi Joseph Kabila como Presidente da República.

Após o assassinato de L.-D. Kabila, a pretexto de pôr fim definitivo à guerra na RD Congo, pelo menos oficialmente, os Estados Unidos da América impõem aos congoleses um diálogo na África do Sul, denominado diálogo intercongolês.

Mas este diálogo é apenas intercongolês no nome, especialmente porque será o instrumento de ocupação e infiltração em todos os níveis da administração congoleza, do exército e dos serviços de inteligência. No final do acordo assinado entre os beligerantes em Sun City, na África do Sul, Azarias Ruberwa, um tutsi ruandês à frente do RCD-Goma, será designado «Vice-presidente da República Democrática do Congo encarregado da Defesa» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 366-367). Joseph Kabila aproveitou sua posição política para «injetar nas Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) vários oficiais tutsis ruandeses em posições estratégicas de comando» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 367). Vários outros soldados do exército ruandês e ugandense, as mesmas pessoas que massacraram, mataram de fome e mergulharam milhões de congolezes na miséria, se juntarão às fileiras do Exército Nacional Congolês. Eles serão como um enorme Cavalo de Tróia de Ruanda e potências patrimonialistas no exército nacional congolês. Não há dúvida de que na estratégia dos Estados Unidos da América e de seu proxy Kagame no Congo, «o exército continua sendo o instrumento de conquista por excelência para controlar contínua e definitivamente os ricos territórios de Kivu» (MBEKO, 2012, pp. 462-463). Além disso, «com base na análise de numerosos documentos e testemunhos orais, o Grupo de Peritos acredita que a presença de Ruanda na República Democrática do Congo visa aumentar o número de ruandeses que estão no leste do país e encorajar aqueles que já se estabeleceram lá a unirem seus esforços para ajudar Ruanda a exercer seu controle econômico. (RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE PERITOS, 2001, 2002, 2008).

A este respeito, importa referir que todas as outras operações e guerras de agressão planejadas e orquestradas pelas potências patrimonialistas contra a República Democrática do Congo e que ocorrerão ainda mais tarde durante o regime de Joseph Kabila terão sempre a mesma finalidade: incentivar a infiltração e perpetuar a ocupação da República Democrática do Congo pelos tutsis ruandeses e ugandeses, etc., com vista à balcanização do Congo e ao saque de seus recursos naturais. É o caso, em particular, da falsa rebelião denominada “Congresso Nacional para a Defesa do Povo” (CNDP) de Laurent Nkundabatware Mihigo conhecido como Laurent Nkunda, criada em Masisi em 2006, por iniciativa e com o apoio de Ruanda. Esse novo movimento político-militar foi criado sob o falso

pretexto de querer «proteger os tutsis ruandeses que vivem em Kivu contra as ameaças dos “genocidas hutus” das FDLR» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 367). Para atingir seus objetivos, ou seja, infiltrar-se no exército e ocupar as instituições congoleesas, Kagame usa a mesma estratégia do passado: consolidar o movimento agressor do Congo, provocar o caos para ir ao "diálogo" com vista a forçar acordos para permitir a infiltração de instituições congoleesas. Inicialmente composto principalmente por banyarwanda, foi, a partir de 2007, estendido para além do perímetro tutsi. Vários congoleeses foram assim recrutados e milhares de soldados ruandeses vieram como reforços. Este movimento assumirá o controle de todos os campos de mineração no leste. Ele se envolve em «crimes e estupros em massa de mulheres de todas as idades: velhos, jovens, crianças até bebês de alguns meses!» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 371). Em seu relatório no final de 2008, a ONU acusou o CNDP de ser responsável pelo massacre e execuções sumárias perpetradas em 5 de novembro de 2008, na localidade de Kiwanja localizada ao norte de Goma.

Enquanto isso, Laurent Nkunda adquiriu gosto por dinheiro e poder. Suas ambições políticas e militares estão se tornando cada vez mais um obstáculo aos interesses e planos de Paul Kagame, ele mesmo sujeito às ordens dos interesses ocidentais que o empregam. Kagame «o substituirá à frente do CNDP pelo General Bosco Ntaganda, um tutsi de Ruanda como ele» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 373). No final dos acordos de 23 de março de 2009, assinados em Goma entre o governo de Kinshasa e o CNDP, todos os ex-militares do CNDP integram a polícia e o exército congolês com suas fileiras como congoleeses (Cf. artigos 1.1 e 12.7 do o acordo), em particular «o General Bosco Ntaganda, comandante das tropas das FARDC em Kivu, Major General Masunzu Pacifique (número de registro 1719062307), Brigadeiro General Kahinzi Innocent (número de registro 172913617109) chefe de operações em Kivu do Norte, Kamanzi François (número de registro 174965700104), Padiri Muhinzi Jonas» (168946615482) (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 373). O mesmo será feito para a infiltração de instituições políticas. De acordo com o artigo 1.1.b. destes acordos, o CNDP decidiu "transformar-se em partido político e cumprir as formalidades necessárias para o efeito". Esta disposição permitiu que os quadros políticos ruandeses do CNDP obtivessem direitos políticos.

O General James Rabarebe, Ministro da Defesa do Ruanda, reconheceu publicamente o envolvimento do seu país neste processo de integração, infiltração ruandesa nas instituições congoleesas e mistura (BRAECKMAN, 2023). Ele declarou: «Em 2009, ajudamos a resolver o problema do CNDP, apoiando a integração de soldados no exército do governo [...]. O CNDP aderiu, portanto, na sequência de um acordo assinado em Nairobi, sob a supervisão dos Presidentes Obasandjo e Mkapa. Ruanda havia assim contribuído para um acordo...». Os peritos das Nações Unidas, através do seu relatório, confirmam a ocupação e a infiltração das instituições da República Democrática do Congo (Le RAPPORT FINAL DU GROUPE D'EXPERTS, 2008):

O Grupo de Especialistas da ONU tomou conhecimento de outras táticas usadas para ocultar a presença contínua de uma força armada subserviente em Ruanda. Fontes fidedignas informaram-no de uma iniciativa do Chefe do Estado-Maior do Exército Nacional Congolês, Major Sylvain Buki (um "Munyamulenge"), destinada a reorganizar as forças RCD-Goma de forma a integrar maior número de Exército Patriótico Ruandês homens em unidades do Exército Nacional Congolês e forças de defesa locais compostas por elementos pró-Ruanda. A maioria dessas unidades já foi liderada pelo Exército Patriótico de Ruanda e, com a reestruturação em andamento, muitos soldados do Exército Patriótico de Ruanda se juntarão às fileiras do Exército Nacional Congolês. [...] Com base na análise de numerosos documentos e testemunhos orais, o Grupo de Especialistas acredita que a presença de Ruanda na República Democrática do Congo visa aumentar o número de ruandeses que estão no leste do país e encorajar aqueles que já estão lá estabelecidos a unirem seus esforços para ajudar Ruanda a exercer seu controle econômico.

Além disso, para fortalecer a ocupação do Congo, Ruanda, sob os mesmos acordos, obtém a aquisição da nacionalidade congoleesa em favor dos infiltrados ruandeses no Congo. O Artigo 6.1 deste acordo insiste no “rápido retorno de pessoas deslocadas e refugiados congoleeses ainda presentes em países vizinhos aos seus locais de origem”. O artigo 8.2 deste acordo de 23 de março chega mesmo a propor "um modelo para a divisão do território nacional", ou seja, a criação no leste da RDC de uma tutsiland, um território ou um espaço reservado exclusivamente para “tutsis congoleeses” ou “banyamulenge”. No entanto, os tutsis congoleeses não existem. Também não há refugiados congoleeses originais em Ruanda ou Uganda. Esta é uma estratégia ruandesa para trazer para o Congo outras ondas de ruandeses e ugandenses que aspiram vir e se estabelecer permanentemente na RDC e adquirir lá a nacionalidade congoleesa. Por outro lado, «não há menção ao retorno para casa

de refugiados ruandeses e ugandenses que poluem a atmosfera social de paz na RDC com crimes de guerra e crimes contra a humanidade» (MKEBO & NGBANDA, 2014, pp. 378-379). Deve-se sublinhar que a maioria das áreas para onde esses estranhos refugiados congoleses de Ruanda estão retornando foram completamente esvaziadas de suas populações congolesas após as operações militares "Kimia II" contra os rebeldes ruandeses hutus das FDLR. Com efeito, «no momento em que a ONU estimava que cerca de 525.000 pessoas retornaram ao Kivu do Norte em 2009, durante o mesmo período, 600.000 pessoas também foram deslocadas após essas operações militares mencionadas, conduzidas conjuntamente pelas forças da ONU e do exército congolês, com o CNDP ao fundo» (MKEBO & NGBANDA, 2014, p. 379).

Nesse sentido, a 4ª guerra de agressão contra a RD Congo pelo movimento militar ruandês, denominado “Movimento de 23 de Março”, mais conhecido como M23, é também uma extensão do processo de balcanização do Congo. Na realidade, o M23 é a emanção do CNDP criado, sob a égide do Ruanda, o 6 de maio de 2012 por Paul Kagame. Quanto aos outros movimentos anteriores a ele, o M23 também será apresentado como uma "rebelião" de elementos do ex-CNDP que exigem a plena aplicação dos acordos assinados em 23 de março de 2009. Mas para dar ao movimento a aparência de uma real rebelião congolesa e criar um desvio, «os dirigentes do M23 alargam os objetivos políticos da sua luta e incluem a restauração da "verdade das urnas" a favor do candidato e opositor histórico congolês, Etienne Tshisekedi, enquanto o antigo CNDP de onde vieram fundiu-se com a plataforma política de “Joseph Kabila”, e apoiou-o fortemente nestas mesmas eleições contra o mesmo Tshisekedi» (MKEBO & NGBANDA, 2014, 387). O Mecanismo de Verificação Conjunta da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos revelou que após a derrota seguida da fuga de Bosco Ntaganda à embaixada americana em Kigali, os 500 soldados do seu "exército" juntaram-se ao acampamento do seu rival Sultani Makenga, enquanto 788 pessoas, incluindo 718 soldados de seu "exército" e 70 quadros políticos, retornaram no Ruanda em 15 de março, cruzando a fronteira de Kabuhanga e Gasizi.

Steve Heges, ex-coordenador do Grupo de Peritos das Nações Unidas que investigou na RD Congo, confirma a responsabilidade do Ruanda na concepção,

criação, equipamento e comando do M23 para controlar o território congolês nos seguintes termos:

Descobrimos que, desde o início da rebelião do M23, o governo de Ruanda forneceu apoio militar direto, facilitou o recrutamento, incentivou deserções do exército congolês e forneceu armas, munições, inteligência e assessoria política aos rebeldes. Nossas investigações concluíram que Ruanda, de fato, orquestrou a criação do M23 quando uma série de motins liderados por oficiais pertencentes ao antecessor do movimento, o *Congrès National pour la Défense du Peuple* (CNDP), foram reprimidos pelas forças armadas congolesas no início de maio. A nível estratégico, o Ruanda também liderou a angariação de fundos e a composição dos quadros políticos, até a nomeação da direção política do movimento, ditando-lhes diretamente as exigências a fazer prevalecer perante o governo congolês.

A ocupação da República Democrática do Congo pelos poderes patrimonialistas continuará de outras formas sob o regime de Joseph Kabila.

4. 3. O patrimonialismo icebértico de Joseph Kabila, reconfiguração de alianças num cenário de partilha de poder e perenização do sistema de ocupação do Congo

O patrimonialismo *icebertico* burocratizado é o que melhor caracteriza e explica o papel do verdadeiro cavalo de Tróia desempenhado por "Joseph Kabila" no processo de perpetuação da ocupação do Congo com vista à sua balcanização e ao saque sistemático do seu património pelos poderes patrimonialistas ocidentais. É um patrimonialismo onde a parte visível não é o depositário do poder real, mas sim uma marioneta, um peão (*un pawn*) ou um fantasma colocado à cabeça do país ou de uma organização que garante a figuração e os interesses dos verdadeiros decisores: os great leaders [grandes líderes] que constituem a parte invisível do iceberg. No caso da RD Congo, a parte invisível do iceberg é constituída pelas potências patrimonialistas, lideradas pelos Estados Unidos da América, Canadá e Grã-Bretanha. Como demonstramos acima, são essas potências patrimonialistas, predadoras e balcanizadoras que provocam as guerras assassinas na RD Congo. Elas são verdadeiras tomadores de decisão na trama da balcanização da República Democrática do Congo. Mas para perpetuar a ocupação da República Democrática

do Congo, não conseguindo balcanizar o Congo no futuro imediato, elas realizam seu plano maquiavélico através de três grandes tenores das potências políticas e militares tutsis da região: Kaguta Museveni, Paul Kagame e Kanambe alias “Joseph Kabila” (MBEKO & NGBANDA, 2014). Com efeito, «estes três homens formam um triunvirato poderoso que conseguiu planejar, organizar e executar as várias agressões contra Uganda (nos anos 1980), Ruanda (nos anos 1990) e a República Democrática do Congo desde 1996» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 407-408).

Neste sistema, os próprios Estados Unidos desempenham o papel de arquiteto, porque são eles os criadores artísticos do edifício (o projeto de balcanização e saque sistemático do patrimônio congolês) e quem lhe projetaram a estrutura, Ruanda e Uganda, sendo financeiramente e militarmente incapazes de atacar a República Democrática do Congo. Quanto a Kaguta Museveni e Paul Kagame, ambos desempenham o papel de "donos de projeto". Eles recebem e aplicam as diretrizes do arquiteto. Mais do que Museveni, Paul Kagame é o mestre do programa de ação para a realização do projeto americano. Enquanto "Joseph Kabila" é o mestre-de-obras, ou seja, o homem do campo, a parte visível do iceberg (MBEKO & NGBANDA, 2014). O presidente Sassou Nguesso do Congo Brazzaville sublinhou a ligação entre Joseph Kabila e Paul Kagame, e a dependência de Kagame em Washington: «Há um misterioso Joseph, que veio do nada e que, em poucos dias, teve as honras de Paris, Berlim, Bruxelas, Londres e Washington [...] Joseph Kabila é um cavalo de Tróia» (PÉAN, 2010, p. 418).

Assim, ao tomar posse como Presidente da República em 26 de janeiro de 2001, após o assassinato de L.-D. Kabila, Joseph Kabila, configura uma administração pública, mas cujos «elementos de legitimidade jurídico-burocrática podem ser apenas uma mera aparência» (VAN de WALLE, 1994, p. 131). O governo da República formado por Joseph, por exemplo, assemelha-se a uma assembleia de fantasmas sob a liderança de um primeiro-ministro que faz seu papel como um extra pago. Um estado fantasma então surge no Congo. Porque, o verdadeiro poder de decisão está localizado na parte invisível do iceberg. As decisões reais sobre a RD Congo e o controle das matérias-primas são tomadas pelas potências patrimonialistas, lideradas pelos Estados Unidos da América. O coronel Jacques Hogard, citado por Charles Onana (2020), explica o que viveu em Kivu, região da RD Congo: «Em Kivu, você tem Nkunda, tutsi do Congo e fantoche

de Paul Kagame, ele próprio presidente de Ruanda. Acima, puxando as cordas, encontramos Museveni, o ugandense e sua tribo, os Hima de Ankole, [...]. No andar superior estão os Estados Unidos e a Grã-Bretanha» (p. 162).

Como se vê, na RD Congo há uma «apropriação dos poderes do Estado, ou a instauração de um não-Estado, ou melhor, a redução do Estado a uma casca vazia» (CHABAL & DALOZ, 1999, p. 24), a inexistência de um espaço público, o caráter ubíquo dos poderes patrimonialistas (BACH e GAZIBO, 2011) que orientam remotamente Joseph Kabila. Nestas condições, na ausência de uma ideologia de legitimação, Joseph Kabila deve a sua capacidade de permanência no poder à capacidade de cumprir o acordo celebrado com as potências patrimonialistas, em particular os Estados Unidos, a uma integração de lógicas de interesses e alianças às vezes não naturais nas relações com os clientes, mas também à sua capacidade de transformar «monopólio estatal em fonte de oportunidades para parceiros internos e externos» (BRATTON e VAN de Walle, 1994, p. 458). Assim, por exemplo, em seus relatórios de 2001, 2002, 2003 e 2008, a ONU menciona Ruanda como um ator importante na exploração ilegal dos recursos naturais da República Democrática do Congo. Paul Kagame e seus parentes foram implicados em várias ocasiões nesses relatórios. Paul Kagame e os que lhe são próximos foram implicados em numerosas ocasiões nestes relatórios, mas sem qualquer sanção do regime de Joseph Kabila, muito menos da própria ONU.

Na configuração deste patrimonialismo, sendo Joseph Kabila apenas a parte visível e estrangeiro, é necessário enfraquecer o exército congolês e facilitar ainda mais a infiltração em todos os níveis das instituições políticas e das estruturas militares e de segurança da RD do Congo, a fim de minar as instituições congoleesas a partir de dentro. É óbvio que um Congo sem exército e sem defesa abre caminho à concretização do plano de balcanização do seu território nacional. Assim como já disse acima, em verdadeiro cavalo de Troia das potências patrimonialistas, Joseph Kabila, com o apoio de Paul Kagame, «aproveitará da sua posição política para injetar nas Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) vários oficiais tutsis ruandeses - que se fazem passar por congolezes - para postos de comando estratégico» (MBEKO & NGBANDA, 2014. p. 367) com o objetivo de perpetuar a ocupação do país controlando as instituições políticas, as estruturas militares e de segurança da RDC e permitindo o saque sistemático do patrimônio

congolês pelas potências ocidentais do qual ele é o representante visível. Esta infiltração do exército congolês começa com o movimento AFDL, depois vêm o RCD, CNDP e o M23.

Tudo isso foi possível graças ao «fechamento de acordos que recomendam a operação mista das FARDC e da Polícia Nacional. Graças a esse processo, de fato, mais de 35.000 soldados e oficiais ruandeses foram injetados no exército e na polícia congolese, e a maioria deles está concentrada em Kivu» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 489). O exército congolês revela-se, em última análise, como um agregado de ruandeses, ugandenses, alguns congolese, muitas vezes com um patriotismo duvidoso e desprovido de qualquer ambição nacional. Estamos longe dos critérios, por vezes, estabelecidos para os candidatos à cervejaria, nomeadamente, entre outras coisas, "nacionalidade congolese" e "bom carácter". É, portanto, com sarcasmo que os congolese qualificam as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) como "Forças Armadas Ruandesas Desdobradas no Congo". Graças a estas últimas, Joseph Kabila pode consolidar seu poder e selar alianças a fim de perpetuar a ocupação da República Democrática do Congo. O mesmo vale para o lado político. Assistimos à mesma operação de metamorfose identitária: o número um do RCD-Goma e Vice-Presidente da República no comando da Defesa Nacional, Azarias Ruberwa, e outras figuras conhecidas da política ruandesa tornaram-se também, uma noite, cidadãos congolese. Ocupavam cargos políticos muito elevados no país (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 474). Ruberwa, além disso, chegou a concorrer às eleições presidenciais de 2006.

Compreendemos então o comportamento e o silêncio cúmplice de Joseph Kabila face à tragédia congolese. Realmente tem-se mostrado o cavalo de Tróia dos poderes patrimonialistas e os multiplica, por sua vez com outros, para perpetuar a ocupação da RD Congo com vista à sua balcanização. Caso contrário, nenhuma lógica entenderia que um autêntico Chefe de Estado congolês pode integrar-se no exército congolês e ali promover oficiais procedentes do exército de um país que esteja em guerra contra o seu país, com a comprovada intenção de ocupá-lo e balcanizá-lo.

Ele também mostrou atitudes surpreendentes para os imprudentes diante das declarações do Chefe de Estado francês, Nicolas Sarkozy, realizadas em 16 de janeiro de 2009, pedindo aos congoleses um diálogo estrutural com os países da sub-região, em particular Ruanda: «como, nesta região do mundo, compartilhamos espaço, compartilhamos riqueza e, aceitamos entender que a geografia tem suas leis, que os países raramente mudam de endereço e que devem aprender a conviver lado a lado» (ONANA, 2020, p. 163). Embora esta declaração, que mal esconde a ideia e a exigência do questionamento das fronteiras e da distribuição das riquezas do Congo a favor do Ruanda, tenha suscitado consternação e forte clamor legítimo congolês, Joseph Kabila, manteve-se numa assombrosa discrição perante um assunto tão grave, pondo em causa a soberania da RD Congo. Os congoleses não ouviram expressar-se muito sobre este importante assunto, nem tomara posições audaciosas para condenar os vários atos de agressão ruandesa no território da RD Congo durante vários anos. É difícil imaginar que Nicolas Sarkozy teria declarações sobre a partilha das riquezas da RD Congo com o Ruanda sem ter trocado previamente com Joseph Kabila ou sem ter tido o seu acordo ou mesmo ignorando a sua opinião sobre este assunto.

O Chefe de Estado congolês, ou a pessoa que age como tal, está, portanto, mais a serviço do ocupante ruandês e dos poderes patrimonialistas do que a serviço dos congoleses e do Congo. Um documento interno da União Europeia, citado por Charles Onana (2020), confirma nossas alegações. Com efeito, de acordo com este documento, «Kabila estaria pronto para considerar a exploração conjunta dos recursos naturais com os ruandeses, se isso pudesse pacificar esta parte da RD Congo» (ONANA, 2020, p. 171). Mesmo quando, em alguns casos isolados, Joseph Kabila, em dezembro de 2004, condena publicamente a agressão de Ruanda em solo congolês, a história lembrará que se trata de uma fachada de posição. Porque, de facto, a 24 de Junho de 2004, o mesmo Joseph Kabila já afirmava ao Financial Times que «o ataque de Bukavu foi uma iniciativa militar apoiada pelo Ruanda. Ele também deixou claro que o Congo nunca quis entrar em guerra com Ruanda e que isso não era do interesse do Congo nem do povo congolês» (ONANA, 2020, p. 166-167). Claramente, aquele que joga o papel do chefe de Estado, Joseph Kabila, resolveu nada fazer para impedir que Ruanda, proxy dos poderes patrimonialistas, continuasse a ocupar o Congo, saqueando e massacrando suas populações civis.

No que diz respeito à pilhagem dos recursos naturais na RD Congo, o mínimo que se pode dizer é que Joseph Kabila não só facilita a perpetuação da ocupação do Congo, como também perpetua ativamente, na companhia das potências patrimonialistas e das suas multinacionais, atos de pilhagem dos recursos naturais do Congo por meio da manutenção de grupos armados mediante entrega de armas (UBOLE & YUMBI, 2017, p. 171.). Dois canadenses, por exemplo, em um trabalho conjunto, Black Canada, *Pillage and Corruption in Africa*, demonstraram que «multinacionais domiciliadas no Canadá e nas Ilhas Virgens financiaram e apoiaram a guerra de agressão travada contra a RD Congo por Ruanda, Burundi e Uganda para controle de minas» (MULUMBA KABWAYI, 2019; UBOLE & YUMBI, 2017, p. 173). Sublinhamos que os recursos saqueados estão retornando na República Democrática do Congo na forma de ajuda pública ao desenvolvimento. Essas ajudas são volatilizadas nos bolsos de predadores congolese para se encontrarem, como que por mágica, em contas bancárias privadas no oeste ou nas petromarquias do Golfo. «Os computadores e telefones celulares fabricados a partir de Colombo-tantalita na República Democrática do Congo são vendidos tão caros nos mercados congolese» (UBOLE & YUMBI, 2017, p.13).

Os congolese vivem o inferno num Congo-paraíso, uma situação desumanizante agravada pelo desemprego exponencial: milhares de desempregados privados de qualquer condição decente, entregues à incerteza do futuro. «O ambiente socioeconômico está se deteriorando cada dia mais e estamos surpresos ao ver o nível de pobreza em um estado potencialmente rico» (UBOLE & YUMBI, 2011, p. 31). Esses fatos reais e comprovados fazem Kankwenda citado por Tshibwabwa dizer que «de Leopoldo II a Kabila II, através do colonialismo, mobutismo, kabilismo, o Congo viveu a mesma provação. O leopoldismo continuou por quase cem anos sem Leopold II, com outros atores» (TSHIBWABWA, 2011, p. 29).

Além disso, neste modelo de patrimonialismo, a pessoa que representa a parte visível do iceberg acaba sempre com um gosto pelo dinheiro e pelo poder. É difícil, se não impossível, para um ser humano permanecer passivo o tempo todo. Circunstâncias e ambições pessoais podem despertando o sujeito de poder que dorme em cada ser humano. Joseph Kabila também vai despertar o seu sujeito do

poder e desenvolver, a sua vez, o gosto pelo dinheiro e pelo poder. Joseph Kabila considera, por sua vez, o Congo como seu patrimônio. Os mecanismos de predação financeira e dos recursos naturais do país, aliados a uma feroz repressão a qualquer oposição, reprimindo no sangue os movimentos de protesto, permitem à família de Joseph Kabila pilhar sistematicamente a RD Congo e enriquecer à custa dos congoleses. Em um impressionante relatório publicado em julho de 2017, o *Congo Study Group* (GEC), com o apoio do *Pulitzer Center on Crisis Reporting*, analisou os negócios da família Kabila desde que Joseph chegou ao poder, em 2001, após o assassinato de LD Kabila. E a fortuna do clã Kabila seria dezenas de milhões de dólares! Segundo o GEC, o Chefe de Estado e seus parentes possuem, parcialmente ou totalmente, mais de 80 empresas. O relatório fornece uma visão clara dos interesses econômicos de Joseph Kabila, mas também de sua esposa, Olive Lembe, e de seus filhos, sua irmã Jaynet e seu irmão Zoe. O Presidente Kabila possui mais de 71.000 hectares de terras agrícolas diretamente através de seus próprios negócios e de seus filhos. Duas empresas, pertencentes à família Kabila, adquiriram licenças para minerar diamantes a mais de 720 quilômetros ao longo da fronteira com Angola. Jaynet Kabila detém uma participação de 4,8% em uma das maiores redes de telefonia móvel do país, enquanto Zoe Kabila possui empresas que foram contratadas para explorar alguns dos depósitos minerais mais ricos do mundo. As empresas do clã Kabila são encontradas em quase todos os setores da economia congolesa: agricultura, mineração, bancos, imóveis, telecomunicações e companhias aéreas.

Mas o império Kabila também se estende muito além do Congo. A família possui imóveis na África do Sul e na Tanzânia, e algumas das empresas estão registradas no Panamá, na Ilha Niue, no Luxemburgo. Algumas empresas controladas pela família Kabila assinaram contratos importantes com o governo congolês, mas, mais surpreendentemente, com o Banco Mundial e as Nações Unidas! Jaynet Kabila recebeu mais licenças de exploração do Ministério de Minas congolês do que o Código de Mineração do país permite. E, de acordo com o relatório, pelo menos uma empresa familiar esteve envolvida em um controverso acordo de mineração de cobre em 2011, o que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a suspender seu programa de empréstimos de um bilhão de dólares para a RDC. E, de acordo com o relatório, «pelo menos uma empresa

familiar esteve envolvida em um controverso negócio de mineração de cobre em 2011, que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a suspender seu programa de empréstimo de meio crédito de bilhões de dólares para a RD Congo».

O sistema Kabila faz parte de um contexto de corrupção generalizada, comum e estrutural. Em 2017, a RD do Congo ainda é um dos 20 países mais corruptos do mundo. Um verdadeiro escândalo para a *Transparency International*, que acredita que as necessidades básicas dos cidadãos não são atendidas. Para o presidente da ONG anticorrupção, José Ugaz, a população vai dormir todas as noites com o estômago vazio por causa da corrupção, enquanto os poderosos e os corruptos desfrutam de um modo de vida suntuoso com total impunidade. É nestas condições que, graças à mobilização e determinação do povo congolês sob o impulso do Pequeno Reste do Congo, as potências patrimonialistas e o seu cavalo de Troia cederão às exigências do povo congolês para novas eleições presidenciais. Estas realizar-se-ão em 30 de dezembro de 2018, depois de terem sido adiadas por dois anos. O povo congolês tinha decidido acabar com o desastroso regime de Kabila porque queria uma mudança de regime. De acordo com a Conferência Episcopal Nacional do Congo (CENCO), nestas eleições presidenciais, repletas de fraudes maciças e irregularidades de todos os tipos, o candidato Martin FAYULU tinha sido saído vitorioso com 62,11% (Cf. Relatório da CENCO de 3 de janeiro de 2019). O site de informação *foreign policy.com* observa que, com base numa amostra científica de 10% das assembleias de voto e numa compilação de 42% dos votos totais, a Conferência Episcopal Nacional do Congo, CENCO, tinha projetado uma vitória esmagadora para Fayulu³⁵

Uma vez que era ilegal a publicação dos resultados da votação por qualquer outra entidade para além da Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI), a Igreja apenas divulgou publicamente que tinha determinado um claro vencedor. Os comentários de Corneille Nangaa a quatro diplomatas norte-americanos, baseados em Kinshasa e Washington, de que Martin Fayulu tinha ganho as eleições presidenciais, confirmam as declarações da CENCO. Uma análise do *Financial Times* (FT.com) de duas colecções distintas de dados de votação confirma que

³⁵www.foreignpolicy.com. Pourquoi Washington a-t-il laissé se dérouler des élections volées au Congo ? Disponível em :<https://foreignpolicy.com/2021/04/28/washington-congo-drc-stolen-election-biden-democracy-diplomacy-state-department/#:~:text=il%20laiss%C3%A9%20une,%C3%A9lection>. Acesso em 22 de junho de 2023.

Martin Fayulu foi o claro vencedor das eleições presidenciais na República Democrática do Congo. Comparando os resultados eleitorais pormenorizados da CENI, divulgados por um informador credível, com os números fornecidos pela CENCO, o FT.com detecta « a near perfect correlation »³⁶.

É importante salientar que foram tomadas medidas para que Corneille Nangaa procurasse asilo político através da embaixada britânica, caso publicasse os verdadeiros resultados. Os Estados Unidos da América opõem-se à publicação dos resultados das urnas. Decidiram encorajar a fraude eleitoral, garantindo assim o seu domínio sobre o Congo. Comprometeram-se a apoiar o plano do seu cavalo de Troia, Joseph Kabila, para impor Félix Tshisekedi, o candidato muito mais fraco e que Kabila pensava poder gerir mais facilmente, ao poder, em vez de apoiarem a vontade do povo congolês de libertar o país das grilhetas do patrimonialismo, tal como expresso pela vitória esmagadora de Martin Fayulu. Os Estados Unidos da América vão levar o seu cinismo muito longe, pedindo à CENI que falsifique os resultados das eleições presidenciais. É por isso que os EUA vão recusar-se a apoiar as declarações feitas pela Grã-Bretanha, França, Bélgica e Alemanha numa reunião do Conselho de Segurança da ONU em 11 de janeiro de 2019, que apoiou o apelo da CENCO para que a CENI publicasse os resultados de cada uma das assembleias de voto para verificar oficialmente a contagem geral. De facto, de acordo com dois funcionários do Departamento de Estado, os Estados Unidos tinham informações de que a CENI não poderia ter cumprido este pedido porque não tinha capacidade técnica para criar resultados falsos. Sem o dizer publicamente, os Estados Unidos apoiaram a declaração provisória da CENI de 10 de janeiro de 2019 sobre a vitória de Tshisekedi. É inegável que Joseph Kabila estava determinado a levar a cabo o seu plano. Chegou mesmo a ameaçar as autoridades da Igreja Católica do Congo. O sítio de notícias recorda as palavras do secretário-geral da CENCO, Abbé Nsholé: «Kabila disse-nos que, se tornássemos públicos os nossos resultados, haveria sangue nas ruas e a Igreja seria responsável». "O Arcebispo (agora Cardeal) Ambongo respondeu: Temos a mesma preocupação com a paz, mas isso vem de

³⁶ "uma correlação quase perfeita" (Nossa tradução). [www.ft.com. Congo voting data reveal huge fraud in poll to replace Kabila. FT analysis of two voting databases shows Martin Fayulu won the presidential election.](https://www.ft.com/content/2b97f6e6-189d-11e9-b93e-f4351a53f1c3#:~:text=annonc%C3%A9e%2C%20et%20a-,gagn%C3%A9,-dans%2019%20des) Disponível em :<https://www.ft.com/content/2b97f6e6-189d-11e9-b93e-f4351a53f1c3#:~:text=annonc%C3%A9e%2C%20et%20a-,gagn%C3%A9,-dans%2019%20des>. Acesso em 22 de junho de 2023.

eleições livres e justas, não de eleições injustas»³⁷ (ler também: CHEESEMAM & KLAAS, 2019)

Mas, como podemos ver, infelizmente, o povo congolês verá as suas esperanças de uma verdadeira mudança de governo destruídas. De fato, [...] na noite de quarta para quinta-feira, 10 de janeiro de 2019, a Comissão Eleitoral Nacional Independente anunciou que Félix Tshisekedi tinha ganho as eleições presidenciais com 7.051.013 votos, ou seja, 38,57% dos votos expressos, à frente de Martin Fayulu, que recebeu apenas 34,8% dos votos. Os apelos à verdade das urnas lançados pela CENCO e por numerosas outras organizações nacionais e internacionais não foram ouvidos pela Corte Constitucional, que se pronunciou sobre os resultados definitivos e confirmou o veredito da CENI que declarava a vitória de Félix Tshisekedi, considerando admissíveis mas infundados os recursos apresentados por Martin Fayulu. (Ver a conferência do Cardeal). Especialmente porque já

antes da publicação dos resultados, os ecos de um acordo de Kabila-Tshisekedi haviam sido filtrados, o ex-presidente tendo, cuidadosamente, tomado o cuidado de nomear um Tribunal Constitucional, como secretários-gerais da administração, diplomatas posteriores de sua obediência ao cadeado por dentro e por fora. Pior, o candidato da coalizão Kabila está sofrendo uma derrota esmagadora nas eleições presidenciais, mas, curiosamente, é declarado vencedor nas eleições legislativas e provinciais, contradizendo assim a vontade do povo de alternância (MONSENGWO, 2019, p. 18).

Segundo Martin Fayulu, o verdadeiro vencedor da eleição presidencial de 30 de dezembro de 2018, «é Kabila quem puxa as cordas, é ele quem comanda o país. Tshisekedi está lá como uma máscara usada por Kabila » (*Le Phare*, 2019, p. 10). De fato, Joseph Kabila mantém em mãos as chaves do poder. Na Assembleia Nacional, sua família política é majoritariamente composta por 350 assentos em 500, o que significa que o primeiro-ministro escolhido será das suas fileiras, conforme previsto na Constituição.

³⁷ [www.foreignpolicy.com. Why Did Washington Let a Stolen Election Stand in the Congo?](https://foreignpolicy.com/2021/04/28/washington-congo-drc-stolen-election-biden-democracy-diplomacy-state-department/#:~:text=il%20laiss%C3%A9%20une-,%C3%A9lection) *If the Biden administration wants to advance democracy around the world, it needs to fix U.S. diplomacy first.* Disponível em : <https://foreignpolicy.com/2021/04/28/washington-congo-drc-stolen-election-biden-democracy-diplomacy-state-department/#:~:text=il%20laiss%C3%A9%20une-,%C3%A9lection>. Acesso em 22 de junho de 2023. Acesso em 20 de junho de 2022.

Uma situação que leva o cardeal Monsengwo a declarar:

Felix Tshisekedi colocou-se em algemas das quais ele consegue mal se livrar. E especialmente porque o Presidente Kabila permanece no poder com todos os seus meios de ação prejudiciais. Teria as mãos livres se o programa fosse aceito pela maioria dos congolese. O governo não terá os meios de sua política. Será apenas corajoso fazer um trabalho superficial, mas será difícil fazer reformas reais na direção da justiça, segurança e paz. Parece que o povo congolês estava condenado a viver à margem da democracia. E, no entanto, [...] se quiséssemos acabar com o sistema de governança de Kabila de uma vez por todas, o Sr. Felix Tshisekedi deveria simplesmente ter reconhecido sua derrota clara, sem nome, para parabenizar o verdadeiro vencedor e o regime de Kabila entraria em colapso.

Como se pode ver, trata-se, nem mais nem menos, da continuidade do regime de patrimonialismo icebertico, mas na pele do Félix Tshisekedi para branquear e perpetuar a ocupação congolese. Tshisekedi Felix é, portanto, um novo cavalo de Tróia de Joseph Kabila e das potências patrimonialistas e seus representantes, em particular o Ruanda. De fato, na segunda-feira, 25 de março de 2019, no registro do Memorial do genocídio de 1994 em Ruanda, em Kigali, Félix Tshisekedi escreve: "Os efeitos colaterais desses horrores não pouparam meu país, que também sofreu milhões de perdas em vidas humanas". Com estas poucas palavras, Félix Tshisekedi inocenta Paul Kagame e as potências patrimonialistas ocidentais que são conjuntamente responsáveis por massacres e genocídios na República Democrática do Congo. A trágica situação de que hoje é vítima a RD Congo não pode de forma alguma ser objeto de efeitos colaterais. Longe disso. Pensar o contrário não é nem mais nem menos uma do que operação de enfraquecimento destinada a desobstruir os autores do drama congolês.

Como se não bastasse, Felix Tshisekedi, em 26 de junho de 2021, assinou três (3) acordos comerciais com Paul Kagame, sob o pretexto de favorecer a paz na sub-região, sem o consentimento do parlamento. Por estes três acordos, é concluído um entre a empresa congolese Sakima (empresa mineral de Kivu e Maniema) e uma empresa ruandesa de direito privado conhecida sob o nome de Dither SA para a exploração e refinação do ouro congolês por Ruanda a fim de, de acordo com as partes signatárias, "garantir sua rastreabilidade"³⁸. Em uma coluna de Alain Foka,

³⁸<https://www.politico.cd/la-rdc-a-la-une/2022/11/06/raffinage-dor-congolese-in-rwanda-rwandair-estes-acordos-assinados-por-tshisekedi-com-kagame-to-buy-peace.html/119935/>;
<https://www.radiookapi.net/2022/06/20/news/politics/the-drc- e>

" Qui pour sauver le Congo?", de 6 de janeiro de 2023, o Conselheiro Privado de Félix Tshisekedi, Biselele Fortunat, confirma o acordo entre Félix Tshisekedi e Paul Kagame:

O Presidente Félix ofereceu ao seu homólogo ruandês uma coisa simples: somos um país rico, vocês são nossos vizinhos. Nenhuma guerra moverá as fronteiras. Continuaremos vizinhos por toda a vida. Sugiro que você monte projetos onde vamos jogar win-win (ganha-ganha). Tenho minerais no meu país que interessam você, você tem a possibilidade, com sua agenda de endereços, de contatar investidores de todo o mundo e vamos trabalhar em sinergia para tentar desenvolver a área juntos. [...]. Pessoalmente, estive várias vezes em Kigali, enviado pelo Presidente Tshisekedi, portador desta mensagem. E o presidente Kagame foi totalmente a favor. Percorremos um longo caminho até que, a certa altura, surgiram interesses obscuros que fizeram com que a situação se encontrasse como está hoje.

Mas na realidade, ao assinar estes acordos com o Uganda, o Burundi e principalmente o Ruanda, Félix Tshisekedi está a cumprir os desejos do Presidente francês, Nicola Sarkazy, que já em 2009 pediu à RD Congo que partilhasse suas riquezas com o Ruanda, como já frisamos acima. Para além da extração e refinação de ouro congolês pela empresa ruandesa Dither SA, a República Democrática do Congo, através do seu Presidente, concedeu licença à companhia aérea Rwandair para abrir sua linha para Kinshasa, e isto sem acordo open sky nem reciprocidade. Com Rwandair, Kagame e seus mestres ocidentais não acham mais difícil se posicionar em todo o território congolês para ocupá-lo e saqueá-lo. Como Martin M. Fayulu, Matata Ponyo Mapon e Dr Denis Mukwege dizem em sua declaração conjunta de 26 de dezembro de 2022, o regime de Félix Tshisekedi realmente se mostra "um parceiro confiável de Ruanda e Uganda que estão atacando nosso país e explorando ilegalmente seus recursos naturais.

Além disso, a adesão da RD Congo à Comunidade dos Estados da África de leste (EAC), em 29 de março, por Felix Tshisekedi, é mais uma marca da traição deste, mas também um toque mestre em seu papel de perpetuar a ocupação da Congo. Este acordo consagra também a livre circulação de pessoas e bens entre os países membros, sem controlo de identidade e sem formalidades aduaneiras. Com

esse acordo, o sonho ruandês de despejar parte de sua população na República Democrática do Congo para depois anexar sua parte oriental ganha forma. Nesta mesma perspectiva, «em vez de dotar a RD Congo de um exército eficaz e de instituições sólidas para garantir, entre outras coisas, a integridade do país e fortalecer a democracia» (FAYULU, MATATA, MUKWEGE, 2022), Félix Tshisekedi e seu governo favoreceram «uma política de terceirização da segurança nacional às forças estrangeiras» (FAYULU, MATATA, MUKWEGE, 2022), em particular o exército do Quênia, Uganda, Ruanda e Burundi. E ainda, Ruanda, Uganda, Burundi estão entre os Estados na raiz, entre outras coisas, da desestabilização da RD Congo, da pilhagem de seus recursos, dos massacres e do genocídio congolês, como demonstramos mais alto. É provável que isso agrave a instabilidade da República Democrática do Congo e perpetue sua ocupação.

Conclusão parcial

Desde o início dos tempos, a República Democrática do Congo vive uma situação trágica sem precedentes no coração dos Grandes Lagos da África. Os inúmeros recursos naturais deste país atraem ao Congo as potências patrimonialistas e excitam tanto a sua cobiça que se esquecem dos seres humanos que nele vivem. Para essas potências patrimonialistas, a República Democrática do Congo é um elemento essencial em seu progresso econômico e tecnológico. Para garantir o seu acesso ao patrimônio congolês, estas potências patrimonialistas provocam guerras e geram uma situação de caos destinada a ocultar, não só os interesses econômicos das guerras de agressão, as personalidades que obtêm os lucros fabulosos, mas também facilitar os saques, a infiltração e ocupação do Congo com vista à sua balcanização física. O mínimo que se pode dizer é que até hoje a RD Congo é sistematicamente saqueada, ocupada, infiltrada; o número de mulheres congolesas estupradas, torturadas, mortas e enterradas vivas está aumentando. Em termos concretos, mais de 10 milhões de congoleses morreram desde as guerras de agressão de 1996, metade dos quais caiu sob as balas dos soldados ruandeses de Paul Kagame, o proxy dos americanos (ONANA, 2020). Os Estados Unidos da América, Canadá, Bélgica e muitos outros são, portanto, corresponsáveis pelos

massacres e genocídio congoleses da mesma forma que Paul Kagame e Museveni. Seja qual for a razão apresentada pelas potências patrimonialistas para justificar sua presença na RD Congo, elas escondem-se sempre por detrás da recorrente e criminosa necessidade de saquear o patrimônio do Congo, de ocupar a RD Congo com vista à sua balcanização. Esta política de ocupação, exploração selvagem e balcanização da República Democrática do Congo continua até hoje por meio de extremistas tutsis interpostos. Coltan, cassiterita, diamantes, ouro, madeira e outros recursos naturais congoleses passam hoje por Ruanda para a felicidade das potências ocidentais e suas multinacionais, que descrevo como a máfia patrimonial internacional.

No entanto, com o crescimento da consciência nacionalista e patriótica congolesa, as potências patrimonialistas não têm escolha senão mudar de estratégia. A partir de agora, para garantir o acesso aos recursos congoleses, torna-se imperativo ocupar o Congo e balcanizá-lo de forma diferente, nomeadamente organizando um diálogo denominado diálogo intercongolês, realizado em Sun City em 2001. Mas na realidade trata-se de um Diálogo intercontinental congolês. Este diálogo é um verdadeiro instrumento de infiltração e ocupação do Congo. Graças a este diálogo, o ruandês Joseph Kabila será colocado à frente das instituições congolesas. A Constituição que vai emergir deste diálogo inclui elementos endógenos de balcanização do Congo, nomeadamente o artigo 10. Este último estipula que «a nacionalidade congolesa é una e exclusiva. [...] É de origem congolesa toda pessoa pertencente aos grupos étnicos cujo povo e território constituíam o que tornou-se o Congo (atual República Democrática do Congo) à independência». No entanto, os congoleses se identificam pela língua ou pela tribo. O termo grupo étnico ou comunidade são paradigmas vagos e *infiltrateurs* (infiltradores). Nessas condições, um grupo de chineses ou europeus, por exemplo, que esteve na RD Congo em 1960, pode formar um grupo ético, usufruir da cidadania congolesa de origem e, assim, reivindicar pertencer à história de parte da RD Congo. Ruandeses que se dizem "banyamulenge" trabalham para a votação no parlamento congolês de uma lei que autoriza a dupla nacionalidade. Eles podem então manter sua nacionalidade ruandesa simultaneamente com a dos congoleses e, dessa forma, infiltrar-se ainda mais na República Democrática do Congo com vista à sua balcanização endógena.

Observe que todo o nosso estudo será baseado em um método. A apresentação desse processo metodológico será objeto do próximo capítulo.

«A ideia é a semente, o método é o solo »
(Claude Bernad)

CAPÍTULO 5: quadro metodológico de referência

5. 0 Introdução

O objetivo de nossas investigações é determinar o status da imprensa congolese, ou seja, a maneira pela qual os/as jornalistas congolese, na era das TICs, abordam a situação sociopolítica na RD Congo e quais representações usam para descrever os vários protagonistas envolvidos na tragédia congolese. Com isso em mente, optamos por usar uma análise de conteúdo dupla. Em primeiro lugar, utilizamos uma análise de conteúdo comparativa e qualitativa de artigos em jornais congolese, *Le Phare*, *L'Avenir* e *Forum des As*, produzidos em 2018-2019 e 2020, com base em uma grade de leitura temática e usando uma metodologia quantitativa como ferramenta analítica, uma vez que ela permite determinar a presença, a ausência ou a frequência dos temas, palavras ou símbolos procurados nos artigos em análise. Em segundo lugar, usamos a análise de conteúdo qualitativa com base em entrevistas usando o software Nvivo 14. Essa abordagem é benéfica para o estudo de situações humanas que, por sua própria natureza, são polimorfos e complexos. Este capítulo está estruturado em torno de dois eixos fundamentais: a teorização metodológica e o processo de análise: coleta e sistematização de dados.

5.1 Teorização metodológica

5.1.1 Análise de conteúdo: elementos de compreensão

A análise de conteúdo tem suas origens na hermenêutica e, em particular, na exegese bíblica, que se aplica à busca dos significados ocultos dos textos

sagrados, para interpretá-los. Mas a definição de análise de conteúdo surge no final dos anos 40-50, com Bernard Berelson (1952), sociólogo americano, conhecido por suas numerosas análises de fenômenos de comunicação e opiniões na ciência política. Assim, Berelson define a análise de conteúdo como «uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação» (p. 189)³⁹.

A definição de Bernard Berelson deve ser relativizada, especialmente porque ele considera a análise de conteúdo como um processo único, uma teoria padrão tributável sistematicamente para qualquer conteúdo de comunicação. Assim, Laurence Bardin (1977) definirá a análise de conteúdo como «um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens» (p. 43).

É necessário notar, a este efeito, que na análise de conteúdo, deve-se entender por inferência um tipo de interpretação controlada durante a qual se realiza uma operação lógica pela qual se extrai de uma ou mais proposições (na ocorrência dos dados estabelecidos em final da aplicação das grades de análise) uma ou as consequências que daí decorrem necessariamente. Trata-se, portanto, de «justificar a validade do que se propõe a respeito do objeto estudado expondo as razões da prova» (ROBERT & BOUILLAGUET, 1997, p. 32). Para Laurence Bardin (1977), «os resultados adquiridos, o confronto sistemático com o material, o tipo de inferências obtidas pode servir de base para outra análise organizada em torno de novas dimensões teóricas ou praticadas graças a diferentes técnicas» (p. 100). Neste sentido, como afirma Madeleine Grawitz (1996), a inferência «marca a ampliação do procedimento que permite, doravante, vincular traços literais e traços sociológicos» (GRAWITZ, 1996, p. 552).

Como podemos ver, a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais refinados e em constante aperfeiçoamento. Aplica-se

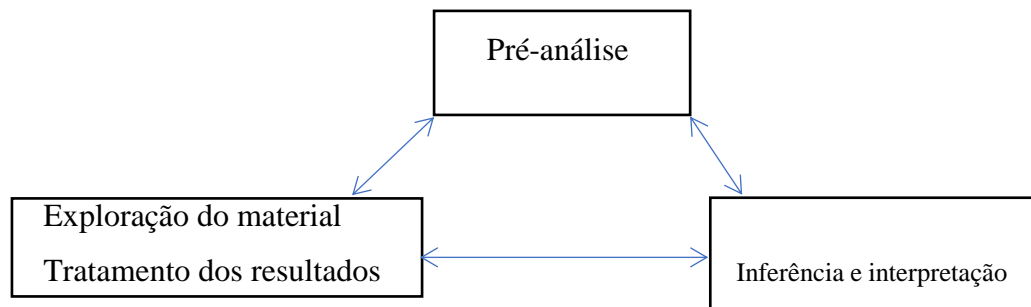
³⁹ Tradução pessoal. No texto original: « Content analysis is a research technique for the objective, systematic and titative description of the manifest content of communication ». Bernard Berelson : « Content Analysis » in Handbook oj social psyclwlogy, vol. I, p. 189, Ed. Gardner Lindzay, Reading (Mass.), Addison Wesley, 1954

a diversas comunicações ou discursos (textos literários, programas de televisão e rádio, filmes, reportagens de entrevistas, mensagens não verbais, etc.) e baseia-se tanto na dedução como na inferência. É um esforço de interpretação que equilibra dois polos, de um lado, o rigor da objetividade e, de outro, a fecundidade da subjetividade (BARDIN, 1977). A análise do conteúdo requer do/a pesquisador/a, disciplina, dedicação, paciência e tempo. Faz-se necessário também, certo grau de intuição, imaginação e criatividade, sobretudo na definição das categorias de análise. Nunca esquecendo, do rigor e da ética, que são fatores essenciais (FREITAS, CUNHA, MOSCAROLA, 1997).

Nessa análise, o/a pesquisador/a busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração. O esforço da análise é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o/a receptor/a normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira. A análise de conteúdo permite, em outras palavras, «uma segunda leitura de uma mensagem, substituir a interpretação intuitiva ou instintiva por uma interpretação construída» (FELLER, 1977, pp. 123-124).

É necessário sublinhar que, segundo diversos pesquisadores, notadamente Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1997), a análise de conteúdo pode ser quantitativa ou qualitativa. Segundo esses autores, em sua forma quantitativa, a análise de conteúdo seria extensa e teria como informação básica «a frequência de aparecimento de determinadas características de conteúdo ou as correlações entre elas» (p. 231). A sua forma qualitativa, por outro lado, seria intensiva e teria como informação básica «a presença ou ausência de uma característica ou a forma como os elementos do 'discurso' se articulam entre si» (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1997, p. 231). Não importa, «as características específicas dos dois tipos de abordagem não são tão claras e vários métodos utilizam tanto um como o outro» (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1997, p. 231). Além disso, que os processos utilizados sejam quantitativos, qualitativos, descritivos ou estruturais, «o analista deve respeitar a natureza objetiva e sistemática do processo e, assim, evitar qualquer tratamento subjetivo. Deve permitir que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões» (LOZANO, 1994, p. 141-142).

A condução da análise dos dados abrange várias etapas, a fim de que se possa conferir significação aos dados coletados (ALVES-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998; FLICK, 2009; MINAYO, 2001). No que tange às diferentes fases inerentes à análise de conteúdo, é necessário sublinhar que os autores diferenciam o uso de terminologias, entretanto, apresentam algumas semelhantes. Assim, tendo em vista tamanha diversidade, mas ainda assim, aproximação terminológica, optou-se por tomar como balizador, deste estudo, como etapas da técnica propostas por Bardin (1977). Essas etapas são organizadas em três fases, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2011).



5. 1.1. 2. Pré-análise

Definida como uma fase preliminar das intuições do/a pesquisador/a, a pré-análise serve para operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e a estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. De forma geral, efetua-se a organização do material a ser investigado. Tal sistematização serve para que a análise possa conduzir como operações sucessivas. É importante dizer que a pré-análise visa organizar a informação, mas é ela própria composta de atividades não estruturadas e abertas. Pode andar para trás e para a frente conforme as necessidades. A pré-análise consiste em várias etapas, notadamente:

- ❖ a escolha dos documentos: durante esta fase, trata-se de estabelecer contato com vários materiais possíveis, a fim de determinar qual (ou quais) será o mais susceptível de corresponder aos vários critérios em jogo (ROBERT & BOUILLAGUET, 1997).
- ❖ leitura flutuante para conhecer os documentos a serem analisados, deixando que as impressões e certas orientações venham à mente. Num outro registo de linguagem, trata-se de ler e reler os dados em presença para tentar apreender sua mensagem aparente e para extrair os significados significativos.
- ❖ a formulação de hipóteses e objetivos e o desenvolvimento de indicadores sobre os quais se baseará a interpretação final
- ❖ Identificar pistas e desenvolver indicadores: isto implica escolher as pistas contidas no corpus de acordo com as hipóteses e organizá-las sistematicamente sob a forma de indicadores precisos e fiáveis, como recomendado por Laurence Bardin (1977).

É relevante salientar que as fases desta primeira etapa de análise de conteúdo não se sucedem necessariamente por ordem cronológica, mas estão intimamente ligadas. Por razões pedagógicas, são listadas separadamente. É importante ressaltar também que a escolha dos dados a serem analisados obedeça a orientação das seguintes regras:

- Exaustividade: refere-se à deferência de todos os componentes constitutivos do corpus. Bardin (1977) descreve essa regra, detendo-se no fato de que o ato de exaurir significa não deixar fora da pesquisa qualquer um de seus elementos, sejam quais forem as razões.
- Representatividade: no caso da seleção um número muito elevado de dados, pode efetuar-se uma amostra, deste que o material a isto se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra para uma parte representativa do universo inicial (BARDIN, 1977).
- Homogeneidade: os documentos retidos devem ser homogêneos, obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora dos critérios.

- **Pertinência:** significa verificar se a fonte documental corresponde adequadamente ao objetivo suscitado pela análise (BARDIN, 1977), ou seja, esteja preocupado com o que se propõem o estudo.

Ressalta-se a necessidade de preparação do material, a qual constitui-se como uma fase intermediária, que compreende a reunião de todo o material para tratar as informações coletadas, com vistas à preparação formalizada dos textos (ANDRESSA HENNIG SILVA, MARIA IVETE TREVISAN FOSSÁ, 2013, pp. 3-4).

5. 1.2. 2. A exploração do material

Esta segunda fase é central. Trata-se de uma etapa que «refere-se à análise propriamente dita, envolvendo operações de codificação em função de regras previamente formuladas» (BARROS, 20, p. 290). Em outras palavras, «a exploração do material consiste na construção das operações de codificação, considerando os recortes dos textos em unidades de registos, a definição de regras de contagem, a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas» (HENNIG SILVA & TREVISAN FOSSÁ, 2013, p. 4). Segundo Bardin (1977), codificação é a transformação, por meio de registro, de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo. O objetivo do investigador durante esta fase é aplicar tratamentos ao corpus de dados que permitam o acesso a um significado diferente que responda à problemática da investigação, mas sem distorcer o conteúdo inicial (ROBERT & BOUILLAGUET, 1997).

5.1.1.3 Processamento, interpretação e inferência

Uma terceira fase compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. O objetivo desta fase é processar os dados brutos de uma forma significativa. Em outras palavras, esta fase consiste em captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material recolhido. Esta fase de análise de

conteúdo é certamente a mais interessante, pois permite, por um lado, avaliar a fecundidade do corpus e, por outro, a hipótese da pesquisa.

A esse respeito, deve-se observar que, para compreender a situação da imprensa congoleza em toda a sua complexidade, estamos usando a análise de conteúdo qualitativo em duas dimensões, ou seja, análise qualitativa usando metodologia quantitativa como ferramenta técnica e análise de conteúdo qualitativo usando o software Nvivo 14.

5. 1.2. Análise qualitativa usando o software Nvivo 14

O termo análise qualitativa refere-se a qualquer processo técnico ou intelectual para processar, manipular, explorar e interpretar dados de uma pesquisa com o objetivo de descrever sistematicamente o significado dos dados qualitativos (SCHREIER, 2014). Trata-se, portanto, de uma busca de significado (PAILLÉ & MUCCHIELLI, 2003). Nessa perspectiva, a análise qualitativa permite ir além do conteúdo manifesto para tornar explícito o conteúdo latente dos dados. Em outras palavras, a análise qualitativa não se limita a uma simples descrição do "o quê" e do "como" dos dados. Usando diferentes ferramentas - computadorizadas ou não - e diferentes processos, o analista procura entender (DRISKO & MASCHI, 2015) os significados não explicitados (MESSU, 1990) dos dados em análise. Assim, quando o analista lê um trecho do texto ou se depara com um texto a ser analisado, ele deve fazer a si mesmo as seguintes perguntas: "De que trata este documento?", "De que trata este trecho?", "O que o autor desta mensagem está dizendo?", "Qual pode ser sua segunda intenção?", "Por que esta mensagem?", "Para quem?", para poder extrair as ideias principais e, assim, identificar e descrever o significado mais ou menos exato do texto que está sendo analisado. Os dados contidos no corpus não são tratados como objetos intangíveis ou como uma representação exaustiva e objetiva da realidade. Em vez disso, eles estão situados em uma realidade subjetiva que inclui símbolos, códigos, sentidos, os não ditos e uma linguagem específica.

Além disso, a análise de dados qualitativa também pode ser definida como um processo que envolve um esforço para identificar temas, construir hipóteses (ideias) emergentes dos dados e esclarecer a ligação entre os dados, os temas e as

hipóteses resultantes (TESCH, 1990). Esse processo, portanto, compreende dois momentos distintos, mas complementares: a organização dos dados envolvendo uma "segmentação" e levando a uma "descontextualização", por um lado, e sua interpretação, ou novamente categorização, levando a uma "recontextualização", por outro (SAVOIE-ZAJC, 2000).

O princípio de análise subjacente ao software Nvivo é, de fato, parte dessa abordagem de descontextualização-recontextualização definida por Tesch (1990). Com base no software Nvivo, a descontextualização consiste em retirar um trecho do texto de seu contexto para torná-lo semanticamente independente, com o objetivo de criar categorias ou temas que agrupem todos os trechos que tratam de determinado assunto. Na linguagem da análise qualitativa computadorizada, o "assunto" que agrupa os extratos relacionados a esse tema é chamado de código, nós ou categoria. Paillé (1996) afirma que um bom código é aquele em que um/a leitor/a externo pode resumir o conteúdo do extrato ao qual ele foi atribuído. A recontextualização, por outro lado, é obtida pela fusão de códigos ou categorias anteriormente descontextualizados em um todo inteligível e significativo (DESCHENAUX & RIMOUSKI, 2005).

Deve-se enfatizar que a análise de conteúdo qualitativa computadorizada usando o software Nvivo envolve três etapas importantes. A primeira etapa consiste em desconstruir todo o corpus, as entrevistas no contexto de nosso estudo, descontextualizando-o. O corpus é dividido em unidades e, em seguida, em unidades de análise. O corpus é dividido em unidades de significado. Cada vez que um dos temas é identificado, colocamos todos os extratos relacionados a esse tema no mesmo local ou em um código ou categoria. Por esse motivo, essa operação é chamada de descontextualização, porque o extrato é retirado de seu contexto. Na terminologia do software Nvivo, o processo de descontextualização do material é chamado de "codificação" ou tematização. A segunda etapa consiste na construção de uma nova estrutura integrada a partir do corpus desestruturado. A última etapa é a interpretação do corpus codificado, a descrição das inferências ou do significado do material codificado e a apresentação dos resultados da análise na forma de gráficos, tabelas etc. Essa é a recontextualização do corpus. Os extratos das entrevistas, juntamente com as notas de observação e outros documentos, compõem os resultados finais.

É necessário enfatizar que o software Nvivo não realiza análise qualitativa. Como afirma P. Wanlin, "cabe sempre ao pesquisador analisar as ferramentas de síntese que o software produziu e interpretar esses resultados" (WANLIN, 2007, p.259). Em outras palavras, cabe ao analista identificar e descrever o significado do texto. O software Nvivo é apenas uma ferramenta para facilitar o trabalho do analista, mas uma ferramenta com enormes vantagens. O processo no Nvivo é iterativo. O Nvivo permite realizar pesquisas e referências cruzadas precisas e detalhadas graças às operações realizadas a montante e durante a codificação das diversas fontes. Com o Nvivo, é possível exibir todas as referências (*verbatim*s) que foram associadas a um único nó. Também é possível pesquisar referências (*verbatim*s) codificadas em vários nós no corpus como um todo ou em uma ou mais fontes do material. Com relação às operações de classificação realizadas, o Nvivo também possibilita o cruzamento de referências e a extração de resultados de codificação de acordo com atributos, nós e/ou casos (MATHILDE PLARD & MARTINEAU, 2029).

Outra vantagem de usar um software Nvivo é a capacidade de fazer o coding-on, ou seja, de realizar a operação de codificação em extratos que já foram codificados, a fim de refinar ou levar a análise adiante. Também deve ser destacado que o software Nvivo tem a vantagem de poder usar dados em formato rico (a extensão RTF-Rich Text Format), o que permite aproveitar todas as ferramentas de layout dos processadores de texto, como atributos de texto (negrito, itálico, sublinhado, estilos, etc.) e estilos de título. Isso significa que o pesquisador pode realizar uma entrevista, transcrevê-la em um documento do Word e importá-lo para o software, sem precisar primeiro formatar o documento para atender a determinados requisitos do software de processamento de texto. Na análise final, deve-se observar que outra característica do Nvivo é que ele é extremamente versátil. O software Nvivo tem várias funções que podem ser usadas dependendo do tipo de pesquisa ou análise escolhida pelo pesquisador, ou seja, se a análise qualitativa é positivista, ou seja, mais dedutiva, ou abrangente ou indutiva (BOURDON, 2000).

São usadas diferentes técnicas de análise qualitativa, com ou sem o auxílio de software. Em nosso caso, a análise qualitativa de uma perspectiva dupla, a técnica preferida é a análise temática (PAILLÉ, 1996; PAILLÉ & MUCCHIELLI,

2003). A análise temática é versátil. Ela pode ser realizada de forma indutiva, começando com o corpus para gerar temas, ou dedutiva, tendo identificado os temas a serem identificados antes da análise. Não é preciso dizer que o objetivo da análise temática também é trazer à tona os temas centrais das referências estudadas por meio de um processo de codificação. O processo de "tematização" é a operação central do método, ou seja, a transposição de determinado material empírico para certo número de temas representativos do conteúdo analisado, de acordo com a orientação da pesquisa. Nesse sentido, a análise temática consiste em «identificar sistematicamente, agrupar e, subsidiariamente, examinar os temas discursivos abordados em um corpus» (PAILLÉ & MUCCHIELLI, 2010, p. 162).

O processo de codificação no Nvivo envolve, portanto, segmentar o conteúdo de um texto, artigo ou entrevista "em unidades de análise (palavras, frases, temas etc.) e integrá-las em categorias selecionadas (temas, em nosso caso) de acordo com o objeto de pesquisa" (AVERSENG, 2011, p. 377). O significado descoberto pela análise pode servir aos propósitos da descoberta, em uma abordagem indutiva no paradigma abrangente. Nessa abordagem, o analista procura entender o mundo do outro e encontrar elementos que, uma vez reunidos, possibilitem a compreensão do tema em estudo. Em uma abordagem dedutiva, o significado derivado de uma abordagem temática qualitativa também pode ser usado para apoiar uma hipótese, verificar certos aspectos e até mesmo qualificar resultados quantitativos (DESCHENAUX & RIMOUSKI, 2005).

Para melhor realizar nossa análise de conteúdo qualitativa computadorizada, usamos a técnica de entrevista para construir nosso material empírico. Vários parâmetros nos permitem usar essa ferramenta operacional, cuja essência precisa ser compreendida.

5.1.2.1. Técnica de entrevista como ferramenta operacional para análise qualitativa usando o software Nvivo 14

Antes de descrever em termos concretos como procedemos para realizar a análise quantitativa, achamos lógico justificar nosso uso dessa técnica operacional. As entrevistas individuais possibilitam alcançar uma variedade de impressões e

percepções que os diversos grupos, possuem em relação às variáveis de estudo. De acordo com Richardson (1999), «é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida» (p. 160). Para nossas investigações, optamos por uma entrevista semidiretiva. Concordamos com Roesch (1999), que considera que a entrevista livre "resulta no acúmulo de informações que são difíceis de analisar" (p. 159). A entrevista semiestruturada possibilita a obtenção de informações, não de forma oculta, mas a partir da perspectiva do pesquisador que faz perguntas claras, distintas e precisas. Essas informações podem ser facilmente analisadas com a ajuda do software Nvivo.

O uso da técnica de entrevista baseia-se em duas razões principais. Em primeiro lugar, um exame cuidadoso da análise de conteúdo quantitativa, como ocorre em textos clássicos, sugere que «ela comunica algo sobre a mensagem, além da comunicação que ela contém. Essa afirmação explica que Berelson, reservando à análise de conteúdo o que nela se manifesta, admite o conteúdo latente como resultado de interpretações» (RAYMOND, 1968, p. 168).

Como se vê, a análise de conteúdo está substancialmente limitada ao conteúdo manifesto da comunicação e não é ordinariamente orientada para as intenções latentes que o conteúdo pode expressar ou as respostas latentes que pode suscitar. Por outro lado, os resultados da análise de conteúdo «frequentemente servem de base para 'interpretações' do conteúdo latente». (As aspas simples são de B. Berelson, 1954, p. 489). Fica então claro que «os documentos pelo seu conteúdo latente referem-se ao produtor que assim caracterizam como o produtor da mensagem. A objetividade da análise remete a algo além da mensagem onde encontramos informações sobre o produtor» (RAYMOND, 1968, p. 168) da mensagem.

Em segundo lugar, o próprio conteúdo latente, obtido como resultado da interpretação dos documentos, pode revelar-se um conteúdo latente-miragem, ou seja, enganoso porque condicionado, situado e orientado pelos constrangimentos sociopolíticos e econômicos, ou mesmo judiciais de que o autor da mensagem ou documento em análise poderia ter sido vítima. Nessa perspectiva, as inferências de conhecimento obtidas a partir da interpretação dos documentos pelo pesquisador

também poderiam ser, sutilmente, orientadas pelos constrangimentos sociopolíticos, jurídicos, etc. sofridos pelo produtor do documento interpretado. Esses constrangimentos permanecem invisíveis a olho nu. Mas eles estão no texto e suas estruturas. Durante a análise do texto, o pesquisador pode senti-los pelo tato, fazendo perguntas inteligíveis sobre o documento submetido à análise e questionando o contexto redacional ou da emergência do texto.

Convém, então, questionar também o próprio produtor da mensagem para detectar, não só o conteúdo latente real e mais ou menos objetivo, mas também outras informações não condicionadas pelo quadro tradicional (empresa ou órgão de imprensa, por exemplo) da produção da mensagem midiática. Longe de constrangimentos de qualquer tipo e sob certas condições ideais, profissionais das mídias podem falar livremente e enriquecer o debate sobre o status da imprensa em toda a sua complexidade. Após essa teorização, torna-se necessário descrever como procedemos para coletar dados para análise antes de explicar como a análise de conteúdo duplo foi usada neste estudo.

5.2 Coleta e sistematização de dados

Como usamos dois métodos, explicamos como os dados foram coletados para cada um dos métodos.

5. 2.1. Coleta e sistematização de dados quantitativos

Os dados foram coletados usando um corpus de 139 artigos (editoriais, análises e relatórios, reportagens, manchetes) de três empresas das mídias, a saber: *L'Avenir*, *Forum des As* e *Le Phare*. A escolha dos jornais, que são apresentados e desenvolvidos em maiores detalhes mais adiante neste capítulo, reflete as necessidades do nosso problema, que é compreender o status ou o papel da imprensa congoleza na era das Tecnologias da Informação e da Comunicação nma República Democrática do Congo ocupada por poderes patrimonialistas. Para compor nosso material empírico, selecionamos uma série de artigos dedicada à cobertura de um

longo período de agitação na República Democrática do Congo, caracterizado especialmente pela determinação de Joseph Kabila em não deixar o poder ao final de seus dois mandatos presidenciais consecutivos, a organização das eleições presidenciais e legislativas de 2018-2019 e a ascensão de Félix Tshisekedi ao poder após uma eleição presidencial repleta de fraudes e irregularidades eleitorais de todos os tipos.

De modo geral, é durante os grandes períodos da história do Congo que os atores sociopolíticos e as empresas midiáticas ganham destaque. Nesse sentido, para entender melhor o status das modalidades discursivas da imprensa congoleza, esse período tumultuado do Congo, cujo processo de ocupação ainda está em andamento, continua sendo o momento mais apropriado. Todas as notícias em relação ao nosso tema, editoriais, análises, relatórios, reportagens e manchetes, produzidas de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 e depois de outubro a dezembro de 2020 foram usados para análise. A esse respeito, é importante ressaltar que 2019 é considerado por várias personalidades e pesquisadores como a extensão do poder de Joseph Kabila na pele de Felix Tshisekedi. Como salientamos acima, esta é uma presidência sob tutela na sequência de um acordo, ou seja, um acordo de compartilhamento de poder entre Joseph Kabila e Felix Tshisekedi⁴⁰. Em 26 de fevereiro de 2019, em uma coletiva de imprensa realizada em conjunto com o Presidente da República da Namíbia, Geingob Hage, Félix Tshilombo Tshisekedi finalmente reconheceu a existência desse acordo entre ele e Joseph Kabila: «É um acordo que fizemos para que, em primeiro lugar, a mudança ocorresse pacificamente. Portanto, houve esse acordo, e ele foi feito pacificamente para que, após as eleições legislativas e a maioria que surgisse, houvesse uma coalizão com o campo do Kabila, o campo de saída»⁴¹.

De acordo com o 7^{sur}7. cd, o acordo Kabila-Tshisekedi, conhecido como «Acordo para Estabilidade e Paz no Congo», assinado na presença dos presidentes

⁴⁰[www.bbc.com. Accord de partage du pouvoir entre Tshisekedi et Kabila en RDC](https://www.bbc.com/afrique/region-49160204#:~:text=pays%20n%27avait%20jamais-,connu,-une%20passation%20de). Disponível em : <https://www.bbc.com/afrique/region-49160204#:~:text=pays%20n%27avait%20jamais-,connu,-une%20passation%20de>. Acesso em 20 de junho de 2022.

⁴¹[www.politico.com. « Il y a eu un deal avec Kabila pour que l'alternance se passe pacifiquement »: Félix Tshisekedi](https://www.politico.cd/la-rdc-a-la-une/2019/02/27/il-y-a-eu-un-deal-avec-kabila-pour-que-lalternance-se-passe-pacifiquement-felix-tshisekedi.html/35091/#:~:text=passe%20pacifiquement%C2%A0%C2%BB%3A%20F%C3%A9lix-Tshisekedi,-By%20La%20R%C3%A9daction). Disponível em: <https://www.politico.cd/la-rdc-a-la-une/2019/02/27/il-y-a-eu-un-deal-avec-kabila-pour-que-lalternance-se-passe-pacifiquement-felix-tshisekedi.html/35091/#:~:text=passe%20pacifiquement%C2%A0%C2%BB%3A%20F%C3%A9lix-Tshisekedi,-By%20La%20R%C3%A9daction>. Acesso em 20 de junho de 2022.

Uhuru Kenyatta do Quênia, Al-Sisi do Egito e Cyrille Ramaphosa da África do Sul, em 8 de janeiro de 2019, inclui 3 pontos fundamentais: Imunidade total para o clã Kabila (família e dignitários de seu regime), Consulta entre os dois líderes (Tshisekedi-Kabila) antes de qualquer implementação ou mudança, em particular nos serviços de segurança (Exército, polícia e serviços de inteligência), empresas públicas e territoriais. Esse é o famoso conceito de cogestão; e depois o apoio da família política de Tshisekedi à candidatura do *Front Commun pour le Congo* (FCC), a família política de Kabila, na eleição presidencial de 2023⁴². Para culminar, numa carta de 23 de setembro intitulada «Éclairage historique autour des dernières mêlées médiatiques en rapport avec les élections présidentielle du 30 décembre 2018», Corneille Nangaa, ex-presidente da Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI), confirma a existência deste acordo de partilha de poder entre Joseph Kabila e Félix Tshisekedi:

Existe um acordo político. Existe um acordo político que precedeu a publicação dos resultados finais. Eu sou um dos seus corredores. Este acordo inalterável foi assinado perante testemunhas, pelo Presidente Tshisekedi e pelo seu antecessor; o acordo político "ACCORD POUR LA STABILITÉ DE LA REPUBLIQUE DEMOCRATIQUE DU CONGO" foi certificado e validado por três (3) Chefes de Estado africanos (NANGAA, 2023, p. 2).

O candidato a presidência da República, Martin Fayulu, estava, portanto, certo ao dizer que "Félix Tshisekedi é o fantoche de Joseph Kabila" (Entrevista na France 24, 20 de março de 2019). «O sistema Kabila existe porque Kabila colocou uma máscara, e essa máscara se chama Felix Tshisekedi», acrescenta Martin Fayulu. Segundo ele, Joseph Kabila detém os principais setores do poder, em particular a Assembleia Nacional, as assembleias provinciais, o Senado, o exército, os serviços de segurança, a Diretoria Geral de Migração e os serviços de inteligência⁴³.

⁴²www.7sur7.cd. *Exclusif : En 7 points, ce que l'on sait du « deal », l'accord Tshisekedi-Kabila*. Disponível em: <https://www.7sur7.cd/2020/10/30/exclusif-en-7-points-ce-que-lon-sait-du-deal-laccord-tshisekedi-kabila#:~:text=FCC%20qui%20voit-,son,-h%C3%A9g%C3%A9monie%20politique%20menac%C3%A9e>. Acesso em 20 de junho de 2022.

⁴³www.france24.com. *Martin Fayulu : "Félix Tshisekedi est la marionnette de Joseph Kabila"*. Disponível em: <https://www.france24.com/fr/20190321-rd-congo-rdc-martin-fayulu-invite-plateau-france24-felix-tshisekedi-joseph-kabila#:~:text=plut%C3%B4t%20une%20solution-,qui,-satisfasse%20le%20peuple>. Acesso em 20 de junho de 2022.

O ano de 2020, por sua vez, anuncia o período de emancipação política de Felix Tshisekedi em relação a Joseph Kabila, que muitos pesquisadores consideram ter sido aquele que o nomeou eleitoralmente. Em 6 de dezembro de 2020, em um discurso transmitido pela *Télévision Nationale*, Felix Tshisekedi decidiu encerrar sua coalizão com o *Front Commun pour le Congo* (FCC) de Joseph Kabila: «Não temos o direito de manter o futuro de nossa nação refém de disputas e reposicionamentos políticos. Como resultado, não posso me obrigar a permanecer no status quo e na paralisação», diz Felix Tshisekedi⁴⁴. Dessa forma, Felix está assumindo o controle das principais instituições do Estado, em violação a certas disposições da Constituição (www.politico.cd, 14/08/2020). Em julho de 2020, ele nomeou três novos membros da Corte (de um total de nove) sem a assinatura do Primeiro-Ministro, conforme exigido pela Constituição da República Democrática do Congo. O artigo 79, parágrafo 4, da Constituição estabelece que «as ordens do Presidente da República que não sejam as previstas nos artigos 78, parágrafo 1, 80, 84 e 143 são assinadas pelo Primeiro-Ministro». Além disso, por meio de uma cooptação em larga escala de parlamentares do FCC e da oposição, ele formou uma nova maioria presidencial e fortaleceu seu controle sobre o exército e os serviços de segurança, nomeando membros de sua tribo para determinados cargos importantes do Estado e da segurança.

Como podemos ver, a emancipação política de Felix Tshisekedi também poderia servir como uma estrutura para a emancipação das mídias. Nesse sentido, 2019 e 2020 nos permitiram compreender a complexidade do status da imprensa congoleza. Também nos permitiu comparar a perspectiva das mídias durante a eleição presidencial de Tshisekedi e a de Joseph Kabila, este último considerado por muitos congolezes como ruandês e, portanto, desse ponto de vista, assuntos relacionados a Ruanda ou à ocupação do Congo não podiam ser cobertos pelas mídias congolezas por medo de represálias quando Joseph Kabila era oficialmente presidente da República Democrática do Congo.

⁴⁴ afrikarabia.com. *RDC: Tshisekedi acte as rupture avec Kabila*. Disponível em: <https://afrikarabia.com/wordpress/rdc-tshisekedi-acte-sa-rupture-avec-kabila/#:~:text=membres%20au%20sein-,de,-l%E2%80%99Assembl%C3%A9e%20Nationale%C2%A0%C2%BB.%20Une>). Acesso em 20 de junho de 2022.

Sublinhemos, a este respeito, que para além dos critérios em que assenta a nossa escolha dos jornais, acima referidos, é útil notar que a escolha dos órgãos de imprensa submetidos à análise de conteúdo, se justifica por duas razões. Por um lado, estão entre os jornais congolesees que têm uma grande tiragem, susceptíveis de servir de referência para o espaço público nacional congolês. Como tal, eles merecem atenção porque são lidos em boa parte do país, fora das fronteiras nacionais e têm um site sempre atualizado. Por outro lado, esses meios de comunicação estão entre os jornais antigos do país. Como tal, eles estão testemunhas de grandes desenvolvimentos sócio-políticos neste país. Note-se que toda essa documentação está disponível no banco de artigos de diferentes empresas de imprensa selecionadas. Obtivemos essa documentação desses respectivos órgãos de imprensa. Também consultamos seus respectivos sites, embora a maioria dos jornais examinados não esteja listada como arquivos nos sites dos três jornais mencionados acima.

Sendo assim, durante todo o período de nossas investigações, nosso corpus inicial para análise de conteúdo usando a técnica de análise quantitativa consistiu em uma amostra representativa composta de 389 artigos intimamente relacionados ao nosso tema de pesquisa. Conforme mencionado acima, esses artigos vieram das seguintes empresas das mídias: *L'Avenir*, *Forum des As* e *Le Phare*. Durante todo o período de nossas investigações, o jornal *Forum des As* produziu um total de 130 artigos (incluindo 21 artigos em dezembro de 2018, 23 artigos em janeiro de 2019, 20 artigos em fevereiro de 2019, 22 artigos em outubro de 2020, 21 artigos em novembro de 2020 e 23 artigos em dezembro de 2020). O jornal *Le Phare* publicou 128 artigos no mesmo período, quase na mesma proporção. O *L'Avenir* produziu 131 artigos no mesmo período. Após uma leitura cuidadosa, selecionei uma amostra final de 139, incluindo 54 do jornal *Forum des As* (7 artigos de dezembro de 2018, 11 artigos de janeiro de 2019, 8 artigos de fevereiro de 2019, 11 artigos de outubro de 2020, 7 artigos de novembro de 2020 e 10 artigos de dezembro de 2020), 36 artigos do jornal *L'Avenir* (5 artigos de dezembro de 2018, 8 artigos de janeiro de 2019, 7 artigos de fevereiro de 2019, 6 artigos de outubro de 2020, 6 artigos de novembro de 2020 e 4 artigos de dezembro de 2020) e 49 artigos do *Le Phare* (4 artigos de dezembro de 2018, 10 artigos de janeiro de 2019, 7 artigos de fevereiro de 2019, 10 artigos de outubro de 2020, 10 artigos de novembro de 2020 e 8 artigos

de dezembro de 2020). Todos os artigos selecionados são os mais significativos para os fins de nossa análise.

Entretanto, como pode ser visto, os artigos do jornal *Forum des As* e os do jornal *Le Phare* superam os do jornal do regime, *L'Avenir*. Essa escolha é estrategicamente epistemológica e metodológica. Está inegavelmente estabelecido que a essência e a substância das modalidades discursivas do jornal *L'Avenir* poderiam ser percebidas a olho nu, dado o apoio assertivo desse meio de comunicação ao regime em Kinshasa. O pesquisador teria menos trabalho para descobrir o status da imprensa congoleza baseando-se no jornal *L'Avenir*. Sua linha editorial, sem dúvida, reflete a política e a filosofia do governo em Kinshasa. Por outro lado, os outros dois jornais, *Forum des As* e *Le Phare*, de acordo com suas linhas editoriais, consideram-se neutros e da oposição, respectivamente. Portanto, a análise de um número significativo desses dois últimos jornais pode ser decisiva pelo nosso estudo.

É necessário estudar em profundidade e em quantidade suficiente o conteúdo das mídias desses dois jornais para determinar o status da imprensa que, em princípio, deveria ser diferente do jornal *L'Avenir*. Caso contrário, que consequências devem ser tiradas do fato de esses jornais não terem cumprido sua política editorial? Essa abordagem lançaria mais luz sobre o status da imprensa e, sem dúvida, enriqueceria o debate sobre o assunto.

Enquanto aguardamos a análise, a interpretação e as inferências a serem tiradas, vamos primeiro apresentar os jornais em análise.

5. 2. 1. 2. Jornais diários a serem analisados (2018-2020)

a) *Le Phare*

Criado em 1983 e publicado em Kinshasa, *Le Phare* é um diário geral congolês, mas com acesso especial a questões políticas. Pertence a Polydor Muboyayi Mubanga e aparece como um jornal de opinião, próximo da oposição. Sua publicação é regular, com um site sempre atualizado. Este jornal está sem uma rede de distribuição. Este jornal está sediado na 135 Gécamines Avenue, em Kinshasa-Gombe.

b) *L'Avenir*

L'Avenir é um jornal de informação geral cuja metade de sua superfície editorial é dedicada a políticas gerais. É inicialmente semanal. Dez anos depois, ou seja em 2006, o jornal tem uma edição publicada diariamente e emprega cerca de trinta jornalistas. Publicado em francês pelo Groupe *L'Avenir* em Kinshasa, do qual Pius Mwabilu está encarregado, este jornal também contém notícias em Lingala ou em suaíli. Ao contrário do jornal *Le Phare*, ele está mais perto do poder com um site sempre atualizado.

c) *Forum des As*

Forum des As é um jornal diário privado e independente, criado em 1989 por Boverly Bongo. Inicialmente quinzenalmente, torna-se, sucessivamente, em 1993, quinzenalmente e quadrienalmente. Hoje, o *Forum des As* aparece como informação geral diária, com um foco particular em questões políticas. O *Forum des As* está localizado na 11 Industriel, no município de Limeté Industrielle.

5.2.2. Coleta e sistematização dos dados da análise qualitativa usando o Nvivo 14

Com relação à análise de conteúdo qualitativa computadorizada usando o software Nvivo 14, deve-se observar que coletamos os dados usando a técnica de entrevista. Produzi um corpus de 28 entrevistas semiestruturadas significativas com profissionais das mídias. Alguns deles são funcionários públicos das mídias. Outros, por outro lado, são independentes. Entrevistei 5 mulheres. As jornalistas geralmente têm medo de se manifestar. Várias solicitações de entrevistas com várias jornalistas ficaram sem resposta. Algumas delas afirmam como é perigoso falar da política no Congo (Cf. Entrevista realizada com a jornalista Nancy, em 20 de fevereiro de 2023). As entrevistas duraram entre 18 minutos e 1 hora, 1 minuto e 55 segundos. 11 delas foram presenciais e 17 pela remota. As entrevistas gravadas foram com meu telefone iPhone 13 Pro Max, depois transcritas manualmente por

mim mesmo e, por fim, analisadas com o software Nvivo 14. Deve-se observar que a seleção dos jornalistas entrevistados baseou-se não apenas no respeito à diversidade de gênero, mas também em princípios éticos e deontológicos. Em outras palavras, realizei minhas entrevistas com jornalistas que eram autônomos, ética e deontologicamente recomendáveis.

De maneira sintética, analisei 28 entrevistas semiestruturadas, algumas das quais podem ser encontradas no anexo deste trabalho, e 139 artigos significativos. Os 139 artigos estão distribuídos da seguinte forma:

- ❖ Journal *Forum des As*: 54 artigos (7 artigos de dezembro de 2018, 11 artigos de janeiro de 2019, 9 8 artigos de fevereiro de 2019, 11 artigos de outubro de 2020, 7 artigos de novembro de 2020 e 10 artigos de dezembro de 2020).
- ❖ Journal *Le Phare*: 49 artigos (4 artigos de dezembro de 2018, 10 artigos de janeiro de 2019, 7 artigos de fevereiro de 2019, 10 artigos de outubro de 2020, 10 artigos de novembro de 2020 e 8 artigos de dezembro de 2020).
- ❖ Journal *L'avenir*: 36 artigos (5 artigos de dezembro de 2018, 8 artigos de janeiro de 2019, 7 artigos de fevereiro de 2019, 6 artigos de outubro de 2020, 6 artigos de novembro de 2020 e 4 artigos de dezembro de 2020).

Depois de coletar e consultar os dados, analisei-os. A seguir, mostrarei como procedi para analisar os dados. O destaque do procedimento de análise de dados nos permite acompanhar todo o processo científico, passo a passo, para que possamos ver como os resultados da análise foram obtidos. Os resultados dessa análise serão apresentados no capítulo 6 de nosso trabalho.

5.2.2. Procedimentos de análise

5.2.2.1. Análise quantitativa e grade de leitura como técnica de análise e ferramenta metodológica

5.2.2.1.1. Técnica utilizada: análise quantitativa de conteúdo

A aplicação de nosso método de análise requer o estabelecimento prévio de uma técnica e de uma ferramenta metodológica. No que diz respeito à técnica, usei a análise quantitativa. De fato, o epicentro de nossas investigações está localizado no nível da mensagem, na medida em que, em uma perspectiva comparativa, estudamos as representações produzidas pela imprensa escrita congoleza, determinando as divergências e convergências existentes entre os órgãos de imprensa em análise. Dessa forma, com base nos temas representados e definidos, a análise de conteúdo possibilita a dissecação da essência da comunicação. É evidente que o interesse de nosso estudo está em compreender o tratamento jornalístico do conteúdo, e não em descrevê-lo. Utilizamos a metodologia quantitativa, especialmente porque nosso trabalho também envolve a determinação da frequência dos temas definidos e analisados para estabelecer diferenças e/ou semelhanças na cobertura das mídias sobre a RD do Congo.

Com relação à grade de leitura ou ferramenta metodológica, é importante ressaltar que a grade de leitura pode ser inventada, reinventada a cada vez ou quase todas as vezes e deve ser adaptada a cada pesquisa para responder a perguntas específicas desta. Mas vale frisar que, apesar da adaptação da grade de leitura a uma pesquisa específica, a construção das categorias que compõem a grade de leitura deve respeitar as regras gerais aceitas da análise de conteúdo, particularmente a homogeneidade, exclusividade, objetividade, exaustividade, representatividade e pertinência. A nossa grade de leitura teve em conta todos estes princípios. Sublinhamos, além disso, que existem várias grades de leitura. No âmbito deste trabalho, optamos por um modelo misto, em uma perspectiva construtivista, porque ele se adapta melhor ao nosso tipo de análise. Trata-se da combinação das grades de leitura de Jean-Pierre Boyer e Stephen Kline (BOURBONNIÈRE, 2007).

A grade de leitura de Jean-Pierre Boyer, com seu método OSCAR (Método de Observação em Situação de Conduta de Atividade Real), tem a vantagem de ser

«uma análise sistemática da informação» (TRUDEL, 1992, pp. 29-30). Vários elementos constitucionais desse método são necessários para nossa análise do *corpus*, em especial sua concepção do artigo jornalístico. Com efeito, o método OSCAR considera um artigo de jornal ou o texto de um boletim de notícias como «uma narrativa (uma história), resultante de um trabalho concreto de produção de significado por um autor intencionalizado e posicionado». (TRUDEL 1992, pp. 29-30). Essa narrativa é construída através de seu «prisma com uma biografia variável ou mesmo impossível de desconsiderar uma metacomunicação» (LEE THAYER, 1965). Surge aqui a ideia de que «a informação nunca é totalmente neutra ou objetiva, na medida em que a produção dessa informação envolve processos de seleção, de avaliação, de hierarquização, de formatação e de interpretação» (BOURBONNIÈRE, 2007, 60). Dessa forma, a realidade apresentada é uma reconstrução jornalística, até mesmo uma co-construção. O conhecimento é uma co-construção. Toda descoberta é uma co-descoberta.

Stephen Kline (2000), por outro lado, propõe uma grade de análise geral baseada no «conceito de viés, que pode ser o viés de conteúdo, fonte, tema e retórica» (p.145). O conceito de viés não se refere apenas ao conceito de processamento tendencioso da informação, mas também nos permite perceber o uso de representações e a encenação da informação por atores sociopolíticos congolese. Além disso, o conceito de viés leva à ideia da presença de interferência ou influência na seleção dos elementos que entram nas mensagens, que colore a representação dos eventos da realidade pelos jornalistas (BOURBONNIÈRE, 2007).

Através do viés de conteúdo, será possível identificar os atores envolvidos, os temas dos debates e as principais questões descritas nos artigos e «ver quais direções sucessivas levam o conteúdo da mensagem» (GRA WITZ, 1981, p. 539). O viés retórico, por outro lado, «refere-se ao contexto e à estrutura do raciocínio na reportagem» (STEPHEN KLINE, 2000: 145), além de tocar à lógica formal e linguística do jornalista. Stephen Kline (2000) salienta que o viés retórico dos organismos de informação se deve principalmente ao uso de opinião, contexto emocional, atribuição de causas, tom apreciativo e coordenação de comentários de imagem. É nesta parte da análise que categorização, interpretação e avaliação são agrupadas no processo de construção da mensagem. Assim, torna-se possível

estudar como categorizar os eventos descritos em «pequenas causas, mas também interpretá-los de acordo com o quadro de referência sociocultural» (BOURBONNIÈRE, 2007, pp. 65-66).

No que diz respeito ao viés temático, trata-se do ângulo escolhido para abordar, explicar e compreender os eventos tratados. Assim, seja a orientação cognitiva, emocional ou a interpretação e representação de eventos como «a justificativa para a ação política, todos esses elementos encontrarão seu lugar na interpretação dos resultados da análise temática» (GRA WITZ, 1981, p.539).

Vale lembrar que a definição do tema que escolhemos nesta análise de conteúdo é proposta por Berelson (1971). De fato, segundo este, o tema é «uma afirmação sobre um assunto, ou seja, uma frase composta, geralmente um resumo ou sentença condensada, sob a qual um conjunto de formulações singulares pode ser afetado». (BERELSON, 1971; BARDIN, 2003, p. 21). Em soma, o tema se apresenta como a unidade de significado usada para analisar o que emerge naturalmente de um texto e analisado de acordo com certos critérios relacionados à teoria que norteia a leitura. O tema refere-se a uma realidade psicológica e não linguística, porque «refere-se a uma afirmação, mas muitas vezes também, a uma alusão que pode se referir a um tema ou a vários outros temas» (BOURBONNIÈRE, 2007, pp. 62 -63).

Desta forma, optamos por analisar o artigo de jornal, na medida em que oferece um breve discurso, limitado por sinais de pontuação específicos e contém várias ideias. O artigo de jornal tem a vantagem de ser mais curto que o de uma revista e seu conteúdo é orientado de maneira precisa, de acordo com o ângulo escolhido pelo jornalista, o que facilita a tarefa da enumeração temática que, segundo Laurence Bardin (1998), «torna possível identificar no texto atitudes psicológicas (qualidades, aptidões), aconselhadas ou desencorajadas, que o leitor deve atualizar ou descartar para atingir seus objetivos» (p. 77). Portanto, identificamos núcleos de significado que fazem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparência pode significar algo para o objetivo de nossa pesquisa.

Como se pode ver, após uma leitura preliminar dos artigos do corpus selecionados para o nosso trabalho, dividimos o objeto de análise em algumas categorias de temas aos quais foi aplicado o sistema de codificação/contagem de

unidades. Em outras palavras, as nossas categorias são essencialmente temáticas. Além disso, as nossas categorias são delimitadas em subtemas específicos. Tal abordagem tem a vantagem de buscar sentido em uma relação entre o produtor de um texto, o texto e o receptor, ou seja, um leitor. Recordemos que as categorias são títulos ou classes que reúnem um grupo de elementos, também chamados unidades de registo ou gravação. Sob um título genérico, é uma coleção feita em virtude das características comuns destes elementos. Num outro registo de linguagem, trata-se da classificação dos elementos constituintes de um conjunto por diferenciação e, em seguida, o agrupamento por tipo (analogia) de acordo com critérios definidos a fim de fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos (BARDIN, 1977). Robert e Bouillaguet (1997) definem a unidade de gravação como o «segmento determinado de conteúdo que o investigador decidiu reter a fim de o incluir na grelha de análise» (p. 30).

Como podemos ver, a nossa grade de análise foi preenchida de acordo com a unidade de gravação que escolhemos, mas também de acordo com a unidade de numeração, ou seja, «a forma como o analista contará quando tiver optado por recorrer à quantificação; a unidade de numeração corresponde, portanto, ao que conta» (ROBERT & BOUILLAGUET, 1997, p. 30).

Além disso, a fim de interpretar corretamente os dados analisados através da técnica categorial, usamos as operações estatísticas de porcentagens. Isso nos permitiu essencialmente estabelecer tabelas de resultados. As tabelas condensam e destacam as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 1977). Esses resultados foram submetidos a testes estatísticos e testes de validade para maior rigor. Graças a isso, avançamos interpretações sobre os objetivos planejados ou sobre outras descobertas imprevistas e propomos inferências. Como Robert & Bouillaguet (1997) afirmam, a interpretação dos resultados consiste em «recorrer aos elementos trazidos à tona pela categorização para estabelecer uma leitura ao mesmo tempo original e objetiva do corpus estudado» (p. 31).

Em relação à análise qualitativa de conteúdo, utilizei a técnica de entrevista como ferramenta metodológica para a coleta de dados, conforme explicado acima, mas também o software Nvivo 14 como ferramenta técnica de análise.

5.2.2.1.2. Software Nvivo 14 como ferramenta operacional para análise qualitativa informatizada

A técnica de entrevista nos permitiu reunir um conjunto de 28 entrevistas para análise, conforme descrito acima. Em seguida, usei o software Nvivo 14 para a análise. Para isso, primeiro criei um projeto no Nvivo 14 usando o assistente de criação de projetos. Depois que o projeto foi criado, o nomeie "Análise Qualitativa". Importei e arqueei o corpus no projeto que havia criado. Esse corpus constitui os arquivos ou o banco de dados do software. Em seguida, criei os nós ou códigos, que são outra forma de classificar as informações. Lembre-se de que, no Nvivo, os nós ou códigos são, em outras palavras, categorias ou títulos sob os quais o analista coloca determinados trechos do material relacionados ao seu tema de pesquisa. No meu caso, defini meus temas ou categorias antecipadamente com base nas perguntas feitas aos entrevistados. Eu tinha quatro perguntas. Elas deram origem a quatro temas, a saber: O status da imprensa congoleza durante o processo de ocupação e balcanização, a apropriação das TICs⁴⁵ pelo povo congolês para agendar as mídias de massa e impor uma narrativa diferente, a libertação da imprensa congoleza da interferência da estrutura sociopolítica dominante e a necessidade de heroísmo jornalístico diante da tragédia congoleza.

Fica claro, então, que eu havia criado quatro códigos ou nós correspondentes aos quatro temas. Em cada tema ou nó ou código ou categoria, coloquei os trechos das respostas dos entrevistados relacionados ao tema da pesquisa e que julguei serem decisivos ou significativos para a análise. Em outras palavras, em vez de decompor o texto em sua totalidade, como na análise sintática, eu estava interessado apenas nas unidades de significado, ou seja, nas passagens das entrevistas que têm significado ou ideias-chave. As unidades semânticas são identificadas no texto a partir de uma série de frases, partes de frases, palavras, substantivos ou verbos que evocam uma ideia. No Nvivo, essa operação é chamada de codificação.

⁴⁵ BRAGA, Adriana; LOGAN, Robert. Celular de Guerrilha: usos subversivos da tecnologia móvel no Brasil Chasqui. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 129, agosto-noviembre, 2015, pp. 113-127. Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina Quito, Ecuador

Em outras palavras, a codificação consiste em vincular os extratos do nosso material aos nós correspondentes. Links computadorizados são criados entre os documentos e os nós. Nosso objetivo, por meio da codificação, era reunir todas as informações sobre determinado assunto ou tema no lugar certo. Com os nós, é possível abrir um nó que contenha trechos das respostas de diferentes entrevistados, a fim de especificar a compreensão do assunto de nossa pesquisa. Também recodifiquei a primeira codificação, que era ampla. Isso me permiti especificar o status da imprensa congoleza. A codificação representa o momento de descontextualização-recontextualização (TESH, 1990) do corpus mencionado acima. Uma vez concluídas todas as operações de codificação, passei para a fase de análise, interpretação e redação dos resultados da pesquisa. Conforme mencionado acima, os resultados serão apresentados no capítulo 6 desta tese na forma de tabelas, gráficos e matrizes.

Conclusão parcial

É inegável que a escolha do método de processamento de dados depende das perguntas e dos objetivos da pesquisa. A pluralidade de abordagens parece ser benéfica para o questionamento dos fenômenos estudados. Se tivéssemos nos limitado apenas ao conteúdo das mídias, ou seja, aos jornais, teríamos concluído que a imprensa congoleza é exclusivamente papagaiótica. A análise das entrevistas nos permitiu compreender outros status da imprensa congoleza. Ela também mostrou que, além de alguns jornalistas independentes, muitos jornalistas que trabalham para organizações das mídias são capazes de sair de suas linhas editoriais para expressar livremente suas opiniões sobre questões atuais, como a ocupação e a balcanização da RD do Congo. Nesse sentido, a pluralidade metodológica usada em qualquer trabalho continua sendo benéfica. As situações humanas são, em sua essência, complexas. Os fatos sociais são objetiváveis, mensuráveis e quantificáveis, mas também são construções subjetivas, cujos significados podem ser extraídos por abordagens qualitativas. Como diz Paquay (2006), qualquer processo de pesquisa requer ciclos indutivos-hipotéticos-dedutivos. Além disso, a adesão aos procedimentos metodológicos como um todo pode garantir a

rastreabilidade e a credibilidade dos resultados, que podem ser verificados por outros pesquisadores que seguiram o mesmo padrão. Além disso, os critérios estabelecidos para a determinação do corpus, bem como para a categorização, as entrevistas semidiretivas com profissionais das mídias permitiram uma pesquisa mais ou menos objetiva e confiável. Embora a estratégia envolva um elemento de subjetividade na interpretação dos dados, deve-se observar que essa subjetividade é fundamentalmente desinteressada.

A esse respeito, a precisão do processo metodológico nos permite analisar, finalmente, o status da imprensa escrita congoleza, de modo a rastrear as mudanças sociopolíticas que ocorreram na RD Congo. Essa grande preocupação é o epicentro de nosso sexto capítulo.

« Geralmente um país vale o que vale a sua imprensa: energia em vez de ódio, pura objetividade e não retórica, humanidade e não mediocridade» (Albert Camus, Combat: editorial (extrato), 1º de setembro de 1944).

«A imprensa é uma escola de estupidez porque nos isenta de pensar» (Gustave FlaubertDe Gustave Flaubert).

CAPÍTULO 6: O processo de mudança política na imprensa Congoleza: análise, apresentação e interpretação da produção (2018-2020)

6.0. Introdução

O objetivo deste capítulo é descrever o status da imprensa congoleza face às mudanças sociopolíticas na era das TICs. Esta abordagem permite-nos compreender o papel desempenhado pela imprensa durante a ocupação e o processo de balcanização do Congo, mas também compreender o tipo de mudança política que ocorreu na RD Congo entre 2018 e 2020. O status da imprensa revelado é também uma rastreabilidade da mudança política na República Democrática do Congo. Em qualquer sistema geopolítico, as mídias são o sinal tangível da evolução de um sistema político para outro. Os meios de comunicação social são simultaneamente testemunhas e atores da mudança política e social. Inegavelmente, na impossibilidade de exercer um controle absoluto sobre a informação, os meios de comunicação social podem revelar a transição de antigos sistemas autoritários para formas mais democráticas de gestão do espaço político, abertas a controles e equilíbrios e à possibilidade de alternância (RONNING 1994, TETTEY, 2001, BERGER, 2002). Este capítulo está dividido em 4 eixos: Análise, apresentação dos dados quantitativos para 2018-2019 e interpretação dos resultados; Análise, apresentação dos dados quantitativos para 2020 e interpretação dos resultados; Análise, apresentação dos dados qualitativos e interpretação dos resultados; Breves considerações sobre os resultados

6. 1. Análise, apresentação dos dados de 2018-2019 e interpretação dos resultados

6. 1.1 Viés de conteúdo na produção mediática congoleza

O objetivo deste parágrafo é mencionar alguns dos atores e palavras mais frequentemente citadas nos jornais analisados, para que os leitores possam seguir a demonstração de nossa análise.

a) Para o período 2018-2019

Palavra	Tamanho	Número	Percentagem ponderada
Congo	5	1719	0,35%
tshisekedi	10	926	0,19%
Élections (eleições)	9	875	0,18%
Ceni	4	765	0,16%
Félix	5	648	0,13%
Kabila	6	620	0,13%
Cenco	5	335	0,07%
Fayulu	6	322	0,07%
shadary	7	286	0,06%
Fcc	3	281	0,06%
lamuka	6	272	0,06%
Vérité (verdade)	6	210	0,04%
Coalition (coalisão)	9	188	0,04%

Fatshi	6	127	0,03%
Violences (violências)	9	106	0,02%

b) Para o período de 2020

Palavra	Tamanho	Número	Percentagem ponderada
Congo	5	1483	0,27%
tshisekedi	10	1030	0,19%
Félix	5	792	0,14%
Fcc	3	595	0,11%
Coalition (colisão)	9	367	0,07%
Kabila	6	318	0,06%
minembwe	8	270	0,05%
Cach	4	247	0,05%
Onu	3	181	0,03%
Corruption (corrupção)	10	170	0,03%
Fatshi	6	163	0,03%
Monusco	7	101	0,02%
Lamuka	6	99	0,02%
Katumbi	7	96	0,02%
Insécurité (insegurança)	10	95	0,02%

6. 1.3 Viés temáticas nos jornais congolese em 2018-2019 e 2020

O objetivo aqui é destacar as categorias ou temas principais da nossa análise. Estes temas, representados em forma de tabela abaixo, constituem o quadro narrativo ou o ângulo a partir do qual a situação na RD Congo é relatada. Após uma leitura aprofundada dos artigos dos três jornais selecionados para o nosso trabalho, decidimos dividir o objeto da nossa análise em 5 grandes categorias temáticas para o período das nossas investigações. Estas categorias são também divididas em subtemas específicos. O primeiro tema escolhido, Kabila, divide-se em 5 subtemas de análise, a saber: *Alternance pacifique, Deal avec Tshisekedi, Autorité morale, Rais, sujet rwandais*. O segundo tema, o Congo, inclui sete subtemas: *Infiltration, Occupation, Balkanisation, Minembwe, Génocide, Rapport mapping, massacres*. O terceiro tema, Tshisekedi, divide-se em três subtemas: *Fatshi, Deal avec Kabila, Coalition FCC-CACH*. O quarto tema, Fayulu, divide-se em dois subtemas: *Président élu, vérité des urnes*. O quinto tema, "Eleições", divide-se nos seguintes subtemas: *CENI, irrégularités, Résultats des élections, Contestation, Répression*. Mantivemos os mesmos temas para as duas fases das nossas investigações, a fim de verificar a sua evolução no tempo e/ou de tratá-los comparativamente.

a) Temas e subtemas para 2018-2019: análise e interpretação dos resultados

JOURNAUX (JORNAIS)	L'AVENIR (O FUTURO)	FORUM DES AS (Fórum Ace)	LE PHARE (O Farol)	TOTAL
NOMBRE D'ARTICLES (NÚMERO DE ARTIGOS)	20	26	21	67
TEMAS	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA	TOTAL
KABILA	226	304	90	620

Alternance pacifique (Alternância pacífica)	28	65	33	126
Deal-Tshisekedi	0	4	2	6
Sujet rwandais (Sujeito ruandês)	0	0	0	0
CONGO	741	610	368	1719
Infiltration (Infiltração)	0	0	0	0
Occupation (Ocupação)	0	5	0	5
Balkanisation (Balcanização)	0	3	1	4
Genocide (Génocide)	1	1	1	3
Rapport mapping (Mapeamento)	0	0	0	0
Massacres (Massacres)	2	5	1	8
TSHISEKEDI	262	428	236	926
Fatshi béton	10	104	13	127
Deal-Kabila	0	4	2	6
FCC-CACH	98	222	53	373
FAYULU	58	222	42	322
Président élu (Presidente eleito)	0	5	0	5

Vérité des urnes (A verdade das urnas)	16	247	79	
ELECTIONS (ELEIÇÕES)	247	372	256	875
CENI	197	297	271	765
Irrégularités (Irregularidades)	2	5	23	30
Contestation (contestação)	21	40	11	72
Répression (Repressão)	9	2	5	16

No que diz respeito ao tema Kabila, seja no Forum des As ou no Le Phare, a nossa análise de conteúdo revela que Kabila fez um acordo com Félix Tshisekedi (Confira *Forum des As*, edições de 19/12/2018 e 11/01/2019; *Le Phare*, edição de 1/1/2019) mesmo antes da publicação dos resultados da eleição presidencial pela CENI, a fim de facilitar a alternância de poder. O jornal *L'Avenir* não menciona este fato, certamente para ocultar o conteúdo do acordo. Ao assinar este acordo, Joseph Kabila está inegavelmente a ceder simbolicamente a presidência a Félix Tshisekedi, a fim de conservar o poder com toda a tranquilidade. Joseph Kabila controla a Assembleia Nacional, o Senado e o aparelho de segurança. Na República Democrática do Congo, quando o Presidente não dispõe de uma maioria parlamentar, os seus poderes são significativamente reduzidos (Confira artigos 78º, 81º, 82º e 148º da Constituição congoleza de 18 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei nº 11/002 de 20 de janeiro de 2011). É este o verdadeiro significado do acordo celebrado entre Joseph Kabila e Félix Tshisekedi. Joseph Kabila aceitou cortar o seu dedo para salvar o seu braço. Neste sentido, não se pode excluir que a mudança em que muitos acreditaram não seja mais do que uma estratégia dos poderes patrimonialistas para perpetuar o seu poder de ocupação. É inegável que Félix

Tshisekedi é um novo cavalo de Troia. Os poderes patrimonialistas atuam agora através de Félix Tshisekedi sob a coordenação de Joseph Kabila.

A este respeito, em vários artigos analisados nos jornais *L'Avenir* (11)⁴⁶, *Forum des As* (15)⁴⁷ e *Le Phare* (10)⁴⁸, Joseph Kabila é apresentado como a pessoa que possibilitou a mudança pacífica. Como salienta o jornal *L'Avenir* na sua edição de 22 de janeiro de 2019: "Ela mostrou um desejo claro de mudança no topo do Estado [...] Devemos também estar gratos [...] Começando pelo [...] Presidente Joseph Kabila" (p. 2)⁴⁹. Joseph Kabila é assim visto como a pessoa que facilitou a transferência pacífica e civilizada de poder entre ele e Felix Tshisekedi. Assim, Joseph Kabila é considerado um pacificador e um democrata. No entanto, Joseph Kabila não abandonou o poder por sua livre vontade. Foi forçado a abandonar o poder. Foram organizadas várias marchas contra o desejo de Joseph Kabila de permanecer no poder. No final dessas marchas, vários congoleses foram feridos e outros foram mortos, entre os quais Thérèse Kapangala⁵⁰. Neste sentido, a alternância de poder entre Joseph Kabila e Félix Tshisekedi é uma alternância de sangue; uma alternância conquistada à custa de lutas e sacrifícios.

A propósito de Tshisekedi, vários artigos dos três jornais referiam-se carinhosamente a ele como Fatshi e/ou Fatshi Béton⁵¹. Há também várias mensagens de parabéns a Félix Tshisekedi, nomeadamente dos Estados Unidos da América e da União Europeia. O jornal *L'Avenir*, na sua edição de 23 de janeiro de 2019, titula na primeira página: «L'UE reconnaît enfin Tshisekedi», *Le Phare*, por seu lado, escreve na primeira página: «Après un temps de flottement, L'UE et l'AU

⁴⁶ As edições do 4/12/2018, 7/12/2018, 8/1/2019, 19/1/2019, 22/1/2019, 24/1/2019, 25/1/2019, 30/1/2019, 2/2/2019, 7/2/2019, 20/2/2019.

⁴⁷ As edições do 4/12/2018, 7/12/2018, 8/1/2019, 19/1/2019, 22/1/2019, 24/1/2019, 25/1/2019, 30/1/2019, 2/2/2019, 7/2/2019, 20/2/2019.

⁴⁸ As edições do 7/12/2018, 31/12/2018, 10/1/2019, 11/1/2019, 19/1/2019, 21/1/2019, 23/1/2019, 30/1/2019, 31/1/2019, 4/2/2019, 11/2/2019, 13/2/2019, 14/2/2019, 22/2/2019, 27/2/2019,

⁴⁹ Em francês : « Elle a affiché un clair désir d'alternance au sommet de l'État [...] Nous devons nous montrer aussi reconnaissants [...] A commencer par [...] le président Joseph Kabila » (*L'Avenir*, edição do 22 janvier 2019, p. 2)

⁵⁰ www.amnesty.org. *Thérèse Déchade Kapangala Mwanza, tuée par la police sur le pas de la porte d'une église*. Disponível em : <https://www.amnesty.org/fr/latest/campaigns/2020/06/drc-justice-now-therese-dechade-kapangala-mwanza/#:~:text=sans%20heurts%20des%20C3%A9lections%20g%C3%A9n%C3%A9rales%20en%20RDC%20alors%20que%20le%20pays%20avait%20rat%C3%A9%20le%20d%C3%A9lai%20de%20novembre%202016%20fix%C3%A9>. Acesso em 11 de julho de 2023.

⁵¹ Cf. *Forum des As*, A edições do 11/12/2018, 13/12/2018, 19/12/2018, 31/12/2018, 14/1/2019, 18/2/2019, 22/2/2019 ; *L'Avenir*, as edições do 4/12/2018, 22/1/2019, 4/2/2019, 20/2/2019 ; *Le Phare*, as edições do 30/1/2018.

lâchent Fayulu et rejoignent les pro-Tshisekedi» (Cf. edição de 23/1/2019). Para uma eleição presidencial trufada de fraudes maciças e irregularidades reconhecidas por várias organizações, as mensagens de felicitações destas chancelarias ocidentais têm um objetivo claro e límpido: Martin Fayulu, o candidato cuja eleição foi roubada, e o povo congolês devem seguir em frente; devem esquecer e abandonar qualquer luta para restaurar a verdade das urnas. Neste sentido, a aceitação de Félix Tshisekedi como Presidente da República na sequência de uma eleição presidencial fraudulenta é a expressão da vontade ocidental de impor Félix Tshisekedi no poder para seus próprios interesses econômicos em detrimento do interesse nacional. É inquestionável que o povo deve dizer adeus aos seus próprios interesses e às suas aspirações soberanas. É inegável que o povo congolês está a ser pressionado a capitular e a deixar de ser o sujeito da história e o primeiro soberano. E, no entanto, nenhum sistema democrático ocidental pode aceitar no seu território irregularidades e fraudes maciças como as que caracterizaram as eleições congoleesas de 2018.

No que diz respeito ao tema do Congo, a nossa análise de conteúdo destaca o silêncio dos meios de comunicação social sobre o projeto de balcanização do Congo, que está a ser promovido pelas potências patrimonialistas, incluindo os Estados Unidos da América, o Ruanda e o Uganda. Com exceção da edição de 12 de fevereiro de 2019 do jornal *Le Phare*, que transmitiu o aviso do Félix Tshisekedi contra a balcanização do Congo (p. 3), e os do *Forum des As* de 9 de janeiro de 2019 (p. 4), 11 de janeiro de 2019 (p. 6) e 3 de dezembro, que recordaram o convite de Martin Faylu aos congoleeses para assumirem as suas responsabilidades contra o plano de balcanização (p. 10), o resto dos artigos em análise são inexplicavelmente silenciosos. Enquanto, como já foi referido, vários relatórios das Nações Unidas e uma vasta documentação de todo o mundo falam do risco de balcanização do país pelo governo americano, com o risco de ver o Ruanda, o Uganda e o Burundi levarem a cabo os seus planos de estabelecer o seu império Himatutsi no coração da África Central, anexando todo o Kivu ao Ruanda, ao Uganda e ao Burundi, a imprensa congoleesa não foi capaz de sensibilizar os congoleeses para um problema com consequências nefastas. Perante o caos organizado no Leste da República Democrática do Congo, a imprensa congoleesa demitiu-se. Capitulou.

Além disso, em relação ao tema dos massacres perpetrados todos os dias em solo congolês por Paul Kagame e seu exército, particularmente no leste da

República Democrática do Congo, nossa análise de conteúdo revela que apenas 3 artigos no jornal *L'Avenir* (Cf. as edições de 6/12/2018, 11/12/2019, 20/2/2019), 2 artigos do *Forum des As* (Cf. as edições de 12/2/2019, 27/2/2019) e 1 artigo do *Le Phare* (Cf. a edição de 4/12/2019) voltam ao assunto, mas de forma circunstancial e superficial. O assunto não é tratado a longo prazo. E, no entanto, quanto mais tempo dura uma verdade ou uma verdade é repetida muitas vezes, melhor catalisa a consciência coletiva. Além disso, os artigos que tiveram o mérito de falar dos massacres congolese não fornecem qualquer informação sobre a identidade dos verdadeiros assassinos do povo congolês. No entanto, vários trabalhos indicam claramente Paul Kagame, apoiado pelo governo americano, como o principal autor dos massacres e dos crimes contra a humanidade de que os congolese são vítimas (NGBANDA, 2004; Le Monde, 2 de julho de 1998, p. 564-565; ONANA, 2023; RAPPORT MAPPING, 2010). É inegável que alguns jornalistas congolese tiveram medo de falar para não serem mortos, torturados ou presos. Caso contrário, a RD Congo poderia ter tido a sua própria primavera, como a primavera Árabe ou a primavera de Ouagadougou com a saída de Blaise Compaoré.

No que respeita ao tema das Eleições e à publicação dos resultados eleitorais pela Comissão Eleitoral Independente (CENI), a nossa análise de conteúdo revelou várias manifestações em todo o país para denunciar a fraude maciça que marcou estas eleições e para exigir a verdade das urnas. Na sua edição de 7 de janeiro de 2019, *Le Phare* relata as palavras da missão conjunta de observação eleitoral AETA-RECICCOL 24 às urnas de 30 de dezembro de 2018, condenando irregularidades, violência eleitoral, «assassinatos em LURHALA/WALUNGU num local de votação» (p. 8). O *Forum des As*, por seu lado, na sua edição do 7 de janeiro, escreve: «Forte presença policial ontem em Kinshasa» (p. 4)⁵². Não há dúvida de que estas manifestações refletem a frustração generalizada e a determinação do povo congolês em fazer respeitar a sua soberania. A democracia não é um luxo para os africanos. Liberdade ou morte. O Congo para os congolese.

Por conseguinte, é claro para o povo que os resultados publicados pela CENI e confirmados pela Corte Constitucional não estão de acordo com a verdade ou a justiça, mas são antes uma vontade das potências ocidentais de impor um candidato

⁵² Em francês: « Forte présence policière hier à Kinshasa ! » (Edição do 7 janvier 2019, p. 4)

A este respeito, quando os jornais em análise levantam a questão da "verdade das urnas", muitas vezes é para ridicularizar Martin Fayulu, ou então para combater o empenhamento de Martin Fayulu em trazer a verdade das urnas à luz. Na sua edição de 7 de fevereiro de 2019, o jornal *L'Avenir*, citando Thierry Bishop Mfundu, escreveu: «Assim, para Lamuka, o fim da crise de legitimidade reside em colocá-lo de novo no centro do jogo político na RDC». Conclui: «A procura de bife está, portanto, a tornar-se uma questão-chave na luta política de Lamuka» (p. 5)⁵⁵. Por seu lado, na sua produção de 1 de fevereiro de 2019, *Le Phare*, reproduzindo as palavras de Alain-Daniel Shekomba, ex-candidato às eleições presidenciais de 2018, escreve nestes termos: «[...] a questão da verdade das urnas que Martin Fayulu está a pedir já não deve colocar-se» (p. 4)⁵⁶.

É evidente, portanto, que para o conjunto das mídias congoleesas analisadas, as eleições são uma coisa do passado. Félix Tshisekedi já foi proclamado Presidente da República. Estranhamente, a imprensa congoleesa está a fazer um pacto com a mentira e a contradizer a sua própria essência: a procura da verdade. Para a imprensa congoleesa, a verdade é negociável.

Note-se que certas questões importantes, como a pobreza, a libertação do Congo, a ocupação do Congo, a balcanização do Congo, Joseph Kabila como sujeito ruandês, a infiltração da RD Congo, o relatório de mapeamento, o genocídio congolês e o poder de compra estão praticamente ausentes da produção mediática congoleesa, ou pelo menos, menos bem representados. Tudo é feito para adormecer o povo congolês. A imprensa desempenha um importante papel de cúmplice na trágica situação congoleesa. É inegável que o silêncio das mídias congoleesas sobre estas questões é uma árvore que esconde a floresta.

⁵⁵ Em francês : « Donc pour Lamuka, la fin de la crise de légitimité passe par sa remise au centre du jeu politique de la RDC ». Et conclut : « La recherche du bifteck devient donc, un enjeu principal du combat politique de Lamuka » (*L'Avenir*, 7/2/2019, p. 5).

⁵⁶ Em francês : « [...] la question de la vérité des urnes que réclame Martin Fayulu ne devrait plus se poser » (*Le Phare*, 1/2/2019, p. 4).

b) Temas e subtemas para o período de 2020: análise e interpretação dos resultados

JOURNAUX (JORNAIS)	L'AVENIR (O FUTURO)	FORUM DES AS (FÓRUM ACE)	LE PHARE (O FAROL)	TOTAL
NOMBRE D'ARTICLES (NÚMERO DE ARTIGOS)	16	28	28	72
TEMAS	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA	TOTAL
KABILA	33	209	76	318
Alternance pacifique (Alternância pacífica)	28	65	33	126
Deal-Tshisekedi	0	4	2	6
Autorité morale (Autoridade moral/Chefe)	9	12	1	22
Sujet rwandais (Sujeito ruandês)	0	0	0	0
CONGO	413	623	447	1483
Infiltration (Infiltração)	0	0	0	0
Occupation (Ocupação)	0	5	0	5
Balkanisation (Balcanização)	0	3	1	4

Génocide (Genocídio)	1	1	1	3
Rapport mapping (Mapeamento)	0	0	0	0
Massacres (Massacres)	2	16	9	27
TSHISEKEDI	233	545	252	1030
Fatshi béton	10	104	12	126
Deal-Kabila	0	4	2	6
FCC-CACH	98	222	53	373
FAYULU	16	66	9	91
Président élu (Presidente eleito)	0	5	0	5
Vérité des urnes (A Verdade das urnas)	16	247	79	342
ELECTIONS (ELEIÇÕES)	98	113	66	271
CENI	197	297	271	765
Irrégularités (Irregularidades)	2	5	23	30
Contestation (Contestação)	21	40	11	72
Répression (Repressão)	9	2	5	16

No que diz respeito a Kabila, mesmo após a mudança de poder, a imprensa congoleza não fez qualquer esforço para provocar o debate sobre a sua verdadeira identidade. Nem um único artigo em qualquer dos jornais analisados volta a esta questão de interesse nacional. E, no entanto, existe documentação abundante que atesta a nacionalidade ruandesa de Joseph Kabila. Na sua obra coletiva, *Stratégie du chaos et du mensonge, poker menteur en Afrique des Grands Lacs*, publicada em 2014 pelas Éditions de l'Érablière, Patrick Mbeko e Honoré Ngbanda, por exemplo, acusam Joseph Kabila de ser de origem ruandesa e de não ser gémeo. O antigo governador do Katanga, Ngoy Mukena, num vídeo de 20 de junho de 2017, explica como construiu a falsa identidade katangesa de Joseph Kabila⁵⁷. O silêncio dos jornais sobre a identidade ruandesa de Joseph Kabila é uma prova eloquente do domínio de Joseph Kabila sobre as instituições da RD Congo. Além disso, este silêncio das mídias é também indicativo da quase inexistência na RD Congo de uma imprensa de investigação verdadeiramente crítica ou paralela.

Relativamente ao tema "Congo", 10 artigos, dos quais 5 do *Forum des As* (cf. as edições de 6/10/2020, p. 3; 7/10/2020, pp. 2-4; 8/10/2020, p. 2; 12/10/2020, p. 2-4; 31/12/2020, p. 3), 3 do *L'Avenir* (cf. edições de 6/10/2020, p. 15; 1/11/2020, p. 8; 2/11/2020, p. 8) e 2 artigos no *Le Phare* (cf. as edições de 8/10/2020, p. 4; 20/10/2020, p. 4) levantam a questão da balcanização da RD Congo, falando sobre o problema da localidade de Minembwe. Minembwe é um dos sinais visíveis da ocupação da RD Congo pelas potências patrimonialistas através dos ruandeses. Este vasto território na região de Fizi, no Kivu do Sul, um escândalo geológico, há muito que é ocupado pelos Banyarwanda. Em 2013, o Decreto n.º 13/029 do Primeiro-Ministro Matata Mponyo, de 13 de junho de 2013, conferiu o status de comuna (zona) rural ao território de Minembwe, sem o parecer favorável da Assembleia Provincial do Kivu Sul. Seguiu-se a instalação oficial do burgomestre de Minembwe no domingo, 4 de outubro de 2020, pelo Ministro da Descentralização e das Reformas Institucionais, Azarias Ruberwa, ele próprio ruandês. Os analistas veem na criação da comuna (zona) de Minembwe «prenúncios da possível anexação

⁵⁷ www.congovox.com. *Double nationalité ? Ngoy Mukena explique l'acquisition de l'identité Katangaise de Joseph Kabila*. Disponível em :<https://www.congovox.com/double-nationalite%C3%A9-ngoy-mukena-explique-l%E2%80%99acquisition-de-lidentit%C3%A9-katangaise-de-joseph-kabila#:~:text=Double%20nationalit%C3%A9%203F-,Ngoy%20Mukena%20explique%20l%E2%80%99acquisition%20de%20l%27identit%C3%A9%20Katangaise%20de%20Joseph%20Kabila,-20%20June%202017>. Acesso em 11 de julho de 2023

desta parte do território nacional congolês ao Ruanda» (Cf. *Forum des As* do 8/10/2020, p. 3). Martin Fayulu concordou quando disse: «Se hoje desistirmos e deixarmos Minembwe nas mãos dos seus ocupantes, amanhã teremos um país balcanizado»⁵⁸ (Cf. *Forum des As*, 12 de outubro de 2020, p. 4). De fato, neste território, as populações ruandesas são cada vez mais empurradas para o interior pelo Ruanda, expulsando as populações congolesas. Por isso, não está fora de questão que um dia os ruandeses venham a exigir a sua "autonomia" do Congo ou a reivindicar o seu direito à autodeterminação. Perante este perigo de balcanização do país, a imprensa congolesa tem desempenhado um papel de acompanhamento e de transmissão de certas declarações que põem em causa a integridade territorial do Congo e a identidade congolesa.

Na sua edição de 8 de outubro de 2020, *Le Phare* titulava: «Minembwe: le Chef de l'État dit non à la 'commune rurale» (p. 3). O *Forum des As*, na sua edição de 9 de outubro de 2020, citou Félix Tshisekedi: «Decidi cancelar o que foi feito até agora para Minembwe. Não posso deixar o meu povo em perigo» (p. 2). Félix Tshisekedi está simplesmente a tentar adormecer o povo, porque um decreto ministerial não pode ser anulado verbalmente. Além disso, para Félix Tshisekedi, os Banyarwanda são uma parte do povo congolês em perigo. Com esta declaração, Félix Tshisekedi torna oficialmente os Banyarwanda congoleses. Está a conceder gratuitamente a nacionalidade congolesa aos ruandeses e a colocar-se do lado dos estrangeiros. Isto reforça as declarações feitas pelo mesmo Félix em Londres, a 19 de janeiro de 2020, quando declarou que os Banyamulenge eram congoleses⁵⁹.

Félix Tshisekedi, portanto, exorta os congoleses a aceitarem os ruandeses como congoleses. Além disso, quando Félix Tshisekedi declarou: "Não posso deixar o meu povo em perigo", estava a insinuar que algumas tribos congolesas que ainda viviam em Minembwe constituíam um perigo para os ocupantes, os

⁵⁸ Em francês: « si aujourd'hui nous baissions les bras et laissons Minembwe entre les mains de ses occupants, demain nous aurons le pays balkanisé » (Cf. *Forum des As* do 12 outubro de 2020, p. 4).

⁵⁹ www.lejournal.africa/rdc-les-banyamulenge-sont-des-congolais-depuis-2005/#:~:text=Arr%C3%AAtons%20de%20nous%20ha%C3%AFr.%20Ils%20sont%20rest%C3%A9s%20en%20RDC%20Disponible en : 0g%C3%A9n%C3%A9ration%20en%20g%C3%A9n%C3%A9ration.%20C'E2%80%99est%20comme%20vous%20qui%20a%20pris%20la%20nationalit%C3%A9%20ici.%20Ils%20est%20anormal%20qu'E2%80%99on%20ne%20vous. Acesso em 11 de julho de 2023.

Banyarwanda. E prossegue dizendo que «não se trata de se livrar de uma comunidade e deixar outras» (Cf. *Forum des As*, 9 de outubro de 2020, p. 2). Com estas palavras, Félix Tshisekedi adota a linguagem dos inimigos da RD Congo para facilitar a sua integração na população congoleesa. Trata-se, portanto, de uma alta traição. Na RD Congo, a gente não utiliza o termo "comunidade" para designar as diferentes populações que constituem o povo congolês. Os congolesees são identificados ou pela sua tribo ou pela língua que falam. O conceito de comunidade é utilizado para designar um grupo de pessoas de origem estrangeira. Por exemplo, podemos falar da comunidade congoleesa no Brasil.

Como se pode constatar, no caso Minembwe, a imprensa congoleesa foi manifestamente silenciosa, o que indica cumplicidade, admissão de fracasso ou resignação por medo de represálias ruandesas. Nenhum dos discursos dos políticos sobre Minembwe foi objeto de uma análise crítica por parte da imprensa congoleesa.

A propósito do genocídio perpetrado na RD Congo, a nossa análise de conteúdo revela uma absurdidade que desafia qualquer compreensão: na RD Congo, mais de 10 milhões de pessoas inocentes são massacradas num silêncio ensurdecedor da imprensa congoleesa. O conflito no Congo, que «em termos de número de vítimas, é o mais mortífero desde o fim da Segunda Guerra Mundial» (ONANA, 2009, p. 19), desenrola-se num silêncio indescritível por parte dos profissionais da comunicação social, que deveriam ser os guardiões da consciência coletiva. De vários artigos analisados, apenas 5, incluindo 3 do *Forum des As* (Confira edições de 8/10/2020, p.5; 12/10/2020, p. 4), 1 do *L'Avenir* (Confira edição de 2/10/2020, p. 4) e 2 do *Le Phare* (Confira edições de 2/10/2020, p. 6; 14/10/2020, p. 4) mencionam a palavra genocídio. Todos estes artigos são do mês de outubro. A imprensa congoleesa falou, portanto, de genocídio em pormenor por ocasião da questão Minembwe. Após o debate sobre Minembwe, a imprensa congoleesa deixou de abordar a questão do genocídio congolês. É, portanto, evidente que os jornais congolesees não fazem o suficiente para despertar a consciência coletiva e levar os congolesees a exigir justiça e reparação aos perpetradores físicos, em particular Paul Kagame e Museveni, mas também aos perpetradores morais, incluindo os Estados Unidos da América, as multinacionais ocidentais, os anglo-saxónicos.

É inegável que estão a ser feitos esforços colossais para ocultar a verdade sobre o genocídio congolês, para garantir que nada seja revelado sobre o genocídio congolês e o extermínio metódico e contínuo da população congolesa por Paul Kagame, Museveni, os Estados Unidos da América, etc. Quanto menos se souber, mais fácil será manter a consciência tranquila. Silêncio sobre a matança no Congo! Silêncio sobre as violações! Silêncio quando roubam. Silêncio das mídias sobre o Congo. E, no entanto, «a prática de uma política de omerta [...] conduz todos os dias a um agravamento da situação do povo congolês... » (ONANA, 2023).

No que diz respeito ao tema "Tshisekedi", a nossa análise de conteúdo apresenta-o sobretudo como tendo rompido a sua aliança com a família política de Joseph Kabila (54 artigos⁶⁰ em três jornais). Isto significa que Félix Tshisekedi pode ter sido Presidente da República Democrática do Congo (RDC) durante dois anos, mas ainda precisa de conquistar o poder. Ao separar-se, Félix Tshisekedi tenta inverter a relação de forças e emancipar-se de Joseph Kabila. Logicamente, Joseph Kabila controla as instancias do poder.

Além disso, é essencial notar que temas como eleições, Fayulu, infiltração, verdade das urnas e ocupação do país pelas potências patrimonialistas através do Ruanda permaneceram estranhos à produção mediática congolesa de 2020. Para a imprensa, em se basear na análise dos do nosso material empírico, estes temas ou pertencem ao passado, ou o seu tratamento é muito perigoso devido ao receio de infiltração de ruandeses nas instituições congolesas.

A este respeito, é também necessário analisar os dados qualitativos para compreender a situação da imprensa escrita congolesa em toda a sua complexidade.

6. 3. Análise, apresentação dos dados qualitativos e interpretação dos resultados

⁶⁰ *Forum des As*, as edições do 2/10/2020, 7/10/2020, 10/10/2020, 12/10/2020, 13/10/2020, 21/10/2020, 26/10/2020, 28/10/2020, 30/10/2020, 4/11/2020, 5/11/2020, 11/11/2020, 13/11/2020, 25/11/2020, 26/11/2020, 27/11/2020, 1/12/2020, 2/12/2020, 3/12/2020, 5/12/2020, 7/12/2020, 8/12/2020, 9/12/2020, 16/12/2020, 22/12/2020, 31/12/2020; *L'Avenir*, as edições do 2/10/2020, 5/10/2020, 1/11/2020, 2/11/2020, 3/11/2020, 4/11/2020, 6/11/2020, 1/12/2020, 2/12/2020, 4/12/2020.

a) Diagrama hierárquico (Confira nosso Projeto no Nvivo 14, intitulado “Análise Qualitativa” no nosso computador).



O diagrama mostra claramente três tipos de imprensa: *papagaiótica*, crítica e híbrida. No entanto, a imprensa escrita congolese é mais uma caixa de ressonância do que a imprensa crítica e híbrida. A parte do diagrama ocupada pela imprensa *papagaiótica* é maior do que a dos outros dois tipos de imprensa. É certo que a imprensa está mais alinhada com as políticas e ações do regime dominante em Kinshasa. A imprensa congolese atua, portanto, como porta-voz dos políticos. Este modelo de imprensa põe em causa a sua principal função de ser a consciência crítica da sociedade. Nestas condições, a imprensa congolese é cúmplice da situação dramática do Congo. Por conseguinte, não se pode excluir que o regime de Kinshasa consagre recursos consideráveis à manipulação, à censura e à modelação do setor da informação.

Além disso, como se pode ver no diagrama, a imprensa escrita congolese não é muito crítica. A dimensão da "imprensa crítica" mostra que este modelo de imprensa não é muito popular no panorama midiático congolês. É indiscutível que os jornalistas congolese têm medo de abordar temas "quentes", como a ocupação do Congo e a balcanização do Congo, para evitarem ser alvo dos serviços secretos e serem presos, torturados ou mortos. Trata-se, nem mais nem menos, de uma restrição à liberdade de expressão e à liberdade de pensamento. Trata-se de uma violação da Constituição congolese (Confira artigos 23º e 24º da Constituição

tornar-se um canal de expressão privilegiado para os opositores ao regime de Kinshasa, cujo acesso à imprensa oficial é proibido em violação das regras do Conselho Superior do Audiovisual e da Comunicação (cf. artigos 8º e 10º). É, pois, evidente que o governo já não é o único usuário da Internet. Outros usuários deste instrumento de comunicação estão a aparecer na cena pública congoleza. Têm agora um lugar na arena sócio-política congoleza. Neste sentido, o controlo absoluto da informação é uma ilusão. A informação dos opositores congolezes e de outras classes sociais compete com a do governo. E agora, o Pequeno Restante do Congo fala, mobiliza-se contra a ocupação do Congo, denuncia as tentativas das potências patrimonialistas de balcanizar o Congo e pilhar o seu património.

A este respeito, as categorias autonomia, mídias, libertação e meio estão igualmente relacionadas com a imprensa. Na medida em que a imprensa na RD Congo não é livre, estas categorias, que estão intimamente ligadas à imprensa, só podem significar que os entrevistados estão a pedir uma imprensa livre e financeiramente independente. De fato, uma imprensa financeiramente dependente é uma imprensa submissa. A autonomia financeira é para a imprensa o que a seiva é para a árvore. Só uma imprensa autónoma e livre é uma consciência crítica da sociedade. Não pode haver autonomia intelectual ou autonomia de pensamento sem autonomia de consciência e autonomia financeira. A única verdadeira imprensa que pode existir é a imprensa autónoma.

Nesta nuvem de palavras, há uma correlação entre ocupação, tragédia, informação, internet, opositores, povo. Todas essas palavras são coloridas de forma diferente em relação à imprensa. É, portanto, evidente que o processo de ocupação do Congo está longe de ser uma preocupação para a forma como a informação é tratada na RD Congo. Apenas os opositores ao regime, em particular a sociedade civil e os opositores políticos - em suma, o Petit reste du Congo denuncia a ocupação do Congo e do seu povo, geralmente graças à Internet. Quer estejamos a falar da balcanização do Congo, a constatação é a mesma. As duas palavras, com as suas cores diferentes, são paralelas. A imprensa congoleza considera a balcanização do Congo como um assunto indigno de ser tratado.

Neste sentido, a imprensa congoleza ou o faz por medo de represálias dos ruandeses infiltrados no Congo, ou é cúmplice. É inquestionável que cabe ao

Pequeno Resto do Congo não só denunciar e lutar contra a balcanização, mas também libertar o Congo. Não se pode libertar um povo. Um povo liberta-se a si próprio.

c) Encruzilhada matriz

	A : Apropriação das TICs pelos congoleses para agendar as mídias de massa e impor outra narrativa	B : Libertação da imprensa congolesa da interferência do quadro sócio- político dominante	C : Status da imprensa congolesa ao longo do processo de ocupação e balcanização	D : STATUS DA IMPrensa SÓ	E : IMPrensa CRITICA	F : IMPrensa HIBRIDA	G : IMPrensa PAPAGAOTICA	H : Análise_temática
1 : BAHENDE	2	2	3	4	1	0	3	0
2 : CHARLES DJUNGU	3	3	6	7	1	0	3	0
3 : CHARLES WEMBI	3	2	4	4	1	1	2	0
4 : COORDON LE PHARE	2	2	3	3	1	0	4	0
5 : CYNTIA FORUM DES AS	2	4	5	4	2	1	1	0
6 : DAVID FORUM DES AS	3	2	4	7	0	1	6	0
7 : EMILE KATALIKO	2	3	5	9	3	2	6	0
8 : ERIC NGALISI	3	3	4	5	3	0	2	0
9 : FREDDY MULUMBA	2	8	5	6	2	1	3	0
10 : JEAN NGOYI	4	3	4	5	2	0	3	0
11 : JEAN- MARIE KAMBWA	4	2	3	2	0	0	1	0

12 : JULES KABAMBA	3	2	8	5	1	1	2	0
13 : KERWIN MAYIZO	5	2	5	5	0	0	5	0
14 : KIBAMBI GEORGES	1	3	5	3	0	0	3	0
15 : MAWAPANGA NGOYI	2	5	7	6	0	1	4	0
16 : NANCY MAWETE	2	3	7	5	1	0	4	0
17 : NSOMWE DORCAS	2	2	4	3	1	0	2	0
18 : ONOKOKO CHARLES	3	3	9	10	3	1	5	0
19 : OSCAR KAYEMBE	1	2	7	5	0	1	4	0
20 : PROF BWATSHIA IFASIC	2	2	1	1	0	0	1	0
21 : PROF KAYEMBE	3	1	4	5	1	2	2	0
22 : PROF LINO PUNGI	3	3	18	11	3	0	8	0
23 : PROF MWEZE	4	2	4	3	2	0	2	0
24 : RACHEL MPESHI	2	3	3	3	1	1	1	0
25 : RACHEL NKITA	2	1	5	4	2	1	1	0
26 : SERGE DONGALA	2	1	6	4	1	0	3	0
27 : SERGE KAYIMBI	5	3	4	3	2	0	1	0
28 : YVES KALIKATI	2	2	2	1	1	0	0	0

Neste contexto, vários entrevistados falaram mais da imprensa como caixa de ressonância, oficial, pública, griot, e menos crítica e híbrida. É inquestionável que existe pluralidade mediática no Congo. Isto indica também a necessidade de certos jornalistas se emanciparem da imprensa dita governamental, que é geralmente um instrumento de propaganda do Chefe de Estado e da sua ação governamental.

Tendo em conta o que precede, é necessário aprofundar a nossa análise, fazendo um apanhado geral das nossas inferências. Isto permitirá fazer uma comparação pertinente entre os dois tipos de análise, a fim de determinar se a imprensa congoleza é efetivamente ou idealmente plural.

6.4. Breves considerações sobre os resultados.

6. 4.1 Três tendências editoriais, três status de imprensa

6.4.1.1. Uma imprensa *papagaiótica*

De acordo com a análise dos dados, nomeadamente a análise qualitativa, a imprensa congoleza é evidentemente uma imprensa *papagaiótica*. É uma imprensa *medium*, um instrumento ao serviço do regime dominante de Kinshasa, mas também um mero auxiliar de qualquer ator sociopolítico detentor de um duplo capital político e económico, mas sobretudo da ideologia do Chefe de Estado, desempenhando o papel de meio de persuasão para levar a opinião nacional e internacional a subscrever as políticas seguidas pelo Presidente da República e pelo seu governo (Cf. *L'Avenir*, 8/1/2009, p.1-2; 6/2/2019, p. 1-2). O discurso mediático é então aquilo que Yves de La Haye chama de «informação pura ou cozinhar em fogo baixo, ou seja, "fatos em bruto, notícias em bruto, informação neutra... ». (ESQUENAZI, 2002, p. 125). Vários entrevistados referiram a capacidade da imprensa congoleza para transmitir e repetir fielmente o discurso do ator sociopolítico congolês com maior perfil político e económico. Para ilustrar este ponto de vista, remetemos para as declarações de Baende, secretário de redação do jornal *L'Avenir*: «No *L'Avenir*, somos uma imprensa a favor do poder [...] publicamos todas as informações que o governo nos dá [...] No que nos diz respeito,

somos uma caixa de ressonância do poder desde Kabila [...] Não nos importamos de ser uma caixa de ressonância» (cf. Entrevista com Baende, realizada a 23 de fevereiro de 2023). Este processo de mediação da informação bruta, pronta a publicar, ou de simples reprodução do discurso do ator sociopolítico sem qualquer trabalho prévio de crítica, interpretação e análise, aniquilando qualquer função crítica e reflexiva do jornalista enquanto filósofo e consciência crítica da sociedade, é o que designamos por *perroquetisme* da informação. Os princípios profissionais da prática jornalística, que exigem que a informação seja recolhida, processada, formatada e apresentada através da reformulação dos factos brutos dentro de um determinado enquadramento mediático e de um ângulo específico, já não são válidos nesse modelo de imprensa congoleza.

Nesse contexto, surge o problema da qualidade e da credibilidade da informação produzida por esse modelo de imprensa, uma vez que esse tipo de jornalismo se transforma em "jornalismo servil" (ERIK NEVEU, 2004, p. 24.), consistindo na promoção da ação governamental e do poder do líder, conforme destacado anteriormente. O trabalho do jornalista não consiste em reformular os fatos de acordo com a ética ou os princípios jornalísticos, mas em divulgar pura e simplesmente os fatos em bruto, no seu enquadramento primário, que é o enquadramento dominante. Em outras palavras, o jornalista fornece ao público uma informação fatual, desprovida de qualquer espírito crítico, centrada essencialmente na divulgação das atividades do governo e dos órgãos do partido do Presidente da República e, em menor escala, dos partidos que apoiam o Chefe de Estado. Como diz um jornalista do jornal *L'Avenir*: «Comunicamos as informações recebidas da presidência. Limitamo-nos a isso» (ver entrevista com Baende, realizada a 4 de fevereiro de 2023).

Nesta perspectiva, não está fora de questão que certas unidades de comunicação dos partidos no poder e dos serviços de segurança se tornem gabinetes de recolha e difusão de informações oficiais. Podem, assim, decidir os temas a tratar e a difundir. Neste sentido, o regime dominante e seus agentes tornam-se atores-chave no ecossistema da informação. Desta forma, a difusão, distribuição e apresentação da informação e a relação com o público são dominadas pelo regime no poder, que é mesmo capaz de alterar o conteúdo da informação. Nesse sentido, a produção de informação não é (ou deixou de ser) um ofício em que o jornalista

está no centro, mas uma atividade política e ideológica complexa nas mãos dos detentores do duplo poder político e econômico. Os jornalistas são reduzidos ao papel de meros «pisse copie» (copiadores) que trabalham por encomenda. Trata-se, portanto, de uma verdadeira transferência do poder editorial e da independência da imprensa e dos jornalistas, para o regime dominante, o que conduz a uma transferência do público ou dos leitores.

Não é menos óbvio, neste sentido, que neste modelo de imprensa *papagaóitica*, os jornalistas estão a vender sua alma, a entregar seu destino ao regime dominante, a subcontratar o núcleo da sua profissão ao regime no poder. O poder dominante e seus súbditos tornam-se assim os verdadeiros editores. Estamos, portanto, perante *papagaoitização* da imprensa pelo regime dominante. Melhor ainda, estamos em pleno processo de *perroquesicional* da imprensa pelo quadro sociopolítico que detém o poder, porque estamos na "pré-cozedura" da informação (De La Haye, 1985). A notícia aqui pode ser «descrita como um relato exato dos fatos noticiados» (ESQUENAZI, 2002, p. 14), mas esta notícia não reflete de forma alguma o elevado nível de informação, uma vez que se mantém ao nível da exposição dos factos, sem comentários ou análises. De acordo com Jean-Pierre Esquenazi (2002), o nível mais elevado de informação é o acontecimento, que é um sistema geral de explicação e ligação das notícias. Como tal, os acontecimentos «implicam um conjunto de conhecimentos, juízos e valores que estão longe de ser automaticamente partilhados por todo o público» (p. 17).

Assistimos, portanto, ao predomínio do quadro político dominante a interferir na paisagem mediática congoleza, que acaba por controlar e fagocitar: «como resultado, a orientação da imprensa confunde-se com a orientação ideológica dos detentores do poder. Estamos na presença de um registo reverencial, onde o discurso do enunciador desaparece a favor do das fontes» (De LA HAYE, 1985, p. 125.). A liberdade de expressão e a diversidade de opiniões tornam-se hipotéticas. O jornalista desaparece como mediador, para dar lugar às fontes. Sem dúvida, a informação veiculada pela imprensa *papagaiótica* torna-se *inforanon*⁶¹.

⁶¹ *Inforanon* deriva de dois conceitos: informação e *organon*. Consideramos a informação, aqui, como uma rodovia ou autoestrada (política, ideológica, cultural, mesmo econômico, melhor uma infraestrutura mediática) e o "organon", este último entendido no sentido hermenêutico como um contentor, a parte visível do iceberg, tendo dentro de si um conteúdo ideológico, uma ação política do regime dominante, um anúncio, uma mercadoria comercial, etc., cuja mensagem essencial e

O espaço público mediático é mais uma simples cena de publicidade e de aparição dos atores do regime dominante, do que uma ágora, ou um espaço público de mediação e de circulação de informações contraditórias e de confronto de opiniões, onde prevalece o melhor argumento. Como já foi referido, o tratamento da informação está nem mais nem menos dependente da ação dos detentores do poder, que parecem ser os únicos verdadeiros enunciadores do discurso mediático (MINKALA-NTADI, 2008).

A este respeito, a imprensa congoleza é também uma imprensa crítica.

6.4.1.2. Uma imprensa crítica

A nossa análise dos dados aponta para um outro status da imprensa que figura no processo de mobilização da consciência coletiva congoleza, a saber, a imprensa crítica. A maioria dos jornalistas congolezes entrevistados afirma que certos jornais da imprensa congoleza se distinguem da imprensa estatal pela sua determinação e vontade de despertar a consciência crítica da população e de publicar fatos até então considerados indignos pela imprensa oficial. É o caso dos jornais *Le Phare* e *Le Potentiel*. Estes últimos dedicam manchetes ao problema da balcanização e ocupação do Congo e da pilhagem do seu património pelas potências patrimonialistas ocidentais, através de Ruanda. Em 6 de janeiro de 2020, *Le Phare* publicou a manchete: "Perante a tentativa de balcanização da RDC, o Cardeal Ambongo apela à consciência nacional". Criticando o plano do Presidente francês Nicholas Sarkozy para balcanizar a RD Congo, a primeira página da edição de 19

finalidade permanecem geralmente invisíveis a olho nu e requerem um trabalho crítico para detectar o que está em jogo. Assim, por exemplo, quando o *Forum des As* publicou a manchete de 6 de junho de 2019: "Tshisekedi, o verdadeiro vencedor das eleições de 30 de dezembro de 2018", esta manchete era simultaneamente uma informação, uma formatação do fato: "publicação dos resultados das eleições de 30 de dezembro de 2018", mas também um contentor ou *organon*. Tendo em conta o contexto de fraudes e irregularidades que caracterizou todo o processo eleitoral, este título é também *organon* no sentido em que contém uma mensagem latente: "Tshisekedi é inegavelmente o vencedor das eleições de 2018. Qualquer contestação seria um disparate. Desta forma, a informação, a imprensa e as mídias no seu conjunto tornam-se uma autoestrada política, ideológica, comercial, etc. que transporta produtos políticos ou outros do ponto A para o ponto B e assim sucessivamente. A informação da imprensa ou das mídias é como um produto que vende outro, uma mercadoria que facilita ou possibilita a venda de outra.

de janeiro de 2009 do *Le Potentiel* trazia um título eloquente: «Depois do 'Plano Cohen', agora o 'Plano Sarkozy». Para este jornal, o plano Cohen e o plano de Sarkozy "convergem para o mesmo objetivo: a balcanização da República Democrática do Congo". Enquanto o plano Cohen se refere à ligação econômica do Kivu ao Ruanda e a outros países anglófonos, o Presidente francês acaba de lançar uma pedra no sapato ao propor a "reestruturação" da região dos Grandes Lagos (*Le Potentiel*, edição de 19 de janeiro de 2009, p. 2). No que diz respeito à pilhagem das riquezas do Congo, o coordenador do jornal *Le Phare* afirma: «[...] em 2002, houve um relatório da ONU sobre a pilhagem dos nossos recursos minerais, intitulado Rapport mapping [...] Publicámos este relatório, apesar do risco, porque não agradava a certas figuras políticas encontrarem-se na praça pública numa lista publicada pelas Nações Unidas» (cf. Entrevista com o coordenador do jornal *Le Phare*, 16 de agosto de 2022).

Neste sentido, estes jornais desempenham o papel de catalisadores e de consciência crítica da sociedade em relação ao regime dominante. Este modelo de imprensa não poupa em nada as autoridades políticas do regime dominante. «Perante a miséria e a ocupação do nosso país, os leitores preferem o nosso jornal porque atacamos sem piedade o governo e certos políticos da oposição», afirma o coordenador de *Le Phare* (Cf. Entrevista com o coordenador de *Le Phare*, 16 de agosto de 2022). A diversidade dos temas abordados por este modelo de imprensa faz com que as lutas políticas atraiam o interesse dos leitores e provoquem debates entre grupos ou pequenos grupos de leitores reunidos num bar, na sede de um partido político ou noutra local. Estes combates oratórios refletem um registo político polémico, no qual a imprensa desempenha plenamente o seu papel de espaço público, fazendo circular opiniões contraditórias e procurando sensibilizar os congolese para o grave problema da balcanização e da ocupação do país.

Neste sentido, segundo os nossos entrevistados, a imprensa crítica marca um ponto de viragem no panorama mediático congolês, na medida em que a informação deixa o seu enquadramento primário, onde era apresentada de forma crua e pronta a usar, para ser fundida no molde mediático que lhe confere o seu verdadeiro status de observação crítica. A partir de agora, a informação passa a ser processada, explicada, analisada, criticada e comentada. Num país ocupado como a República Democrática do Congo, um modelo de imprensa deste tipo vai ao encontro de uma

das funções sociais originais de qualquer imprensa chamada a desempenhar um papel crucial num determinado contexto, nomeadamente o despertar da consciência coletiva em torno de objetivos coletivos com vista à revolução popular contra um sistema opressivo e repugnante como o das potências patrimonialistas. O objetivo declarado é também o de preparar e incentivar a opinião pública congolese e, em particular, a elite congolese a assumir suas responsabilidades históricas, que a obrigam a guiar o povo para a libertação do Congo ocupado pelas potências ocidentais. Manchetes como «Rapport Mapping sur les crimes en RDC, Kagame remue le couteau dans la plaie congolaise» (Relatório de mapeamento sobre os crimes na RDC, Kagame remexe a faca na ferida congolese) no jornal *Le Phare* de 22 de maio de 2021 (Cf. *Le Phare* de 22/5/2021) apoia nossa análise. Embora o quadro sociopolítico em que os jornalistas trabalham seja difícil por ser ditatorial, o princípio da liberdade de expressão e da diversidade de opiniões, defendido pela NOMIC (MOUSTAPHA MASMOUDI, 1986, p. 68-69), tenta encontrar uma âncora adequada e circunstancial nesta figura de imprensa, mesmo que ainda esteja a dar os primeiros passos. A imprensa congolese ainda não goza de total liberdade de expressão.

A imprensa crítica também é vista na sua capacidade de denunciar os abusos do regime dominante. Na sua edição de 22 de janeiro de 2018, o *Le Potentiel* não hesitou em denunciar o "balanço macabro de seis mortos, mais de 50 feridos e uma centena de detenções, incluindo padres e freiras", durante a manifestação dos congolese de 21 de janeiro de 2018 para exigir a implementação do Acordo de 31 de dezembro de 2016, uma condição prévia para um processo eleitoral pacífico (Cf. *Le Potentiel* de 22 de janeiro de 2018, p. 2-3).

Como se pode ver, o papel e o posicionamento dos jornalistas da imprensa crítica diferem dos da imprensa estatal, que se apresentam como porta-vozes do governo. Ao contrário dos jornalistas da imprensa oficial, que são quase funcionários do Estado, os da imprensa crítica afirmam exercer novas missões: contra-poder, facilitadores do debate democrático, vigilantes da democracia e do património congolês, cães de guarda da democracia, mobilizadores, opositores da impunidade, vozes dos sem-voz (MARIE-SOLEIL, 2016).

Neste aspeto, a imprensa congoleza é também híbrida. Compreender os mecanismos e os modos de funcionamento deste modelo de imprensa continua a ser necessário para compreender a complexidade da paisagem mediática congoleza.

6.4.1.3. Uma imprensa híbrida

A utilização dos meios de comunicação social revela frequentemente o carácter ditatorial ou democrático da gestão da cidade. O regime dominante na RD Congo, no poder desde 2006 e que, segundo alguns pesquisadores, simboliza a ponta do iceberg das potências patrimonialistas ocidentais e dos seus aliados africanos, é constitucionalmente um regime democrático, tanto mais que foi eleito, mesmo tendo as eleições sido eivadas de irregularidades, fraudes, etc. Mas, na prática, Joseph Kabila e o seu sucessor Felix Tshisekedi impuseram ao Congo a imagem de um regime ditatorial. A República Democrática do Congo é democrática apenas no nome. Os direitos humanos são violados e as detenções arbitrárias continuam a ser comuns na República Democrática do Congo. Os jornalistas são presos, detidos, torturados e assassinados ⁶² devido ao seu trabalho. Esta configuração é o modelo de uma situação política híbrida. É, contudo, inegável que este hibridismo político teve um impacto, de uma forma ou de outra, na paisagem mediática congoleza.

O hibridismo político está, portanto, na origem da emergência de uma imprensa híbrida altamente politizada. Trata-se de um modelo de imprensa que consiste em produzir informações partidárias que defendem as posições políticas específicas tanto do regime dominante como dos seus opositores. Segundo Cynthia, jornalista do jornal *Forum des As*, «os profissionais das mídias, com medo de serem

⁶² Barthelemy Kubanabandu Changamuka, jornalista de 23 anos e apresentador da estação de rádio comunitária de Kitshanga (CORAKI FM) na província de Kivu do Norte, foi assassinado em sua casa por dois homens armados em 9 de maio de 2021. Joël Mumbere, jornalista da Radio Communautaire Lwemba, foi assassinado na província de Ituri em 14 de fevereiro de 2021. (Disponível em: <https://ifex.org/fr/nord-kivu-un-journaliste-assassine-en-plein-etat-de-siege/>. Acedido em 5 de setembro de 2021) "Em 2019, a JED registou um total de pelo menos 85 casos de vários ataques à liberdade de informação e ataques às mídias" (Cf. JED, 2019/2021, p. 6).

presos e mortos, alinham-se geralmente atrás do poder dominante. [Mas há outros que se adaptam ao contexto e assumem as duas situações: o desejo de servir o interesse comum e o desejo de servir o regime no poder, com medo de ver o seu jornal fechado» (Entrevista realizada em 20 de fevereiro de 2023). Este modelo de imprensa exprime, portanto, uma certa neutralidade nos métodos discursivos utilizados e na apresentação dos fatos, de modo a evitar tanto a ira do quadro sociopolítico dominante como a deslegitimação do jornal pelos leitores congolese.

Como podemos ver, neste modelo de imprensa, os jornalistas têm o dever de se submeter ao ditame do equilíbrio dos meios de comunicação social no interesse da paz social, mas também ao ditame da imparcialidade e da neutralidade na apresentação de informações fatuais, quer sejam da oposição ou do poder. Mas este modelo de imprensa está longe de se manter deliberadamente dentro dos limites da dimensão argumentativa. De fato, não procura encorajar a ação e muito menos a reflexão: não constitui um espaço público onde o debate plural e o amadurecimento das decisões se possam desenvolver, onde os oradores possam esboçar hipóteses, em suma, uma verdadeira ágora multidimensional que possa participar na formação dos congolese, cuja determinação em libertar o Congo continua a ser a bitola pela qual se medem as outras necessidades do congolês.

A este respeito, ao nível editorial, as apostas informativas não excluem a tomada de posições argumentativas, mas é a informação e, por conseguinte, a neutralização das tomadas de posição que são apresentadas pelos defensores deste modelo de imprensa como os valores supremos. «O nosso papel não é, obviamente, manipular as opiniões, mas mantermo-nos neutros, apesar do forte sentimento anti-presidente», afirma Davis, jornalista do jornal *Forum des As* (Entrevista realizada a 20 de fevereiro de 2023). No entanto, esta atitude do jornal *Forum des As* e de muitos outros pode ser vista como uma característica intrínseca do discurso ideológico: a dissimulação. Olivier Reboul (1980) afirma que a ideologia é «o pensamento partidário, coletivo, dissimulador, racional ao serviço do poder» (pp. 22-24). Ela «apresenta-se sempre como algo diferente daquilo que é: como ciência, senso comum, evidência, moral, fatos [...]. A natureza de uma ideologia é ocultar a sua natureza de ideologia». (REBOUL, 1980, pp. 24-25).

No que respeita à imprensa híbrida, penso que este tipo de dissimulação tem por objetivo fazer o jogo do regime dominante. Segundo Roselyne Koren (2004), «ao respeitar o constrangimento da imparcialidade sem o pôr em causa, ao exhibir as marcas discursivas dos efeitos de objetividade mesmo no editorial, o jornalista alinha-se com uma ideologia socialmente aprovada e protege-se assim dos perigos de deslegitimação» (ROSELYNE KOREN, 2004). Em outras palavras, ao adotar tal postura, o modelo mediático híbrido não quer ser posto em causa. Segundo Charaudeau (1992), «o objetivo da enunciação das categorias de neutralidade e de imparcialidade é demonstrar a fidelidade da enunciação à doutrina da comunidade cuja legitimidade se procura obter» (p. 107-108).

Ao contrário da tomada de posição, cuja enunciação, «justificação e negociação implicam numerosas precauções verbais» (WATZLAWICK, 1976, p. 9), o «jogo das aparências» neutras (CHARAUDEAU, 1997, p. 38 e 163) desempenha, portanto, uma função central na procura de reconhecimento social e daria a este modelo de imprensa o direito de citar e falar numa doutrina objetivista. Há, portanto, uma vontade clara de parecer midiaticamente correto e legítimo a todo o custo. A legitimidade deste modelo de imprensa depende sobretudo do grau de imparcialidade e, por conseguinte, da verdade referencial da informação difundida (ROSELYNE KOREN, 2004).

Como se vê, a neutralização das posições assumidas pelo modelo híbrido de imprensa seria, muito provavelmente, um meio de proteção contra o risco de um compromisso ideológico militante, mas, ao mesmo tempo, seria dificilmente conciliável com o exercício de uma função crítica que implica avaliar a verdade e a validade das declarações dos políticos que têm de prestar contas da sua gestão da cidade. O compromisso do jornalista é «suposto parecer neutro do ponto de vista político», diz Charaudeau (1997, p. 262), mas ele está comprometido do ponto de vista da moral social. O verdadeiro jornalista deve oscilar entre «dois polos heterogêneos, um dos quais é 'neutro', entendido como informativo e estritamente descritivo, e o outro empenhado, ou seja, argumentativo» (ROSELYNE KOREN, 2004).

Além disso, é linguisticamente impossível separar a parte referencial da semântica das suas dimensões pragmática e argumentativa. As subjetividades

enunciativas e intersubjetivas são inerentes à linguagem, um modo de vida social, e, portanto, a qualquer uso das palavras... A construção subjetiva é sempre inerente a qualquer uso das palavras. Também não podemos afirmar categoricamente que podemos separar a neutralidade informativa do compromisso e os fatos ou a informação do comentário. O que é dito é sempre a aparente transposição construída e indireta do referente. A retórica do jornalista apela inevitavelmente ao público. Há sempre um continuum entre os fatos, que devem ser considerados sagrados, e o comentário, que é livre por definição.

Além disso, é errado considerar que os efeitos objetivos da retórica jornalística ou mediática são suficientes para transformar a construção da informação num espelho imparcial. Com efeito, como escreve Plantin (1990: 157), não é possível «construir fatos numa primeira fase cuidadosamente não prospectiva [...] fingindo não saber para que vão ser utilizados, independentemente do ato linguístico de os apresentar com vista a apoiar uma conclusão». O discurso convencional e o discurso pessoal contêm sempre uma interjeição inevitável.

Neste sentido, não só poderíamos ignorar a inelutável interação entre o discurso convencional e o discurso pessoal, como também o fato de que «a linguagem interpela sempre um co-enunciador e não se limita a difundir um saber: falar é também tomar posição, argumentar, tentar mobilizar» (ROSELYNE KOREN, 2004)⁶³.

Tendo em conta o que precede, é lógico afirmar que, do ponto de vista pedagógico, a imprensa congoleza se caracteriza por estes três status, cujas principais características foram acima descritas. No entanto, ontológica e originalmente, a paisagem mediática congoleza é, no seu conjunto, thuri-perroquette. A nossa hipótese prevalecerá no que se segue⁶⁴.

⁶³ Para aprofundar este o assunto, podemos ler BRAGA, Adriana. *Corpo-verão: jornalismo e discurso na imprensa feminina*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016; RODRIGUES, ADRIANO D. e BRAGA, ADRIANA. Análises do discurso e abordagem etnometodológica do discurso* Discourse analysis and ethnomethodological discourse analysis. V. 8, n. 2 jul./dez. 2014 São Paulo - Brasil p. 117-134. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p117-134>.

⁶⁴ Muito mais do que uma comunicação da vida, que a etimologia da palavra poderia, literalmente, anunciar, a biocomunicação consiste em colocar a vida e os seres vivos no centro de toda a atividade comunicacional. Esta abordagem garante o interesse comum e dá sentido à ação jornalística. A biocomunicação torna-se uma condição de possibilidade para um jornalismo preocupado com o destino da vida e dos seres vivos. Desde há várias décadas, a prossecução de interesses capitalistas não só desorientou alguns jornalistas e membros do setor dos meios de comunicação social do seu

6.4.2. Da fenomenologia do thuri-perroquetique⁶⁵ midiático ao apelo à *biocomunicação*⁶⁶

O objetivo da nossa pesquisa foi compreender e descrever status da imprensa congoleza durante o período de 2018, 2019 e 2020. Após uma análise de conteúdo, a paisagem midiática congoleza apresenta três modelos de imprensa: a imprensa *papagaiótica*, a imprensa híbrida e a imprensa crítica. No entanto, os três status da imprensa só podem ser descritos com exatidão com base na análise de dados qualitativos utilizando o software Nvivo 14. Foi possível categorizar a imprensa congoleza com base nas afirmações e declarações dos/as jornalistas entrevistados/as.

Entretanto, a análise quantitativa do conteúdo não nos diz o suficiente sobre os três status da imprensa. Permite-nos, no entanto, estabelecer um fio condutor que atravessa e estrutura a imprensa escrita congoleza no seu conjunto: desde a colonização em 1885 até ao momento em que escrevemos, a imprensa congoleza é fundamentalmente thuri-perroquetique. Por outras palavras, com exceção, em certa

objetivo fundamental, a procura da verdade, como também pôs de lado a vida, os seres vivos, os seres humanos. E, no entanto, a busca da verdade é uma forma velada da busca da boa vida. A verdade é a fonte da vida boa na cidade. A "vida" e o "ser vivo" devem ser, a partir de agora, fundamentais para o poder comunicacional e para a sua contestação, mas devem também estar em jogo nas novas lutas políticas e comunicacionais. É inquestionável a necessidade de definir as condições para um novo processo de tratamento da informação, até agora confiscada pelo capitalismo e pela busca de interesses pessoais em detrimento da vida e dos seres vivos.

⁶⁵ Vem do prefixo thuri (da palavra thuriféraire) e perroquetique: esta combinação indica um processo através do qual a imprensa ou o/a jornalista retransmite, repete fielmente o discurso do ator sociopolítico mais bem cotado, elogiando-o (MUBANGI BET'UKANY, 2007).

⁶⁶ Muito mais do que uma comunicação da vida, que a etimologia da palavra poderia, literalmente, anunciar, a *biocomunicação* é uma abordagem sistêmica do jornalismo que consiste em colocar a vida, os seres vivos, o ambiente no qual e com o qual eles vivem, o interesse geral, a busca pela verdade e o bem-estar ético do jornalista no centro de toda a atividade de comunicacional. Tal abordagem garante o interesse comum e dá sentido à ação jornalística. A *biocomunicação* torna-se uma condição de possibilidade para um jornalismo preocupado com o destino da vida e dos seres vivos. Desde há várias décadas, a prossecução de interesses capitalistas não só desorientou alguns jornalistas e membros do setor dos meios de comunicação social do seu objetivo fundamental, a procura da verdade, como também pôs de lado a vida, os seres vivos, os seres humanos. E, no entanto, a busca da verdade é uma forma velada da busca da boa vida. A verdade é a fonte da vida boa na cidade. A "vida" e o "ser vivo" devem ser, a partir de agora, fundamentais para o poder comunicacional e para a sua contestação, mas devem também estar em jogo nas novas lutas políticas e comunicacionais. É inquestionável a necessidade de definir as condições para um novo processo de tratamento da informação, até agora confiscada pelo capitalismo e pela busca de interesses pessoais em detrimento da vida e dos seres vivos.

medida, de uma parte da imprensa pré-independência⁶⁷, que marcou o início da chamada *biocomunicação* e de alguns elementos de distinção da imprensa crítica, existe um *thuriferisme*⁶⁸ tingido de perroquetisme em toda a paisagem mediática congoleza.

No seu conjunto, as empresas de imprensa revelam-se como a voz, a correia de transmissão, a mediação do quadro sociopolítico dominante, mas também de qualquer outro ator congolês ou não congolês com um duplo capital político e econômico. A imprensa congoleza transmite fielmente o discurso do político congolês mais bem cotado, quer se trate de um opositor ao quadro político dominante ou de um ator social que deseja publicitar suas ações. Durante a Primeira República (1960-1965), a imprensa congoleza era essencialmente estatal ou institucional. Neste modelo propagandista, a função da imprensa era ser auxiliar da ação do governo, divulgando a imagem e as ações do chefe de Estado e do seu governo, o que, na prática, se transformava muitas vezes em jornalismo de griot. No caso da imprensa privada, ou seja, dos jornais detidos e geridos por empresários, apoiados seja por políticos influentes, seja por grupos privados estrangeiros, o *thuri-perroquetismo* é inegável: a imprensa é porta-voz dos partidos políticos, atua como

⁶⁷ No início da independência, é inegável que a paisagem mediática congoleza apresentava traços de uma *biocomunicação* com uma imprensa empenhada, militante e nacionalista, centrada em objetivos comuns, nomeadamente a unidade nacional, o desenvolvimento e a independência do Congo (MARIE-SOLEIL FRERE, 2016). O povo congolês, a sua independência e o seu bem-estar estão no centro da reflexão mediática. À medida que 1960 se aproximava, os jornais publicados pelos congoleses lutavam, antes de mais, pelo bem-estar dos congoleses. A liberdade para os congoleses, pelos congoleses, era um dos elementos desta luta das mídias. A grande parte dos jornais deste período contribuiu para a criação de uma verdadeira consciência nacional. A grande parte dos jornais deste período contribuiu para a criação de uma verdadeira consciência nacional. Estes jornais transmitiam as reivindicações legítimas dos congoleses, nomeadamente as de natureza econômica, social, política e psicológica, e obrigavam as potências coloniais a passar do domínio da palavra escrita para a arena política (EKAMBO, 2013, p. 173). Em agosto de 1958, por exemplo, Roger Bolamba, diretor de La Voix du Congolais, um periódico "para os congoleses e pelos congoleses", publicou um editorial com uma exigência clara: "Descolonização". No número de 14 de outubro de 1958 do *Courrier d'Afrique*, o Movimento Nacional Congolês de Patrice Lumumba publicou o objetivo claro do seu movimento: "fazer tudo o que for possível para libertar o Congo das garras do colonialismo imperialista" (EKAMBO, 2013, p. 240). A ABAKO (Alliance des Bakongo) de Joseph Kasavubu, num despacho da agência oficial Belga (18 de outubro de 1958), escrevia: "A ABAKO quer e exige o reconhecimento e a proclamação da independência do Congo" (EKAMBO, 2013, pp. 240-241).

⁶⁸ Vem de uma combinação de "thuriféraire" e do sufixo, muitas vezes ideológico, "isme". É uma forma de elogiar alguém ou um sistema, um regime político com excesso. Neste sentido, a informação servida ao público é um discurso laudatório sobre esses atores políticos e/ou outros; é uma informação que relata (elogiando) a vida e o funcionamento das instituições públicas/políticas nacionais e internacionais, etc.

instrumento de transmissão da ideologia dos partidos políticos e depende das convicções sociopolíticas do indivíduo ou grupo social que a apoia (EKAMBO, 2013). Os partidos políticos e outras estruturas utilizam a imprensa para fins de propaganda e de conquista do poder. São exemplos o jornal *Notre Congo*, orgulho da Alliance des Bakongo (ABAKO), *Le Congo Libre* do Partido de l'Interfédérale, Solidarité Africaine do Partido Socialiste Africain (PSA) e *L'Indépendance*, porta-voz do *Mouvement National Congolais* (MNC) de Patrice Emery Lumumba. A configuração de todos estes órgãos de imprensa é a mesma: estão geralmente ligados a partidos políticos. São instrumentos ideais para divulgar seus autores intelectuais e ideológicos, mas também para «fazer circular ideias e atrair eleitores durante as eleições» (MARIE-SOLEIL FRÈRE, 2016, p. 68). Nesse sentido, o perroquetisme da imprensa estatal é profundamente igual à da imprensa privada.

Durante a ditadura de Mobutu, o perroquetisme mediático ganhou em importância. Como já referimos, a imprensa congoleza era o braço de propaganda do regime ditatorial de Mobutu e um veículo da sua ideologia. Além disso, a imprensa era responsável por «divulgar e ilustrar a política governamental, informar sobre os esforços de desenvolvimento econômico e mobilizar as massas» (MIKALA-NTADI, 2016, p. 82). Em suma, tratava-se de uma imprensa de propaganda política, ao serviço das orientações políticas, econômicas e ideológicas de Mobutu. Devia, por isso, desempenhar o papel de instrumento de mudança no seio das estruturas econômicas, sociais e políticas, e refletir, tanto interna como externamente, as realizações de Mobutu e do seu regime ditatorial. A utilização da imprensa para fins políticos e ideológicos por Mobutu baseava-se na ideia de que a imprensa tinha o poder de mobilizar as massas e de influenciar «o poder público e político» (de la BROSSE, 1999, p. 24). Mais uma vez, a imprensa era um auxiliar da ação governamental, atuando como um meio de persuasão para conseguir a adesão da opinião pública nacional e internacional às políticas seguidas pelo governo no poder. Estamos, portanto, a assistir a uma "estatização" da imprensa. A informação fornecida por esta imprensa de tipo mobutiano é essencialmente fatual e desprovida de espírito crítico: «A atualidade política nacional é pouco comentada. Contentávamo-nos com os despachos oficiais da Agência Nacional de Notícias» (MUBANGI BET'UKANY, 2007).

Com a personalização do poder e a consequente política de autenticidade de 1972, o regime de Mobutu transformou a imprensa num instrumento de glorificação do "Guia da Nação" e do partido único, *Mouvement Populaire de la Révolution* (MPR). Qualquer crítica ao presidente, aos barões do regime, às instituições ou ao partido era proibida. O artigo 53º do Código Penal estipulava, por exemplo, que “as declarações do Presidente não podiam dar lugar a qualquer debate”. A imprensa, inteiramente subsidiada pelo Estado, tornou-se um reflexo do pensamento único de Mobutu. Durante todo este período, «nas primeiras páginas dos jornais eram todas iguais: a fotografia do Presidente Mobutu tornou-se onnipresente. A maior parte da informação publicada na imprensa girava em torno das suas atividades, das dos seus ministros e do Partido Único (MPR)» (MUBANGI BET'UKANY, 2007). É também relevante de salientar que, durante este período de monopartidarismo, o Ministério da Informação perdeu o seu nome e passou a chamar-se Ministério da Orientação Nacional. Nas palavras de Dominique Sakombi Inongo, que dirigia este departamento, «o povo não precisa de ser informado, mas sim de ser orientado» (EKAMBO, 2013).

Durante o período da Conferência Nacional Soberana (1990-1997), que foi precedido pela liberalização da imprensa por Mobutu no seu discurso de 24 de abril de 1990, os jornais da época foram classificados em dois blocos: a imprensa dita do "movimento", próxima de Mobutu (*Elima*, *Le Soft*), por um lado, e a imprensa dita da oposição radical (*Le Potentiel*, *Le Phare*, *Le Palmarès*, *La Tempête des tropiques*, etc.), por outro. No entanto, no fundo, foi o thuri-perroquetisme que continuou sob outra forma, porque na realidade os dois lados adoptaram um tom polémico, propagandístico e por vezes servis. A imprensa do campo presidencial elogiava o regime de Mobutu e criticava os opositores ou os críticos do quadro político dominante. A imprensa escrita, próxima da oposição, por outro lado, mostra toda a sua insolência ao ajustar contas com o regime de Mobutu, elogiando os opositores de Mobutu e apresentando os líderes da oposição como a única alternativa credível. A jovem imprensa, considerada livre, era também, na realidade, partidária e financeiramente dependente do mundo político. Não era, por conseguinte, muito diferente da Segunda República, que ela denunciava e condenava (MUBANGI BET'UKANY, 2007).

Como se vê, seja do governo ou da oposição política, a imprensa mostra que «estamos num registo reverencial em que o discurso do enunciador passa para segundo plano em favor do discurso da fonte de informação» (MINKALA-NTADI, 2016, p. 115-117). Trata-se, portanto, de uma atitude negativa em relação à produção mediática que consiste em pensar sob tutela, pensar por e através dos outros em benefício da fonte. A imprensa está a tornar-se mais um espaço de aparição dos atores sociopolíticos, da sua ideologia e das suas ações do que um espaço de debate de ideias, de princípios e de circulação de opiniões contraditórias com vista à reconstrução de uma sociedade congoleza verdadeiramente democrática em que a pluralidade da racionalidade continua a ser uma característica importante.

Esta situação não se alterou com Joseph Kabila. Os jornais próximos do regime de Kabila, como *La Colombe*, *Le Palmarès* e *L'Avenir*, elogiam Joseph Kabila e apresentam-no como o pacificador, o nacionalista, o oposto do sistema ditatorial, o pai da nação, o único necessário, aquele cuja visão da sociedade continua a ser a única via para o desenvolvimento do Congo. Na sua edição de 8 de novembro de 2011, o jornal *L'Avenir* publicou os comentários de Aubin Minaku, um amigo próximo de Joseph Kabila, nos seguintes termos: «Para Aubin Minaku: Votar em Joseph Kabila significa permitir-lhe continuar com os 5 chantiers». Além disso, na mesma edição do mesmo jornal, o thuri-perroquetisme era inegavelmente evidente quando o adversário de Joseph Kabila, Etienne Tshisekedi, era caricaturado da forma mais desprezível: «Comparar E. Tshisekedi a Nelson Mandela é como comparar o dia e a noite». O jornal *Le Phare*, próximo da oposição, por outro lado, destaca-se dos outros jornais ao criticar Joseph Kabila, mas apresentando o opositor Etienne Tshisekedi e presidente da UPDS como a alternativa credível. Na sua edição de 11 de agosto de 2011, o jornal *Le Phare* publicou: «Voici le programme alternatif de gouvernement de l'UPDS».

Em suma, a imprensa, à primeira vista crítica, não passa, na realidade, de uma outra forma de perroquetisme em sentido contrário. Se a imprensa *papagaiótica* de Estado se caracteriza pela sua vontade e determinação em elogiar o Chefe de Estado ou em fazer de griot em relação às ações do Governo, a imprensa dita crítica faz a mesma coisa para com os opositores. Também elogia os líderes da oposição e as suas ações sociopolíticas. Critica-se o regime dominante, voltando por vezes a certos temas sensíveis, nomeadamente a balcanização do país e a

pilhagem do Congo, mas na realidade continua a ser um coletor de líderes da oposição. O jornal *Le Phare*, por exemplo, que é considerado crítico, só esporadicamente aborda a balcanização do país. Menos de 5% da cobertura mediática do *Le Phare* é consagrada à balcanização da RD Congo. Temas como a infiltração e a ocupação da República Democrática do Congo são extremamente omissos na produção mediática do *Le Phare*. A imprensa próxima do regime dominante não se distingue muito neste ponto: critica os líderes da oposição, mas continua a ser um defensor do quadro sociopolítico no poder. O interesse comum está fora das preocupações desse tipo de imprensa.

Conclusão parcial

A este respeito, na medida em que a neutralidade é uma ilusão, como mostrámos acima, na imprensa escrita congoleza de hoje, ou se apoia o governo ou se é o porta-voz da oposição. A *biocomunicação* ainda não está na ordem do dia. Temos de inventá-la e esperar seriamente que surja para o bem-estar de todo/as os/as congolezes e no interesse geral de todo o país. Mas, seja como for, a descoberta do *perroquetismo* mediático ou jornalístico ou do *thuri-perroquetismo*, que atravessa a história da imprensa congoleza, não põe em causa os diferentes modelos de imprensa acima descritos. Pedagógica e superficialmente, os três modelos de imprensa justificam-se, mas ontologicamente, a imprensa congoleza tem as mesmas características. A sua aparência muda consoante apoia ou é apoiador/a do governo ou da oposição. É evidente que, nesta perspectiva, o papel do/a jornalista como testemunha, historiador, mediador e, por vezes, ator da ação sociopolítica é posto em causa. O/a jornalista aparece como um/a funcionário/a da política e dificilmente tem desempenhado uma função crítica, sendo a sua missão estritamente definida no contexto da apresentação e construção fiel da informação, tal como desejado pelo político ou por qualquer ator social que ofereça o melhor negócio. O/a jornalista torna-se um/a mero coletor de fatos a serem publicitados nos seus enquadramentos primários, uma mera caixa de ressonância do poder político e/ou de qualquer ator sociopolítico detentor de duplo capital financeiro e econômico. O trabalho do jornalista serve, neste sentido, como correia de transmissão ou mediador do pensamento e da ideologia do ator sócio-político.

Deixam de ser «pessoas que procuram e recolhem informações, verificam-nas, formatam-nas, analisam-nas e eventualmente comentam-nas para um determinado meio e público» (JUNQUA, 2005, p. 228).

Tendo em conta a tragédia congoleza e a ocupação do país por poderes patrimonialistas, o *perroquetismo* não contribui para a formação da opinião coletiva nacional em torno de interesses comuns, nem para despertar a consciência política do seu povo. Ela emburrece o leitor ou o público congolês. Não se pode formar uma consciência coletiva crítica com conteúdos medíocres dos meios de comunicação social. Os conteúdos mediáticos podem condicionar os leitores e conduzi-los à mediocridade. Os conteúdos medíocres não conduzem à revolução, mas sim à submissão e à resignação. Daí a necessidade urgente da *biocomunicação*. Trata-se de uma forma de comunicação que coloca o ser humano no centro de todas as questões sócio-políticas e o considera o elemento principal e fundador de qualquer ação jornalística ou comunicacional. Quando o ser humano está no centro de toda a ação comunicativa ou comunicacional, o interesse comum é garantido e a ação jornalística torna-se humana e significativa. A *biocomunicação* torna-se a condição de possibilidade de um jornalismo preocupado com o destino dos seres humanos.

Tudo o que foi dito acima demonstra, explícita ou implicitamente, a importância das mídias, do jornalismo, enfim, do paradigma da informação, eticamente empregue, na luta pelo bem-estar das pessoas e, quando apropriado, pela libertação do Congo. Esse será o epicentro do último capítulo de nosso trabalho.

FIGURA 7: PINTURA CHAMADA "INAKALE", QUE SIGNIFICA "A SORTE FOI LANÇADA", "AS CENOURAS ESTÃO COZIDAS"⁶⁹



Disponível em :<https://www.flickr.com/photos/85286918@N00/646794877/>

Acesso em 8 de outubro de 2023.

⁶⁹ Essa pintura, chamada "Inakale", que significa "a sorte foi lançada", "as cenouras estão cozidas", reflete a situação atual da República Democrática do Congo. A silhueta na lateral da árvore, quase serrada, simboliza a República Democrática do Congo;

O leão ao pé da árvore, ameaçando e exigindo a presa da pessoa, o enorme sáurio no pântano ao lado, brandindo suas poderosas mandíbulas na direção da mesma árvore, e a cobra perfeitamente enroscada nos galhos da árvore, também exigindo a vida da pessoa na árvore, representam os poderes patrimonialistas nas suas diferentes modalidades de aparecimento ao longo do tempo. Mas esse mito de *Inakalé*, como metáfora da existência humana, apresenta o espinhoso problema do sofrimento humano em geral e do sofrimento congolês em particular. Diante de uma tragédia existencial como essa, só há um remédio: autolibertação total. Ou a pessoa na árvore decide subir e lutar contra a cobra, ou desce, com determinação, para acabar com o leão ou o sáurio e, assim, tornar-se o mestre de seu próprio destino.

CAPÍTULO 7: o paradigma informação na era das TIC e a libertação do Congo

7. 0 Introdução

O objetivo deste capítulo é destacar o paradigma “informação” na era das TICs como uma das bases fundamentais para a libertação do Congo. Num país ocupado como a RD Congo, o tratamento ético e empenhado da informação na era das TICs é suscetível de catalisar a consciência coletiva e conduzir à libertação de si próprio e do país como um todo. Um povo bem formado e bem informado se colocará a questão "porquê?" e tornar-se-á o arquiteto da sua própria libertação e da do país. A informação verdadeira, honesta e credível é mais do que uma arma nas mãos de um povo. A informação é, portanto, poder. Quem tem informação tem poder. Parafraseando Bernard Miège (2003), a informação é um paradigma que atravessa todas as atividades sociais e que as sociedades modernas utilizaram para se construírem a si próprias. Neste sentido, as mídias, enquanto difusores de informação, não são simples testemunhas do mundo. Têm um poder de sugestão e de difusão que faz delas um novo catalisador político por direito próprio. Além disso, numa guerra de libertação, a primeira guerra a ganhar é a da informação e das mídias. Todas as guerras de agressão levadas a cabo pelas potências patrimonialistas contra a República Democrática do Congo foram, antes de mais, guerras mediáticas. Para conquistar a opinião pública nacional e internacional para a guerra de ocupação do Congo, as potências patrimonialistas, através das suas mídias, praticamente diluíram suas teses em todo o mundo, e mais particularmente entre os congoleses, para os quais os meios de comunicação social locais servem muitas vezes apenas de correia de transmissão (MBEKO & NGBANDA, 2014). Mutatis mutandis, entendemos que também é possível libertar o país através da informação ou das mídias. Daí a necessidade, nesta perspectiva, de apreender a lógica de comunicação dos invasores do Congo, bem como a da imprensa congoleza, antes de propor uma outra lógica de comunicação com vista à libertação do Congo. A melhor maneira de combater o inimigo é dominar o seu *modus operandi*. Este capítulo está dividido em cinco secções: A imprensa ocidental e congoleza: uma lógica comunicacional dominada pela miragem informacional, a

manipulação e o *perroquetismo* midiático, Petit reste du Congo, as mídias e a lógica da comunicação performativa, o heroísmo jornalístico, o problema da língua como instrumento de comunicação, a autonomização das mídias e o tratamento independente da informação.

7.1. A imprensa ocidental e congoleza: uma lógica comunicacional dominada pela miragem informacional, a manipulação e o perroquetismo midiático

Os poderes patrimonialistas usam as mídias (rádio, televisão e agências de imprensa) para estender e servir seu projeto político e interesses econômicos, mas também para moldar a opinião nacional e internacional. O presidente francês Emmanuel Macron, por exemplo, disse aos embaixadores reunidos em Paris em 2 de setembro: «Devemos (...) trabalhar com aliados, parceiros da França na opinião pública. Não apenas para combater informações falsas, é claro, mas para poder acabar com elas de forma muito clara, o mais rápido possível, e promover nossas próprias ações. A esse respeito, precisamos fazer um uso muito melhor da rede *France Médias Monde*, que é absolutamente fundamental e deve ser um ponto forte para nós»⁷⁰.

De acordo com o cientista político Philippe Boulanger, «dependendo do período e das técnicas desenvolvidas, os Estados sempre usaram os meios de comunicação para se afirmarem (...) em lutas internacionais pelo poder, sejam elas políticas, econômicas ou culturais. As mídias é um instrumento a serviço de seus objetivos, cujo objetivo principal é orientar a opinião pública de países estrangeiros a seu favor»⁷¹. Em regimes autoritários, a relação mídias-poder segue a mesma linha política. Em regimes democráticos, ela é mais sutil (BOULANGER, 2014). Para as potências patrimonialistas, as mídias são, portanto, importantes na medida

⁷⁰ [www.monde-diplomatique.fr. Guerre d'influence sur les écrans africains. Disponible dans : https://www.monde-diplomatique.fr/2022/12/ESSOUNGOU/65336#:~:text=du%20sommets%20de-,l%E2%80%99Organisation,-internationale%20de%20la](https://www.monde-diplomatique.fr/2022/12/ESSOUNGOU/65336#:~:text=du%20sommets%20de-,l%E2%80%99Organisation,-internationale%20de%20la). Consulté le 16 octobre 2023.

⁷¹ [www.monde-diplomatique.fr. Guerre d'influence sur les écrans africains. Disponible dans : https://www.monde-diplomatique.fr/2022/12/ESSOUNGOU/65336#:~:text=du%20sommets%20de-,l%E2%80%99Organisation,-internationale%20de%20la](https://www.monde-diplomatique.fr/2022/12/ESSOUNGOU/65336#:~:text=du%20sommets%20de-,l%E2%80%99Organisation,-internationale%20de%20la). Consulté le 16 octobre 2023.

em que desempenham um papel de liderança nas chamadas estratégias de softpower; elas se tornaram suas mídias políticas de influência, bem como uma questão de sedução no cenário internacional. Em 2016, Xi Jinping falou sobre a necessidade de a China «criar gigantes das mídias com influência internacional para apresentar melhor a China ao resto do mundo»⁷². Isso será seguido pelo «estabelecimento de retransmissores de modulação de frequência da Rádio China Internacional (RCI) no Senegal, na Mauritânia e no Níger. O objetivo declarado do governo chinês é fortalecer a competitividade internacional e a influência da cultura chinesa e aumentar o soft power do país»⁷³.

No que diz respeito à República Democrática do Congo, deve-se observar que a agressão contra o Zaire (atual República Democrática do Congo) desde 1996 pelas potências patrimonialistas ocidentais, por meio de seus fantoches locais ruandeses, ugandenses e congolese, não foi realizada sem o apoio e a cumplicidade de certos meios de comunicação, sejam eles ocidentais, africanos ou congolese. Alguns meios de comunicação ocidentais, por exemplo, foram utilizados pelas potências patrimonialistas como instrumentos de propaganda de guerra, mobilizando os sentimentos coletivos e preparando psicologicamente a opinião pública para a guerra, demonizando o regime ditatorial de Mobutu. Estes meios utilizaram todas as receitas clássicas da propaganda, nomeadamente o maniqueísmo, a diversão, o silêncio sobre os horrores de um massacre unilateral e a fabricação das fake News. O objetivo desta propaganda era legitimar as ações condenáveis dos poderes econômicos, políticos e militares patrimonialistas. Praticando a desinformação, estas mídias diluem a verdade e apresentam as guerras de agressão e os grandes conflitos que as potências patrimonialistas estão a criar na RD Congo como cruzadas do Bem contra o Mal. Elas escondem cuidadosamente do seu próprio público e dos congolese «as verdadeiras motivações econômicas, financeiras e geoestratégicas dos seus governos e das multinacionais que se escondem por detrás dos governantes» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 25).

Assim, qualquer leitura objetiva das verdadeiras origens e da natureza da tragédia congolese é difusa e, conseqüentemente, qualquer tentativa de solução é

⁷² China's Xi urges state media to boost global influence », Reuters, 19 février 2016. consulté le 16 octobre 2023.

⁷³ Selma Mihoubi, « La stratégie d'implantation de Radio Chine Internationale (RCI) en Afrique sahélienne », Norois, n° 252, Presses universitaires de Rennes, 2019. consulté le 16 octobre 2023.

tendenciosa. E para evitar que uma eventual fuga acidental comprometa os verdadeiros interesses das suas empresas ao revelar a verdade, os poderes patrimonialistas e os seus meios de comunicação social tomam medidas para que apenas as "fontes" que lhes convêm sejam autorizadas a falar. Assim, os "peritos", as "ONGs", as "testemunhas" e os atores políticos que têm de se pronunciar sobre a guerra ou os conflitos na RD Congo, por exemplo, são todos cuidadosamente escolhidos à partida para proteger a aparência de "coerência" e de "verdade" do discurso mendaz dos agressores do Congo (MBEKO & NGBANDA, 2014). Desta forma, assistimos «à emergência e à imposição do sistema de 'pensamento único', mas à maneira ocidental» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 26).

A especificidade deste sistema é que parece ser mais "civilizado" porque não utiliza os métodos coercivos e brutais das ditaduras africanas, árabes ou latino-americanas para se impor. Em vez disso, tem o "mérito" de estimular o síndrome do "larbin", provocando o apoio "espontâneo" das vítimas, neste caso os congoleses, a guerras de agressão que são frequentemente dirigidas contra seus próprios interesses e que conduziram a massacres e genocídios (MBEKO & NGBANDA, 2014). Em 1996, quando as AFDL atacaram o Congo/Zaire, a imprensa ocidental tinha conseguido mobilizar a opinião pública nacional e internacional para esta guerra de agressão, fabricando e difundindo informações enganosas com o único objetivo de manchar a imagem do regime ditatorial de Mobutu e de afastá-lo do poder. É o caso, por exemplo, das mentiras veiculadas pela imprensa belga, tanto escrita como audiovisual, sobre o «alegado massacre de estudantes no campus de Lubumbashi, na RDC, na noite de 11 de maio de 1990» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 29).

Estamos, portanto, no meio de um processo de manipulação em que as mídias se destinam menos a informar do que a enganar a opinião e a apoiar os poderes patrimonialistas. No entanto, a manipulação das mídias, «o controlo da informação exercido pelo establishment político e militar, a submissão forçada das mídias às forças do dinheiro, os determinismos estruturais, mantêm a imprensa num estado de servidão quase absoluta» (CHARRON, 1998, p. 323).

A este respeito, convém sublinhar que, independentemente dos defeitos de Mobutu, o que estava verdadeiramente em causa nesta guerra de agressão era o

domínio ocidental sobre os recursos do Congo. É preciso que fique claro que, ao denunciarmos as mentiras das mídias, estamos longe de aprovar ou justificar o regime ditatorial de Mobutu, e muito menos o seu método brutal, corrupto e medíocre de governação do Estado. O que se pretende aqui é estigmatizar a estratégia da mentira e da manipulação habilmente orquestrada e utilizada pelas mídias mentirosas das potências patrimonialistas para pôr fim a essa mesma ditadura. «O recurso ao mal não pode ser justificado com o pretexto de combater o mal» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 31). Mesmo contra o nosso pior inimigo, a mentira continua a ser inaceitável. O mal continua a ser o mal.

No caso de Laurent Désiré Kabila, as mídias ocidentais transmitiram a vontade incontestada dos governos dos seus respectivos países. Deixaram-se levar alegremente por mistificações e denegrir Laurent Désiré Kabila, tanto mais que este último se recusou a «ceder às injunções infantilizantes e à insaciabilidade dos poderes patrimonialistas pela riqueza congoleza» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 31). A partir daí, nenhuma "contestação", nenhuma tese contraditória é permitida pelos editores destas mídias. Todo o debate democrático é embargado, sem ser formalmente decretado, a fim de preservar a aparência de democracia.

Por conseguinte, «graças aos enormes recursos financeiros e tecnológicos de que dispõem, estas mídias dos países ocidentais estão praticamente sozinhas na propagação das suas teses em todo o mundo» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 28), e mais particularmente entre os congolese, cujas mídias locais servem muitas vezes apenas de correias de transmissão para a sua sobrevivência.

Assim, a cada guerra de agressão contra a RD Congo e a cada conflito criado no Congo, as mídias ocidentais patrimonialistas organizam-se para adoçar e camuflar tanto os fatos como os verdadeiros objetivos, nomeadamente apresentando as potências ocidentais patrimonialistas como "ajudantes" neutros preocupados unicamente em resolver os problemas humanitários do povo congolês, vítima dos seus maus governantes. Os jornalistas ocidentais, autoproclamados especialistas ou peritos sobre o Congo, enchem as colunas dos jornais com mentiras e aproximações sem possibilidade de serem desmentidos (MBEKO & NGBANDA, 2014). «Quanto maior for a mentira, mais gente acredita nela», dizia Joseph Goebbels, ministro da propaganda de Adolphe Hitler. E, no entanto, os fatos

mostram claramente que a maioria dos meios de comunicação ocidentais, tal como a maioria dos políticos que governam o mundo, não têm em conta o sofrimento humano. «Os seres humanos são os grandes perdedores do século XX: desapareceram completamente da paisagem mediática em favor das hordas de uniformes» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 26). Ao apoiar as guerras de agressão contra o Congo ou a criação de conflitos por potências patrimonialistas em qualquer parte do mundo, as mídias participam nos massacres e atrocidades cometidos; espezinham e sacrificam as vítimas. A dignidade do ser humano é lutar para salvaguardá-la, não para exaltar a supremacia dos poderes que a destroem.

Neste processo de manipulação das mídias com vista à ocupação do Congo, à sua balcanização e à pilhagem dos seus recursos minerais, a imprensa congoleza, nomeadamente a imprensa *papagaiótica*, não fica atrás. Está literalmente ao serviço do regime dominante de Kinshasa, a parte visível do sistema patrimonialista, para incutir palavras de ordem e outros slogans pomposos na população e, sobretudo, para transmitir a imagem de marca e o pensamento do chef do Estado. Manchettes como «Face à la grogne dans plusieurs entreprises, Tshisekedi pour les États-généraux du portefeuille de l'État» (Confira. L'Avenir du 1/2/2019, p. 2); «Prise de contact et consolidation des relations avec les pays de la sous-région, Félix Tshisekedi à Luanda, Nairobi et Brazzaville» (Confira L'Avenir 4/2/2019, p. 2) ou ainda "Le chef de l'État invité au Sommet du G 20 en Italie" (Cf. *Le Phare* do 23/12/2020, p. 2) refletem a nossa análise. É evidente que estes títulos são uma manipulação dos afetos e da cognição, pois apelam aos sentimentos do povo congolês. O seu objetivo é certamente tornar Félix Tshisekedi aceitável e desejável. O objetivo é persuadir pela sedução. Mas a sedução é um processo tão dissimulado que o público congolês acaba por não o ver, apesar dos efeitos perversos que tem sobre ele. Na realidade, a sedução tem por objetivo enganar. Não se trata de agradar pelo simples fato de agradar. Trata-se, antes, como salienta Philippe Breton, de «agradar para vender, agradar para ganhar os votos do eleitorado, agradar para mandar» (BRETON, 2000, p. 81).

Como se vê, estas mídias não só correm o risco de ser manipuladas pelas diferentes forças políticas, económicas e culturais, como também manipulam os seus públicos, que subjugam, impondo-lhes, a contragosto, escolhas que não teriam desejado numa situação normal, e cuja opinião tentam forçar. Fazem

frequentemente escolhas táticas sobre a informação a difundir, a forma de difundir-la e a forma de comentá-la, para que a opinião pública reaja da forma que os jornalistas e os políticos esperam (NZINGA, 20206, p. 6). Neste sentido, os congolese acreditam que são livres. Não têm consciência de que são prisioneiros de ideias, pensamentos e concepções que foram destilados nas suas mentes pelas mídias patrimonialistas manipuladores. Um estudo pormenorizado de Claude Julien (1987) põe em evidência o poder ilimitado deste espírito destruidor. «Aumenta a sua eficácia espalhando o seu veneno em doses homeopáticas, de modo a que a própria lentidão com que envenena as nossas mentes domine a nossa vigilância e neutralize nossas defesas imunológicas» (JULIEN, 1987, p. 1). Através da desinformação ou da subinformação, a manipulação priva os cidadãos da capacidade de compreender o mundo que os rodeia. Inquestionavelmente, para o regime dominante de Kinshasa, e mesmo para as potências patrimonialistas,

quem dominar as técnicas de manipulação da informação e as utilizar com circunspeção terá o poder de levar a opinião pública, ou seja, a maioria dos cidadãos, a mobilizar-se numa ou noutra direção, em função dos seus objetivos. Por outras palavras, quem detiver as rédeas da informação e dos meios de comunicação social dirigirá de fato a RDC" (NZINGA, 2006, p. 7).

As mídias são, portanto, um verdadeiro poder.

A este respeito, a manipulação das mídias é mais proeminente durante o período eleitoral. Durante o período eleitoral, a imprensa congolese, por exemplo, foi um elemento-chave na manipulação da opinião. Classificou a informação e selecionou as notícias para as quais deveria ser chamada a atenção do público. Ignorou fatos essenciais da vida congolese, nomeadamente a ocupação do país, a infiltração de indivíduos ruandeses e outros no exército e na administração do Congo, e o processo de balcanização. O conteúdo mediático da imprensa congolese acima analisado é uma prova eloquente do que estamos a dizer. Por exemplo, em 8 de fevereiro de 2019, *Le Phare* escreveu: « Le président Tshisekedi prêche l'amour du Congo et du travail bien fait » (p. 2). *Forum des As*, por seu lado, titulava : « En campagne dans la province de Kwango, E. Shadary s'offre un bain de foule sur 7 Kms de Kenge » (p. 6-7). Estas modalidades discursivas das midiáticas centram-se em informações políticas individuais que, muitas vezes, não têm qualquer significado real, e encobrem os verdadeiros problemas da sociedade. Como afirma

Alfred Sauvy, citado por Germain Nzinga (2006), «sem uma informação correta, a soberania do povo não passa de uma comodidade linguística» (p. 13). Neste sentido, as ações dissimuladas de manipulação correm o risco de crucificar qualquer tentativa de conseguir libertar a RD Congo das mãos das potências patrimonialistas e permitir aos congoleses usufruir minimamente do seu próprio património.

Além disso, em 6 de dezembro de 2020, num discurso transmitido pela RTNC, Félix Tshisekedi explicou a sua rutura com o grupo político de Joseph Kabila, FCC, nos seguintes termos:

As consultas evidenciaram também [...] a rejeição da coalisão entre o *Front Commun pour le Congo* e o *Cap pour le Changement*. Esta triste conclusão surge após dois anos [...] de graça que, infelizmente, não terão conseguido evitar uma situação de crise persistente e de desconfiança inaceitável entre as instituições da República de que sou o único garante [...] Este não é apenas um discurso, é um apelo à mobilização geral face à deterioração da situação do nosso país, desejada e orquestrada pelos coveiros da República.

De fato, para justificar a miséria do povo ou a situação trágica de que o Congo é vítima, Félix Tshisekedi culpa Joseph Kabila e o FCC. O discurso de Felix Tshisekedi é manipulador. Tem por objetivo dar a si próprio a imagem de um homem bondoso, sensível ao sofrimento das famílias pobres e dos deficientes. Cria deliberadamente uma amálgama cognitiva. Pegam num dos fatos que constituem a opinião pública (Joseph Kabila, FCC) e utilizam-no para construir uma mensagem, transferindo esse elemento externo para a opinião popular. O discurso de Félix Tshisekedi explica os problemas sociais, a insegurança, a guerra no Leste do país, os baixos salários, a violência contra as mulheres, a pobreza, etc., pela presença ou intrusão de um elemento estrangeiro, nomeadamente Joseph Kabila e o FCC. Esta forma de desviar a opinião pública, nacional e internacional, dos verdadeiros problemas sócio-políticos de um povo, neste caso o povo congolês, e de desviar para fatos não essenciais, e por vezes alheios à vida do povo, de forma a impedir qualquer crítica ou contestação do povo, é aquilo a que chamamos uma miragem comunicacional et/ou *informativa*. O povo dirige-se para o Norte, enquanto o que está em jogo é no Sul.

Assim, após o discurso de Félix Tshisekedi, estava fora de questão criticá-lo, apontar a sua responsabilidade na crise sócio-política e definir por que razão Joseph Kabila e a sua família política bloqueavam as instituições do país. É neste ponto que as mídias em geral e a imprensa congoleza em particular são responsáveis por terem manipulado o povo em nome do qual diziam falar. Ao alinhar com o discurso de Félix Tshisekedi e ao transmiti-lo, a imprensa distorceu o diagnóstico da crise. Ao limitar suas análises à responsabilidade exclusiva de Joseph Kabila e da sua família política, a imprensa congoleza perdeu a lucidez e a coragem ética de escalpelar a crise congoleza e de admitir com coragem que o verme já estava no fruto. A verdadeira causa da crise apontada por Félix Tshisekedi e pelos seus aliados é o próprio Félix Tshisekedi. Se ele não tivesse aceitado ser nomeado por Joseph Kabila, a situação do Congo e do seu povo poderia ser diferente.

Mas os apoiadores de Félix Tshisekedi aplaudem o seu discurso com as duas mãos. Noam Chomsky e S. Edward (2003) têm, pois, razão quando demonstram, na sua obra coletiva, como o poder político, em cumplicidade com as mídias, os lobbies e as multinacionais, é capaz de criar e fabricar a opinião pública e de impor a sua própria interpretação dos acontecimentos. As mídias, mesmo quando livres e em concorrência, podem ser uma extensão do regime dominante. Félix Tshisekedi conseguiu, assim, manipular a opinião pública e impor-lhe uma orientação que lhe convinha. «O medo e as falsas representações impostas aos meios de comunicação social públicos fazem parte deste cálculo político inteligente para reduzir a margem de manobra da opinião pública ou, pelo menos, para impor subterraneamente uma orientação que convém aos dirigentes» (NZINGA, 2006, p. 34).

Assim, por razões comerciais ou políticas, as mídias, a imprensa congoleza, podem acabar por difamar, mentir e desinformar. Inegavelmente manipuladas por redes político-militares-financeiras que exercem pressão sobre si mesmas para ditar uma linha editorial, essas mídias organizam a formatação da informação para manipular, por sua vez, o público a que se dirigem. «É aí que reside o grande loop: a dialética do manipulado manipulando o manipulador, do manipulado sendo sujeito a pressões ao mesmo tempo que reconstrói a notícia a seu bel-prazer para melhor condicionar o seu público» (NZINGA, 2006, p. 37). Nestas condições, as mídias estão longe de ser um contra-poder. São escravizados e instrumentalizados pelo regime dominante de Kinshasa e/ou por qualquer outro ator sociopolítico

detentor de poder político e financeiro, tomando-os como "o melhor dispositivo de combate"⁷⁴ cuja principal tarefa é popularizar as ideais do regime ou o pensamento daqueles que praticam-no. Por outro lado, quando os jornalistas constroem a informação, editam-na, escolhem cobrir uma notícia em vez de outra e cobrem-na de uma forma em vez de outra, torna-se evidente que estão a contribuir mais do que ninguém para a construção dos problemas da sociedade, em vez de ser a consciência crítica dessa sociedade.

Como podemos ver, é difícil imaginar a libertação do Congo com mídias tão manipuladas e manipuladores. Para libertar a RD Congo, é necessária uma outra categoria de mídias com uma outra lógica de comunicação.

7.2. *Petit reste du Congo*, as mídias e a lógica da comunicação performativa

O *Petit reste du Congo* é uma alternativa que luta pela libertação do Congo. Neste sentido, confronta-se com a ordem estabelecida pelos poderes patrimonialistas na RD Congo, a saber: a ocupação do Congo com vista à sua balcanização e à pilhagem do seu patrimônio. Esta situação é claramente um dos mecanismos muito subtis utilizados pelos poderes patrimonialistas para levar o povo congolês a concluir que o seu país está em agonia e a prever a morte lenta e certa do Congo. Mas o drama congolês não é uma fatalidade. A RD Congo não está condenada a sofrer indefinidamente este destino miserável e derrotista. O Congo ainda pode renascer, relançar-se sobre novas bases que tem a responsabilidade e a livre escolha de definir e iniciar. Desesperar na vida é ser míope. O futuro deve ser um campo de novas experiências sempre possíveis. Porque a estagnação numa situação dramática como a da República Democrática do Congo paralisa qualquer esforço de ousar, Também priva o povo congolês da « sua liberdade interior, enfraquece a sua vontade de agir e de criar e obscurece a sua capacidade de ver o futuro» (BOSEKO, 2015, p. III).

⁷⁴ A terminologia provém de Tshibuabua Ashila Pashi, Boletim Azap, 2 de abril de 1982, p. 4.

Na verdade, a luta pela libertação da República Democrática do Congo é uma luta pela conquista da soberania congoleza. O Congo não está condenado ao domínio e à exploração estrangeiros. A alternativa à sua atual ocupação, infiltração e dependência política e econômica está na conquista da soberania pelos próprios congolezes. Nenhuma civilização jamais desenvolveu outra. A soberania congoleza não deveria ser definida por sinais exteriores - bandeira, hino nacional e assento nas Nações Unidas - mas deveria ser entendida em termos da capacidade do povo congolês de realmente exercer seu poder multidimensional sobre todo o seu território geograficamente situado. Também é necessário ir além da "natureza facciosa das estruturas legais e institucionais criadas para dar alguma aparência de soberania nacional ao novo Estado, enquanto são visíveis formas de dependência real, baseadas na subordinação econômica organizada, cuja incompatibilidade com o verdadeiro conceito de soberania é flagrante" (BEDJAOUI, 1978, p. 883).

Como podemos ver, a conquista da soberania deveria ser um fim em si mesma, na medida em que a soberania implica a libertação do país e do povo congolês das mãos de potências patrimonialistas ou imperialistas. A soberania gera mudanças estruturais multissetoriais. Sem soberania, é difícil pensar e definir as políticas econômicas, educacionais e outras do país. Um país não soberano é um Estado sob tutela, eternamente sujeito ao subdesenvolvimento, e acaba se tornando o subdesenvolvimento de seu subdesenvolvimento. Sem dúvida, as potências patrimonialistas e/ou imperialistas desenvolverão políticas e estratégias para manter o sistema de classes a fim de continuar exercendo seu domínio sobre os países dominados e subjugados. Portanto, a soberania possibilita colocar em causa todas essas políticas de dominação e se torna o farol para o povo libertado das cadeias patrimonialistas rumo a novos horizontes feitos de liberdade e desenvolvimento todo homem e de todo o homem. Daí a pertinência, a urgência e a justeza da luta do *Petit restem du Congo* para libertar e refundar a RD Congo.

Perante a situação dramática do Congo, os congolezes só têm uma saída: lutar contra os seus carrascos, libertar-se e sair da sua prisão invisível e visível, ou resignar-se e esperar passivamente a morte e o seu próprio desaparecimento do mapa do mundo. Todos aqueles que vão longe na vida souberam ver mais longe do que o seu nariz e souberam quebrar as amarras de uma situação ou de um passado inscrito neles e apesar deles próprios. Desta forma, graças à resiliência-empatia

(résilio-empathie), o Petit reste du Congo pode recuperar o impulso primordial de uma dinâmica criativa autónoma, a liberdade interior e o poder infinito da imaginação para libertar o Congo. "A verdade do ser leva o homem ao "co-hecimento"(con-naissance) de si mesmo, que o eleva à realidade viva das leis divinas, incluindo a da semente e do crescimento, «o quem busca-encontra» (BOSEKO, 2015, p. III). Este espaço de espiritualização do ser suspende todo o contato com a memória traumática, despoja o homem da sua personalidade emprestada e liberta-lo de toda a manipulação a partir das concrétions engrammiques. Nesta luta pela libertação do Congo e do povo congolês, as mídias desempenham um papel vital.

As mídias são um poder. Como já foi referido, as mídias detêm e condicionam o comportamento dos outros poderes e impedem os «males» (TOCQUEVILLE, 1981, p. 198). Expõem "constantemente o funcionamento secreto da política" e obrigam "as personalidades públicas a comparecerem, por sua vez, perante o tribunal da opinião pública" (TOCQUEVILLE, 1981, p. 271). «Vimos isso em 2010, quando a organização WikiLeaks - em conjunto com várias grandes organizações de imprensa - permitiu a 'fuga' de grandes quantidades de informação confidencial (relatórios militares sobre as guerras no Afeganistão e no Iraque, telegramas diplomáticos americanos)» (ÉGRE PASCALE, 2002, pp. 53-61). Neste sentido, as mídias acrescentam o inesperado ao planeado, podem romper um calendário predefinido, perturbar o tempo político revelando os fatos, revelando ao público o que os detentores do poder pretendem esconder. O Watergate continua a ser um caso de estudo para aprendizes de jornalistas e um modelo para o exercício do poder das mídias. Graças ao trabalho de investigação de dois jornalistas repórteres do Washington Post, Woodward e Bernstein, e a uma análise pormenorizada e sistemática das inverdades presidenciais, o Presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, foi forçado a demitir-se e os três poderes - executivo, legislativo e judiciário - foram postos em marcha (KESSLER, 2012, p. 105-112).

Nesta perspectiva, as mídias continuam a ser uma garantia privilegiada para os povos fracos e indefesos na sua luta contra qualquer sistema dominador. E, no contexto da RD Congo, as mídias continuam a ser uma figura de proa na luta contra os poderes patrimonialistas e os seus efeitos nefastos. Para conseguir, as mídias devem procurar, investigar, questionar, desmascarar e publicar informações sobre

os poderes patrimonialistas «que podem esperar que encorajem um certo número de cidadãos a olhar o mundo de forma diferente» e crítica (SCHUDSON, 2015, p. 262). Por outras palavras, as mídias devem fornecer aos cidadãos congolese informações verdadeiras, honestas, credíveis e infalíveis que lhes permitam adquirir uma compreensão adequada deste fenómeno trans-histórico, habitar a cena política e participar efetivamente na luta contra o patrimonialismo, na gestão dos assuntos públicos e no equilíbrio do mundo. Nesta luta contra o patrimonialismo, é, pois, salutar para o Congo que as mídias, numa perspectiva persuasiva e performativa, estabeleçam um verdadeiro debate de princípios e de ideias através dos respetivos programas, e oponham aos argumentos dos patrimonialistas e aos debates no café do comercio, a força das assinaturas e o rigor do debate científico (KESSLER, 2012, pp. 105-112), estruturar ou, pelo menos, hierarquizar as preocupações e os conhecimentos do público, a fim de descolonizar os discursos hegemónicos dos patrimófobos e «produzir um discurso libertador» (TSHIBWABWA KUDITSHINI, 2011, p. 43.).

De facto, se as mídias não podem dizer às pessoas o que pensar, podem dizer ao público o que pensar, publicitando certas questões em vez de outras. As mídias devem, portanto, exercer o seu papel de consciência crítica da sociedade na sua dupla dimensão co-construtiva: chamar a atenção do público para as questões e as consequências do patrimonialismo e permanecer atentos às outras preocupações reais e genuínas das pessoas, relatando-as, popularizando-as, amplificando-as, cristalizando-as ou dedicando-lhes uma quantidade razoável de informação, a fim de esclarecer e orientar o julgamento do público sobre o assunto, moldar as suas categorias de percepção e incitá-lo explícita e criticamente a adotar um determinado comportamento capaz de mudar a opinião pública para o seu próprio bem. Em suma, trata-se de performar e de indignar o público congolês na luta contra os poderes patrimonialistas.

Além disso, a libertação da RD Congo pelas mídias deve conduzir a mudanças profundas no campo das mídias. É necessário transformar o papel e o conteúdo das mídias, mas também a forma do discurso jornalístico. Os jornalistas que acompanham o trabalho de libertação do Petit Reste Congo devem distinguir-se de outras categorias de jornalistas, porta-vozes do regime dominante e cúmplices do drama congolês. As mídias do *Pequeno Resto do Congo* deveriam ser

discursivas, independentes, livres, críticas e capazes de denunciar a ocupação do Congo, o processo de balcanização, as ambições expansionistas do Ruanda, do Uganda, do Burundi e de tantas outras potências patrimonialistas, a pilhagem do património congolês pelas potências ocidentais e africanas, todas as disfunções: violações dos direitos humanos, abuso de autoridade, manipulação política, desvio de fundos, mediocridade da classe política, etc. É evidente que as mídias do *Petit reste du Congo* atuam como um contra-poder, um poder inspirador e libertador. Num contexto em que o regime dominante de Kinshasa, a parte visível do iceberg dos poderes patrimonialistas, é geralmente todo-poderoso, e a independência do poder legislativo e judicial continua a ser relativa, os meios de comunicação social do *Petit reste du Congo* devem assumir o seu dever de controlo das decisões governamentais.

A função crítica e exigente dos meios de comunicação social do *Petit reste du Congo* irá certamente mudar radicalmente a forma como os poderes patrimonialistas percebem o Congo e as suas riquezas. Por um lado, acabará com o mito mediático observado sobre o Congo e a sua tragédia; por outro, dessacralizará os poderes patrimonialistas, "rompendo com o culto da personalidade" (MARIE-FRERE SOLEIL, p. 122). Recorrendo a novos modos de expressão e a outros canais de comunicação, as mídias do *Petit reste du Congo* poderiam reconduzir os patrimonialistas à sua «dimensão humana, mesmo animal» (MARIE-FRERE SOLEIL, p. 122). Além disso, as mídias do *Petit reste du Congo* são susceptíveis de relativizar e pôr em causa o discurso das potências patrimonialistas sobre o Congo. A partir de agora, não haverá mais discurso intangível e inatacável. Tudo está sujeito ao crivo da razão. Atacar o discurso fundador e intangível das potências patrimonialistas é destruir o seu edifício pela raiz e reduzir a sua capacidade de causar danos.

A este respeito, os meios de comunicação social do *Petit reste du Congo* devem transmitir a verdade, rompendo com a propaganda mendaz das potências patrimonialistas e do regime dominante de Kinshasa, cujos meios de comunicação social distorciam a realidade (FRÈRE 2000b). Devem ter a ambição de «desvendar o que até então tinha permanecido secreto ou tinha passado pelo radioteatro ou pelos meios de comunicação estrangeiros» (MARIE-FRERE SOLEIL, p. 123). Devem também agir como promotores de novos léxicos linguísticos: liberdade de

expressão, soberania, genocídio congolês, ocupação do Congo, processo de balcanização do Congo pelas potências patrimonialistas, patrimônio congolês para os congoleses, revolução, direitos humanos, etc. O objetivo destes novos conceitos é mobilizar a consciência coletiva e a inteligência congolesa em torno de uma causa comum: a libertação do Congo e a exploração do seu patrimônio para o bem-estar do povo congolês em primeiro lugar.

Tudo isto só é possível se os próprios meios de comunicação social do Pequeno resto do Congo tomarem consciência do problema do patrimonialismo em geral e da ocupação do Congo em particular. Com efeito, essa consciencialização poderia ajudar os meios de comunicação social a cumprirem melhor a sua missão tradicional. Não é óbvio que as mídias possam mudar totalmente o mundo. E a nossa posição, que consiste em fazer das mídias, enquanto técnica de comunicação simbólica (troca de mensagens ou de informações) com «o objetivo de facilitar a comunicação de uma única fonte para muitos destinatários» (GABSZEWICZ, SONNAC, 2010, p. 9), um instrumento ao serviço da libertação do Congo e um fator importante de evolução social ou de mudança de mentalidades, está longe de se assemelhar a um profetismo mediático (BOURDON, 1997) ou a um determinismo técnico ou informacional ou comunicacional. Explicar a libertação do Congo e as mudanças sociais simplesmente em termos de tecnologia é ignorar as interações sociais que podem ter lugar fora e/ou com ferramentas técnicas, e também negar que os seres humanos, como usuários, tenham qualquer capacidade de resistir às mudanças provocadas pela tecnologia. A nossa ambição é mostrar que uma informação verdadeira e credível pode provocar uma verdadeira mudança social.

Além disso, na luta pela libertação do Congo, a primeira guerra a ser ganha é a guerra da informação. Esta pode provocar enormes mudanças. Uma boa informação abre a porta ao conhecimento, à aprendizagem, e liberta as pessoas dos grilhões da ignorância. O conhecimento conduz ao desenvolvimento, enquanto a ignorância conduz à submissão. Um povo instruído e bem informado coloca a questão "porquê?" e torna-se o arquiteto da sua própria libertação e do seu país. Um povo ignorante é uma alma acorrentada e sem consciência. Por outro lado, a informação verdadeira e credível é mais do que uma arma nas mãos do povo. Além disso, a partir do momento em que os meios de comunicação social começarem a

interrogar-se seriamente sobre o que podem fazer para libertar o Congo, para demolir o patrimonialismo ou torná-lo ineficaz, para promover a civilização da humanidade, para combater os males que assolam a sociedade, para assegurar o respeito pelo patrimônio dos outros, nesse dia os meios de comunicação social encontrarão respostas eficazes para os problemas colocados pelos poderes patrimonialistas e/ou pelo patrimonialismo (SCHUDSON, 2015).

Ademais, «na ausência de um público devidamente educado, inteligente, racional e suficientemente disposto a participar do jogo político» (SCHUDSON, 2015, p. 273) e na luta contra os poderes patrimonialistas, as mídias podem substituir-se ao público, fazendo com que os poderes patrimonialistas respeitem o patrimônio dos outros, denunciando a sua política de predação. Por outro lado, informando mais pormenorizadamente sobre as ligações entre os interesses do triângulo da morte: as multinacionais, os seus respectivos governos, os congoleses corrompidos e os seus vassalos em todo o mundo. As mídias não devem fugir às questões sob o pretexto da objetividade. Cabe aos meios de comunicação social fazer luz sobre a cena política e mundial. «Eles podem trabalhar para lançar essa luz de forma inteligente e crítica» (SCHUDSON, 2015, p. 273). Essa é também uma das «responsabilidades das mídias enquanto instituição responsável pela moralidade pública» (SCHUDSON, 2015, p. 268). Roquette-Pinto corrobora o nosso pensamento quando afirma que: «o rádio é a escola dos que não têm escola. É o jornal de quem não sabe ler» (AMORIM, 2015, p. 28). Mas as mídias só podem substituir-se ao público se partilharem os sentimentos comuns do público. Desta forma, a sua ação será eficaz, porque será apoiada e transmitida pela maioria dos cidadãos. Existe, portanto, um elo de interdependência entre os meios de comunicação social, a opinião pública, os grupos associativos, etc.

Mas um dedo não limpa a cara toda, diz um provérbio africano. Individualmente, as mídias têm pouco poder, mas juntas representam poder. De fato, segundo Tocqueville, «quando um grande número de órgãos de imprensa consegue marchar na mesma direção, a sua influência torna-se, a longo prazo, quase irresistível, e a opinião pública, sempre atingida pelo mesmo lado, acaba por ceder aos seus golpes» (p. 202). A ação das mídias é, portanto, eficaz quando é colegial, sistêmica e assumida como um produto cultural. Não se trata de substituir os determinismos da economia política ou da sociologia por uma «culturologia [...] ao

contrário, trata-se de considerar a economia política, a geografia, os sistemas sociais e a cultura em sua interdependência» dentro de um sistema capaz de diluir as fronteiras entre esses respectivos campos (SCHUDSON, 2015, p. 20). O resultado deste processo será uma *infocultura*, ou seja, uma informação intercultural que, como vimos, é uma ligação dinâmica e circular de diferentes domínios. É, portanto, multipolar, uma informação co-construída a partir de vários campos sociopolíticos (política, utilizadores da Internet, Igreja, sociedade civil, instituições, etc.), ao mesmo tempo inclusiva e integradora, rompe as barreiras estanques entre os campos sociais.

É, pois, evidente que a ação mediática deve ser apoiada e veiculada por vários órgãos mediáticos, incluindo outras instituições não mediáticas, nomeadamente órgãos de investigação como a polícia, o ministério público, os serviços de informações, a diáspora congoleza e muitos outros onde é sempre possível encontrar representantes do *Petit reste du Congo*. Estas instituições podem dar um contributo importante, mesmo simbólico, para a libertação do Congo e para a destruição do patrimonialismo. No chamado caso «Watergate, outras instituições deram um contributo importante para a investigação. Sem o juiz John Sirica, sem a Comissão Ervin, sem a descoberta dos cassetes da Casa Branca, o Presidente nunca teria sido obrigado a demitir-se» (SCHUDSON, 2015, p. 176). E na medida em que os efeitos das mídias são variáveis e limitados, porque, segundo a sociologia da recepção, as crenças e as opiniões são essencialmente moldadas nos grupos primários ou nos grupos a que as pessoas pertencem, as mídias, não trabalhando de forma sistemática ou colegial com os líderes de opinião dos grupos, o sentimento de pertença dos congolezes, devem ser visados. De fato, se a informação veiculada pelas mídias exerce alguma influência, ela só é percebida e recebida através de grades interpretativas partilhadas e negociadas com os meios sociais que constituem o quadro de existência dos indivíduos (LAZARSFELD et al, 1944).

É também evidente que as mídias do *Petit reste du Congo* deveriam trabalhar em rede comunicacional, ou seja, em parceria com as redes sociais, nomeadamente a Internet. Com efeito, a Internet é atualmente apresentada como «um instrumento ao serviço do indivíduo e da sociedade civil, que lhes confere poder contra os poderes econômicos e políticos estabelecidos» (ÉGRE PASCALE, 2002, pp. 53-61). A vantagem da Internet é que combina as características de um

meio de comunicação de massas (como a televisão) com as de um meio de troca interpessoal (como o telefone). Além disso, do ponto de vista técnico, internet tem uma arquitetura sem centro, pelo que, por princípio, a sua utilização não deve ser limitada, condicionada ou filtrada. Deste modo, a Internet encarna um espaço de liberdade de expressão, muito difícil de controlar, regular e censurar (ÉGRE PASCALE, 2002).

Como podemos ver, a Internet é um instrumento necessário na luta contra os poderes patrimonialistas. Incentiva a iniciativa e a interação e acelera a circulação da informação, oferecendo a todos a possibilidade de publicar e criar serviços. Neste sentido, é o principal vetor de redistribuição do poder nas sociedades ditas "em rede", que funcionam de forma mais horizontal e descentralizada. Com a Internet, existe uma espécie de auto-organização social, baseada na livre circulação da informação - a que se refere a ideia de inteligência coletiva (LEVY, 1997).

O objetivo é criar uma Internet militante com um grau de autonomia que favoreça a coligação de interesses e opiniões e, conseqüentemente, a formação de associações congoleesas ligadas aos seus parceiros de luta. Estas organizações podem ser «baseadas em consensos ad hoc, e não necessariamente em compromissos ideológicos ou partidários» (ÉGRE PASCALE, 2002, pp. 53-61). A única ideologia que vale a pena ter, nesta perspectiva, é a da libertação do Congo. Todas as associações devem ter a humildade de pôr de lado as diferenças ideológicas e centrar-se na causa comum: o Congo. Estas formas de mobilização devem tornar-se redes ou movimentos de ligação. Isto poderia culminar em movimentos de protesto congoleeses e numa revolta popular para libertar o país. Esta revolução na Internet poderia conduzir a uma primavera congoleesa ou africana. As "primaveras árabes", as revoltas que se seguiram às eleições presidenciais iranianas, etc., são testemunho do nosso argumento (ÉGRE PASCALE, 2002). Além disso, durante as eleições presidenciais senegalesas, foi a utilização dos telefones pelos jornalistas que permitiu «em certa medida, provocar uma mudança política» (COULIBALY, 2002, pp. 155-156).

É claro que «a utilização das mídias ao serviço deste tipo de comunicação coloca a questão da distinção entre jornalismo (cujo objetivo principal é informar

de forma independente) e comunicação (cujo objetivo é essencialmente persuasivo); os dois interpenetram-se frequentemente em projetos que visam transformar as normas e os comportamentos dos receptores» (MARIE-FRERE SOLEIL, 2016, p. 307). No entanto, no contexto do drama congolês, a distinção entre comunicação e jornalismo é irrelevante, uma vez que o objetivo continua a ser o mesmo: a libertação da RD Congo das mãos das potências patrimonialistas. Além disso, não existe um meio de comunicação social neutro. Como demonstrado acima, o ato de falar já é um compromisso.

Assim, uma vez esclarecida a ambiguidade, o *Petit reste du Congo* tem a imensa responsabilidade de organizar melhor as suas estruturas comunicantes numa rede de comunicação com uma mensagem clara, simples e cativante, nomeando um responsável por cada estrutura comunicante: os blogues, as plataformas de partilha de conteúdos, como o YouTube, e as redes sociais, como o Facebook e o Twitter, que, por um lado, competem com os grandes meios de comunicação social e os contradizem e, por outro, são uma importante fonte de informação; Por outro lado, são um verdadeiro espaço público aberto ao povo congolês de todos os estratos sociais, onde os seus pontos de vista e sugestões são expressos, ouvidos, escutados e tomados em consideração, bem como um espaço público aberto a contribuições de leitores ou profissionais dos meios de comunicação social, líderes de opinião, redes de parceiros africanos, em suma, pessoas-recurso com as mesmas preocupações e a mesma paixão para a libertação do Congo. Aqui, a voz do leigo e os conhecimentos adquiridos com a experiência são valorizados e colocados em pé de igualdade com a dos representantes, peritos e "tecnocratas" - a figura do amador é finalmente privilegiada. A comunicação resultante deste trabalho em rede varia entre uma abordagem vertical, em que as redes de comunicação foram mobilizadas para informar as pessoas sobre o grande projeto de libertação do Congo e tentar ganhar o seu apoio para esta iniciativa complexa, e uma «abordagem horizontal e participativa, em que aqueles que são tradicionalmente considerados os 'receptores' são amplamente envolvidos» (MARIE-FRERE SOLEIL, 2016, p. 308). No entanto, é importante ter em conta que a Internet ou qualquer outra estrutura de comunicação se limita a retransmitir a luta no terreno. Não a pode substituir. É essencial ter heróis no terreno.

Convém também sublinhar, mais uma vez, que ao centrarmo-nos na Internet e nas redes sociais no caso da República Democrática do Congo, não estamos a sublinhar uma visão determinista da tecnologia, ou mesmo uma certa perspectiva ocidentalo-cêntrica que tende a sobrestimar ou mesmo a ignorar os efeitos destas tecnologias. Simplesmente, queremos usar o lado positivo da Internet como um possível canal de libertação do Congo, mantendo-nos vigilantes quanto ao lado negativo deste mesmo instrumento com todos os seus corolários.

Tendo em conta a situação dramática do Congo, o heroísmo jornalístico é uma componente importante na realização do imenso projeto do *Petit reste du Congo*: a libertação da República Democrática do Congo. É fundamental ter jornalistas heroicos que libertem o discurso, mobilizem as pessoas, forneçam aos cidadãos fatos, opiniões e ideias libertadoras e lhes dêem a oportunidade de se exprimirem e de serem ouvidos. Não pode haver uma RD Congo libertada sem jornalistas heroicos.

7.3. O heroísmo jornalístico: essência e necessidade

Perante a tragédia da humanidade, perante a vontade das potências patrimonialistas de ocupar e balcanizar a RD Congo saqueando o seu patrimônio, perante as desigualdades sociais que assumem formas simbólicas particulares consoante os tempos e os contextos, face à vontade do sistema capitalista de impor e perpetuar a sua hegemonia no tempo, em suma, face a toda esta aparente fatalidade, o *Petit reste journalistique*⁷⁵, tal como o *Petit reste du Congo*, verdadeiro guardião da democracia e de uma sociedade igualitária e inclusiva, não tem outra escolha senão a de ser um herói, ko mikaba mbeka como diz Boseko (2015), ou seja, um sacrifício de si ao Espírito, um desprendimento do quadro da sua prisão

⁷⁵ Trata-se de um grupo de cidadãos-jornalistas, responsáveis e cansados da ocupação do Congo pelos poderes patrimonialistas, revoltados com um modelo injusto dominante, que decidiram rejeitar toda a fatalidade e desistir de se confinarem ao papel insalubre de espectadores impotentes e desiludidos de tantas desgraças e perversões sócio-históricas provocadas por sistemas desiguais que obrigam continuamente populações inteiras a vaguear sem objetivo preciso nem pontos de referência estáveis. Recusando qualquer tipo de resignação, este grupo é um verdadeiro instrumento de protesto e portador das vozes da libertação e das sociedades alternativas.

multiforme e de qualquer personalidade emprestada e o compromisso com um ideal de vida mais elevado, fora das manipulações engramáticas e das ilusões do "jogo social como montagem histórica". É a passagem obrigatória que leva à indeterminação do ser, à espiritualização, «esse grande esforço psíquico para ir além do "eu", para elucidar a vida, diante da cegueira da fatalidade do mal e do sofrimento, com vistas a superá-la de uma vez por todas» (BOSEKO, 2015, p. IX).

É preciso, portanto, abandonar o papel malsão de espectador impotente e desiludido de tantas desgraças e perversões sócio-históricas causadas por sistemas inegalitários que obrigam continuamente os proletários e/ou condenados a vagar sem meta precisa ou pontos de referência estáveis, e considerar sua situação de dominados como inevitável. Temos de fazer a escolha de nos envolvermos nos acontecimentos do nosso tempo, de os gravarmos na nossa memória coletiva. Neste sentido, torna-se mais urgente do que nunca fazer recuar os limites do possível, reabilitar a noção de ideal desenraizando, por exemplo, as estruturas injustas em que assentam as relações de produção, o fosso digital e social no mundo com vista à construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Este é também o trabalho e a essência do heroísmo jornalístico.

Neste sentido, o heroísmo jornalístico que tanto desejamos exprime-se em termos de responsabilidade, de tomada de conta do próprio destino, de empenhamento na acepção do dicionário Petit Robert. Este define o empenhamento da seguinte forma "o ato ou a atitude de um intelectual ou de um artista que, tomando consciência da sua pertença à sociedade e ao mundo do seu tempo, renuncia a uma posição de mero espectador e põe o seu pensamento ou a sua arte ao serviço de uma causa". Compromisso significa, portanto, escolha, vontade de intervir no espaço público, de dar voz à sua parte da verdade, de abalar a consciência, se necessário, e de participar, assim, na história em construção, no fervilhar do caldeirão social. É dever da imprensa «falar em nome dos oprimidos que a cercam» (DÊNES DE MORAES, 2016, p. 44). Karl Marx dizia que «o primeiro dever da imprensa é, portanto, minar os fundamentos do sistema político existente» (MARX, 2000, pp. 117-118 *apud* DÊNIS DE MORAES, 2016, p. 45).

Fingir ter um compromisso neutro é, sem dúvida, utópico. No jornalismo, por exemplo, a informação é o resultado de uma construção, o culminar de uma

narrativa do fatural (HYACINTHE, 2015.). Patrick Charaudeau postula um impossível grau zero da informação e afirma que «ela é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo; ela tem sua própria opacidade através da qual uma visão e um sentido particulares do mundo são construídos» (CHARAUDEAU, 1997, p. 9). Além disso, o jornalista não pode se contentar com a mera divulgação de conhecimentos, pois, como já apontado, a linguagem envolve necessariamente um co-enunciador: «Dizer é também tomar posição, argumentar, tentar mobilizar» (ROSELYNE KOREN, 2004). Na mesma linha, e como já foi referido, Roselyne Koren (1996) defende que «é impossível julgar ou formular um juízo sem subjetividade, seja ela 'valorativa', 'axiológica' ou não» (ROSELYNE KOREN, 1996, p. 15).

Benoît Denis assinala com precisão que um dos significados atribuídos ao engajamento, «acolhe sob sua bandeira uma série de escritores, de Voltaire e Hugo a Zola, Péguy, Malraux e Camus, que se preocupavam com a vida e a organização da cidade, defendiam valores universais como a justiça e a liberdade e, por isso, arriscavam-se muitas vezes a opor-se aos poderes instituídos através da sua escrita» (DENIS, 2000, p. 17). A trajetória jornalística de Camus demonstra a relevância e a necessidade do heroísmo jornalístico. Em sua produção literária, há uma «persistência de uma escrita transgressora que visa a não dar trégua a tudo o que contribui para humilhar e esmagar o ser humano» (HYACINTHE, 2015.).

Em *Alger Républicain*, por exemplo, a denúncia dos julgamentos políticos era um traço distintivo do colunista jurídico. No processo contra o engenheiro Hodent, o jornalista assumiu claramente a causa do responsável técnico da *Société indigène de prévoyance de Trézel*, como atesta o extrato do seu relatório de 5 de março de 1939 (HYACINTHE, 2015.). Para Catherine Kerbrat-Orecchioni, finalmente, o jornalista que toma a palavra não é um repórter neutro e anónimo, indiferente aos assuntos que aborda, mas um ator na vida social que cada uma das suas declarações envolve. «Ele pode certamente alegar que não tem nem o poder nem a intenção de fazer seu público agir e se contenta em dar a palavra aos outros; isso não muda o fato de que o que ele diz é um ato subjetivo pelo qual ele é responsável, quer ele goste ou não» (KERBRAT-ORECCHIONI, 2001, p. 120).

Como se vê, o heroísmo jornalístico assume uma dimensão particular pelo prisma da fatalidade muitas vezes encarnada na tragédia do mundo em geral e na tragédia congoleza em particular, a hegemonia capitalista ou qualquer vontade hegemónica. É a expressão do ideal da esfera pública, lugar de deliberação e de tomada de consciência das questões coletivas, marcado pela racionalidade, acessibilidade e transparência, correspondendo ao modelo da ágora democrática. Ele é realmente «o cão de guarda, o denunciador incansável dos governantes, o olho onnipresente, a boca onnipresente do espírito do povo que guarda ciosamente a sua liberdade» (MARX, 2000, p. 113-114, apud DÊNIS DE MORAES, 2016, p. 46).

Para além disso, o heroísmo jornalístico é livre, unificador e generativo, fornecendo o impulso necessário para reunir e pôr em movimento todas as energias individuais e latentes (JEZO-VANNIER, 2011). Além disso, é uma ferramenta ideal para disseminar ideias ou alternativas e colocá-las em prática parcialmente. Nesta perspectiva, o heroísmo jornalístico simboliza a rejeição da sociedade e do modelo dominante; conquista a liberdade através do poder das palavras e das publicações. Ele quer ser «livre para dizer e livre para fazer, livre na forma e no conteúdo, com um carácter indomável. Cultiva a diferença como espaço de liberdade e lugar de expressão das margens» (JEZO-VANNIER, p. 16-17).

É tanto uma recusa de todo o fatalismo e resignação como um verdadeiro instrumento de protesto e um portador das vozes de libertação e emancipação contra o sistema injustamente estabelecido. É a prova das aspirações libertárias de um pequeno resto que exige e impõe uma renegociação dos termos do contrato social com vista ao nascimento de uma sociedade nova, emancipada, liberta nomeadamente dos poderes do patrimonialismo, assente nas bases renovadas da justiça, do direito, da equidade, da partilha e da liberdade para todos, a igualdade e a solidariedade. O que está realmente em causa, para os adeptos do heroísmo jornalístico, não é o mundo dos sonhos de que são depositários, «mas o mundo real» (JEZO-VANNIER, p. 9) que os amordaça. Nesse sentido, o heroísmo jornalístico é uma alternativa ao jornalismo capitalista e patrimonialista e, ao mesmo tempo, um jornalismo para a alternativa, a fim de romper com a ordem existente, os princípios de dominação entre os seres e/ou o sistema de classes, a lógica da exploração humana.

Tal como a contracultura, o heroísmo jornalístico «tem a vocação de conquistar um espaço de liberdade e de expressão, para fazer crescer a sua alternativa e testemunhar, através da sua realização, a viabilidade do seu projeto» (JEZO-VANNIER, 2011, p. 12). O heroísmo jornalístico deve, portanto, desempenhar o papel de catalisador nesta luta contra o sistema dominante: deve suscitar, unir e transmitir «ideias revolucionárias, [...] penetrar no sistema dominante e insuflar-lhe o espírito de protesto» (JEZO-VANNIER, 2011, p. 14). De fato, a divulgação de ideias críticas, revolucionárias e alternativas através do heroísmo jornalístico pode funcionar como catalisador de mudanças estruturais na sociedade. É preciso sublinhar que esta é uma luta baseada na verdade, pela verdade e para a verdade. A verdade é a força motriz do heroísmo jornalístico. Por outras palavras, trata-se de lutar para descobrir a verdade ou para restabelecê-la, mas também para reforçar a informação livre e insubmissa, para atacar a informação submissa ou sob ordens.

Os adeptos deste tipo de jornalismo aspiram a uma maior liberdade e desejam conciliar a riqueza dos seus sonhos com a tristeza da sua realidade (JEZO-VANNIER, 2011). No contexto da RD Congo, trata-se de conciliar os sonhos dos congoleses com a triste realidade do Congo: um país ocupado cuja riqueza beneficia às potências patrimonialistas e alguns congoleses simbólicos. A este respeito, afirmemos mais uma vez que os partidários do heroísmo jornalístico, símbolo de uma geração privada de todos os direitos e de toda a liberdade, devem ter como arma a inventividade, a criatividade, a liberdade de expressão e a imaginação transbordante, na medida em que fazem recuar os limites do possível, reabilitam a noção do ideal e podem derrubar a ordem estabelecida (JEZO-VANNIER, 2011). A imaginação, por exemplo, leva-nos a qualquer lado, enquanto a lógica nos leva de A a B (Albert Einstein). O espírito anti-establishment encarnado por este género jornalístico é a expressão legítima de uma crise e do sentimento de cansaço de um povo oprimido. É uma verdadeira rebelião cuja determinação conseguiu conquistar toda uma geração que está claramente condenada a acreditar no destino.

O heroísmo jornalístico «reabilita o direito e a liberdade de acreditar num futuro melhor e de lutar por ele» (p. 9). Permite também que as pessoas assumam o controlo das suas vidas e se libertem da marginalidade, da opressão e das desigualdades sociais de todos os tipos. Durante muito tempo, estas pessoas

estiveram sujeitas ao ditame da norma, que impunha o silêncio e a submissão ao sistema dominante. Neste contexto, torna-se urgente libertar as suas vozes.

O heroísmo jornalístico, tal como a imprensa alternativa, não só incute um espírito de revolta, como também transmite novas ideias, princípios e valores a uma sociedade e a uma humanidade paralisadas por desigualdades de todo o género e pela falta de solidariedade. Nesta imprensa revolucionária, «a diversidade dos compromissos das pessoas testemunha o desejo de uma mudança de grande alcance» (JEZO-VANNIER, 2011, p. 16). As lutas tinham que se unir para vencer em força e em conjunto.

A este respeito, o heroísmo jornalístico é possível. Na história recente da RD Congo, por exemplo, as explosões de resistência, de coragem, de generosidade e de abnegação, aqueles que estão dispostos a fazer sacrifícios em defesa do interesse comum e do progresso de uma sociedade igualitária e inclusiva têm o direito de ser citados, mesmo no seio da profissão de jornalista. Em 24 de abril de 1990, alguns jornalistas, entre os quais Charles Dimandja Wembi, Charles Djungu Simba, Jean-René Mputu Biduaya, Léonard Mulamba Kalala e Sylvestre Ntumba Mudinyayi, que trabalhavam na rádio e na televisão nacionais (públicas) e estavam agrupados na APARD (*Association Pour un Audiovisuel Responsable et Démocratique*), decidiram libertar-se do colete de forças em que o poder ditatorial de Mobutu, gangrenado pelo monolitismo audiovisual, os tinha «mantido durante anos, para exercerem simplesmente a sua profissão no respeito das regras e da ciência do jornalismo» (DIMANDJA WEMBI, 2020, pp. 12-13), em suma, para fazer jornalismo de forma diferente, ou seja, para traduzir o ideal da democracia e do pluralismo de opinião no quotidiano da sua «profissão» (DIMANDJA WEMBI, 2020, p. 64). Os jornalistas Fabien Kusuanika, Pierrot Luwara, Patrick Mbeko, Kerwin Mayizo e muitos outros também optaram por se manifestar perante a tragédia congoleza.

Mas como é que se alcança o heroísmo jornalístico? Para o conseguir, o Pequeno resto jornalístico, liberto de toda a superficialidade devida à personalidade emprestada, de todos os laços de sedução ideológica alienante e desumanizante, deve fazer um esforço de auto-elucidação e exercícios de resistência mental, aquilo

a que Jacques Boseko (2015) chama *Matatu*⁷⁶, com vista a uma verdadeira reconciliação consigo próprio, com a sua história, onde quer que se encontre, de modo a redescobrir, através da resilio-empatia (*résilio-empathie*), a indeterminação do ser, a liberdade interior, o poder infinito da imaginação e da ação criativa. Como já foi dito acima, a verdade interior conduz o homem, na sua verdadeira responsabilidade histórica perante o destino, perante a condição humana, a um "conhecimento" de si próprio que o eleva à realidade viva das leis divinas, incluindo a lei do semear e do crescer, o "quem procura encontra". Trata-se de uma forma de espiritualizar o Pequeno resto Jornalístico e, consequentemente, de «libertar o indivíduo de qualquer personalidade emprestada (o eu), das injunções engramáticas, das formatações sociais, das montagens históricas, dos próprios prazeres, dos traumas interiores (gerados por experiências e acontecimentos negativos) que constituem verdadeiros nós e fardos» (BOSEKO, 2015, p. III). A personalidade emprestada oscila irremediavelmente entre a submissão, com os seus efeitos de nação, desânimo, derrotismo, fatalismo, etc. Uma atitude perfeitamente estéril que condena o indivíduo desmamado na espiritualização quer à autodesvalorização ou à subestimação, quer à supervalorização eufórica e escancarada ou boquiaberta do "eu" (BOSEKO, 2015, p. 30).

As pessoas que foram dominadas, em grande parte devido às suas personalidades emprestadas, não devem continuar a sonhar com o mesmo tipo de felicidade. Como disse anteriormente, «a ingenuidade do escravo irrompe quando ele procura a sua própria promoção dentro de um sistema colonizador e alienante» (BOSEKO, 2015, p. 35). O futuro deve tornar-se o campo de uma nova experiência que é sempre possível. A recusa de ir além do "eu" congela as pessoas não só numa existência social e intelectualmente condicionada, mas também num passado que elas se apressam a reproduzir gratuitamente num presente permanente. Este é o cerne da fixação no passado e do sistema capitalista, que escraviza, naturalizando

⁷⁶"Exercícios de ascese e de apagamento dos engramas pisco sensoriais ligados à visão, à audição e à fala. Eles revelam a Verdade do Ser no interior do Incondicionado e conferem-lhe um duplo poder, um de explicar a condição humana e o outro de perceber o futuro através da iniciativa criativa" (p. VIII). O papel primordial do "Matatu" é desligar todo o campo pisco-mental de todas as impregnações sofridas e ditadas pela formatação do regime sociocultural ambiente; e assim reencontrar toda a inocência fetal anterior, essa virgindade límpida do Espírito, assim tornada possível às leis espirituais eternas (p. 12).

as desigualdades sociais ou o sistema de classes e paralisando qualquer esforço de ousar, qualquer poder de iniciativa pessoal. O renascimento no espírito, como sugere Boseko (2015), está a tornar-se uma prioridade urgente para todos aqueles que sabem escutar humildemente as leis espirituais da sementeira e do crescimento interior. O objetivo é livrar-se dos seus próprios demónios interiores ou obstáculos que «obstruem toda a lucidez consciente e conduzem o indivíduo ao desespero, brandindo constantemente na sua memória o espectro de recordações perversas de um ato repreensível ou de uma desgraça gratuita» (BOSEKO, 2015, p. 6). Para ir longe na vida e ser senhor do seu próprio destino, é essencial quebrar os laços de um passado, de uma memória engramática traumática ou mesmo de uma montagem histórica inscrita em si mesmo, apesar de si mesmo.

Um tal renascimento e um tal desprendimento permitem ao homem aceder aos valores da liberdade, da verdade e da justiça, mas também lhe devolvem a sua plena vontade de imaginar, de sonhar, de agir, de inovar e de criar. O Pequeno resto jornalístico pode finalmente assumir a sua quota-parte de responsabilidade pelo que lhe está a acontecer, libertando-se e ajudando outros a libertarem-se de um sistema capitalista desigual, de poderes patrimonialistas, de programações históricas ou etnocêntricas. É uma forma de proclamar bem alto que os povos oprimidos ou escravizados pelo sistema capitalista ou pelos poderes patrimonialistas podem ainda renascer, oxigenar-se e viver do seu próprio sangue. Os proletários e/ou os dominados, neste caso o povo congolês, podem ainda começar de novo. Têm agora a responsabilidade e a liberdade de fazer coro, de definir, de iniciar, de exercer uma espécie de «focalização num forte poder de racionalização com vista à percepção lúcida do futuro [...] a transformação da natureza» (BOSEKO, 2015, p. VIII), da sociedade desigual numa sociedade igualitária e inclusiva e da libertação da RD Congo.

A este respeito, os jornalistas heroicos, bem como o *Petit reste du Congo*, alcançam os resultados esperados quando comunicam também na língua dos seus destinatários.

7.4. Problema da língua

Na sua luta pela libertação do Congo, o *Petit reste du Congo* dirige-se em primeiro lugar ao povo congolês para que este possa interagir. A língua utilizada pelo *Petit reste du Congo* deveria ser a língua com que os congoleses estão mais familiarizados, cada um de acordo com o seu próprio ambiente. Deste modo, a mensagem do *Petit reste du Congo* será apropriada e assimilada ao longo do tempo e haverá um intercâmbio de informações entre o *Petit reste du Congo* e o povo congolês. Não é estratégico dirigir-se ao povo congolês principalmente em francês. Se é fácil para o *Petit reste du Congo* escrever e comunicar em francês, o mesmo não se pode dizer do destinatário.

Na República Democrática do Congo, em geral, e em Kinshasa, em particular, a língua francesa não só está em declínio, como também não foi assimilada pelo conjunto da população (OKONDJO, 2010). A realidade linguística deveria, por conseguinte, ser tida em conta na estratégia de comunicação do *Petit reste du Congo* com o povo congolês. A língua francesa é cada vez menos utilizada nas reuniões públicas ordinárias e populares. O ensino e a aprendizagem do francês estão a deteriorar-se profundamente e a utilização do francês está a diminuir acentuadamente em comparação com as línguas nacionais. Além disso, a grande parte dos congoleses recorre frequentemente às línguas locais. A cidade de Kinshasa é uma mistura de grupos étnicos e de culturas, e os seus habitantes comunicam mais nas línguas nacionais do que na língua oficial. Nos grupos de estudo, os estudantes explicam-se melhor nas línguas locais do que em francês. As emissões audiovisuais em todo o Congo são maioritariamente em congolês do que na língua de Voltaire (OKONDJO, 2010).

Desta forma, a língua francesa deixa de ser uma língua de coesão, e muito menos uma língua que mobiliza as populações em torno de interesses comuns para a libertação do Congo e a mudança social. A língua de elite utilizada até agora pode ser um obstáculo à apropriação da mensagem pelo destinatário e, consequentemente, pode ser um travão ao processo de libertação do Congo e de mudança social. Neste sentido, como já foi referido, devemos privilegiar a comunicação nas línguas nacionais, ou seja, fazer das línguas nacionais os veículos

de expressão e de transmissão das mensagens do Pequeno resto do Congo a todo o povo congolês, a fim de dar ao destinatário imediato das mensagens do Pequeno resto do Congo uma boa oportunidade de decifrar o conteúdo e de se apropriar dele. Sabemos bem que esta escolha, por si só, não seria suficiente para atingir um grande público, mas as hipóteses de seduzir e sensibilizar um grande público diminuiriam se a língua francesa fosse o veículo das mensagens de libertação do Congo.

Para além do problema da língua, há também o problema do analfabetismo. Na República Democrática do Congo, «a taxa de escolarização é de 52% e a taxa de analfabetismo geral é muito elevada - 33,2%» (OKONDJO, 2010). Estamos, portanto, a comunicar com uma população maioritariamente analfabeta. As hipóteses de sucesso na comunicação com este povo dependem, sem dúvida, de ter em conta não só a dimensão do país e a sua demografia, mas sobretudo o nível intelectual dos destinatários do *Petit reste du Congo*. Porque uma boa comunicação social não pode nunca negligenciar o estudo do meio e o conhecimento do público, que podem ajudar a conceber e a adaptar a mensagem a transmitir, tanto mais que se trata de uma comunicação com vista à libertação do Congo e à mudança multisetorial.

A libertação do Congo e a mudança daí resultante só são possíveis se as populações se apropriarem da mensagem. Mas como é que o povo se pode apropriar da mensagem numa língua estrangeira, sobretudo se for analfabeto? Daí a necessidade urgente de pôr em prática novas estratégias de comunicação, nomeadamente a tradução das mensagens para as respectivas línguas locais, a fim de manter toda a população congoleza informada sobre o conteúdo das mensagens do *Petit reste du Congo*, a criação de um comité linguístico para traduzir todas as mensagens, declarações, emissões, etc., da língua oficial (francês) para as línguas nacionais, a fim de realizar a libertação do Congo, primeiro linguística e depois materialmente.

Tendo em conta o que precede, é lógico afirmar que, para que a comunicação do *Petit reste du Congo* tenha um impacto muito maior, é inegável que deve ultrapassar as fronteiras do analfabetismo, a barreira linguística, adotar outra língua em vez da língua oficial dominada apenas por uma elite minoritária, lutar contra os obstáculos económicos ligados ao custo do acesso à informação

escrita, formar os futuros jornalistas no terreno, etc. Mas é também necessário tornar os meios de comunicação autónomos. Não pode haver independência dos meios de comunicação social sem a sua autonomia. Os meios de comunicação autónomos estão livres de interferências políticas e financeiras.

7.4.1. Autonomia dos meios de comunicação social e tratamento independente da informação.

O tipo de jornalismo ou de meios de comunicação social que todos esperamos e rezamos para que liberte o Congo ou qualquer outra organização exige autonomia de pensamento. Isto significa que os meios de comunicação social são livres de pressões externas de todos os tipos, do magma das ideias no seio da corporação dos jornalistas, etc. No entanto, não pode haver autonomia intelectual sem autonomia financeira. Daí a importância e a necessidade de financiar as mídias em geral e o heroísmo jornalístico em particular. É evidente que na RD Congo, tal como no resto de África, existem muitas expectativas em relação aos meios de comunicação social. Mas também é preciso reconhecer que estas expectativas só podem ser satisfeitas na medida em que forem tidas em conta considerações antropológicas (formação de qualidade para os jornalistas) e económicas.

Um jornal, por exemplo, é uma mercadoria que tem de se conformar às condições de produção e às leis do mercado. A grande parte dos jornais congolese continua a desaparecer por falta de capital e de financiamento. E para garantir a independência do tratamento da informação, temos de lutar pela formação ética dos jornalistas e pela independência económica dos meios de comunicação social. Não poderia haver independência da informação sem independência económica. A autonomia intelectual e/ou mediática depende da autonomia financeira. Neste sentido, a independência dos meios de comunicação social em relação aos poderes económicos e financeiros é uma questão fundamental na luta pela libertação da República Democrática do Congo. É quase impossível libertar o país com meios de comunicação social medíocres, financiados e controlados pelo regime dominante ou pelos poderes patrimonialistas.

No entanto, a procura de autonomia financeira para os meios de comunicação social não pode, em circunstância alguma, estar em contradição operacional e estratégica com a procura da verdade como objetivo primordial dos meios de comunicação social ou do jornalismo. Inquestionavelmente, as mídias e os jornalistas devem fazer da procura da «verdade o seu princípio fundamental e colocar a lealdade para com os cidadãos acima de tudo, para que estes possam procurar a verdade em total liberdade» (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p. 97). A verdade é um imperativo intrínseco do jornalismo. A verdade é «o valor central da informação» (CORNU, 1997, p. 41). E como disse também Maggie Callagher, citada por Kovach & Rosenstiel (2003): «O essencial é mantermo-nos fiéis aos princípios fundamentais do jornalismo: a procura da verdade e o desejo de informar plenamente o público» (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p. 97). Mas, como veremos mais adiante, para evitar obedecer a motivos não declarados, a questão da autonomia financeira deve ser colocada de forma refletida, porque a autonomia financeira, como dissemos anteriormente, assegura a independência dos meios de comunicação e do jornalista. Ela permite ao jornalista, por exemplo, «manter uma certa distância para distinguir claramente as coisas e formular julgamentos independentes» (KOVACH & ROSENSTIEL, 2003, p. 109). É, portanto, falsa modéstia concentrar-se apenas na procura da verdade sem refletir seriamente sobre a forma de se dotar dos meios para cumprir a sua missão. Objetivamente, longe de qualquer hipocrisia científica, o dinheiro continua a ser um dos pilares dos meios de comunicação social e do jornalismo. É para o bom funcionamento dos meios de comunicação social e do jornalismo o que a seiva é para a árvore e a leitura para o espírito.

Nesta perspectiva, para remediar a precariedade financeira do setor das mídias e garantir a independência da imprensa, é necessário transformar as mídias em empresas das mídias sem fins lucrativos (JULIA, 2015). Este status intermediário entre o de uma fundação e o de uma sociedade anónima permitiria angariar fundos suficientes para assegurar a viabilidade dos meios de comunicação social assim financiados, garantindo ao mesmo tempo um funcionamento democrático em que as vozes dos jornalistas e dos leitores têm um peso real. Este status permitirá conciliar a atividade comercial inerente à difusão da informação com o princípio da não-lucratividade, indispensável à produção de uma informação

de qualidade e respeitadora da ética jornalística. Ao mesmo tempo, é preciso evitar cair na armadilha do capitalismo, ou seja, não seria do interesse dos meios de comunicação social nem do país que os meios de comunicação social acabassem nas mãos de grupos industriais e financeiros capitalistas. Estes últimos podem comprar, resgatar ou financiar grupos de imprensa ou canais de televisão porque veem a imprensa como um negócio. Os meios de comunicação social tornam-se instrumentos para fazer negócios e atingir os seus interesses económicos, impondo uma linha editorial. Nesse momento, a produção de informação não é (ou deixou de ser) um ofício em que o jornalista está no centro, mas uma atividade industrial complexa nas mãos de proprietários de capital que podem mobilizar grandes empresas e recorrer a formas de subcontratação.

Além disso, o ideal seria que os empresários congolese ou os congolese simplesmente se arriscassem a investir maciçamente na criação e no financiamento de empresas de imprensa, incluindo o financiamento de jornalistas independentes empenhados na mudança, a fim de enfrentar o desafio da independência dos meios de comunicação social e da libertação da República Democrática do Congo ocupada pelas potências ocidentais em grande detrimento do povo congolês. Mais tarde, os jornalistas podem financiar eles próprios as suas atividades mediáticas através da criação de cooperativas, nomeadamente cooperativas agrícolas, que serão geridas e dirigidas por uma equipa profissional de especialista. Além disso, os jornalistas congolese, em parceria com outros jornalistas panafricanos, podem também lutar pela criação de infraestruturas regionais ou de uma cooperativa tecnológica dos meios de comunicação social, cujo funcionamento e modo de funcionamento serão definidos em função das necessidades reais. Os meios de comunicação social só serão livres na medida em que forem financiados pelos próprios cidadãos congolese ou, pelo menos, por um grupo de congolese preocupados com a libertação e o desenvolvimento do Congo.

Desta forma, podemos garantir a independência do tratamento da informação, protegendo os jornalistas de qualquer necessidade financeira. Os jornalistas sentir-se-iam responsáveis apenas perante o povo e não perante os poderes instituídos. É essencial afastarmo-nos do modelo francês, onde se considera que a intervenção do Estado deve apoiar a existência dos meios de comunicação social, através de mecanismos de apoio aos meios de comunicação social privados,

uma vez que estes desempenham uma função de serviço público. O Estado deve ser mantido fora do setor das mídias. Portanto, é preciso ultrapassar este modelo de intervencionismo estatal, que se repercute no papel das mídias, sufocando-as e condenando-as a um papel já conhecido: o de caixa de ressonância do Estado financeiro. Mas, ao mesmo tempo, há que sublinhar que os mecenas congolezes devem estar conscientes do princípio da independência dos meios de comunicação social e devem, portanto, comprometer-se a não interferir na linha editorial, mesmo que isso pareça utópico. Caso contrário, estaríamos a substituir uma forma de capitalismo por outra, e os meios de comunicação social tornar-se-iam uma caixa de ressonância para novos financiadores. A mão que dá é a mão que governa", diz um provérbio africano.

Conclusão parcial

A guerra de agressão contra a República Democrática do Congo foi antes de tudo mediática. Antes de lançarem a sua ofensiva militar contra o Congo, as potências patrimonialistas tinham inundado as mídias ocidentais e seus retransmissores africanos com notícias contra o regime ditatorial de Mobutu, prometendo ao povo congolês a instauração da democracia e a mudança multisetorial. A primeira guerra ganha pelos patrimonialistas foi, portanto, uma guerra mediática e de informação. Neste sentido, a ocupação da República Democrática do Congo foi, acima de tudo, mediática. Nesta perspectiva, os meios de comunicação social lideraram a obscena invasão da RD do Congo pelas potências patrimonialistas. Deste modo, há que reconhecer que o processo inverso é possível: a libertação da RD Congo pelas mídias também é concebível. Além disso, da mesma forma que a vitória dos meios de comunicação social conduziu à vitória militar das potências patrimonialistas, *mutatis mutandis*, o processo de libertação da RD Congo através dos meios de comunicação social também é suscetível de provocar mudanças multisetoriais na RD Congo. Os meios de comunicação social são um poder. Detêm e condicionam o comportamento de outros poderes e impedem os poderes patrimonialistas de se destacarem na

manipulação da opinião pública e no processo de ocupação e balcanização do Congo.

Os meios de comunicação social estão constantemente a expor os segredos dos poderes patrimonialistas. Revelar ao povo congolês os planos e intenções ocultas dos poderes patrimonialistas enfraquecerá significativamente ou mesmo destruirá esses poderes. Para isso, os meios de comunicação social, incluindo as redes sociais, com uma perspectiva performativa, colegial, sistêmica e heroica, devem fornecer ao povo congolês informações verdadeiras, honestas, credíveis e infalíveis que lhe permitam habitar a cena política e participar efetivamente na luta contra a ocupação e a balcanização do Congo.

Para realizar este gigantesco projeto de libertação do Congo, é indispensável formar jornalistas e financiar os meios de comunicação social. Não pode haver autonomia intelectual sem autonomia financeira. Os empresários congolese deveriam financiar os meios de comunicação social de forma a torná-los livres. A liberdade dos meios de comunicação social garante a independência da informação e protege os jornalistas de qualquer necessidade financeira. É quase inimaginável libertar o país com meios de comunicação social medíocres, financiados e controlados pelo regime dominante ou por poderes patrimonialistas.

CONCLUSÃO GERAL

O objetivo deste estudo foi compreender e descrever o status da imprensa escrita congoleza na era das Tecnologias da Informação e da Comunicação, numa República Democrática do Congo ocupada por potências patrimonialistas através dos seus *proxy* (mandatários), nomeadamente o Ruanda, o Uganda e alguns congolezes. No final das nossas investigações, com base numa dupla análise de conteúdo que abrange o período de 2018 a 2020, e na perspectiva das teorias da agenda setting e da ecologia das mídias associadas aos conceitos de geopolítica e de espaço público, importa notar que os dados analisados apontam três modelos de imprensa ou do jornalismo, a saber: a imprensa *papagaiótica*, a imprensa híbrida e a imprensa crítica. A imprensa *papagaiótica* é essencialmente um instrumento, um simples auxiliar dos detentores do duplo poder político e econômico, mas sobretudo da ação do Chefe de Estado, desempenhando o papel de meio de persuasão para levar a opinião pública nacional e internacional a subscrever as políticas seguidas pelo Presidente da República e pelo seu governo. O discurso midiático é então aquilo a que Yves de La Haye chama «informação pura " [...], ou seja, "fatos em bruto, notícias em bruto» (ESQUENAZI, 2002, p. 125.).

Vários/as entrevistados/as sublinharam a capacidade da imprensa congoleza de transmitir e repetir fielmente o discurso do ator sociopolítico congolês com maior visibilidade política e econômica. Este processo de mediação da informação em bruta, pronta a ser publicada, ou de simples reprodução do discurso do ator sociopolítico sem qualquer trabalho prévio de crítica, interpretação e análise, aniquilando efetivamente qualquer função crítica e reflexiva do/a jornalista enquanto filósofo e consciência crítica da sociedade, é aquilo a que chamamos de *perroquetismo* da informação. Os princípios profissionais da prática jornalística, que exigem que a informação seja recolhida, processada, formatada e apresentada através da reformulação dos fatos brutos num determinado enquadramento mediático e sob um determinado ângulo, já não se aplicam mais neste tipo de imprensa congoleza. Isto levanta o problema da qualidade e da credibilidade da informação produzida por este modelo de imprensa, uma vez que este tipo de jornalismo se está a transformar num «jornalismo servil» (ERIK NEVEU, 2004, p. 24), que consiste na promoção da ação do governo e do poder do líder, como já foi

salientado. O trabalho do jornalista não consiste em reformular os fatos de acordo com a ética ou os princípios jornalísticos, mas sim em divulgar pura e simplesmente os fatos em bruto, no seu contexto primário. Neste sentido, jornalistas estão a vender a sua alma, a entregar o seu destino (*destin*) ao regime dominante, a subcontratar o núcleo da sua profissão ao regime no poder. O poder dominante e seus súbditos ou sujeitos tornam-se assim os verdadeiros editores.

No que diz respeito à imprensa crítica, de acordo com os jornalistas entrevistados, alguns jornais da imprensa congolese destacam-se da imprensa estatal pela sua determinação e vontade de despertar a consciência crítica da população e de publicar fatos até então considerados indignos pela imprensa oficial. É o caso dos jornais *Le Phare* e *Le Potentiel*. Estes últimos dedicam manchetes ao problema da balcanização e da ocupação do Congo e da pilhagem do seu património pelas potências patrimonialistas ocidentais através do Ruanda (cf. *Le Phare* de 6/1/2020, p. 2-4). Assim, segundo nossos entrevistados, a imprensa crítica marca um ponto de virada no panorama mediático congolês, na medida em que a informação deixa o seu enquadramento primário, onde era apresentada de forma crua e pronta a usar, para se fundir no molde mediático que lhe confere o seu verdadeiro status de observação crítica. A informação é processada, explicada, analisada, criticada e comentada. Num país ocupado como a República Democrática do Congo, este modelo de imprensa vai ao encontro de um dos papéis sociais originais de qualquer imprensa convidada a desempenhar um papel crucial num determinado contexto, a saber, o despertar da consciência coletiva em torno de objetivos coletivos com vista à revolução popular contra um sistema opressivo e repugnante como o das potências patrimonialistas.

No que se refere à imprensa híbrida, convém sublinhar que se trata de um modelo de imprensa que se considera neutra nos seus métodos discursivos e na apresentação dos fatos, a fim de evitar tanto a ira do quadro sociopolítico dominante como a deslegitimação do jornal pelos leitores congolese. Este modelo de imprensa produz, assim, informações partidárias que defendem as posições políticas específicas tanto do regime dominante como dos seus opositores. Neste modelo de imprensa, os jornalistas têm o dever de se submeter ao *diktat*, ou seja, ditado/mandamento, do equilíbrio das mídias em nome da paz social, mas também ao *diktat* da imparcialidade e da neutralidade na apresentação de informações

fatuais, quer sejam da oposição ou do poder dominante. Mas este modelo de imprensa está longe de se manter deliberadamente dentro dos limites da dimensão argumentativa. Com efeito, não pretende encorajar a ação e muito menos a reflexão: Não oferece um espaço público de debate plural e de amadurecimento das decisões, onde os intervenientes possam esboçar hipóteses, em suma, uma verdadeira ágora multidimensional que poderia contribuir para a formação do povo congolês, cuja vontade de libertação do Congo continua a ser a bitola com que se medem as outras necessidades. Pensamos que a neutralidade defendida por este tipo de imprensa faz o jogo dos poderes patrimonialistas e/ou do regime dominante em Kinshasa. De fato, a vontade de se conformar com o constrangimento da “imparcialidade” sem a questionar, exibindo as marcas discursivas dos efeitos de “objetividade” até ao editorial, não é mais nem menos do que alinhar implicitamente com uma ideologia socialmente aprovada e proteger-se dos perigos de deslegitimação (ROSELYNE KOREN, 2004). O fato é que, neste modelo de imprensa, há uma vontade clara de parecer midiaticamente correto e legítimo a todo o custo.

É claro que a neutralização das posições assumidas pelo modelo híbrido de imprensa seria, muito provavelmente, um meio de proteção contra o risco de um compromisso ideológico militante, mas, ao mesmo tempo, seria difícil de conciliar com o exercício de uma função crítica que envolve a avaliação da verdade e da validade das declarações feitas pelos políticos que são responsáveis pela sua gestão da cidade. O compromisso do jornalista é «suposto parecer neutro do ponto de vista político», diz Charaudeau (1997, p. 262), mas ele é «comprometido do ponto de vista da moral social”. Um verdadeiro jornalista deve oscilar entre dois polos heterogêneos, um dos quais é 'neutro' entendido como informativo e estritamente descritivo, e o outro empenhado, ou seja, argumentativo» (ROSELYNE KOREN, 2004). É impossível separar, linguisticamente, a parte referencial da semântica das suas dimensões pragmática e argumentativa. As subjetividades enunciativa e intersubjetiva são inerentes à linguagem. Também não podemos afirmar categoricamente que podemos separar a neutralidade informativa do compromisso e os fatos ou a informação do comentário. Além disso, a linguagem envolve sempre um co-enunciador e não se limita a difundir conhecimentos: dizer algo é também tomar posição, argumentar, tentar mobilizar.

Como se pode ver, a descrição dos três status da imprensa acima mencionados só foi possível através da análise de dados qualitativos utilizando o software Nvivo 14. Por outras palavras, só foi possível distinguir a imprensa congoleza em três categorias através da análise das entrevistas que realizamos aos jornalistas. Mas a análise de conteúdo quantitativa não nos diz o suficiente sobre os três status da imprensa. Permite-nos, no entanto, estabelecer um fio condutor que atravessa e estrutura o conjunto da imprensa escrita congoleza: desde a colonização até ao momento deste estudo, a imprensa congoleza é fundamentalmente *thuri-papagaiótica* (o ato de retransmitir e repetir fielmente o discurso de quem paga mais, elogiando o ator sociopolítico). Por outras palavras, com exceção, em certa medida, de uma parte da imprensa pré-independência que anunciava o início daquilo a que denomino neste trabalho de *biocomunicação*, ou seja, uma comunicação que coloca a vida, os seres vivos, o ambiente no qual e com o qual eles vivem, o interesse geral, a busca pela verdade e o bem-estar ético do jornalista no centro de toda a atividade comunicacional, e de alguns elementos distintivos de uma imprensa crítica, o *turiferismo* (forma de elogiar excessivamente alguém ou um sistema) é tingido de *perroquetismo* em todas as mídias congolezas. As empresas de imprensa congolezas, no seu conjunto, são evidentemente a voz, a correia de transmissão, a mediação do quadro sociopolítico dominante, mas também de qualquer outro ator congolês ou não congolês com um duplo capital político e económico. A imprensa congoleza retransmite e repete quase fielmente o discurso do político congolês que paga mais bem, seja ele da oposição, do quadro político dominante ou de qualquer ator sociopolítico que deseje publicitar sua ação. Durante a Primeira República (1960-1965), a função da imprensa congoleza era apoiar a ação do governo e divulgar a imagem e as ações do Chefe de Estado e do seu governo. No caso da imprensa privada, o *thuri-perroquetismo* é inegável: a imprensa é porta-voz dos partidos políticos, atua como um instrumento de propaganda ideológica dos partidos políticos e depende das convicções sociopolíticas do indivíduo ou do grupo social que a apoia (EKAMBO, 2013).

Durante a ditadura de Mobutu, a imprensa congoleza era essencialmente uma imprensa de propaganda do regime de Mobutu, o veículo da sua ideologia. Assistimos, portanto, na "estatização" da imprensa. Durante este período de monopartidarismo, o Ministério da Informação perdeu o seu nome e passou a

chamar-se Ministério da Orientação Nacional. Nas palavras de Dominique Sakombi Inongo, que dirigia este departamento, «o povo não precisa de ser informado, precisa de ser orientado»⁷⁷ (EKAMBO, 2013, p. 13). E a informação veiculada por esta imprensa é basicamente factual, desprovida de qualquer espírito crítico. Ao longo deste período, as manchetes dos jornais eram iguais: a fotografia do Presidente Mobutu tornou-se onnipresente.

Durante o período da Conferência Nacional Soberana (1990-1997), que foi precedido pela liberalização da imprensa por Mobutu no seu discurso de 24 de abril de 1990, os jornais da época foram classificados em dois blocos: a imprensa conhecida como "o movimento", próxima de Mobutu (*Elima*, *Le Soft*), por um lado, e a imprensa conhecida como a oposição radical (*Le Potentiel*, *Le Phare*, *Le Palmarès*, *La Tempête des tropiques...*), por outro. Mas, no fim de contas, foi o *thuri-perroquetismo* que continuou sob uma forma diferente, porque, na realidade, ambos adoptaram um tom polémico, propagandista e, por vezes, servil. A imprensa do campo presidencial elogiava o regime de Mobutu e criticava os opositores ou os críticos do quadro político dominante.

A imprensa escrita, próxima da oposição, por outro lado, mostrou toda a sua insolência ao acertar contas com o regime de Mobutu, ao mesmo tempo que elogiava os opositores de Mobutu. Neste sentido, a imprensa jovem, considerada livre, era também, na realidade, partidária e financeiramente dependente do mundo político. Não era, portanto, muito diferente da Segunda República, que ela condenava. Esta situação não se alterou com Joseph Kabila. Os jornais próximos do regime de Kabila, como *La Colombe*, *Le Palmarès* e *L'Avenir*, elogiam Joseph Kabila e apresentam-no como o pacificador, o nacionalista e o único necessário (confira *L'Avenir*, 8 de novembro de 2011). O jornal *Le Phare*, próximo da oposição, critica Joseph Kabila, mas apresenta o opositor Etienne Tshisekedi como a alternativa credível (confira *Le Phare*, 11 de agosto de 2011). Em suma, a imprensa, à primeira vista crítica, não passa, na realidade, de uma outra forma de *perroquetismo* na direção oposta. Enquanto a imprensa *papagaiótica* estatal se

⁷⁷ Esta maneira de pensar «eco a própria teoria do jornalismo. Há que articular essa atuação das mídias com as primeiras teorias da Comunicação (Cf. LIPPMAN, 1922) que, até hoje estão vigentes, que entende e funciona, a partir de um modelo de audiência, opinião pública, leader de opinião, ou seja, a ideia de que “o/a cidadã/o é estúpido e não sabe entender os fatos traduzidos pelo jornal» (Baseada numa fala de Braga, Adriana, em 6 de outubro de 2023)

caracteriza pela sua vontade e determinação em elogiar o chefe de Estado ou em fazer de griot em relação às ações do governo, a imprensa dita crítica é igualmente em relação aos adversários. Também elogia os líderes da oposição e suas ações sociopolíticas.

É, pois, evidente que a grande parte dos jornalistas congolese entrevistados quis conformar-se com o que se diz na opinião congolese sobre as mídias em geral e a imprensa escrita congolese em particular. De fato, com o fim do sistema de partido único e a partir da Conferência Nacional Soberana de 1991-1992, as mídias alinharam-se com as duas tendências políticas da época, defendendo frequentemente as suas opiniões e interesses com grande paixão. Os cerca de doze títulos publicados regularmente eram rotulados. Atualmente, fala-se de jornais "verdes" ou "vermelhos", consoante estejam politicamente próximos do governo no poder ou da oposição. Os jornalistas próximos da oposição (*Le Potentiel*, *Le Phare*, etc.), querendo gozar de total liberdade, como que numa espécie de libertação coletiva, disparavam tiros certos contra o Governo, enquanto a imprensa próxima do Governo não hesitava em arrastar para a lama os apoiantes da oposição. Isto levou a explosões furiosas de ambos os lados. Esta categorização da imprensa ficou gravada no espírito de muitos jornalistas, que acreditam certamente na sua existência real nos dias de hoje. Assim, para esses jornalistas, afirmar essa categorização da imprensa é como optar por não contrariar a opinião geral. Preferem conformar-se com a maioria, em vez de criticar o que se tornou a verdade original e nacional. E, no entanto, como demonstramos neste texto, do ponto de vista da análise quantitativa, a imprensa escrita congolese é fundamentalmente *papagaiótica*.

Além disso, a formação dos jornalistas não pode ser excluída. Será que os conceitos de verdade, veracidade, crítica, objetividade, imparcialidade, etc. são realmente compreendidos por alguns jornalistas? Será que alguns jornalistas seguiram com destreza e acuidade a formação ministrada nas diferentes escolas de jornalismo da RD Congo? A esse assunto, no que diz respeito à formação dos jornalistas na RD Congo, podem ser assinalados problemas importantes, que refletem os do setor do ensino superior no seu conjunto: «falta de recursos pedagógicos face a uma inscrição maciça, desmotivação dos professores mal pagos, falta de formadores competentes, discrepância entre a teoria ensinada e a prática»

(FRERE, 2016, p. 240). Além disso, num contexto em que «os professores locais têm dificuldade em encontrar tempo e meios para manterem seus conhecimentos atualizados, para participarem em conferências ou colóquios onde os conhecimentos são partilhados entre investigadores, os seus cursos permanecem muitas vezes teóricos, ou mesmo ultrapassados» (FRERE, 2016, p. 240-241).

Acreditamos que um treinamento deficiente pode influenciar a resposta a Ser datada.

Por fim, alguns dos jornalistas entrevistados podem estar vivendo em um mundo idéal ou ideal, um mundo como deveria ser, um mundo como as coisas deveriam ser, ou seja: um mundo de democracia onde as contradições e os opostos coexistem pacificamente. Nesse mundo, a crítica tem uma apreensão mais refinada do que alguns dos jornalistas entrevistados podem pensar.

Sublinhamos aqui que o problema aqui não é criticar o redime ou os opositores. O nosso problema é ver como a função crítica é utilizada. É inegável que a crítica não é utilizada aqui para avaliar a verdade e a validade das declarações dos políticos que têm de prestar contas da sua gestão da cidade. Por meio da função crítica, o jornalismo deve oferecer uma visão independente da ação governamental, desconstruindo «explicações oficiais e proporcionando um fórum de debate sobre questões de interesse público» (SCHULTE & DUFRESNE, 2015, p. 4). A crítica é condição sine qua non para pensar e agir por si mesmo, sem a tutela de outra pessoa ou autoridade ou mesmo a influência de um discurso midiático, mas guiado pela própria razão.

Seja como for, com o conteúdo das mídias tal que descrito em cima, é difícil para o *Petit reste du Congo* imaginar a libertação do Congo da ocupação e da tragédia impostas a ele pelas potências patrimonialistas. Daí a necessidade do *Petit reste du Congo* transformar o papel e o conteúdo de suas mídias, bem como a forma do discurso jornalístico. Os jornalistas que acompanham o trabalho de libertação do *Petit Reste du Congo* devem se distinguir de outras categorias de jornalistas, porta-vozes do regime dominante e cúmplices da tragédia congoleza. A partir de uma perspectiva performativa, colegial, sistêmica, crítica e heroica, e com o objetivo de se apropriar das TICs, inclusive da Internet, as mídias do *Petit Reste du Congo* deve ser discursivas, portadoras da verdade, independentes, livres e críticas, capazes de

denunciar a ocupação do Congo, o processo de balcanização, as ambições expansionistas de Ruanda, Uganda, Burundi e tantas outras potências patrimonialistas, a pilhagem do patrimônio congolês pelas potências ocidentais e africanas etc. Além disso, essas mídias, segundo deontologia, deveriam levar ao povo do Congo o senso de sua própria identidade. Além disso, esses meios de comunicação deveriam fornecer ao povo congolês informações verdadeiras, honestas, confiáveis e irrepreensíveis que lhes permitirão ocupar seu lugar no cenário político e participar efetivamente da luta contra a ocupação e a balcanização do Congo.

Para realizar esse gigantesco projeto de libertação do Congo, a ética jornalística, a formação de jornalistas e o financiamento das mídias são essenciais. É difícil conseguir autonomia intelectual sem autonomia financeira, mesmo que as condições econômicas não determinem a ética jornalística, já que «a integridade jornalística não é relativa ou circunstancial» (KAMGA, 2019, p. 18). Os empresários congolese ou o povo congolês teriam como a obrigação de financiar as mídias do *Petit reste du Congo*, incluindo os jornalistas independentes que abraçaram a causa, a fim de enfrentar o desafio da independência das mídias e o da libertação da República Democrática do Congo, ocupada pelas potências ocidentais em grande detrimento do povo congolês. Posteriormente, as iniciativas como cooperativas, especialmente cooperativas agrícolas, que serão gerenciadas e administradas por uma equipe profissional, são modelos que poderiam financiar as atividades das mídias. Além disso, os jornalistas congolese, em parceria com outros jornalistas panafricanos, também poderiam se beneficiar ao criar infraestruturas regionais ou uma cooperativa de tecnologia das mídias, cujo funcionamento e *modus operandi* serão definidos de acordo com as necessidades reais. As mídias só serão livres se forem financiadas pelos próprios cidadãos congolese ou, pelo menos, por um grande grupo de empresários congolese. Dessa forma, a garantia da independência passa pelo tratamento de informação, protegendo os jornalistas de necessidades financeiras. Os jornalistas se tornariam responsáveis apenas perante o povo e não perante os poderes constituídos.

É essencial afastar-se do modelo francês, no qual se considera que a intervenção do Estado deve apoiar a existência da imprensa por meio de mecanismos de apoio às mídias privadas, uma vez que elas cumprem uma função

de serviço público. O Estado deve ser mantido fora do setor das mídias. Portanto, precisamos ir além desse modelo de intervencionismo estatal, que tem um impacto sobre o papel das mídias, sufocando-as e condenando a imprensa em particular a um papel que é conhecido de antemão: o de ser uma caixa de ressonância para o Estado financeiro. Mas, ao mesmo tempo, os patrocinadores congolese precisam estar cientes do princípio da independência das mídias e, para isso, assumir o compromisso de não interferir na linha editorial, mesmo que isso pareça utópico. Caso contrário, estaríamos substituindo uma forma de capitalismo por outra, e as mídias se tornariam uma caixa de ressonância para novos financiadores. É quase inimaginável libertar o país com mídias medíocres, financiadas e controladas.

Nesse sentido, não é óbvio que as mídias possam mudar totalmente o mundo. E nossa posição, que consiste em fazer das mídias um instrumento a serviço da libertação do Congo e um fator importante na mudança de mentalidades, está longe de ser semelhante ao profetismo das mídias (BOURDON, 1997) ou a um determinismo técnico, informacional ou comunicacional. Explicar a libertação do Congo e a mudança social simplesmente em termos de tecnologia é ignorar as interações sociais que podem ocorrer fora e/ou com ferramentas técnicas, e negar que os seres humanos tenham qualquer capacidade de resistir às mudanças provocadas pela tecnologia. Nossa ambição é mostrar que informações verdadeiras e confiáveis podem provocar mudanças sociais reais.

Além disso, acreditamos na libertação do Congo por meio das mídias, na medida em que, na luta pela libertação do Congo, a primeira guerra a ser vencida deve ser a da informação. A boa informação abre a porta para o conhecimento, o saber e liberta dos grilhões da ignorância. Em outras palavras, a informação verdadeira, honesta e confiável é mais do que uma arma nas mãos de um povo. Um povo bem formado e bem-informado se pergunta o "por quê?" das coisas e se torna o arquiteto de sua própria libertação e da libertação de seu país. Um povo ignorante é uma alma acorrentada, sem consciência. Portanto, informação é poder. Aquele que possui informação possui poder. Nesse sentido, as mídias, como disseminadora de informações, não é simplesmente uma testemunha do mundo. Elas liberam um poder de sugestão e disseminação que as torna um novo catalisador político em seu próprio direito. A esse respeito, vale a pena observar que a guerra de agressão contra a República Democrática do Congo foi, antes de tudo, midiática. Antes de lançar

seu ataque militar contra o Congo, as potências patrimonialistas inundaram as mídias ocidentais e suas retransmissoras africanas com notícias contra o regime ditatorial de Mobutu, prometendo ao povo congolês o estabelecimento da democracia e de mudanças multissetoriais. Esse é o caso, por exemplo, das mentiras veiculadas pela imprensa belga, tanto escrita quanto audiovisual, sobre o «suposto massacre de estudantes no campus de Lubumbashi, na RDC, na noite de 11 de maio de 1990» (MBEKO & NGBANDA, 2014, p. 29). Portanto, a primeira guerra vencida pelos patrimonialistas, a exemplo de outros países do mundo como Iraque, Vietnam, Brasil, foi uma guerra midiática e de informação.

Nesse sentido, a ocupação da República Democrática do Congo foi, acima de tudo, midiática. As mídias lideram a obscena invasão da RD do Congo pelas potências patrimonialistas. Dessa forma, deve-se reconhecer que o processo oposto é possível: a liberação da RD do Congo pelas mídias também é concebível. Além disso, da mesma forma que a vitória das mídias levou à vitória militar das potências patrimonialistas, *mutatis mutandis*, o processo de libertação da República Democrática do Congo por meio das mídias também pode provocar mudanças multissetoriais no Congo. Portanto, o fato é que a libertação da República Democrática do Congo, ou de qualquer organização, está longe de ser uma questão de profecia das mídias ou de determinismo técnico, informacional ou comunicacional.

Ao concluirmos este trabalho, não temos a pretensão de esgotar todos os seus contornos. Outros estudos poderiam ser realizados para descrever, por exemplo, as representações sociais contidas na imprensa congoleza em relação às rivalidades entre as potências ocidentais e a China sobre os minerais raros do Congo e o que está em jogo, de um lado. De outro lado, outros pesquisadores, numa perspectiva dialógica com as mídias, poderiam se aprofundar mais no papel e na importância das escolas na África em geral e na República Democrática do Congo em particular, como uma verdadeira ágora e um local de libertação multidimensional. Na África, a escola continua sendo o local onde os dominados são destituídos de conhecimento e poder pelo sistema capitalista a fim de manter sua hegemonia. Na África, com base na prestação fiel das disciplinas, a serviço da disciplinarização dos corpos e da defesa dos interesses do capital financeiro, «a escola contribui perfeitamente para estiolar e robotizar o ser humano, sufocando

seu poder criativo, privando-o de sua liberdade de ação e independência de espírito» (BOSEKO, 2015, p. III). Em outras palavras, a escola na África é um sistema vulgar de totalização intelectual e espiritual que bloqueia, em nível individual e coletivo, qualquer iniciativa libertadora, pela reprodução permanente de um esquema paternalista e capitalista baseado na dupla mestre-escravo, dominante-dominado. De fato, nas origens de seu estabelecimento forçado na África negra, por exemplo, a escola alegava ser o meio de libertar os negros da primitividade, de libertar as sociedades africanas injustamente julgadas atrasadas e recalcitrantes ao progresso. Até hoje, esse projeto ainda mantém toda a sua notoriedade, na medida em que visa, desta vez, finalmente elevar à categoria de nações modernas e civilizadas povos que até então não tinham um passado comum notável e estavam entregues a um destino imprevisível! Na prática, porém, não é menos verdade que a ação da escola está totalmente submersa nos pressupostos de um receituário colonial, capitalista ou patrimonialista preocupado, sobretudo, com a manutenção de sua hegemonia e com o «treinamento unidimensional com vistas a dispor a seu bel-prazer tanto de mãos quanto de mentes, dóceis e baratas» (BOSEKO, 2015, p. 50).

Como podemos ver, a escola capitalista ou colonial não passa de uma prisão. A formatação da escola exclui toda possibilidade de criatividade e libertação e torna lucrativa a mobilização das energias de estudantes a serviço de uma vontade externa perfeitamente astuta e manipuladora. Além disso, o aluno e, portanto, o dominado, é condicionado a reagir e refletir somente dentro da lógica dessa configuração histórica; a didática transmissiva e um sistema estabelecido de treinamento intelectual deveriam ser reduzidos a mera restituição, após a memorização, de "verdades" científicas dadas de uma vez por todas. Esse tipo de lógica é endêmico ao subdesenvolvimento, que é sempre o inverso da prosperidade daqueles que impuseram esse sistema à classe dominada (BOSEKO, 2015). Desse ponto de vista, «a escola se torna um lugar de reprodução de 'elites' monstruosas, atadas de pés e mãos, porque adquiriram totalmente a fixidez de uma receita já estabelecida. A formatação didática lhes impôs uma lista inequívoca de prescrições que geram total dependência do mundo exterior, daí essa esperança mágica de uma transferência de conhecimento e tecnologia» (BOSEKO, 2015, p. 59). Dessa forma, não é errado dizer que a maioria daqueles que frequentaram a escola na África Negra se tornam, em essência, objetos de um conhecimento limitado e redutor porque estão

inteiramente sujeitos a normas paradigmáticas partidárias e limitadoras. Mais que isso. Esse conhecimento limitador visa também a perpetuar o sistema patrimonialista dominante, «uniformização empobrecedora das consciências, seguindo uma perigosa estandardização didática a serviço do nivelamento psicointelectual» (BOSEKO, 2015, p. 50) que distorce constantemente a apreensão das realidades cotidianas e históricas pelos dominados.

Dessa forma, privar os/as dominados/as do saber-poder não é nem menos nem mais do que uma forma capitalista de condicioná-los a buscar sua felicidade apenas na ação capitalista, ou seja, junto aos poderes patrimonialistas que detêm os domínios do conhecimento em suas mãos e consideram o patrimônio dos outros como seu próprio patrimônio. Precisamos, portanto, nos libertar da prisão-escola por meio de uma política de autodeterminação e de escolarização fundamentalmente voltada para uma mudança radical em seus objetivos primordiais e que seja suscetível de reintroduzir o paradigma da "promoção de um saber-poder, com vistas a decifrar gradual e corretamente todos aqueles processos cegos e injustos que marcam a inserção programada e forçada dos dominados na marcha do mundo segundo os objetivos e a visão dos capitalistas e seus representantes (BOSEKO, 2015). É importante que os dominados se libertem desses grilhões antropológicos, epistemológicos, políticos e socioculturais, custe o que custar, inclusive fora da escola, se necessário, sob pena de aceitarem perecer acorrentados na prisão. A atual precariedade dos dominados se aprofundará enquanto se basear na capacidade dos dominados de manter servilmente, por conta própria, uma avalanche de infraestruturas socioeconômicas e culturais, ideologicamente infetadas pela subjugação e pela dependência neurótica. De fato, fazer exigências pessoais e «coletivas em termos de critérios de desempenho definidos por outros, circunscrever as próprias dificuldades e tentar resolvê-las usando as mesmas prescrições que lhes deram origem, é trancar-se duplamente, atrás de uma lógica de vida que leva à autodestruição, a uma perda total de confiança nas próprias capacidades» (BOSEKO, 2015, p. 48) libertadoras. O sujeito se liberta e deve se libertar.

Referências bibliográficas

ACTE GENERAL DE BERLIM. *L'Europe coloniale et le grand tournant de la Conférence de Berlin*. Paris, Éd. Le Manuscrit, 2013.

AKELE, A. Dépénaliser les délits de presse en RDC : **Pourquoi et comment ? Plaidoyer pour la dépénalisation des délits de presse en République Démocratique du Congo**, Kinshasa, mai 2004.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. O. *Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo, Pioneira, 1998.

AMBROSETTI, David. *Normes et rivalités diplomatiques à l'ONU : Le Conseil de Sécurité en audience*. Bruxelles, P. I. E. Peter Lang, 2009.

AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder. Uma outra história*. São Paulo, Hedra, 2015.

AN et al., 2011.

ANDRESSA HENNIG, Silva, TREVISAN FOSSÁ, Maria Ivete. *Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos*. IV encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. EPQ, Brasília/DF-3 a 5 de novembro. 2013.

ARENDT, Hannah. *Condition de l'Homme moderne, La condition humaine*. Paris, Nathan, 1958/2005.

ARSENAULT, Mathieu. *Repenser l'agenda-setting à l'ère des médias sociométriques : étude de cas sur twitter*. Québec, 2015. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Comunicação.

AVERSENG, C. **Comment structurer la complexité sans renoncer à l'exhaustivité thématique d'un état de l'art en sciences de gestion ?** *Management, Avenir*, 1 (n° 41), p. 369-386. 2011.

BACH, Daniel C., GAZIDO, Mamoudou (ed). *L'Etat néopatrimonial : Genèse et trajectoires contemporaines*. Ottawa : Les Presses de l'Université d'Ottawa, 2011.

BADILLO, Patrick-Yves. **L'écologie des médias ou l'impérieuse nécessité de développer la recherche sur les médias** », chapitre introductif. *Écologie des médias*, Éditions Bruylant, Bruxelles, 2008, ISBN 978-2-8027-2464- 3, p. 1-27.

BADILLO, Patrick-Yves (ed). *Ecologie des médias*. Bruxelles, Bruylant, 2008.

BANGA, F. *Journalisme à la croisée de chemin. Déontologie, éthique sur le parcours journalistique*. Kinshasa, éd. Médias Paul 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. tradução de Luís Antero Reto. São Paulo, Edições 70, 2011.

----- *L'Analyse de contenu*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.

----- *L'analyse de contenu*. Paris : Presse universitaire de France, 1998.

----- *L'analyse de contenu*. Vendôme, PUF, 2003.

BARSOITI, Adriana. **O jornalismo e os dilemas da Contemporaneidade: o eu, o aqui e o agora**. *Mídia e Cotidiano*, v. 10, n. 10, p. 192-209, dez. 2016.

BAROUSKI, David. **Helping Africa to help America, Jane's foreign report, 4 september 1997**. *Laurent Nkundabatware, his Rwandan allies, and the Ex-ANC mutiny : Chronic barriers to lasting peace in the Democratic Republic of Congo*, 2007.

BARROS, A., TARGINO, M. *Análise de conteúdo como método qualitativo na pesquisa em Comunicação*. Brasília, Mimco, 2000.

BARROS, Amtonio, DUARTE, Jorge (ed). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo : 2ed – 7.reimpr, 2014.

BERELSON, Bernard. *Content analysis in communication research*. Free Press, 1952.

----- *Content Analysis in Communication Research*. New York, Hafner Publication Company, 1971.

----- Lazarsfeld, PF e Mcphee, WN (1954) *Vote : une étude de la formation d'opinion dans une campagne présidentielle*. Presses de l'Université de Chicago, Chicago, 1954.

BESHELEMU, bebe, E. *Presse écrite et expériences démocratiques au Zaïre*. (Sous la première République, 1960-1965 et pendant la transition démocratique, 1990-1995). Thèse 3è cycle, Paris I, 1997.

BILL RICHARDSON. *Déclaration devant le comité des Relations internationales de la Chambre des représentants*. New York, 1997.

BOLETHO JUNQUEIRA, E. *La sociologie juridique brésilienne à travers le miroir*. *Droit et Société*, n° 22. 1992.

BOSEKO EA BOSEKO. *Le mythe d'Inakalé. Au-delà des nœuds et pesanteurs de la vie en Afrique noire*. Kinshasa, Éditions RDC Logos, 2015.

BOUGNOUX, Daniel. *La communication contre l'information*. Paris, Hachette, coll. Questions de Société, Paris 1995.

BOULANGER, Philippe. *Géopolitique des médias. Acteurs, rivalités et conflits*. Paris, Armand Colin, 2014.

BOURBONNIÈRE, J. *Analyse comparative du contenu de la couverture médiatique des sommets des amériques de miami, en 1994 et de québec, en 2001*. Quebec, 2007. Mémoire (Communication)

BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris, Editions de Minuit, 1984.

BOURDON, Jacques. *Introduction aux médias*. Paris, Montchrestien, 2^{ème} éd. Coll. « Clefs-Politique », 2000.

----- *Introduction aux médias*. Paris, Montchrestien, 1997.

BRAECKMAN, Colette. *Les Nouveaux Prédateurs. Politique des puissances en Afrique*

centrale. Paris, Fayard, 2003.

-----L'armée congolaise rongée par le soupçon. *Le Soir*, Bruxelles, 27

décembre, 2007, p. 6.

-----James Kabarebe accuse Kinshasa et dit la vérité. *Le Soir*, Bruxelles,

30 aout 2023, p. 3-6.

-----*Les Nouveaux Prédateurs. Politique des puissances en Afrique*

centrale. Paris, Fayard, 2003.

BRAGA, Adriana. *Corpo-verão: jornalismo e discurso na imprensa feminina*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

BRAGA, Adriana, LOGAN, Robert. **Celular de Guerrilha**: usos subversivos da tecnologia móvel no Brasil Chasqui. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, n. 129, agosto-noviembre, 2015, pp. 113-127. Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina Quito, Ecuador.

BRATTO Michael. et N.VAN de WALLE. **Neopatrimonial Regimes and Political Transitions**. *Africa. World Politics*, 46, n. 4, July de 1994.

BRETON, Philippe. *La parole manipulée*. Paris, La Découverte/Poche, 2000.

BROWN, Ron. **Secrétaire d'État américain au Commerce**, (Conquête nord-américaine, p. 116).

BUENO, Gerardo M. & MEYER, Lorenzo. *México-Estados-Unidos*, 1987. México, El Colegio de México, **Centro de Estudios internacionales**, 1989.

CALLAGHY, TM. *The State-Society Struggle: Zaire in Comparative Pespective*. New York, Columbia University Press, 1984.

CAPUL, Jean-Yves & GARNIER, O. *Dictionnaire d'économie et de sciences sociales*. Paris, Hatier, 2005.

CARDON, Dominique. *La démocratie Internet: promesses et limites*. Paris, Seuil, 2010.

----- **L'innovation par l'usage. Enjeux de mots: regard multiculturels sur les sociétés de l'information**, Paris, C & F Éditions, 2020. Disponivel em: http://www.vecam.org/edm/article.php3?id_article=137.

----- **Sociabilité et entrelacement des médias**. (avec Zbigniew Smoreda et Valérie Beaudouin). *Moati (Philippe), dir., Nouvelles technologies et modes de vie. Aliénation ou hypermodernité ?* Paris, Editions de l'Aube, pp. 99-123. 2005.

CHABAL, P. & DALOZ, J.-P. *Africa Works: Disorder as Political Instrument*. London/Oxford/Bloomington: International African Institute/James Currey/Indiana University Press, coll. "African issues", 1999.

CHALANT, Gérard. *L'enjeu africain : stratégies des puissances*. Paris, Seuil, 1980.

CHARAUDEAU, P. et al. *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris. Vuibert, 2005

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette Éducation,

1992.

----- **Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social**. Paris, Nathan, 2000 (1997).

CHARRON, T. **Les médias font-ils l'opinion ?** Breton, P. (dir), *La communication. État des savoirs*. Paris, Ed. Des sciences humaines, 1998.

CHEESEMAN & KLAAS, 2019. *How to Rig an Election*. Yale University Press, London & New Haven, 2018/2019.

CHOMSKY & EDWARD, S. *La fabrication de l'opinion publique*. Paris, éd. Du Serpent à plumes, 2003.

CHOMSKY, Noam & HERMAN, Edward. *La Fabrication du consentement. De la propagande médiatique en démocratie*. Marseille, Agone, 2008 (traduction de l'anglais, MANUFACTURING, Consent. The Political Economy of the Mass Media. New York, Pantheon Book, 1988.

CORNU, Daniel. *Journalisme et vérité : l'éthique de l'information au défi du changement*.

Paris, Labor et Ardes, 2009.

----- Journalisme et vérité. *Revue Autres Temps*. Paris, Cahiers d'éthique

sociale et politique, n° 58. 1998.

COULIBALY, Abdou Latif. **Les nouvelles technologies de l'information et de la communication et les personnels des médias.** Momar-Coumba Diop (dir), *Le Sénégal à l'heure de l'information. Technologies et société*, Paris, Karthala, p. 143-165. 2002.

DAHMANI, Ahmed. **Les Tic : une chance pour l'Afrique ?** GABAS, Jean- Jacques (dir.) (2004), *Société numérique et développement en Afrique. Usages et politiques publiques*, Paris, Karthala, pp.13-34. 2004.

DALLAIRE, Roméo. *J'ai serré la main du diable. La frillite de l'humanité au Rwanda*. Québec, Editons Libre Expression, 2003.

DE GEMEAUX, Christine, AMAURY, Lorin. **L'Europe coloniale et le grand tournant de la Conférence de Berlin**. Paris, Éd. Le Manuscrit, 2013.

de La BROSSE, R. **Le rôle de la presse écrite dans la transition démocratique en Afrique**. Bordeaux, 1999. Tese (Doutorado)- Departamento de Ciência da Informação: Université de Bordeaux 3.

De La BROSSE, R. **Le rôle de la presse écrite dans la transition démocratique en Afrique**. Thèse de Doctorat. Université de Bordeaux 3, Sciences de l'Information, 1999.

De LA HAYE, Yves. **Journalisme, mode d'emploi. Des manières d'écrire l'actualité**. Grenoble, ELLUG-Pensée Sauvage, 1985.

DE MORAES, DÊNIS. **Critica da mídia & hegemonia cultural**. Rio de Janeiro, Mauad X, FAPERJ, 2016.

de VILLERS, Gauthier. **De Mobutu à Mobutu: trente ans de relations Belgique-Zaïre**. Bruxelles : De Boeck Université, 1995.

DESCHENAUX, Frédéric & RIMOUSKI, Sylvain-Bourdon. **Introduction à l'analyse qualitative informatisée à l'aide du logiciel QSR Nvivo 2.0**. Québec : Les cahiers pédagogiques de l'Association pour la recherche qualitative, Bibliothèque nationale du Québec, 2005. Disponible en : <http://www.recherche-qualitative.qc.ca>.

DIMANDJA WEMBI, Charles et ali. **Presse et démocratie en RDC. Le Combat de l'APARD**. Kinshasa, Éditions du Pangolin, 2020.

DRC: Mapping human rights violations 1993-2003. Disponible en : <https://www.ohchr.org/en/countries/africa/2010-drc-mapping-report#:~:text=rights%20violations%201993%2D-,2003,-Share>.

DRISKO, J. W. & MASCHI, T. *Content analysis* (Ser. Pocket guides to social work research methods). Oxford : University Press, 2015.

DUMÉZ, Hervé. **Éléments pour une épistémologie de la recherche qualitative en gestion.** *Le Libellio d'Aegis*, vol. 6, n° 4, 2010, pp. 3-15.

DUSSOUY, Gérard. **La géographie.** *Traité de relations internationales*. Paris, Presse de Science Po, 2014.

ÉGRE PASCALE. **Internet, nouveau territoire de lutte pour les opposants politiques en exil.** *Hommes et Migrations*, n°1240, Novembre-décembre 2002. Migrants.com. pp. 53-61; doi : <https://doi.org/10.3406/homig.2002.3921> https://www.persee.fr/doc/homig_1142-852x_2002_num_1240_1_3921 Fichier pdf généré le 27/02/2019.

EISENSTADT, S.N. **Traditional Patrimonialism and Modern Neo-Patrimonialism, Beverly hills (CA)/London, Sage publication.** Studies in comparative modernization series, Sage Research. *Social sciences*, n° 90-003, 1973.

EKAMBO, D.-C. D. **Histoire du Congo RDC dans la presse. Des origines à l'indépendance.** Paris, L'Harmattan, 2013.

ELIKIA M'BOKOLO. **Afrique centrale : le temps des massacres. Le livre noir du colonialisme, XVIe-XXe siècle: de l'extermination à la repentance.** Paris, Robert Laffont, 2003.

----- **Afrique noire, histoire et Civilisations, Tome II.** Paris, Hatier-AUPELF, 1992.

Encyclopédie du Congo belge Tome I, Edition Bielefeld Bruxelles 1959.

ENGLEBERT, Jacques. **La procédure garante de la liberté de l'information : Droit des médias.** Paris, Anthemis, 2017.

ESQUENAZI, Jean-Pierre. **L'écriture de l'actualité. Pour une sociologie du discours médiatique.** Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 2002.

FARGE, A. **Dire et mal dire, l'opinion publique au xviiiè siècle.** Paris, Seuil, 1992.

FAYULU, Martin, MATATA, Augustin & MUKWEGE, Denis. **Déclaration commune du 26 décembre 2022.**

FELLER, Jean. L'Analyse du contenu, de L. Bardin. *Communication & Langages*, Paris, n° 35, pp. 123-124. 1977.

Film-documentaire L'Afrique en morceau

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo, Artmed, 2009.

FOKA, A. «**Qui pour sauver le Congo ?**», du 6 janvier 2023.

FOUCAULT, Michel. *Deux essais sur le sujet et le pouvoir*. Paris, PUF, 1984.

-----*Fronts et frontières, un tour du monde géopolitique*. Paris, Fayard, 1991.

FREITAS, CUNHA, MOSCAROLA, J. **Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo**. *Revista de Administração da USP*, São Paulo, v.32, n.3, p.97-109, jul/set. 1997.

FRÈRE Marie-Soleil. *Presse et Démocratie en Afrique francophone. De la communication traditionnelle précoloniale à l'émergence d'une presse dans les transitions démocratiques au Bénin et au Niger*. Bruxelles, 1997. Thèse (Doutorado) Departamento de Ciência da Informação: Université Libre de Bruxelles.

-----*Élections et médias en Afrique centrale. Voie des urnes, voix de la paix*
? Paris, Karthala-Institut Panos, 2010.

-----*Élections et médias en Afrique centrale. Voie des urnes, voix de la paix ?*
Paris, Karthala-Institut Panos, 2010.

-----*Le journalisme d'Afrique*. Louvain-l-Neuve, De Boect Supérieur s.a,
2016.

-----*Le paysage médiatique congolais. État des lieux, enjeux et défis*.
Kinshasa, FCI, 2009.

-----*Le paysage médiatique congolais. État des lieux, enjeux et défis*.
Kinshasa, FCI, 2009.

-----*Rapport De Mission au Congo-Brazzaville (27 février- 5 mars 2008)*.
Paris, Institut Panos Paris, 2008.

GABSZEWICZ, J. & SONNAC, N. *L'industrie des médias à l'ère numérique*. Paris : La Découverte, 2010.

GALLOIS, Pierre M. *Géopolitique, Les voies de la puissance*. Paris, FEDN, Pion, 1990.

GARRAUD, P. **Politiques nationales** : élaboration de l'agenda. *L'année sociologique*, Paris, n° 40, pp. 17-41. 1990.

GAUTHIER de Villers. *De Mobutu à Mobutu: trente ans de relations Belgique-Zaïre*. Paris, De Boeck Supérieur, 1995.

GERSTLE Jacques. *La communication politique*. Paris, Armand Colin, 2004.

GILLES Lhuiler. **Minerais de guerre**. Une nouvelle théorie de la mondialisation du droit. *Fondation maison des sciences de l'homme*, Global Legal Studies Network, N° 36. 2013.

GINGRAS, A.-M. *La communication politique : état des savoirs, enjeux et perspectives*. Sainte-Foy, Presses de l'Université du Québec, 2003.

GITLIN, T. **Public Sphere or Public Sphericules**. *Media, Ritual, Identity*, Londres, 1998.

GOODE, L. **Social News, Citizen Journalism and Democracy**. *New Media & Society*, University of Auckland, vol. 11, n°8, January. 2009.

GORLIZKI, Y. **Ordinary stalinism**: the council of ministers and the soviet neopatrimonialism state, 1946-1953. *Journal of Modern History*, Journal of Modern History, vol. 74, n°4. 2002.

GRAWITZ, M. *Méthodes en sciences sociales*. Paris, Dalloz, cinquième édition, 1981.

-----*Méthodes des Sciences sociales*. Paris, 11ème éd., Dalloz, 2001.

GREENSPAN, Alan. *Le Temps des turbulences*. Paris, JC Lattès, 2007.

GRIBBIN, R. *In the Aftermath of genocide. The US role in Rwanda*. iUniverse, 2005.

HABERMAS J. *L'Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. traduito do alemão por M. B. de Launay. Paris, Payot, 1993.

-----*L'espace public, Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris, Payot, 1968/1978.

-----*Théorie de l'agir communicationnel*. Paris : Fayard, 1987 [1981].

-----*Trois versions de la démocratie libérale*. Paris, Gallimard, Le Debat, 2003.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité, Présentisme et expériences du temps**. Paris, 2003.

HEGE, Steve : *La crise dévastatrices dans l'Est de la RD Congo, Chambre de la Commission des Affaires étrangères du Congrès américain, sous-comité sur l'Afrique, la Santé Mondiale et les Droits de l'Homme*, décembre 2012.

HELMUT, Strizek. *Le bilan sanglant du Front Patriotique Rwandais et l'histoire de l'ONU*, 2010.

HOCHSCHILD, A. *Les fantômes du Roi Léopold. Un holocauste oublié*. Paris, Belfond, 1998.

HUANG, P. & KLEIN, J.-L. **La lutte contre l'exclusion numérique et la revitalisation des collectivités locales : une étude de cas à Pointe-Saint-Charles, à Montréal. Nouvelles pratiques sociales**, 26 (1), 84–101. 2013. <https://doi.org/10.7202/1024981ar>. Consulté le 11 février 2021.

HYACINTHE Ouignon. **Journalisme et engagement : l'exemple de Camus. Carnets** [En ligne], Deuxième série - 4 | 2015, mis en ligne le 30 mai 2015, URL : <http://journals.openedition.org/carnets/1516> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/carnets.1516>.

JACKSON, RH & ROSBERG, C. **Pourquoi les États africains faibles persistent : les aspects empiriques et juridiques de la création d'un État. Politique mondiale**, 35, 1-24. 1982. <https://doi.org/10.2307/2010277>.

JEZO-VANNIER STEVEN. *Presse parallèle. Contre-culture en France dans les années soixante-dix*. Paris, Éditions Le mot et le reste, 2011.

JOSIANE BOUTET et al. *Le monde du travail*. Paris, Éditions la Découverte, 1998.

JOURNALISTES EN DANGER (JED). *Nouvelle ère pour la liberté de la presse en rd congo. En finir avec les années ir avec les années de la prédation... Accalmie précaire après la tempête des élections*. Rapport annuel. Kinshasa, JED, 2019.

JUDI REVER. *Rwanda, l'éloge du sang*. Paris, Max Milo, 2020.

JULIA, Cagé. *Sauver les médias. Capitalisme, financement participatif et démocratie*. Paris, Éd. Le Seuil/Éd. La République des idées, 2015.

JULIE BOURBONNIÈRE. *Analyse comparative du contenu de la couverture médiatique des sommets des américaines de miami, en 1994 et de Québec, en 2001*. Mémoire présenté comme exigence partielle de la maîtrise en communication (février 2007)

JULIEN, C. **Ces mensonges qui sapent la démocratie. L'art de la désinformation**. *Monde Diplomatique*, 1987.

JUNQUA, G. at. al. L'écologie industrielle, outil de l'intelligence économique et territoriale, Conférence internationale d'ingénierie urbaine. *Technologies innovantes pour les infrastructures et l'habitat*, Lille, 12-13, p. 385-393.2005.

KAMGA, O. **Difficile émergence d'un journalisme objectif en Afrique.** *Communication*, Paris, vol. 36, n. 1. 2019. Disponivel em : <http://journals.openedition.org/communication/9827>.

KANT, Emmanuel. *Qu'est-ce que les Lumières ?* Paris, Hatier, 2007 [1784].

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les actes de langage dans le discours*. Paris, Nathan, 2001.

KESSLER D. **Les médias sont-ils un pouvoir ?** *Pouvoir*, vol. 4, n. 143, p.105-112. 2012.

KLINE, S. **Les Informations télévisées:** structure de leur interprétation. *Communication-information. Médias Théories*. Traduzido par Suzie Toutant Michel de Repentigny, Paris, vol. 4, n. 3. 2000.

KLUGE, A. *L'espace public oppositionnel*. Paris, Negt, 2007.

KOREN, Roselyne. **Stratégies et enjeux de la dépolitisation par le langage dans un corpus de presse actuel.** *Recherches en communication*, 2004.

KOREN, Roselyne. *Les enjeux éthiques de l'écriture de presse et la mise en mots du terrorisme*. Paris, L'Harmattan, 1996.

KOREN, Roselyne. **Argumentation, enjeux et pratique de l'« engagement neutre » : le cas de l'écriture de presse »,** Semen [Online], 17 | 2004, Online since 29 April 2007, connection on 19 May 2023. URL: <http://journals.openedition.org/semen/2308>; DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.2308>).

KOVACH Bill & ROSENSTIEL, T. *Principes du journalisme. Ce que les journalistes doivent savoir, ce que le public doit exiger*. Paris, Nouveaux Horizons, 2004.

LABA Nzuzi, Bernard. *L'Équation congolaise: visiter le passé afin de mieux s'armer pour l'avenir*. Paris, L'Harmattan, 2007.

LACHAUD, F. **Michel Wasserman. Claudel Danse Japon**, Paris, Classiques Garnier, coll. « Études de littérature des XX^e et XXI^e siècles », 23. 2011.

LACOSTE, Yves. *Dictionnaire de Géopolitique*. Paris, Flammarion, 1993.

STRATE, Lance. *An Overview of Media Ecology*. Disponivel em :<http://www.media-ecology.org/about-us/>.

LANGELLIER Jean-Pierre, « 15 - **Les pendus de la Pentecôte** ». *Mobutu*. sous la direction de LANGELLIER Jean-Pierre Paris, Perrin, « Biographies », p. 143-152. 2017. URL : <https://www.cairn.info/--9782262049539-page-143.htm>.

LAZARSFELD, Paul et al. *The People's Choice*. New York, Columbia University Press, 1944.

Le carnet de Colette Braeckman, 29 décembre 2010.

Le GUELTE, Georges. **La nouvelle posture nucléaire américaine : révolution dans les concepts stratégiques ?** *Revue internationale et stratégique*, Paris, vol. 3, n. 47, p. 67-74. 2002. DOI : 10.3917/ris.047.0067. URL : <https://www.cairn.info/revue-internationale-et-strategique-2002-3-page-67.htm>)

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *La Monadologie*. Paris, Librairie Delagrave, 1976.
LISSOUBA, Pascal, 1976.

LEITE, Fabio Carvalho. **Liberdade de expressão e Direito à honra: novas diretrizes para um velho problema.** *Clèmerson Merli Clève; Alexandre Freire. (Org.). Direitos fundamentais e juridicação constitucional: análise, crítica e contribuições*. 1ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v., p. 395-408.

LÉNINE, Vladimir I. *L'impérialisme stade suprême du capitalisme*. Paris, Editions sociales, 1917* (* écrit de janvier à juin 1916. Publié pour la première fois en avril 1917, en brochure, à Pétrograd)

LESLIE, Michael. **The internet and Democratization.** *Goran Hyden, Michael Leslie et Folu F. Ogundimu* (dir), Media and Democracy. Africa, Londres, Transaction Publishers, p. 107-128. 2002.

LÉTOURNEAU, A. *Remarques sur le journalisme et la presse au regard de la discussion dans l'espace public. L'Éthique dans la société de l'information*. Québec/Paris, Presses de l'université Laval/L'Harmattan, 2001.

LETOURNEAU, A., « **Remarques sur le journalisme et la presse au regard de la discussion dans l'espace public** ». Brunet, P.-J., *L'Éthique dans la société de l'information*, Québec/Paris, Presses de l'université Laval/L'Harmattan, p. 47-71. 2001.

LEVY, P. *Cyberculture, Rpport au Conseil de l'Europe*. Paris, Odile Jacob, 1997.

LITS, Marc. **L'espace public : concept fondateur de la communication.** *Hermès, La Revue*, Paris, 3 n. 70. 2014. Disponivel em : <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2014-3-page-77.htm>).

LIPPMANN, Walter. *Opinion publique*. Harcourt, Brace, 1922.

LOUM, Ndiaga. *Médias et l'État au Sénégal : l'impossible autonomie*. Paris, L'Harmattan, 2003.

LOZANO, José Carlos. **Hacia la reconsideración del análisis de contenido em la investigacio de los mensajes comunicacionales.** RUIZ, Enrique Sanchez; BARBA, Cecilia Cervantes (Org.). Investigar la comunicación: prouestas ibero-americanas, Guadalajara: Universidade de Guadalajara/ Alaic, pp. 135-157. 1994

LUBOYA, Eugène. *Contribution à la recherche sur la liberté de l'information en Afrique centrale francophone, étude comparée de 1880 à 1970.* Paris, IFP, 1971.

LUDO de Witte. *L'assassinat de Lumumba.* Paris, Karthala éditions, 2000.

LUTTWAK, E. **From Geopolitics to Geo-economics.** *The National Interest*, 1990.

M'PERENG DJERI Jerry. *Presse et histoire du Congo-Kinshasa. Le discours de la presse et son rôle dans le processus de démocratisation (1990-1995).* Paris, 2004. Thèse. Université de Cergy-Pontoise.

MACEDO, Michelle Reis de. **Movimento pela democracia:** a luta política do PCdoB na imprensa alternativa durante o processo de redemocratização brasileira (1979). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, jan./abr. 2017.

MAINGUENEAU Dominique. *Analyser les textes de communication.* Paris, Armand Colin, 2007.

MALU-MALU, J.-J. *Le Congo Kinshasa.* Paris, Karthala, 2014.

MARIE Soleil Frere. *Presse et Démocratie en Afrique francophone. De la communication traditionnelle pré-coloniale à l'émergence d'une presse dans les transitions démocratiques au Bénin et au Niger*, Bruxelles, Université Libre de Bruxelles, Thèse (Sciences de l'Information), 1996-1997.

MARIE-Eve Saint Georges. *Le traitement journalistique des crises politiques et des catastrophes naturelles : (les cas de la RD Congo et du Rwanda ; d'Haïti et du Japon).* Paris, 2017. Tese (Sciences économiques et gestion, sciences de l'information et de la communication). Paris II.

MARTENS, Ludo. *Kabila et la révolution congolaise : panafricanisme ou néocolonialisme ?* Epo, 2002.

MASAMUNA, Arlette. *Discours de la presse et culture. Étude de la médiatisation de la journée internationale de la femme dans la presse de Kinshasa.* Kinshasa, 2017. Tese (Doutorado em Sociologia)- Departamento de Comunicação Social: Université Catholique du Congo.

MATHIEN M. *Les journalistes. Histoire, pratiques et enjeux.* Paris, Ellipses Edition Marketing, 2007.

MATHILDE, Plard & Aurélien Martineau. *Analyse qualitative assistée par Nvivo® Structurer et analyser un corpus de recherche dans Nvivo®*, 2019. Disponible en: <https://mathildeplard-observatoirededistances.com> / ID HALSHS : 464246 ORCID ID : <https://orcid.org/0000-0001-8498-1763>

MATTELART, Armand. *Histoire de la société de l'information*. Paris, La Découverte, 2009.

MATTELART. *L'invention de la communication*. Paris, Edition de la Découverte, 1994.

MBANZA Joachim. *En démocratie, la presse doit jouer son rôle*. *La Semaine Africaine*, Brazzaville, n° 2863. 2009.

MBEKO, P. & NGBANDA, H. *Stratégie du ch​aos et du mensonge. Poker menteur en Afrique des grands lacs*. Québec, Ed. De l'Erablières, 2014.

MBEKO, Patrick. *Le Canada et le pouvoir tutsi du Rwanda. Deux décennies de complicité criminelle en Afrique centrale*. Québec, Éditions de l'Érablière, 2014.

McCOMBS, M. E. *Setting the agenda : the mass media and public opinion*. Cambridge UK,

Polity Press, 2004.

----- SHAW D. L. *The Agenda-setting Function of Mass Media. The Public*

Opinion, Quaterly, vo. 36, n. 2. 1972.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)*; tradução de Décio Pignatari. Sao Paolo, Cultrix, 2007.

McLUHAN, Marshall & QUENTIN, F. *The Medium is the Message: An Inventory of Nifedis*. New York, Benta Book, 1907.

McLUHAN. *Understanding Media. The Extensions of Man*. Toronto, University of Toronto Press, 1964.

MÉDARD J.-F. *Charles Njonjo* : portrait d'un 'Big Man' au Kenya. *TERRAY E. (dir.)*, L'État contemporain en Afrique, Paris, L'Harmattan. MÉDARD J.-F., "Le "Big Man" en Afrique - esquisse d'analyse du politicien entrepreneur", L'Année sociologique, vol. 42, 1992, p. 167-192.

----- *Bibliographie des travaux de Jean-François Médard*». *Revue internationale de politique comparée*, 14(4), 2006.

----- *L'État néo-patrimonial en Afrique noire. États d'Afrique noire : Formation, mécanisme et crise*. Paris, Karthala, 1991.

----- *L'Etat sous-développé au Camérout, Année africaine 1977*. Paris, Pédone, 1979.

Mémoire Didier Mumengi, entrevista realizada na radio *Top Congo*, le 20 janvier 2023.

MESSU, M. **Subjectivité et analyse de contenu.** *CRÉDOC (éd), L'analyse de contenu : premiers éléments de réflexion*, pp. 29-50). (Ser. Cahier de recherche / Centre de recherche pour l'étude et l'observation des conditions de vie, no 6). 1990 Disponible em: <https://www.credoc.fr/publications/lanalyse-de-contenu-premiers-elements-de-reflexion>

MEYER, A. **La société informationnelle: enjeux sociaux et approches économiques.** Paris, L'Harmattan, 1989.

MIÈGE, B. **L'espace public** : perpétué, élargi et fragmenté. In : *Pailliant, I. (Dir.), L'espace public et l'emprise de la communication.* Grenoble, Ellug, 1995a

----- **L'espace public contemporain.** Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 2010.

MIEGE, et al. Le JT. **Mise en scène de l'actualité à la télévision française.** Paris, La documentation française, 1986.

MIERE, T. **Tic et mobilisation: le cas du Congo.** *Les enjeux de l'information et de la communication*, Kinshasa, 17(3A), p. 195-212. 2016. Disponible em : <http://lesenjeux.u-renoble3.fr/2016-supplement/14Miere/>

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MINKALA-Ntadi, Pierre. **Appropriation professionnelle des technologies de l'information et de la communication en contexte de dépendance politique : la spécificité de la co-construction de l'information de presse au Congo-Brazzaville (1963-2012).** Grenoble 2012. Tese, (Sciences de l'Information et de la Communication). Universidade de Grenoble.

----- **L'interférence du cadre politique dans l'orientation de la presse congolaise.** Grenoble, 2008. Mémoire de Master 1 (Sciences de l'Information et de la Communication). Université Stendhal Grenoble 3 – Institut de la Communication et des Médias, Echirolles.

----- **La tutelle politique dans la production de l'information de presse en**

Afrique francophone. Le cas du Congo-Brazzaville. Paris,

L'Harmattan, 2016.

MOLES, Abraham A. **L'écologie de la communion.** *Réseaux, messages et trane. La communication et les mass media, les Dictionnaires Marabout*, Universits, Presses universitaires de Verviers (Belgique), 1973 (1re G. 1971). p. 246-265.

MONSENGWO, Laurent (card). **Les résultats des élections ne sont conformes ni à la vérité ni à la justice,** Kinshasa, 2011. Disponible em <http://fsddc.wordpress.com>.

MONSENGWO, Pasinya, Laurent, Mgr Monsengwo : Félix Tshisekedi aurait dû reconnaître sa claire et nette défaite. *La Libre Belgique Afrique*, Bruxelles, 26 février, 2019, p. 3.

MOUSTAPHA Masmoudi. *Voix libre pour monde multiple*. Paris, Economica, 1986.

MUBANGI BET'UKANY, G. **Le parcours de la presse congolaise et le rôle de l'oralité comme relais de l'information en Afrique.** *Les Enjeux de l'information et de la communication*, Paris, vol. 1, pp. 51-62, 2007. Disponible en : <https://www.cairn.info/revue-les-enjeux-de-l-information-et-de-la-communication-2007-1-page-51.htm> . Acesso em 4 de julho de 2023.

MUCCHIELLI, R. *L'analyse de contenu : des documents et des communications* (9e éd. ed.). Issy-les-Moulineaux, ESF, 2006.

MULUMBA KABWAYI, F. DC l'histoire se répète. *Konkotimes.com* du 25 octobre 2011.

MUSAVULI, B. *RDC° le massacre d'un peuple pour le bonheur du monde*, Agoravox.fr, 2013.

MUZITO ADOLPHE. *La ville de Kinshasa : l'enfer au paradis*. Paris, L'Harmattan, 2016.

NDAYWEL è Nziem Isidore. *Brève histoire du Congo. Des origines à la République Démocratique du Congo*. Kinshasa, Mediaspaul, 2015.

-----, *Histoire générale du Congo. De l'héritage ancien à la République Démocratique*. Bruxelles, Duculot/Afrique Edition, 1998.

NEGT, Oskat. *L'Espace public oppositionnel*, tradução de A. Neumann. Paris, Fayard, 2007.

Neil Postman. *The Disappearance of Childhood*. Vintage, 1994.

NEVEU, E. *Sociologie Du Journalisme*. Paris, La Découverte, 2004,

News Congo Net: 3-4 de fevereiro de 1998.

NGBANDA NZAMBO, Honoré. *Crimes organisés en Afrique centrale. Relations sur les réseaux rwandais et occidentaux*. Paris, Editions Duboiris, 2004.

NGIMBI Kalumvueziko. *Congo-Zaïre: Le destin tragique d'une nation*. Paris, L'Harmattan, 2013.

NGJLO, Gilbert-M. *Autopsie des génocides rwandais, burundais et l'ONU: la problématique de la stabilité dans les pays de la région des Grands Lacs*. Presse Africa, 1998.

NICOLAS, Bardos-Féltoronyi. *Géoéconomie. État, espace, capital*. Bruxelles, De Boeck, 1991.

NYSTROM, C. *Vers une science de l'écologie des médias*. Tese (Doutorado). New York, Université de New York, 1973.

NZINGA, Makitu, G (dir). *La minipulation des femmes et des enfants dans les médias congolais*. Kinshasa, éd. Eveché de Matadi, 2002 (CORRIGER L'ANNÉE DANS LE TEXTE).

LARAMEE, A. e VALLE, B. *La recherche en communication : élément de méthodologie*. Québec : Presse de l'université de Québec, 1991.

DUMÉZ, Hervé. **Éléments pour une épistémologie de la recherche qualitative en gestion**. *Le Libellio d'Aegis*, vol. 6, n° 4, 2010, pp. 3-15.

POPPER, Karl. **La logique des sciences sociales**. *Adorno Theodor & Popper Karl (1979) De Vienne à Francfort, La querelle allemande des sciences sociales*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1979, pp. 75-90.

ODIN, R. **Les espaces de communication**. *Introduction à la sémio-pragmatique*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 2011.

OGDEN, C. K. & RICHARDS, A. **The Meaning of Meaning**. New York, 8th Ed., Harcourt, Brace & World, Inc, 1923.

OKONDJO, C. **L'église catholique du Congo-Kinshasa face au destin ses fidèles et du peuple congolais**. Disponível em : <http://anjaashiwatshumbe.over-blog.org/>, Blog pour ecclésiastiques de Tshumbe, 15 mars 2010. Source: <http://anjaashiwatshumbe.over-blog.org/article-l-eglise-catholique-du-congo-kinshasa-face-au-destin-de-ses-fideles-et-du-peuple-congolais-45488591.html>. Acesso em 10 de maio de 2015.

ONANA, C. **Holocauste au Congo**. *L'Omerta de la communauté Internationale. La France complice?* Paris, L'Artilleur, 2023.

----- **Ces tueurs tutsi au cœur de la tragédie congolaise**. Paris, Editions Duboiris, 2019/2020.

----- **Rwanda, la vérité sur l'opération turquoise**. Paris, L'Artilleur, 2019.

OSIEL, M.J. **The Dilemma of the Latin America Liberal** : The Case of Raymundo Faoro. *Luso-Brazilian Review*, vol. 23, n. 1. 1986.

OSKAR, Negt. **Espace public et expérience**. Paris, PUF, 1972.

OSZLAK, O. **Public Policy and Political Regimes in Latin America**. *International Social Science Journal*, vol. 38, n. 2. 1986.

PAILLE Pierre, MUCCHIELLI Alex. *L'analyse qualitative en sciences humaines et sociales* (Traducteur, Trans.). Paris, Armand Colin, 2003.

PAILLE Pierre, MUCCHIELLI Alex. *L'analyse qualitative en sciences humaines et sociales*. Paris, Armand Colin, 2010.

PAQUAY, L. **Au-delà des cloisonnements entre divers types de recherche, quels critères de qualité ?** L. Paquay, M. Crahay, & J.-M. De Ketele. *L'analyse qualitative en éducation. Des pratiques de recherche aux critères de qualité*, Bruxelles, De Boeck, 2006.

PASCAL, Lorot. *Histoire de la géopolitique*. Paris, PUF, 1995.

PÉAN, Pierre. *Carnages. Les guerres secrètes des grandes puissances en Afrique*. Paris, Fayard, 2010.

PERRET, T. *Le temps des hommes. L'invention de la presse en Afrique francophone*. Paris, Karthala, 2005.

PERRET, T. *Le temps des journalistes. L'invention de la presse en Afrique francophone*. Paris, Karthala, 2005

PHILIPOT, Robin. *Ça ne s'est pas passé comme ça à Kigali*. Paris, Intouchables (Les), 2003.

PORTA, Andrés Huergo. *Redes sociales, opinión pública, verdad y democracia. Rebelión, 2 jan. 2018*. Disponível em: <https://rebelion.org/redes-sociales-opinion-publica-verdad-y-democracia>. Acesso em 25 abril de 2020.

POULLET, YVES (dir). *Vie privée, liberté d'expression et démocratie dans la société numérique*. Paris, Lefebvre Sarrut Belgium s.a., 2020.

POPPER, Karl. **La logique des sciences sociales**. Adorno Theodor & Popper Karl (1979) *De Vienne à Francfort, La querelle allemande des sciences sociales*, Bruxelles, Éditions Complexe, 1979, pp. 75-90.

PROGRAMME DE DÉVELOPPEMENT DU SECTEUR MÉDIATIQUE' (PDSM) EN RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO. *Revue de la Législation Sur les Médias en République Démocratique du Congo*. Kinashasa, Internews/ USAID, 2012. QSR International. (2006). NVIVO7 Getting started guide. <http://www.qsrinternational.com>

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manuel de recherche en sciences sociales*. Paris, Dunod, 1997.

Rapport d'experts de l'ONU sur l'exploitation illégale des ressources naturelles et autres richesses en République Démocratique du Congo, New York, 2002.

Rapport d'expert de l'ONU sur l'exploitation illégale des ressources naturelles et autres richesses en République Démocratique du Congo, New York, S/2001/357.

Rapport d'experts de l'ONU sur l'exploitation illégale des ressources naturelles et autres richesses en République Démocratique du Congo. New York, 2002, S/2002/1146

Rapport de la CENCO du 3 janvier 2019.

Rapport final du Groupe d'experts sur l'exploitation illégale des ressources naturelles et autres formes de richesse de la République Démocratique du Congo, 2001, 2002, 2008).

RAYMOND, Henri. **Analyse de contenu et entretien non-directif** : application au symbolisme de l'habitat. *Revue française de sociologie*, Paris, vol. 9, n. 2. 1968. Disponível em : https://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_1968_num_9_2_1378.

REBOUL Olivier. ***Langage et idéologie***. Paris, Presses Universitaires de France, 1980.

REMMER, K.L. **Neopatrimonialism** : The Politics of Military Rule in Chile, 1973-1987. *Comparative Politics*, New York, vol. 21, n. 2, January. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/422042>; <https://www.jstor.org/stable/422042>.

RÉPUBLIQUE DEMOCRATICA DO CONO. ***Constitution de la République Démocratique du Congo du 18 février, telle 2006 que révisée par la loi n°11/002 du 20 janvier 2011, J.O.RDC, 52ème année, n°3 du 1er janvier 2011***.

RÉPUBLIQUE DEMOCRATICA DO CONO. ***La loi organique n°11/001 du 10 janvier 2011 portant composition, attribution et fonctionnement du CSAC***.

RÉPUBLIQUE DEMOCRATICA DO CONO. ***Ordonance-Loi n° 23/009 de 23 marce 2023 fixant les modalités d'exercice de la liberté de presse, la liberté d'information et d'émission par la Radio et la Télévision, l apresse écrite ou tout autre Moyen de communication em République Démocratique du Congo***. Dinsponível em: https://www.radiookapi.net/sites/default/files/2023-05/nouvelle_loi_sur_la_presse.pdf. Acesso em 4 de julho de 2023.

RÉPUBLIQUE DEMOCRATICA DO CONO. ***Ordonance-Loi n° 23/009 de 23 marce 2023 fixant les modalités d'exercice de la liberté de presse, la liberté d'information et d'émission par la Radio et la Télévision, l apresse écrite ou tout autre Moyen de communication em République Démocratique du Congo***. Dinsponível em: https://www.radiookapi.net/sites/default/files/2023-05/nouvelle_loi_sur_la_presse.pdf.

REYBROUCK, Van-David. ***Congo. Een geschiedenis***, 2010 (trad. française: Congo. Une histoire). Actes sud, 2012

RICHARDSON, Bill. *Déclaration devant le comité des Relations internationales de la Chambre des représentants*. New York, 1997.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas, 1999.

ROBERT GRIBBIN, E. *In the Aftermath of genocide. The US role in Rwanda*. iUniverse, 2005.

ROBERT, A.D., BOUILLAGUET, A. *L'analyse de contenu. Que sais-je ?* France, PUF, 1997.

RODRIGUES, ADRIANO, D. e BRAGA, Adriana. **Análises do discurso e abordagem etnometodológica do discurso*** Discourse analysis and ethnomethodological discourse analysis. V. 8, n. 2 jul./dez. 2014, São Paulo - Brasil p. 117-134. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p117-134>.

ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guias para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de casos*. São Paulo, Atlas, 1999.

Ronning 1994, Tettey 2001, Berger 2002).

ROSIÈRE, Stéphane. Géographie politique, géopolitique et géostratégie: distinctions opératoires. *L'information géographique*, Paris, vol. 65, n. 1. 2001. Disponível em : <https://doi.org/10.3406/ingeo.2001.2732>https://www.persee.fr/doc/ingeo_0020-0093_2001_num_65_1_2732).

ROTH. G. Personal Rulership, Patrimonialism and Empire Building. *The New States, World Politics*, vo. 2, n. 20, January. 1968.

RUDASINGWA. *Theogene, Healing a nation. A testimony*, CreateSpaceIndependent Publishing, 2013.

SANIBANGUY-MOLLET, B. *Les médias d'Afrique centrale face aux défis des démocraties*. In Institut Panos Paris/ COTA (éd), *Paroles d'Afrique centrale : Briser les silences*. Paris, Karthala, 2003.

SAVOIE-ZAJC, L. **L'analyse de données qualitatives: pratiques traditionnelle et assistée par le logiciel NUD*IST**. *Recherches qualitatives*, 20, p. 99-123. 2000.

SCHREIER, L. *Media freedom Indices, What They Tell Us- And What They Don't. A Practical Guidebook*. Bonn, Deutsch University Press, 2014.

SCHUDSON, Michael. *Le pouvoir des medias. Journalisme et démocratie*. Paris, Nouveaux Horizons, 2015.

SINGER, J. B. *User-generated visibility: Secondary gatekeeping in a shared media space*. New Media & Society, 2013.

STRATE, Lance, BRAGA, Adriana & LEVINSON, Paul. ***Introdução à ecologia das mídias***. Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; [São Paulo], Edições Loyola, 2019.

TEIL & BLANRUE. ***Rwanda, 20 ans après : l'histoire truquée, 2014***. Disponible en : <https://www.france-rwanda.info/article-rwanda-20-ans-apre-s-l-histoire-truque-e-123359153.html#:~:text=ans%20apr%C3%A8s%20le%20drame%2C%20le%20pr%C3%A9sident%20du%20Rwanda%20Paul%20Kagame%2C%20les%20m%C3%A9dias%2C%20les%20associations%20%22humanitaires.>

Temps Nouveaux, Kinshasa, n° 29 du 29 mai au 4 juin 1992, p. 1.

TESCH, R. ***Qualitative research: Analysis Types and Software Tools***. New York, The Falmer Press, 1990.

Texte intégral de l'Acte général dans Christine de Gemeaux, Amaury Lorin, op. cit., annexe, p. 345-366 (Article 9 p. 351). Disponible également dans la digithèque mjp sous : [mjp.univ-perp.fr/traités/1885 berlin](http://mjp.univ-perp.fr/traités/1885%20berlin).

THAYER, L. ***Communication Theory and Research, International Symposium on Communication Theory and Research in Kansas City***. University of Missouri, 1965.

THÉDREL, Arielle. **Guerre d'Irak** : comment tout a commencé il y a dix ans. *Le Figaro*, Paris, 20 mars 2013, p. 8.

THÉDREL, Arielle. **Guerra do Iraque**: como tudo começou há dez anos. *Le Figaro*, Paris, 20 mars, 2013, p. 2-4.

THEOBALD, R. Patrimonialism, World Politics. *A Quarterly Journal of International*, vol. 34, n. 4, July. 1982.

THIERRY MICHEL. ***Mobutu roi du Zaïre***, film documentaire de Thierry Michel, 1999

THOUVEREZ, L. e GALLET, élodie. « Introduction », Mémoire(s), identité(s), marginalité(s). *Le monde occidental contemporain*, Paris, n. 18. 2017. Disponible en : <http://mimmoc.revues.org/2550>.

THOUVEREZ, Ludivine, GALLET, Elodie. *Mémoire(s), identité(s), marginalité(s) dans le monde occidental contemporain. Cahiers du MIMMOC, 2017, Discours médiatiques en situation post-confliktuelle*. Editions Orbistertius, 2017.

TOCQUEVILLE Alexis (de). De la liberté de la presse ». *TOCQUEVILLE Alexis. De la Démocratie en Amérique*, Paris, tom I, GF Flammarion, 1981.

TRUDEL, L. ***La population face aux médias***, Institut canadien d'éducation des adultes. Montréal, VLB éditeur, 1992.

TSHIBWABWA Kudithini, K.J. *Conflits armés, pillages des ressources naturelles du Congo et perspectives post coloniales. Vers une décolonisation des discours hégémoniques*. Bruges, Codesria, 2011.

TUDESQ André-Jean. *Feuilles d'Afrique, étude de la presse de l'Afrique subsaharienne*. Paris, Editions de la maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 1995.

TUDESQ André-Jean. *Médias d'Afrique*. Paris, Ellipses, 1999.

UBOLE KHOSHI, T., YUMBI, P. *R.D.C Congo: Terre de potentialités, d'opportunités, de convoitises et de pillages. Des origines à nos jours*. Kinshasa, Editions du CEPAS, 2017.

UBOLE, T. *Justice et paix en RDC : un engagement pour le développement*. Kinshasa, Médiaspaul, 2011.

VAN DE MALLE N. *Neopatrimonialism and Democracy in Africa*, With an Illustration from Camerou. In: J.A. Widner (Ed). *Economic Change and Political Liberalization in Sub-Saharan Africa*. Baltimore, Jonhs Hopkins University Press, 1994.

VILLAFANA, F. & COLD War. *The Congo: The Confrontation of Cuban Military Forces, 1960-1967*. New York, Transaction Publishers, 2012.

VOIROL, O. *Les luttes pour la visibilité: esquisse d'une problématique*. Paris, La Découverte/Réseaux, 2005.

Von HIPPEL, Eric. *Democratizing Innovation*. Cambridge, The MIT Press, 2005.

WANLIN, Philippe. **L'analyse de contenu comme méthode d'analyse qualitative d'entretiens** : une comparaison entre les traitements manuels et l'utilisation de logiciels. *Recherches Qualitatives*, Paris, n. 3^[SEP], Actes du colloque Bilan et Perspectives de la Recherche Qualitative, Association pour la recherche qualitative^[SEP], Hors Série, no 3, p. 243-272. 2007.

WATZLAWICK, P. *La réalité de la réalité*, 1976.

WEBER, M. *L'objectivité of knowledge in the sciences and social policy [1904], em Weber, Ensaio sobre a teoria da ciência*. Paris, Presses Pocker, col. "Agora, 116", 1992.

WEBER, Max. *Essai sur la théorie des sciences*. Paris, Ed. Plon, 1965.

WILLAME, Jean-Claude. Zaïre, années 90, vers la Troisième République). **De la démocratie "octroyée" à la démocratie enrayée**. *Les cahiers du Cedad-Asdoc*, Bruxelles, vol. 1, no 5/6, 199, pp. 214-276. 1990.

WOLF, M. Recherche en communication et analyse textuelle. *Hermès*, Paris, n. 11-12. 1993.

YORAM Gorlizki & OLEG Khlevniuk, Cold Peace. **Stalin and the Soviet Ruling Circle**, 1945-1953, Oxford, Oxford University Press, 2004, 248 p., £25.00 Martine Mespoulet. *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, Berlin, 2 (n o 53-2), pages 227 à 229. 2006

YOUNG, C. & TURNER, Thomas. *The Rise and Decline of the Zairian State*. Madison, The University of Wisconsin Press, 1985.

ZOLBERG, A.-R. *Political Development in the Ivory Coast since Independence*. In: P. Foster P. and A.R. Zolberg (Eds). *Ghana and the Ivory Coast: Perspectives on Modernization*. London/Chicago, University of Chicago Press, 1971.

Sites citados

www.larepublica.cd/analyses. *Qu'est-ce que le patrimonialisme?* Disponível em: <https://larepublica.cd/analyses/10204/#:~:text=du%20leader.%20The-,patrimonialism,-traditional%20which%20combines> , Acesso em 4 de setembro de 2023.

www.erudit.org. *Regards croisés sur le colonialisme et le post colonialisme en Afrique subsaharienne Perspectives on colonialism and postcolonialism in sub-Saharan Africa. Aspekte von Kolonialismus und Postkolonialismus in Schwarzafrika*. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/euro/2007-v3-n2-euro1995/017840ar/#:~:text=en%20Afrique.%20La-,France,-%2C%20pays%20symbole%20du>, Acesso em 4 de setembro de 2023.

www.radiookapi.net. *Kinshasa : poursuivi pour incitation à la haine tribale, Mike Mukebayi transféré à la Prison centrale de Makala*. Disponível em: <https://www.radiookapi.net/2023/05/24/actualite/justice/kinshasa-poursuivi-pour-incitation-la-haine-tribale-mike-mukebayi#:~:text=Okapi%2C%20renseignent%20que%20le%20d%C3%A9put%C3%A9%20national%20Daniel%20Safu%20accus%C3%A9%20de%20me%C3%A9mes%20faits%20que%20le%20d%C3%A9put%C3%A9%20provincial%20Mukebayi%20%2C%20est>. Acesso em 4 de setembro de 2023.

www.agenceecofin.com. *RD Congo : BCS connectera 2,5 millions de personnes à Internet avec le soutien de la Banque européenne d'investissement*. Disponível em: <https://www.agenceecofin.com/investissement/0603-106153-rd-congo-bcs-connectera-2-5-millions-de-personnes-a-internet-avec-le-soutien-de-la-banque-europeenne-d-investissement#:~:text=De%20plus%20le%20gouvernement%20congolais%20a%20fait%20du%20num%C3%A9rique%20un%20pilier%20central%20de%20l'oson%20d%C3%A9veloppement>. Acesso em 3 de setembro de 2023.

www.agoravox.fr. *RD Congo : Le massacre d'un peuple pour le « bonheur » du monde*. Disponível em : <https://www.agoravox.fr/actualites/international/article/rd-congo-le-massacre-d-un-peuple-139469#:~:text=de%20millions%20de-,Congolais,-et%20autant%20de>. Acesso em 12 dezembro de 2022.

www.ritme.com. *Nvivo*. Disponível em: <https://ritme.com/software/nvivo/#:~:text=R%C3%A9f%C3%A9rence%20for-,l%E2%80%99analysis%20of%20data%C3%A9s,-non%20structur%C3%A9s%20and>. Acesso em: 4 de julho de 2023.

www.foreignpolicy.com. *Pourquoi Washington a-t-il laissé se dérouler des élections volées au Congo ?* Disponível em : <https://foreignpolicy.com/2021/04/28/washington-congo-drc-stolen-election-biden-democracy-diplomacy-state-department/#:~:text=i%20laiss%C3%A9%20une-,%C3%A9lection>. Acesso em 22 de junho de 2023.

www.ft.com. *Congo voting data reveal huge fraud in poll to replace Kabila. FT analysis of two voting databases shows Martin Fayulu won the presidential election*. Disponível em : <https://www.ft.com/content/2b97f6e6-189d-11e9-b93e-f4351a53f1c3#:~:text=annonc%C3%A9e%2C%20et%20a-,gagn%C3%A9,-dans%2019%20des>. Acesso em 22 de junho de 2023.

www.foreignpolicy.com. *Why Did Washington Let a Stolen Election Stand in the Congo?*
If the Biden administration wants to advance democracy around the world, it needs to fix U.S. diplomacy first. Disponível em : <https://foreignpolicy.com/2021/04/28/washington-congo-drc-stolen-election-biden-democracy-diplomacy-state-department/#:~:text=i%20laiss%C3%A9%20une-,%C3%A9lection>. Acesso em 22 de junho de 2022.

www.bbc.com. *Accord de partage du pouvoir entre Tshisekedi et Kabila en RDC*. Disponível em: <https://www.bbc.com/afrique/region-49160204#:~:text=pays%20n%27avait%20jamais-,connu,-une%20passation%20de>. Acesso em 20 de junho de 2022.

¹www.politico.com. « *Il y a eu un deal avec Kabila pour que l'alternance se passe pacifiquement* »: Félix Tshisekedi. Disponível em: <https://www.politico.cd/la-rdc-a-la-une/2019/02/27/il-y-a-eu-un-deal-avec-kabila-pour-que-lalternance-se-passe-pacifiquement-felix-tshisekedi.html/35091/#:~:text=passe%20pacifiquement%C2%A0%C2%BB%3A%20F%C3%A9lix-,Tshisekedi,-By%20La%20R%C3%A9daction>. Acesso em 20 de junho de 2022.

www.7sur7.cd. *Exclusif : En 7 points, ce que l'on sait du « deal », l'accord Tshisekedi-Kabila*. Disponível em: <https://7sur7.cd/2020/10/30/exclusif-en-7-points-ce-que-lon-sait-du-deal-laccord-tshisekedi->

%80%99est%20comme%20vous%20qui%20a%20pris%20la%20nationalit%C3%A9%20ici.%20Il%20est%20anormal%20qu%E2%80%99on%20ne%20vous.
Acesso em 11 de julho de 2023.

Anexos

a) Entrevista com Rachel MPESHI

1. *Muitos pesquisadores afirmam que a República Democrática do Congo está sob ocupação ruandesa e internacional e que as potências patrimonialistas ocidentais e africanas desejam balcanizar a República Democrática do Congo. Nesse contexto de ocupação do país, mas também de apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação, qual é ou foi o status real ou o papel da imprensa congoleza durante todo esse processo de ocupação e balcanização, precisamente entre 2018 e 2020?*

No Congo, temos vários tipos de imprensa, entre outros, a imprensa griot do regime dominante, a indesejável imprensa do regime dominante porque é seriamente crítica ao regime. Os que estão no poder a veem como um instrumento que ameaça sua autoridade e um apelo à revolta contra seu poder natural adquirido e assumido. Você entende que estamos na África. As pessoas acham difícil receber críticas. Mas também há cada vez mais jovens jornalistas corajosos que estão quebrando as correntes do regime para dizer em voz alta o que os outros dizem baixinho. E curiosamente, até os jornalistas da imprensa griot se alegram com o conteúdo da imprensa crítica. Obviamente, todos querem mudanças, mas nem todos têm a mesma coragem de exigir esses sentimentos. Temos também uma imprensa indiferente à trágica situação do nosso país. É como se disseram: sem interferência no que você faz. Nós queremos paz. É o caso da imprensa religiosa que se mantém indiferente à ocupação do nosso passo, salvo talvez o jornal católico DIA. Mas precisamos de uma imprensa livre.

2. *Como, com a apropriação e o uso das TICs, os congolezes poderiam agendar as mídias de massa a fim de impor uma narrativa alternativa em favor do Congo?*

Os congoleses se apropriaram das TICs para se expressarem e denunciarem a má gestão dos vários governos que comandam o país, para contarem ao mundo o que as mídias oficiais não deixavam passar. De fato, os meios de comunicação estatais congoleses, mesmo as mídias de massa em todo o mundo, são de acesso difícil e desigual. As vozes opositoras ou mesmo dissidentes, movimentos de cidadãos, sociedade, muitas vezes, não são bem-vindas nessas mídias. E, no entanto, nessas mídias são cúmplices de tudo o que nos acontece hoje. Não condenam propriamente o Ruanda e tantos outros países agressores da RD Congo, pelo contrário dirigem a opinião nacional e internacional no sentido de manter o Congo na miséria e no sofrimento mais desumano deste século 21. Daí a importância das TIC nesta luta pela vida e sobrevivência do nosso país. Graças a elas, circula diariamente uma enorme quantidade de conteúdo sobre a República Democrática do Congo e seus agressores, para que ninguém possa dizer que não foi informado sobre o que estava acontecendo no Congo e como seus habitantes estavam sendo massacrados aos milhares a cada dia.

3. *Como a imprensa congolesa poderia se libertar da interferência do quadro sociopolítico dominante?*

Defendo o cofinanciamento da imprensa para garantir a independência da informação. A questão aqui é a independência do processamento de informações. Se continuarmos a deixar o financiamento da imprensa nas mãos dos capitalistas, bem, eles comprem ao mesmo tempo a nossa liberdade de pensar, de processar os conteúdos mediáticos e comprem a influência política, social, econômica, etc. É isso que nós queremos? Acho que a resposta é não. É necessário, então, construir um modelo econômico baseado na rentabilidade e em um capital profundamente diversificado.

4. *Diante da tragédia congolese, os jornalistas congolese não têm outra opção a não ser serem heróis, ou seja, exercerem o heroísmo jornalístico?*

O heroísmo jornalístico é necessário mais do que nunca em nosso país. É a condição sine qua non da libertação do nosso país. É preciso lutar pela liberdade e independência da imprensa. Não espere que o carrasco ou seus inimigos lhe deem liberdade. Caso contrário, eles teriam que dizer adeus às suas ambições predatórias. Não há liberdade sem luta. Chegamos a um nível em que os jornalistas devem entender que o país está em perigo, devemos nos sacrificar, se necessário, pelo nosso país. Os pesquisadores demonstraram como nosso país foi infiltrado e ocupado. Não há mais dúvidas sobre isso. Temos que nos levantar e lutar. O jornalista luta com uma arma criativa e formidável: a fala. Deus criou o mundo com a palavra. Você deve usar esta arma contra seus inimigos e libertar o país. Para isso, precisamos nos armar de muita coragem. Por favor, peço-lhe que escreva algo sobre este tipo de jornalismo que é necessário para o nosso país, nestes tempos precisos.

b) Entrevista com Fredy Mulumba

1. *Muitos pesquisadores afirmam que a República Democrática do Congo está sob ocupação ruandesa e internacional e que as potências patrimonialistas ocidentais e africanas desejam balcanizar a República Democrática do Congo. Nesse contexto de ocupação do país, mas também de apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação, qual é ou foi o status real ou o papel da imprensa congolese durante todo esse processo de ocupação e balcanização, precisamente entre 2018 e 2020?*

Cabe à imprensa, de forma especial, colocar à disposição dos cidadãos os resultados dos políticos e, mais especificamente, os resultados de quem gere o país. Os jornalistas têm não apenas o direito, mas o dever de responsabilizar o governo e a oposição por suas conquistas e eventuais deficiências. Em princípio, os congolese têm o direito de saber como o governo administrou o país desde que chegou ao

poder e quais alternativas foram oferecidas pela oposição durante esse período. Importa regressar de forma objetiva e crítica à forma como tem sido gerido o bem público e ao grau de cumprimento dos compromissos assumidos perante as populações, em todas as áreas de intervenção do poder público. Infelizmente, na maioria das vezes, nossa imprensa é uma caixa de ressonância do regime dominante. Os jornalistas fazem um trabalho griot. A perspectiva crítica desapareceu da maioria das análises de muitos jornalistas. Há quem critique o regime em vigor, mas é em menor proporção. Geralmente, a maioria dos que criticam, também dão lugar de destaque ao regime dominante. É como o rato que te morde e sopra ao mesmo tempo na ferida para que você não sinta nada. É um hibridismo midiático que não ajuda nosso país. Precisamos de outra imprensa, engajada, livre com jornalistas que ousem dizer a verdade e veicular a palavra da população, dar voz à sociedade civil. *Le Potentiel* organizou conferências e uma campanha contra a balcanização. É, portanto, uma imprensa interessada nos interesses do país. Mas também há uma caixa de ressonância da imprensa para o estado e nossos inimigos.

2. *Como, com a apropriação e o uso das TICs, os congoleses poderiam agendar as mídias de massa a fim de impor uma narrativa alternativa em favor do Congo?*

Na RD Congo, o panorama mediático caracteriza-se pelo controle do Estado sobre as mídias oficiais, que funcionam como retransmissores das ações do governo e da comitiva do chefe de Estado, ausência da oposição e debates contraditórios nesses meios oficiais. Jornais próximos ao governo desenvolvem informações do tipo propaganda. Existe o jornal DIA que pertence à Igreja Católica, mas que não é muito popular. Eu me pergunto se os congoleses estão seriamente interessados nisso. Existem também alguns jornais de oposição, mas continuam pobres em termos de informação e financiamento. Em suma, há pouco espaço para informação alternativa, mas também há uma gritante falta de confiança da população congoleza nos meios de comunicação estatais por falta de credibilidade. Daí o crescente interesse dos congoleses pela internet e a explosão do número de contas no

Facebook, Twitter, Instagram, etc. A falta de confiança nos meios de comunicação estatais leva os congoleses a recorrerem à Internet para conhecer a vida política, a guerra, os massacres perpetrados contra os congoleses. A Internet está se tornando uma ferramenta de informação e comunicação para os congoleses. Com a internet é possível ter acesso a diversas fontes de informação sobre o Congo.

3. Como a imprensa congoleza poderia se libertar da interferência do quadro sociopolítico dominante?

É necessário treinamento para fazer perguntas fundamentais, para detectar as segundas intenções de políticos e outros. Há também a dimensão histórica. Quando as pessoas conhecem a história de seu país, quando há um fenômeno, automaticamente recorremos ao passado para tirar lições. Está em falta. Devemos reformar a educação, as universidades e os institutos de comunicação, a imprensa. Segunda coisa, a gente precisa dos meios. Não dá para fazer esse trabalho jornalístico sem autonomia financeira. Para ter autonomia intelectual, é preciso ter autonomia financeira. Caso contrário, as mídias se tornam um mendigo, uma caixa de ressonância para os políticos. Os jornalistas precisam se organizar. Um núcleo deve se organizar para finalmente financiar. Os ocidentais controlam a imprensa porque a financiam. Mas se a gente mesmo financia sua imprensa, a gente tem seus objetivos, acho difícil trabalhar contra a vontade de sua sociedade, de seu país e de seu povo. Então, a gente precisa de meios financeiros, uma boa organização ou cooperação jornalística, mas também tem que ter senso de sacrifício. O setor privado também deve financiar a imprensa. Deve haver intelectuais congoleses que devem liberar dinheiro para financiar a imprensa ou apoiar as obras das elites. Os jornalistas também devem poder contribuir. Porque quando a gente se organiza, acha que o dinheiro tem que vir de fora. Eles devem se organizar para ter a autonomia financeira que lhes dará autonomia intelectual. Caso contrário, continuaremos a veicular o lance mais alto. Tem que haver uma revolução cultural. Eu não vejo mais nada. Não temos uma visão de grandeza para marcar a história.

4. *Diante da tragédia congolese, os jornalistas congolese não têm outra opção a não ser serem heróis, ou seja, exercerem o heroísmo jornalístico?*

O que podemos fazer sem heroísmo neste país? Ainda temos que ter muitos heróis como Lumumba, em todas as áreas. Caso contrário, perderemos este país. Se o medo é para conquistar a todos, então os ruandeses e os verdadeiros agressores do Congo podem descansar sobre os louros. O tempo que vivemos é um tempo que exige heroísmo em todos os âmbitos.

c) Entrevista com Jacques Kimpozo Mayala

1. *Muitos pesquisadores afirmam que a República Democrática do Congo está sob ocupação ruandesa e internacional e que as potências patrimonialistas ocidentais e africanas desejam balcanizar a República Democrática do Congo. Nesse contexto de ocupação do país, mas também de apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação, qual é ou foi o status real ou o papel da imprensa congolese durante todo esse processo de ocupação e balcanização, precisamente entre 2018 e 2020?*

Quando se fala de imprensa, é preciso considerá-la múltipla, no sentido de que há de um lado a imprensa estatal e a imprensa privada. E na imprensa privada existem órgãos extremistas, etc. Há também meios de comunicação que parecem privados, quando na verdade às vezes estão próximos do governo e próximos da oposição. Em algum lugar, sua liberdade é controlada. No que nos diz respeito, fazemos um esforço para colocar o interesse nacional em primeiro lugar. No que diz respeito ao nosso patrimônio, cada vez temos elementos que nos mostram que o país está sendo saqueado por estrangeiros ou lobbies estranhos. Tentamos fazer artigos na forma de alertas. Eu tomo um caso específico, em 2002, houve um relatório da ONU sobre o saque de nossos recursos minerais, intitulado *Rapport mapping*. Este relatório identificou uma lista de personalidades congolese e estrangeiras envolvidas no tráfico de diamantes, ouro e outros. Há as mídias que hesitaram em publicar este

relatório, mas publicamos este relatório, apesar do risco porque não agradou a certas figuras políticas encontrarem-se em praça pública numa lista publicada pelas Nações Unidas. Fizemos muito barulho com essa reportagem para levar os congoleses a verem que de fato o patrimônio foi saqueado e que o país estava em perigo. Às vezes até intitulávamos certos jornais: *Le Congo n'est pas à vendre* (O Congo não está à venda), simplesmente para apontar o fato de que deveríamos parar com os saques. Infelizmente continuou. Uma empresa zimbabweana, a SENGAMINE, estabelecida em Bunjimay, precisamente no território de Mwabi, foi destacada neste relatório. Eu próprio fui convidado pela SENGAMINE para a sua instalação. O Ministro Kibasa na época estava preocupado. Convidamos para ver que não havia saques e que era uma parceria ganha-ganha entre o Zimbábue e o Congo. Mas conversando com os aldeões, percebemos que estavam saqueando a República, porque aquele era o diamante que pegavam no rio. Porque bastou aos engenheiros da SENGAMINE bloquear o rio Senga para apanhar o diamante na areia. Depois de saques suficientes, a SENGAMINE fechou e foi embora. É bem depois que os congoleses perceberão que houve saques. Fizemos um esforço para publicar isso. Outros meios de comunicação fizeram o mesmo. Continuamos a fazê-lo até hoje. De 2011 a 2018, os grupos armados reinaram supremos no leste. Os vários relatórios das Nações Unidas mostram-nos que o que realmente está em jogo nesta guerra são os nossos minerais, os nossos recursos. Quando falamos agora de M23 em Bunagana, é neste setor que se encontra ouro, coltan, diamantes, lítio. A maioria dos soldados congoleses se encontra mais nas minas do que na linha de frente. Você manda para o front um soldado que tem 200 dólares por mês, mas se ele chega lá, ele percebe que com sua arma pode ganhar 1000 dólares por mês, ele vai deixar de lutar. O país está em perigo. Estão saqueando, infelizmente com a cumplicidade do regime dominante.

2. Como, com a apropriação e o uso das TICs, os congoleses poderiam agendar as mídias de massa a fim de impor uma narrativa alternativa em favor do Congo?

Os congoleses usam as TICs, especialmente a Internet, as redes sociais para partilhar informação sobre a ocupação do Congo, os ruandeses que nos atacam, enfim, sobre a trágica situação no Congo. Também levou a imprensa e as mídias de massa a se interessarem pelo Congo e seus problemas. Graças às TIC, as coisas mudam

3. *Como a imprensa congolesa poderia se libertar da interferência do quadro sociopolítico dominante?*

Há uma solução que está na Constituição: ajuda pública à imprensa. Mas essa ajuda nunca é liberada. Nos países ocidentais, embora sejam autônomas, o Estado ainda ajuda. Os jornalistas às vezes pensam em criar uma economia comunitária, se agrupar para se fortalecer financeiramente, é muito difícil.

5. *Diante da tragédia congolesa, os jornalistas congoleses não têm outra opção a não ser serem heróis, ou seja, exercerem o heroísmo jornalístico?*

O Congo precisa disso e o que já estamos fazendo é heroísmo. Fazemos muitos sacrifícios para respeitar a ética e a deontologia de forma a dar a informação certa.

d) Entrevista com BAENDE

1. *Muitos pesquisadores afirmam que a República Democrática do Congo está sob ocupação ruandesa e internacional e que as potências patrimonialistas ocidentais e africanas desejam balcanizar a República Democrática do Congo. Nesse contexto de ocupação do país, mas também de apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação, qual é ou foi o status real ou o papel da imprensa congolesa durante todo esse processo de ocupação e balcanização, precisamente entre 2018 e 2020?*

A imprensa se comporta como sempre se comportou, ainda temos duas correntes. Existe a corrente que sustenta o poder e aquela contra o poder. Mas no contexto da ocupação, todos os meios de comunicação se comportam da mesma forma, têm a mesma posição. Todos promovem o patriotismo. Nós, do *L'Avenir*, somos uma imprensa pró-poder, apoiamos, publicamos tudo o que o poder nos dá como informação. Não há imprensa apoiando os adversários. No que nos diz respeito, somos um corpo de poder desde Kabila. A nossa linha editorial depende do nosso patrão que é político e ministro do Urbanismo e Habitação no poder. Nós seguimos sua liderança. Não temos vergonha para serem uma caixa de ressonância do poder.

2. *Como, com a apropriação e o uso das TICs, os congoleses poderiam agendar as mídias de massa a fim de impor uma narrativa alternativa em favor do Congo?*

Influencia pouco, por isso pode condicionar os assuntos e o tratamento da informação ao nível da nossa escrita, mas adotamos o profissionalismo. Não temos mais o monopólio da informação

3. *Como a imprensa congoleza poderia se libertar da interferência do quadro sociopolítico dominante?*

Acredito que devemos tentar a aventura de uma sociedade cooperativa onde todos têm ações com obrigação de investir de acordo com as necessidades do projeto. É verdade que o setor das mídias exige investimentos pesados. Mas se cada cooperado estiver realmente comprometido, é possível chegar lá. Além disso, é necessário que os cooperados, pela independência do jornal, conheçam e tenham em mente o princípio da independência do meio de comunicação ou jornal e assumam, para isso, o compromisso de não interferir na linha editorial, mesmo que pareça utópica. Caso contrário, substituiríamos um capitalismo por outro e as mídias se tornariam dançarina ou caixa de ressonância de financistas carentes de influência.

4. *Diante da tragédia congolese, os jornalistas congolese não têm outra opção a não ser serem heróis, ou seja, exercerem o heroísmo jornalístico?*

Temos a impressão de que no Congo temos que nos resignar a ser o retransmissor dos comunicados de imprensa oficiais, em vez de estar à procura de informações, apurar os fatos e ir de cidade em cidade para investigar. Se você não cobre notícias favoráveis à dieta, está em apuros. Mas em algum momento, jornalistas corajosos devem aparecer para quebrar essas correntes que nos acorrentam.

e) Entrevista com Kerwin Bayizo

1. *Muitos pesquisadores afirmam que a República Democrática do Congo está sob ocupação ruandesa e internacional e que as potências patrimonialistas ocidentais e africanas desejam balcanizar a República Democrática do Congo. Nesse contexto de ocupação do país, mas também de apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação, qual é ou foi o status real ou o papel da imprensa congolese durante todo esse processo de ocupação e balcanização, precisamente entre 2018 e 2020?*

A imprensa vem desempenhando um papel especial na conscientização da população. Se olharmos para os países desenvolvidos, percebemos que a imprensa veicula uma poderosa ideologia. A imprensa não está realmente lá para informar. Se olharmos por exemplo, comparando com a guerra Ucrânia-Rússia, é mesmo uma ideologia, eurocentrismo, os russos são maus. Mas se os ocidentais fazem isso, não é ruim. Quando nos colocamos num contexto estritamente congolês, num contexto onde o país está ocupado, a imprensa em vez de educar, informar, abrir os olhos entre aspas, para que tenhamos finalmente um país livre, independente onde todos possam circular livremente para suas ocupações, a imprensa desempenha um papel de aborrecimento. Quando você olha para o espectro da imprensa, descobre que o conteúdo é oco, e realmente oco. Se não são as correntes dos pastores que o dia todo

pregam de uma certa maneira, pregação que pode ser resumida assim: “o sofrimento é natural; felizes são os pobres, o paraíso é no céu. Então o papel do homem na terra, será que o homem veio à terra para acompanhar seu pastor que é riquíssimo, para sofrer para merecer o céu. Ora, o homem tem uma missão na terra e que sua felicidade deve começar na terra. Então, todas as pregações de pastores são nesse sentido, de canto, etc. isso é por um lado, por outro lado a gente vai encontrar canais que na maioria são de políticos e canais que só estão aí para elogiar esses políticos aí e não para debater assuntos, para ir para uma discussão aprofundada, não substantiva debate. São debates superficiais, muito barulho. Parece que quando você assiste a maioria dos shows, você não aprende nada. É que todo mundo veio defender sua igreja e as pessoas estão bocejando. Além disso, temos a imprensa oficial. É a imprensa do príncipe. Também não há informações reais. Devemos elogiar o príncipe, o presidente da República, as pessoas que estão no poder. Eles insistem que, na hierarquia da informação, são as atividades presidenciais que vêm primeiro. Ou seja, se houver uma calamidade natural, só falaremos dela se o Presidente da República lá tiver estado. Mas, geralmente, começamos com os comunicados de imprensa oficiais. Por fim, há a imprensa periférica, ou seja, as rádios internacionais que realmente têm seus vocabulários onde falaremos de ajuda, da comunidade internacional. Elas têm uma visão paternalista das notícias. Para esta imprensa, o lado da informação é muito prejudicial para o povo congolês. No geral, há muita informação e muito entretenimento de baixo nível onde você não aprende nada, muita música, muito teatro popular. Em suma, é uma imprensa chamariz, em vez de as pessoas estarem focadas na ocupação, estão antes no chamariz que a imprensa lhes repete e a ocupação continua.

2. Como, com a apropriação e o uso das TICs, os congoleses poderiam agendar as mídias de massa a fim de impor uma narrativa alternativa em favor do Congo?

Primeiro, devemos educar os congoleses em relação à ideologia veiculada por esses meios de comunicação de massa, para fazer com que esses meios de comunicação de massa sejam aliados da ocupação. Uma vez feito isso, eles serão odiados pelo povo e o povo considerará suas informações com interesse. Em seguida, faça a

população entender que as TIC ou os jornalistas independentes são confiáveis. É possível mudar a agenda das mídias de massa. Eles são sensíveis a tudo o que acontece nas redes sociais. A maioria dos meios de comunicação de massa tem sempre um programa de notícias e inox para tentar denunciar as fake news que as redes sociais veiculam. Ao fazer isso, eles sentem que há perigo na casa. Essas mídias têm suas redes sociais para competir e desacreditar os jornalistas independentes em seu próprio território. Quando a informação se torna viral, os meios de comunicação de massa não hesitam em coletá-la e tratá-la de acordo com eles.

3. *Como a imprensa congolese poderia se libertar da interferência do quadro sociopolítico dominante?*

Alguns congolesees devem se unir para ajudar alguns jornalistas sérios e conscienciosos que estão na imprensa de massa ou institucionalizada, para retirá-los desse ambiente e ajudá-los a seguir uma carreira por conta própria. Sozinhos, serão mais eficazes, mais lesivos aos interesses dos regimes dominantes e podem ser muito mais úteis à população. Se conseguirmos ter 3 ou 5 jornalistas independentes, apoiados, pode fazer uma influência nacional. E com os da diáspora, pode ser eficaz para libertar o país da ocupação.

4. *Diante da tragédia congolese, os jornalistas congolesees não têm outra opção a não ser serem heróis, ou seja, exercerem o heroísmo jornalístico?*

Diante da tragédia congolese, os jornalistas e líderes de opinião congolesees não têm escolha a não ser heróis. Eles serão imperdoáveis se não se envolverem. Porque ele deve ter pelo menos alguém para destruir a máquina ou as potencias ocidentais. Antes de tudo, é uma batalha com armas desiguais, mas se a batalha dá a impressão de estar perdida antecipadamente, temos que ser aquele grão de areia que agarra toda essa máquina de ocupação, porque quando falamos de ocupação, vemos o subempreiteiro da região e os que estão atrasados, têm muitos meios para nos esmagar. Só que quando você luta por uma causa justa, você não vai esmagar um

pássaro com um míssil. Dizemos a nós mesmos que temos alavancas que podem travar a máquina e por nossa conta e risco. Conseguimos. Isso impediu que muitas coisas saíssem como planejado. Porque se alguns jornalistas congolese não tivessem subido usando os meios que tinham, ou seja, as TIC e alguns trabalhos publicados sobre a situação no Congo, acho que desde 2008 o país já estaria balcanizado. Se ainda estamos segurando e os outros são obrigados a reajustar seus cálculos, é porque eles disseram a si mesmos que não pode continuar assim.

f) Entrevista com Prof. Aimé Kayembe

1. *Muitos pesquisadores afirmam que a República Democrática do Congo está sob ocupação ruandesa e internacional e que as potências patrimonialistas ocidentais e africanas desejam balcanizar a República Democrática do Congo. Nesse contexto de ocupação do país, mas também de apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação, qual é ou foi o status real ou o papel da imprensa congolese durante todo esse processo de ocupação e balcanização, precisamente entre 2018 e 2020?*

É fato que o uso das mídias muitas vezes é revelador do caráter ditatorial ou democrático da gestão da cidade. No entanto, o regime de Kabila de 2011, constitucionalmente estabelecido, é um regime democrático, mas na prática impôs a imagem de um regime ditatorial. Portanto, estamos em uma situação política híbrida. E acreditamos que esse hibridismo impactou, de alguma forma, a linha editorial das mídias. Há uma interferência desse hibridismo político no conteúdo e na lógica de comunicação de cada meio. Claro que há mídias que se mantiveram mais ou menos independentes, outras, pelo contrário, têm-se revelado verdadeiros instrumentos de poder, portanto uma imprensa em conflito com a democracia, na sua incapacidade de aceder às fontes, de tratar e de divulgar responsavelmente. Há, portanto, aqui a incapacidade da autonomia da imprensa e dos jornalistas. Além disso, é preciso sublinhar a emergência de uma imprensa híbrida politizada que reflete o hibridismo político, ou seja, estão ao mesmo tempo na oposição e no poder.

2. *Como, com a apropriação e o uso das TICs, os congoleses poderiam agendar as mídias de massa a fim de impor uma narrativa alternativa em favor do Congo?*

Embora fracamente integradas na sociedade congolesa, as TICs se revelaram através do amplo uso da telefonia celular em oposição à telefonia fixa. Isso aumenta o fluxo de informação em circulação e também aumenta o número de fontes de informação (profissionais e não profissionais, sendo a questão central o conflito entre profissionais e não profissionais, jornalismo cidadão). É provável que isso imponha uma agenda nas mídias de massa e traga mudanças sócio-políticas. Direi ainda melhor em relação ao país, as TICs se tornaram hoje lugares de protesto cibernético. Elas podem levar a voz dos cidadãos na arena política e econômica. Em todo o mundo, as TICs estão se tornando lugares poderosos para a mobilização coletiva pela alternativa que oferecem em relação às mídias tradicionais. Graças às TIC, as vozes da minoria são ouvidas e às vezes respeitadas. É graças às TIC que a infiltração ruandesa no exército congolês foi colocada em perspectiva e revelada à face do mundo. Se dependesse apenas das mídias governamentais, nada disso seria conhecido. Os profissionais de imprensa também usam essas redes para disseminar informações para grandes áreas de novos públicos conquistados. E diante dos desafios da balcanização de nosso país, podemos dizer que as TICs aceleraram a mobilização popular e fortaleceram os laços entre os congoleses.

3. *Como a imprensa congolesa poderia se libertar da interferência do quadro sociopolítico dominante?*

Acredito fundamentalmente que precisamos de um modelo participativo de financiamento do setor das mídias para garantir a liberdade jornalística e a independência dos conteúdos midiáticos. Vemos como os congoleses na diáspora, por exemplo, respondem positivamente a apelos financeiros ou doações de alguns compatriotas em dificuldade, porque não fariam o mesmo por um setor suscetível de mobilizar opinião sobre a agressão do Congo. Não acredito que esses doadores

exigissem direito de voto em tomadas de decisão ou na linha editorial de um jornal comprometido, por exemplo.

4. *Diante da tragédia congolese, os jornalistas congolese não têm outra opção a não ser serem heróis, ou seja, exercerem o heroísmo jornalístico?*

Perante as sinalizações que pontuam a situação sócio-política do nosso país, os jornalistas não têm escolha senão ser heróis. Devemos nos levantar e ousar dizer não ao sistema vigente, até mesmo dizer não ao sistema estabelecido pelos poderosos deste mundo. Diante de injustiças e situações de miséria, o jornalista se torna um salvador da sociedade. Ele é o guardião da democracia, mas muito mais dos valores e da liberdade.

g) Entrevista com David

1. *Muitos pesquisadores afirmam que a República Democrática do Congo está sob ocupação ruandesa e internacional e que as potências patrimonialistas ocidentais e africanas desejam balcanizar a República Democrática do Congo. Nesse contexto de ocupação do país, mas também de apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação, qual é ou foi o status real ou o papel da imprensa congolese durante todo esse processo de ocupação e balcanização, precisamente entre 2018 e 2020?*

Temos uma imprensa pública, financiada pelo dinheiro dos contribuintes e dominada pelo regime dominante. Tal imprensa jamais poderá cumprir seu papel de fiscalizar criticamente a atividade do poder público e defender o interesse geral. Para servir o interesse geral, esta imprensa deve beneficiar de uma certa independência face a esta autoridade. Também temos uma chamada imprensa de oposição. Mais uma vez, devemos chamá-la de imprensa livre? Eu não penso assim. Faz exatamente o que a imprensa oficial faz com o regime dominante. Se a imprensa

oficial é o cantor ou órgão de argumentação do regime, a da oposição é também das grandes figuras da oposição. Há também uma prensa camaleônica, ou seja, se adapta ao contexto. Jornalistas não querem problemas. Eles aceitam o que o regime dominante lhes diz, mas ao mesmo tempo tentam mostrar sua independência daqueles que dirigem o país.

2. Como, com a apropriação e o uso das TICs, os congoleses poderiam agendar as mídias de massa a fim de impor uma narrativa alternativa em favor do Congo?

Perante a censura mediática exercida implícita ou explicitamente pelo Estado do Congo, com a ausência de uma verdadeira liberdade de expressão e opinião no espaço público congolês, as redes sociais constituem canais de difusão de informação, ideias e opiniões alternativas e contestadoras que despertam consciências. São verdadeiras ferramentas participativas, ciberespaços de mobilização, sensibilização e por vezes orientação que transmitem a urgência de agir para mudar a trágica situação do Congo lutando, por exemplo, contra a balcanização do nosso país, a ditadura dos regimes dominantes, pobreza. Trata-se também de impor o tratamento da atualidade na televisão e rádio nacionais. É impensável e injustificável ver a República Democrática do Congo em guerra sem que a imprensa oficial fale suficientemente sobre isso. Transmitem a urgência de agir, de mudar uma situação escandalosa, questionando o poder público, tornando visível o seu fracasso.

3. Como a imprensa congoleza poderia se libertar da interferência do quadro sociopolítico dominante?

Além de assinaturas e recursos publicitários, é difícil pensar em um modelo econômico bem estruturado que atenda à necessidade de independência da informação e dos jornalistas, dada a situação de calamidade financeira que nosso

país atravessa. É preciso motivar assinantes e anunciantes, oferecer-lhes vantagens na redução do preço, por exemplo.

4. Diante da tragédia congolese, os jornalistas congolese não têm outra opção a não ser serem heróis, ou seja, exercerem o heroísmo jornalístico?

É por isso que precisamos de novas ideias, jovens jornalistas, mesmo os chamados jornalistas cidadãos emergentes, precisamos deles para uma decolagem sócio-política e cultural do nosso país. O heroísmo jornalístico de que você fala é algo a desejar o quanto antes em nosso país. Os congolese devem agir rapidamente. O país está infiltrado em todos os níveis. Devemos acordar rapidamente e denunciar o que é necessário para libertar nosso país. Os jornalistas certamente o farão à custa de seu sangue.